



Plano Estratégico Vitória da Conquista 2020
Etapa I – Planos Diretores de Desenvolvimento Urbano
e Agência Reguladora Municipal

Produto 8
Tomo II - Relatório de Diagnóstico Integrado e
Cenários do Plano Diretor de Desenvolvimento
Urbano

Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista
Herzem Gusmão Pereira

Secretaria de Infraestrutura Urbana
José Antônio de Jesus Vieira

Plano Estratégico Vitória da Conquista 2020
Etapa I – Planos Diretores de Desenvolvimento Urbano
e Agência Reguladora Municipal

Produto 8
***Tomo II - Relatório de Diagnóstico Integrado e
Cenários do Plano Diretor de Desenvolvimento
Urbano***

Salvador – Julho/2019

Apoio Técnico





PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA

Herzem Gusmão Pereira

SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA URBANA

José Antônio de Jesus Vieira

FUNDAÇÃO ESCOLA POLITÉCNICA DA BAHIA – FEP

Prof. Luiz Antônio Magalhães Pontes - Diretor Geral

EQUIPE TÉCNICA

Eng. Luiz Alberto Novaes Camargo - Coordenador
Milton Carlos da Mota Cedraz – Engenheiro Agrônomo
Raymundo José Santos Garrido – Engenheiro Civil
Antônio Heliodório Lima Sampaio – Arquiteto Urbanista
Liana Silvia de Viveiros e Oliveira – Arquiteta Urbanista
Heraldo Peixoto da Silva – Engenheiro Agrônomo
Naiah Caroline Rodrigues de Souza – Engenheira Sanitarista e Ambiental
Jackson Ornelas Mendonça – Economista
Antônio Marcos Santos Pereira – Geólogo
Grazia Burmann – Matemática Estatística
Daniela Reitermajer - Bióloga
Camila Martins de Abreu Farias - Arquiteta Urbanista
Rebeca Daltro Ferrari Bulhões - Arquiteta Urbanista
Socorro Fialho – Arquiteta Urbanista
Ernesto Galindo – Arquiteto Urbanista
Maria Auxiliadora Lobão – Socióloga
Alexandra de Nicola – Jornalista e Assistente Social
Joice de Jesus Moraes – Assistente Social
Julia Marques Dell’Orto – Advogada
Luiz Mário Gentil Silva Júnior – Engenheiro Civil e Economista
Leonardo Ogando Insuela Camargo – Engenheiro Civil
Anderson Lima Aragão – Engenheiro Sanitarista e Ambiental
Eric Gaspar de Queiroz Ferreira - Economista
Renata Mota Baptista – Gestora Ambiental e Mobilizadora Social
Rebeca Gonçalves de Jesus Santos – Estagiária de Eng. Sanitária e Ambiental
Cristiane Mota Baptista – Técnica Administrativa
Luana Baptista Ribeiro – Estagiária de Direito
Amanda Baptista Silva – Administradora
Arley Lima Santos – Analista Administrativo
Carlos Apolo Oliveira Gomes – Gerente Operacional
Jane Cleude Ferreira dos Santos – Secretaria Administrativa
Helder Beltrão Guimarães – Engenheiro Civil
João Vitor Costa Vieira Nascimento – Estagiário de Engenharia Ambiental

**RELATÓRIO DO DIAGNÓSTICO DO PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO
URBANO
PMVC-PDDU-RT-007-R0**

Revisão	Data	Assunto	Visto CQ
R0	17/07/2019	Emissão inicial	

ORGANIZAÇÃO DOS VOLUMES DO PRODUTO 08

Tomos	Número	Título do Relatório
Tomo I	PMVC-PDDU-GER-007-R0	Relatório das oficinas – Volume I – Oficinas de Leitura Coletiva do Diagnóstico
		Relatório das oficinas - Volume II – Oficinas Prospectivas pensando o Futuro
		Volume III - Relatório da 3ª Reunião do GTA
Tomo II	PMVC-PDDU-RT-007-R0	Relatório do Diagnóstico Integrado e Cenários do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU)
Tomo III	PMVC-PDAP-RT-006-R0	Relatório do Diagnóstico Integrado e Cenários do Plano Urbanístico do Distrito Aeroportuário (PDAP)

PRODUTO 08**TOMO II - RELATÓRIO DO DIAGNÓSTICO INTEGRADO E CENÁRIOS DO PLANO
DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO URBANO DE VITÓRIA DA CONQUISTA**

1.	APRESENTAÇÃO	12
2.	INTRODUÇÃO	13
3.	SÍNTESE PARA DIAGNÓSTICO INTEGRADO	15
3.1.	ASPECTOS SOCIOECONOMICOS	15
3.1.2.	Dinâmica Regional.....	15
3.1.3.	Índices de Performance Econômica e Social.....	15
3.1.4.	Principais Resultados do Índice de Performance Social (IPS) e Índice de Performance Econômica (IPE) em Vitória da Conquista entre 2002 e 2010.	16
3.1.5.	Economia Municipal	17
3.1.6.	Oportunidades produtivas.....	18
3.1.7.	Condições de Vida.....	19
3.1.8.	Dinâmica Populacional	23
3.1.9.	Caracterização demográfica dos bairros do distrito Sede	27
3.1.10.	Aspectos Demográficos Relevantes.....	27
3.1.11.	Urbanização	28
3.1.12.	Migrações.....	28
3.1.13.	Concentração Espacial.....	28
3.1.14.	Densidade demográfica.....	29
3.1.15.	Projeções da população.....	29
3.2.	ASPECTOS FÍSICO-AMBIENTAIS.....	29
3.2.1.	Recursos Hídricos	30
3.2.2.	Solo.....	37
3.2.3.	Cobertura Vegetal e Usos da Terra	38
3.2.4.	Pressões e Conflitos	50
3.2.5.	Aspectos Ambientais dos Distritos	58

3.3.	ASPECTOS DA ESTRUTURA ESPACIAL E DINÂMICA URBANA	69
3.4.	ASPECTOS DE INFRAESTRUTURA.....	81
3.4.1.	Saneamento Básico.....	81
3.4.2.	Energia Elétrica.....	111
3.4.3.	Telecomunicação.....	112
3.5.	ASPECTOS DO QUADRO INSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO	117
3.6.	CARACTERÍSTICAS RELEVANTES, PONTOS CRÍTICOS E PONTOS FAVORÁVEIS.....	122
4.	CENÁRIOS.....	152
4.1.	ABORDAGEM PROSPECTIVA DE FATORES E LÓGICAS ATUAIS E FUTUROS QUE INFLUENCIAM A DINÂMICA URBANA E TERRITORIAL	154
4.1.1.	Fatores externos que historicamente influenciaram a dinâmica do território 154	
4.1.2.	Fatores externos que atualmente influenciam a dinâmica do território	155
4.2.	ANÁLISE DE VARIÁVEIS SIGNIFICATIVAS	157
4.3.	INTERAÇÕES ENTRE TEMAS E VARIÁVEIS	172
4.4.	AVALIAÇÃO DA DISPOSIÇÃO DOS AGENTES PARA ALTERAR OS FATORES 228	
4.5.	AVALIAÇÃO DO INTERESSE DOS AGENTES EM ALTERAR OS FATORES..	232
4.6.	AVALIAÇÃO E SELEÇÃO DE FATORES CRÍTICOS.....	236
4.7.	CONSTRUÇÃO DE CENÁRIOS.....	256
16	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	271

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Índice de Performance Social de Vitória da Conquista.....	16
Tabela 2 - Índice de Performance Econômica de Vitória da Conquista	17
Tabela 3 - Evolução do número de domicílios no bairro	26
Tabela 4 - Indicadores de Abastecimento de água para a Sede Municipal e território	89
Tabela 5 - Indicadores de Esgotamento sanitário para a Sede Municipal e território.	93
Tabela 6 - Indicadores de Resíduos sólidos para a Sede Municipal e território.....	95
Tabela 7 - Indicadores de Drenagem e manejo de águas pluviais urbanas para a Sede Municipal e território	101
Tabela 8 - Resultados para o serviço de abastecimento de água nas localidades rurais	103
Tabela 9 - Indicadores de abastecimento de água para os distritos e localidades rurais	106
Tabela 10 - Indicadores de esgotamento sanitário para os distritos e localidades rurais	107
Tabela 11 - Resultados para o serviço de esgotamento sanitário nas localidades rurais	108
Tabela 12 – Indicador de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos para Distritos .	110
Tabela 13 – Indicador de manejo e drenagem de águas pluviais urbanas para Distritos e localidades rurais.....	110
Tabela 14 - Indicadores de qualidade e continuidade para Vitória da Conquista	112
Tabela 15 - Indicador de telecomunicação	116

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Comunidades quilombolas de Vitória da Conquista	20
Quadro 2 - Quantitativo de áreas por cenários de ocupação do solo	44
Quadro 3 - Porcentagem de Cenários pra Usos Do Solo - IBGE	44
Quadro 4 - Quadro síntese de quantitativos de áreas por ocupação do solo	48
Quadro 5 - Quadro síntese das características físico-ambientais do distrito de José Gonçalves	58
Quadro 6 - Quadro síntese das características físico-ambientais do distrito de São Sebastião	59
Quadro 7 - Quadro síntese das características físico-ambientais do distrito de Pradoso	60
Quadro 8 - Quadro síntese das características físico-ambientais do distrito de Bate-Pé	61
Quadro 9 - Quadro síntese das características físico-ambientais do distrito de Iguá	62
Quadro 10 - Quadro síntese das características físico-ambientais do distrito de Dantilândia	63
Quadro 11 - Quadro síntese das características físico-ambientais do distrito de Cabeceira da Jiboia	64
Quadro 12 - Quadro síntese das características físico-ambientais do distrito de São João da Vitória	65
Quadro 13 - Quadro síntese das características físico-ambientais do distrito de Veredinha	66
Quadro 14 - Quadro síntese das características físico-ambientais do distrito de Inhobim	67
Quadro 15 - Quadro síntese das características físico-ambientais do distrito de Cercadinho	68
Quadro 16 - Dados do Sistema de Abastecimento de Água - 2016	84
Quadro 17 - Capacidade de atendimento da demanda	85
Quadro 18 - Sistema de Esgotamento Sanitário	91
Quadro 19 - Pontos de Alagamento em Vitória da Conquista	100
Quadro 20 - Serviços executados no sistema de drenagem até o ano de 2016	101
Quadro 21 - Quantidade de Localidades visitadas por Distrito	102
Quadro 22 - Quadro de servidores dos órgãos estratégicos e valor padrão	119
Quadro 23 - Fundos das secretarias estratégicas	120
Quadro 24 - SOCIOECONOMIA - Processo Participativo	123
Quadro 25 – SOCIOECONOMIA – Elaboraões Técnicas	125
Quadro 26 - MEIO AMBIENTE - Processo Participativo	127
Quadro 27 - MEIO AMBIENTE – Elaboraões Técnicas	129
Quadro 28 - URBANISMO – Processo Participativo	132
Quadro 29 - URBANISMO – Elaboraões Técnicas	135
Quadro 30 - INFRAESTRUTURA – Processo Participativo	138
Quadro 31 - INFRAESTRUTURA – Elaboraões Técnicas	142
Quadro 32 - GESTÃO - Processo Participativo	148
Quadro 33 - GESTÃO - Elaboraões Técnicas	150
Quadro 34 - Variáveis significativas relacionadas à Socioeconomia	159
Quadro 35 - Variáveis significativas relacionadas ao Meio Ambiente	161
Quadro 36 - Variáveis significativas relacionadas à Estrutura Espacial e Dinâmica Urbana	165
Quadro 37 - Variáveis significativas relacionadas à Infraestrutura	168
Quadro 38 - Variáveis significativas relacionadas à Gestão	171
Quadro 39 – Interação variável x tema - Socioeconomia	173
Quadro 40 - Interação variável x tema - Comunidades quilombolas	175
Quadro 41 - Interação variável x variável - Socioeconomia	176
Quadro 42 - Interação variável x tema – Meio Ambiente	178

Quadro 43 - Interação variável x variável – Meio Ambiente.....	185
Quadro 44 - Interação variável x tema – Urbanismo.....	197
Quadro 45 - Interação variável x variável – Urbanismo	200
Quadro 46 - Interação variável x tema –Infraestrutura.....	206
Quadro 47 - Interação variável x variável –Infraestrutura	218
Quadro 48 - Interação variável x tema – Gestão.....	224
Quadro 49 - Interação variável x variável – Gestão	226
Quadro 50 - Avaliação preliminar da disposição dos agentes em interferir no fator	229
Quadro 51 - Avaliação preliminar do interesse dos agentes em interferir no fator.....	233
Quadro 52 – Fator Agricultura em declínio	236
Quadro 53 – Fator Indústria fraca	236
Quadro 54 – Fator serviços insuficientes.....	236
Quadro 55 – Fator saneamento insuficiente (esgotamento sanitário)	236
Quadro 56 – Fator educação fundamental	237
Quadro 57 - Fator saúde da família	237
Quadro 58 – Fator mobilidade urbana (transporte e acessibilidade)	237
Quadro 59 - Relevância do Fator Crítico na Perspectiva da Socioeconomia.....	237
Quadro 60 - Fator Pressões em áreas de valor ambiental	238
Quadro 61 - Fator Degradação ambiental em áreas de mananciais hídricos	238
Quadro 62 - Fator Supressão de vegetação	239
Quadro 63 - Fator Comprometimento de nascentes e rio por assoreamento e erosão associado a estradas vicinais.....	239
Quadro 64 - Fator Comprometimento da qualidade ambiental por atividades agrosilvopastoris.....	240
Quadro 65 - Relevância do Fator Crítico na Perspectiva Ambiental.....	241
Quadro 66 - Fator: Gestão frágil da política urbana	242
Quadro 67 - Fator: Baixa densidade na área envolvida pelo Anel Rodoviário	242
Quadro 68 - Fator: Deterioração do patrimônio histórico	243
Quadro 69 - Fator: Cobertura e qualidade insuficientes do Sistema de Transporte	243
Quadro 70 - Fator: Expansão e Reestruturação do Centro Tradicional	244
Quadro 71 - Fator: Controle e fiscalização ineficientes e ineficazes das ocupações irregulares, principalmente na Serra do Periperi e zona rural.....	244
Quadro 72 - Fator: Distribuição inadequada e baixa qualidade dos espaços públicos..	245
Quadro 73 - Relevância do Fator Crítico na Perspectiva do Urbanismo	246
Quadro 74 - Inexistência de soluções de ecossaneamento nos distritos e localidade rurais	247
Quadro 75 - Cobertura do serviço de esgotamento sanitário na sede	247
Quadro 76 - Redução do volume de resíduos coletado	248
Quadro 77 - Cobertura do serviço de limpeza pública (varrição e capinagem).....	248
Quadro 78 - Volume de resíduos destinado ao aterro sanitário.....	249
Quadro 79 - Ocorrência de alagamento	249
Quadro 80 - Extensão da rede de drenagem	250
Quadro 81 - Relevância do Fator Crítico na Perspectiva da Infraestrutura	250
Quadro 82 - Fator Promulgação de legislação acessória ao PDDU.....	252
Quadro 83 – Fator Regulamentação da Regularização Fundiária.....	252
Quadro 84 – Fator Mobilidade urbana como diretriz de acesso ao direito à cidade	252
Quadro 85 - Fator Atendimento das demandas por serviços de educação, saúde e segurança resultantes dos novos loteamentos	253
Quadro 86 – Fator Infraestrutura de mobilidade urbana compatível com a demanda	253
Quadro 87 – Fator Instituição de novas ZEIS.....	254
Quadro 88 – Fator Atuação efetiva dos Conselhos na gestão dos fundos municipais ...	254

Quadro 89 - Criação do Fundo de Desenvolvimento Urbano (FUNDURB).....	254
Quadro 90 - Relevância do Fator Crítico na Perspectiva da Gestão Urbana	255

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Disposição geográfica de nascentes no município de Vitória da Conquista.....	30
Figura 2 - Disposição de nascentes no município de Vitória da Conquista.....	31
Figura 3 - Disposição geográfica de nascentes no município de Vitória da Conquista.....	32
Figura 4 - Disposição geográfica de nascentes no município de Vitória da Conquista.....	33
Figura 5 - Disposição geográfica de nascentes na área de influência do Aeroporto Glauber Rocha.....	36
Figura 6 - Mapa de drenagem superficial do distrito aeroportuário	37
Figura 7 - Mapa de uso da terra do município de Vitória da Conquista no ano de 2000 ..	41
Figura 8 - Mapa de uso da terra do município de Vitória da Conquista no ano de 2010 ..	42
Figura 9 - Mapa de uso da terra do município de Vitória da Conquista no ano de 2014 ..	43
Figura 10 - Áreas de ocupação do solo	45
Figura 11 - Porcentagens de áreas de ocupação do solo.....	45
Figura 12 - Mapa de uso e ocupação do solo no distrito aeroportuário.....	47
Figura 13 - Áreas de ocupação do solo no distrito aeroportuário	48
Figura 14 - Porcentagem de ocupação do solo no distrito aeroportuário	49
Figura 15 - Mapa de locais de passivos e pressões ambientais no município de Vitória da Conquista.....	51
Figura 16 - Mapa de locais de passivos e pressões ambientais no município de Vitória da	52
Figura 17 - Mapa de locais de passivos e pressões ambientais no município de Vitória da Conquista.....	53
Figura 18 - Localização de passivos ambientais de atividades de mineração	56
Figura 19 - Mapa de pressões ambientais na zona de influência aeroportuária	57
Figura 20 - Malha Urbana 1940-1960, a cidade monocêntrica, com a projeção do anel rodoviário	70
Figura 21 - Malha Urbana 1960-1980, evolução da cidade monocêntrica para a cidade radial clássica, com a projeção do anel rodoviário	71
Figura 22 - Malha Urbana 1970-2000, evolução da cidade radial/polinuclear	72
Figura 23 - Vitória da Conquista: Densidade demográfica (sede) /1940-2010.....	73
Figura 24 – Subcentros do Bairro Brasil e Alto Maron	73
Figura 25 – Corredores de Comércio e Serviço – Avenidas Bartolomeu Gusmão e Juracy Magalhães	74
Figura 26 - Mapa de Uso do Solo	75
Figura 27 – Ocupação precária no alto do bairro Ibirapuera, dentro dos limites da Serra do Periperi.....	76
Figura 28 – Loteamento no bairro Candeias sem pavimentação viária apresentando residências térreas de padrão médio e verticalizações.....	77
Figura 29 - Alvarás / unidades novas (2013-2018)	78
Figura 30 - Levantamento dos espaços públicos em Vitória da Conquista	79
Figura 31 - Ocupação Urbana – ano 2019	81
Figura 32 - Forma de abastecimento de água em Vitória da Conquista por bairro, 2010.	83
Figura 33 - Formas de abastecimento existentes nos distritos de Vitória da Conquista em 2010.....	83
Figura 34 - Localização das barragens do Sistema de Abastecimento de água de Vitória da Conquista.....	86
Figura 35 - Localização dos componentes dos sistemas de abastecimento de água de Vitória da Conquista	87
Figura 36 - Tipos de esgotamento sanitário	90
Figura 37 - Sistema de Esgotamento Sanitário de Vitória da Conquista	92

Figura 38 - Coleta de resíduos domésticos em Vitória da Conquista por bairro, 2010	96
Figura 39 - Coleta de resíduos nos distritos de Vitória da Conquista, 2010.....	97
Figura 40 - Sistema de Drenagem do Município de Vitória da Conquista	98
Figura 41 - Pontos de alagamento identificados no município de Vitória da Conquista .	100
Figura 42 - Estações de Rádio-Base instaladas em Vitória da Conquista: a) claro; b) nextel; c)oi; d) tim; d) vivo	114
Figura 43 - Acesso à rede de voz	115
Figura 44 - Acesso à rede de dados.....	115
Figura 45 - Quadro institucional para a gestão da cidade em Vitória da Conquista.....	117
Figura 46 - Despesas dos programas, projetos e ações das secretarias estratégicas ...	119

SIGLAS E ABREVIATURAS

Anatel - Agência Nacional de Telecomunicações

ANCARBA – Associação Norestina de Crédito e Assistência Rural da Bahia

Aneel - Agência Nacional de Energia Elétrica

APP – Área de Preservação Permanente

ASA - Área de Segurança Aeroportuária

ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural

AUC – Área Urbana Consolidada

AUR – Área Urbana Rarefeita

AV – Áreas Vazias

BA – Bahia

CAPS – Centro de Atendimento Psicossocial

CDRU - Concessão de Direito Real de Uso

COELBA - Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia

DEC - Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora

DIC - Duração de Interrupção Individual por Unidade Consumidora

DICRI - Duração da Interrupção Individual

DMIC - Duração Máxima de Interrupção Contínua

EBDA – Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola

EMATERBA – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural da Bahia

Embasa – Empresa Baiana de Águas e Saneamento S.A.

EMURC - Empresa Pública de Urbanização

ETA – Estação de Tratamento de Água

FAPES - Fundação de Administração e Pesquisa Econômico Social

FEP – Fundação Escola Politécnica da Bahia

FETAG - Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado da Bahia

FIC - Frequência de Interrupção Individual por Unidade Consumidora

FUNDURB - Fundo de Desenvolvimento Urbano

GTA – Grupo de Trabalho e Acompanhamento

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICA – Índice de Conformidade de Água

ICE – Índice de Corrente de Comércio Exterior

IDEB - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

IIF – Índice de Independência Fiscal

IMT – Índice de Mercado de Trabalho

INE – Índice de Educação

INF – Índice de Infraestrutura

INS – índice do nível de saúde

IPE – Índice de Performance Econômica

IPM – Índice de Produto Industrial

IPS – Índice de Performance Social

IPTU – Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana

ISB – índice de Oferta de Serviços Básicos

LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias

LOA - Lei Orçamentária Anual

MST - Movimento dos Sem Terra

PDAP – Plano Diretor do Distrito Aeroportuário

PDDU – Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano

PDI - Plano de Desenvolvimento Integrado

PEUC – Parcelamento, Edificação ou Utilizaçãp Compulsória

PEVS - Pontos de Entrega Voluntária

PIB – Produto Interno Bruto

PLANSAB - Plano Nacional de Saneamento Básico

PLHIS - Plano Local de Habitação de Interesse Social

PMVC – Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista

PPA - Plano Plurianual

PRRC - Plano de Renovação e Revigoramento de Cafezais

SC – Sítios e Chácaras

SDR - Secretaria de Desenvolvimento Rural

Sedeso - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social

SEGOV – Secretaria de Governo

SEI - Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia

SEINFRA – Secretaria de Infraestrutura da Bahia

SEMMA – Secretaria Municipal de Meio Ambiente

SEMOB - Secretaria Municipal De Mobilidade

SES – Sistema de Esgotamento Sanitário

SESEP - Secretaria Municipal de Serviços Públicos

SIAA – Sistema de Abastecimento de Água

SNIS – Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento

SRTM- Missão Topográfica Radar Shuttle

TCM - Tribunal de Contas

UC – Unidade de Conservação

UFBA – Universidade Federal da Bahia

URBIS – Habitação e Urbanização do Estado da Bahia

ZEE – Zona Ecológica Econômica

ZEIS - Zonas Especiais de Interesse Social

1. APRESENTAÇÃO

O presente documento apresenta o **Produto 08 – Tomo II - Relatório de Diagnóstico Integrado e de Cenários do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano**, parte integrante do sétimo relatório técnico do Contrato nº 019-35/2018, firmado entre a Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista e a Fundação Escola Politécnica da Bahia – FEP, tendo como objeto a elaboração do **Plano Estratégico Vitória da Conquista 2020 – Etapa I**, concebido como um elenco orgânico e estruturado de projetos e ações a serem implementados no período 2017/2020 pela nova Administração Municipal.

A Etapa I do Plano 2020, objeto do Contrato atual, compreende o desenvolvimento dos seguintes produtos: Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano; Plano Diretor Distrito Aeroportuário; Agência Reguladora Municipal e Termos de Referência para os Planos Municipais de Saneamento Básico, Meio Ambiente e Mineração.

2. INTRODUÇÃO

Concluída a etapa de Diagnóstico consubstanciada pelos estudos técnicos elaborados pela equipe de assessoria e pela leitura dos habitantes sobre o Município realizada nas reuniões do Grupo de Trabalho e Acompanhamento e nas Oficinas de Grupos de Bairros e Distritos o processo de planejamento ingressa na sua etapa propositiva.

O volume de dados e informações dos estudos realizados e advindos do processo participativo exigem o esforço de síntese, necessário à identificação dos temas candentes da realidade urbana de Vitória da Conquista, inclusive na sua relação com a sua zona rural e com espaços mais amplos com os quais interage no seu processo de estruturação e produz suas próprias espacialidade, ao passo que organiza o espaço sob a sua influência na sua condição polo regional.

Os resultados sintetizados das leituras técnica e participativa são sistematizados em quadros, onde são destacadas as características relevantes, os pontos críticos e os pontos favoráveis junto ao registro de alguns indicadores representativos associados aos temas. Esses registros serão ainda submetidos ao GTA para apreciação e validação para que possam ser identificadas as convergências e os pontos dissonantes entre as duas visões.

O esforço de síntese e integração desse conjunto amplo de informações é, portanto, um dos propósitos principais do presente relatório apresentado em versão preliminar. Destaque especial é dado à sede municipal, sua estrutura e dinâmica espacial, infraestrutura e equipamentos, dentre outros aspectos, tendo em vista a complexidade envolvida e os objetivos maiores do trabalho.

Essa síntese possibilitou o avanço no sentido da análise prospectiva da realidade, compondo, da mesma forma, em versão ainda parcial, o prognóstico. Por meio da identificação dos temas críticos e suas relações busca-se o entendimento de processos e situações urbanas em abordagem integrada. Complementarmente são identificadas as variáveis significativas e suas relações de dependência e interferência na realidade municipal, os fatores críticos e a disposição e interesse dos agentes em alterá-los. Em conjunto, essas informações permitiram a identificação das incertezas críticas, entendidas

aqui como macroprocessos com potencial significativo de interferência na organização territorial do município e os fatores críticos responsáveis pelos movimentos de transformação ou de contenção.

Um esboço de hipóteses de alteração da realidade a partir dos fatores críticos selecionados é apresentado ao final do relatório como conteúdo de base para construção de cenários.

3. SÍNTESE PARA DIAGNÓSTICO INTEGRADO

3.1. ASPECTOS SOCIOECONOMICOS

3.1.2. Dinâmica Regional

A importância regional de Vitória da Conquista decorre de vários aspectos socioeconômicos cabendo aqui destacar os mais importantes. Em primeiro lugar por abrigar uma significativa população próxima a trezentos e cinquenta mil habitantes (que chegarão a 445 mil em 20 anos), a terceira maior do Estado. Em segundo lugar, mas não menos importante, por sua posição estratégica enquanto entreposto comercial da Bahia com o sudeste do País por meio da BR-116 e seu aeroporto. No caso da ligação aeroviária, projeta-se um apreciável incremento de transporte de pessoas e cargas com a implantação do novo aeroporto. É também a capilaridade rodoviária a partir das rodovias BA-262, BR-407 e BR-415, que faz com que Vitória da Conquista polarize toda a região Sudoeste do Estado.

A hierarquização regional urbana não é alcançada somente pelo viés econômico, mas também pela condição de centro de serviços, especialmente de ensino superior com uma universidade estadual, *campi* de universidade e instituto federais, além de diversas entidades privadas de ensino. Adicionalmente, encontram-se em Vitória da Conquista unidades de serviços de saúde com grandes hospitais e centros de referência.

3.1.3. Índices de Performance Econômica e Social

Os Índices de Performance Econômica e Social apurados pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia, cuja metodologia encontra-se disponível¹, teve

¹ Uma sumula justificativa da edição de 2011 é transcrita a seguir:

“No Brasil, o desenvolvimento de indicadores socioeconômicos se disseminou a partir da segunda metade da década de 1960 para atender ao planejamento das políticas públicas do governo militar. A estratégia era produzir informações para acompanhar desempenho dos programas do governo

uma realização atualizada a partir de 2011. Esses índices em nível municipal têm como finalidade acompanhar a performance econômica e social e avaliar suas componentes principais atingindo o objetivo de comparabilidade nos territórios.

Neste sentido, em razão da qualidade dos indicadores é permitido hoje fazer uma análise sintética da Performance de Vitória da Conquista, enquanto reconhece-se a importância deste esforço histórico da SEI.

3.1.4. Principais Resultados do Índice de Performance Social (IPS) e Índice de Performance Econômica (IPE) em Vitória da Conquista entre 2002 e 2010.

Tabela 1 - Índice de Performance Social de Vitória da Conquista

ANO		2002	2010
ISB	ÍNDICE DE OFERTA DE SERVIÇOS BÁSICOS	20	15
INE	ÍNDICE DE EDUCAÇÃO	53	19
INS	ÍNDICE DO NÍVEL DE SAÚDE	31	47
IMT	ÍNDICE DE MERCADO DE TRABALHO	27	25
IPS	ÍNDICE DE PERFORMANCE SOCIAL	19	9

Fonte: SEI

federal e seus desdobramentos para estados e municípios. Informações municipais só eram produzidas por meio do Censo Demográfico, realizado

O fim do regime militar e a consequente descentralização administrativa promovida pelo novo ambiente democrático ampliaram a demanda por indicadores socioeconômicos de forma generalizada independentemente de esfera administrativa.

Nesse âmbito, os primeiros esforços para a criação de indicadores municipais na Bahia surgiram em meados da década de 1990, a partir de iniciativas da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), em parceria com a unidade local do IBGE. Em um período caracterizado pela consolidação do processo de redemocratização do País, no qual as demandas por informações municipais para planejamento se tornaram crescentes devido ao processo de descentralização administrativa, emanado a partir da promulgação da Constituição Federal de 1998, a SEI justificou a necessidade de desenvolvimento desses indicadores devido principalmente à dimensão e às disparidades existentes no Estado da Bahia.”

Tabela 2 - Índice de Performance Econômica de Vitória da Conquista

ANO		2002	2010
INF	ÍNDICE DE INFRAESTRUTURA	53	65
IPM	ÍNDICE DE PRODUTO INDUSTRIAL	11	7
ICE	ÍNDICE DE CORRENTE DE COMÉRCIO EXTERIOR	48	43
IIF	ÍNDICE DE INDEPENDÊNCIA FISCAL	20	28
IPE	ÍNDICE DE PERFORMANCE ECONÔMICA	21	18

Fonte: SEI

Vitória da Conquista é um dos dez municípios de melhor performance social - IPS (9), enquanto na performance econômica situa-se em menor nível (18). Isto porque segundo este ranking (SEI, 2011), os municípios que tem grande performance econômica no Estado tem grandes empreendimentos responsáveis pelo desenvolvimento e com grande economia que amplia o atendimento dos serviços básicos.

O índice social de Vitória da Conquista é resultado especialmente pelo maior atendimento de serviços básicos e educação. A educação no ano 2010 atinge uma posição excelente, tendo crescido muito nos últimos anos observados.

Os serviços básicos melhoraram em consumo de energia elétrica e água tratada. Nota-se que o índice de saúde não obteve boa performance. Nesta posição o número de estabelecimentos de saúde e profissionais e doenças redutíveis por saneamento não melhoraram relativamente.

3.1.5. Economia Municipal

Em 2016 o Produto Interno Bruto (PIB) municipal foi estimado R\$ 6,2 bilhões e o PIB *per capita* em R\$ 17.991,00, 6,3% acima da média estadual de R\$16.931,00. O PIB municipal equivalente a 2,4% do PIB Estadual coloca o município na 5ª posição entre os 417 municípios baianos, atrás de Salvador, Camaçari, Feira de Santana e São Francisco do Conde.

O terciário reúne as principais atividades econômicas do setor privado no município. Os serviços governamentais nas três esferas representam 55,7%. A indústria contribui com

16,4% para a formação do PIB e a agropecuária é atualmente uma atividade marginal, representando apenas 1,8% do PIB.

Quinze anos atrás a agropecuária representava quase 5% e 50 anos atrás muito mais, quando o café e a criação de bovinos sustentavam a economia do município. A produção de café tornou-se importante a partir de 1971 com a execução do o Plano de Renovação e Revigoração de Cafezais (PRRC) que apoiou essa lavoura com financiamento em favor de práticas modernizadas, o que ensejou a erradicação dos cafezais decadentes.

A crise da lavoura cacaueteira a partir dos anos 1990 foi acompanhada do declínio da importância da agropecuária, dando lugar à expansão de café *conillon* (robusta) em todo o litoral baiano, desde o Baixo Sul até o Extremo Sul.

Desde 2002, a indústria lidera os demais segmentos da atividade econômica em termos de crescimento. Cerca de 80% acima da velocidade de crescimento do PIB, em termos nominais. A agropecuária evoluiu muito lentamente, com índices variando entre 100 e 250.

A cafeicultura e a agroindústria a ela associada, a pecuária bovina semi-intensiva associada à industrialização de seus produtos e subprodutos e a mineração devem merecer a máxima prioridade. Entre as oportunidades existentes nessa região, podem ser citadas:

3.1.6. Oportunidades produtivas

De acordo com o Plano de Desenvolvimento Integrado – PDI Bahia 2035, no Território do Sudoeste Baiano são consideradas oportunidades produtivas a Atividade Industrial (com destaque para metalurgia, mecânica, alimentos, vestuário e material para construção), e de Serviços (especialmente nas áreas de educação, saúde e tecnologia da informação), a Mineração (principalmente rochas ornamentais e minerais não metálicos, como a bentonita sódica utilizada na perfuração de poços tubulares e de petróleo), Pecuária Bovina, Café, Geração de Energia, Suinocultura e Avicultura, para as quais estão previstos investimentos da ordem de R\$276 milhões em 14 projetos, com geração de 526 empregos diretos. A estas vocações se deve acrescentar um novo papel definido pela localização geográfica, pela importância demográfica do município, pela vocação para o comércio que tenderá ser fortemente expandida com o crescimento do *e-commerce*, e pela infraestrutura

aeroportuária agora ampliada com a construção do novo aeroporto que deverá entrar em operação em agosto próximo e deverá consolidar o papel atual como centro de logística regional.

3.1.7. Condições de Vida

Educação

A Taxa de Escolarização de Vitória da Conquista é de 96,8%. De acordo com a SEI, em relação ao nível educacional, Vitória da Conquista tinha, em 2014, 136 estabelecimentos de ensino pré-escolar, 259 estabelecimentos de ensino fundamental e 36 estabelecimentos de ensino médio. As matrículas efetuadas no ano de 2014 para esses níveis escolares foram, respectivamente, de 11.037, 51.281 e 13.155 alunos. Existem 2.132 docentes (2017) que trabalham nesses estabelecimentos e atendem 50.923 alunos matriculados, à razão de 24 alunos por professor em média. O Município conta com 931 professores, representando 15 alunos para cada docente, em média. A avaliação do IDEB para os alunos nos anos iniciais do Ensino Fundamental foi 4,1, e para os anos finais foi 3,6 pontos.

Saúde

Os dados de mortalidade infantil, segundo o DATASUS, mostram que houve queda no número de casos, visto que em 2008, Vitória da Conquista possuía um nível de mortalidade infantil de 20 mortos por mil nascidos vivos e em 2014 esse número caiu para 14,72 por mil. Em 2016, o índice de internação por diarreias foi de 1,3 internações por mil habitantes.

Os indicadores de morbidade hospitalar indicam que entre 2005 e 2014 o número de óbitos em hospitais aumentou em Vitória da Conquista num ritmo maior do que o crescimento da população e que a contribuição da população masculina foi maior do que da feminina.

Os óbitos evoluíram em média 3% ao ano, sendo 3,3% para o gênero masculino e 2,6% para o feminino. A causa principal dos óbitos é devida a doenças do aparelho circulatório que representam atualmente (2014) 25,7% do total e evoluíram à razão de 6,7% ao ano. Em segundo lugar estão as doenças infecciosas e parasitárias, que representam 14,9% e

aumentaram entre 2005 e 2014 à taxa de 9,9% ao ano. Em terceiro lugar figuram as doenças do aparelho respiratório, que representam 12,9% e apresentaram uma involução no período, pois em 2005 representavam 18,5% das causas de óbitos. Os tumores são responsáveis por 10,8% dos óbitos e estes evoluíram à razão de 7,5% ao ano.

Assentamentos de Reforma Agrária

Segundo estudo realizado pela UFBA, existem 15 Assentamentos na estratégia dos movimentos sociais para implantação de uma política de reforma agrária. Os principais movimentos envolvidos são: Movimento dos Sem Terra - MST e Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado da Bahia – FETAG. Esses assentamentos abrangem uma área de 20 mil hectares e têm capacidade para acolher 983 famílias. O mais antigo e com o maior número de famílias assentadas é o Amaralina, implantado na fazenda com o mesmo nome pelo MST em associação com a FETAG. De acordo com o Cadastro do INCRA (2015), existem 729 famílias assentadas, mas esse cadastro não inclui os assentamentos de Salinas e Monte das Oliveiras com 12 famílias assentadas.

Comunidades Quilombolas

Vitória da Conquista possui 20 comunidades quilombolas. Todas estão certificadas pela Fundação Palmares, porém, as famílias não possuem o título das terras.

Quadro 1 – Comunidades quilombolas de Vitória da Conquista

COMUNIDADE	DISTRITO	Distância da sede (em km)
Alto da Cabeceira	José Gonçalves	26
Boqueirão		
Lagoa dos Patos		
Sinzoca		
São Joaquim de Paulo	Cabeceira do Jiboia	29
Barrocas		24
Lagoa de Vitorino	Distrito Industrial	11

COMUNIDADE	DISTRITO	Distância da sede (em km)
Ribeirão dos Paneleiros / Batalha / Lagoa do Arroz		
Cachoeira das Araras	Pradoso	19
Lagoa Maria Clemência		
Laranjeiras		
São Joaquim do Sertão		
Barreiro do Rio Pardo	Inhobim / Cercadinho	80
Cachoeira do Rio Pardo		
Lagoa de Melquíades / Baixa Seca		
Lamarão	Veredinha	48
Corta Lote	São João da Vitória (Batuque)	43
Cachoeira dos Porcos	Iguá	17
Furadinho		
Quatis dos Fernandes		

Fonte: Coordenação da Igualdade Racial / PMVC (2018)

Os povos negros escravizados, no processo de resistência à escravidão, deram origem a grupos sociais que ocupam um território comum e compartilham características culturais até os dias de hoje. Seus descendentes formam grupos que são conhecidos como “comunidades remanescentes de quilombos”, “quilombolas”, “comunidades negras rurais”.

Assim sendo, as comunidades quilombolas do município de Vitória da Conquista foram caracterizadas, de forma a nortear para a identificação dessas como zonas especiais, considerando as suas particularidades e garantindo a manutenção da suas identidades culturais em um território conquistado pelos povos escravizados e reconhecido pelo Governo Federal, de modo a garantir a proteção de seus direitos.

De acordo com alguns relatos, as comunidades se formaram em locais mais isolados e com possibilidades colheita de frutas, caça e pesca para alimentação. Observa-se que

apesar da agricultura familiar de subsistência ser um ponto em comum a todas as comunidades visitadas, algumas delas perderam suas terras para os grandes produtores, a exemplo da comunidade de Barrocas, em Capinal (distrito de Cabeceira do Jiboia). Outro fato relevante é que membros da comunidade recusam o reconhecimento como remanescentes de quilombolas, considerando como uma característica negativa, principalmente entre a população mais jovem.

Um fato preocupante é que estas comunidades não exercem nenhuma prática religiosa originária de suas raízes. Em sua grande maioria, a religião predominante é a evangélica.

Todas as comunidades possuem acesso aos serviços públicos, ainda que de forma precária, a exemplo de Lagoa dos Patos, em José Gonçalves, que tem dificuldade de acesso ao Posto de Saúde local.

Uma grande preocupação de todas as comunidades é com o serviço de saúde, que julgam como deficiente, principalmente para atendimento noturno de emergência.

No que se refere ao saneamento básico, o abastecimento ainda é precário, sendo a maioria abastecida por cisternas ou carros pipa; o tratamento dos esgotos domésticos é inexistente e a coleta dos resíduos sólidos atende a maioria delas, ainda que uma vez por semana.

No que tange à mobilidade, o acesso a essas comunidades se dá por estrada de terra, em condições precárias de acesso, na sua maior parte, principalmente durante as chuvas.

Na comunidade de Alto da Cabeceira (Distrito de José Gonçalves), são encontradas algumas pequenas olarias, sendo estas responsáveis por boa parte da degradação ambiental local.

A Resolução nº 34/2005, Art. 5º, do Ministério das Cidades, Conselho das Cidades, que um Plano Diretor deve reconhecer as características especiais de algumas partes do seu território e pode fazer isso através da criação de Zonas Especiais para que reconheçam a cultura, os hábitos e modos de viver das diferentes populações tradicionais brasileiras, como as comunidades de pescadores, os assentamentos rurais, os agricultores familiares, os quilombolas, as populações ribeirinhas, as populações extrativistas, entre outras. E, além de demarcar o território, as Zonas Especiais podem também demarcar áreas que têm valor simbólico ou sagrado para esses povos, de forma a garantir a sua preservação (ConCidade, 2005).

Desta forma, marcar como Zona Especial também pode ajudar a reconhecer esses territórios e contribuir para a titulação da terra às comunidades quilombolas.

3.1.8. Dinâmica Populacional

De acordo com Censo Demográfico de 2010, Vitória da Conquista abrigava 306.866 habitantes, sendo o terceiro município em termos de população no Estado. Sua densidade demográfica era de 90,11 hab./km². A relação entre a população urbana e a rural registra que 274.739 habitantes residiam em área urbana e 32.127 habitantes residiam em área rural, perfazendo um grau de urbanização de 89,5%. Na decomposição por gênero, a população era majoritariamente do sexo feminino, ou seja, em números absolutos eram 158.987 habitantes do gênero feminino e 147.879 do sexo masculino.

Para o ano de 2018, de acordo com estimativas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o município de Vitória da Conquista conta com uma população de 338.885 habitantes.

Entre 1980 e 1991, a população do município cresceu a uma taxa média de 2,55% ao ano. De 1991 a 2000, a população do município apresentou uma taxa média de 1,72% ao ano, e, no período 2000 a 2010, cresceu a uma taxa de 1,57% a.a.

A população residente na área urbana cresceu a uma taxa de 3,61% entre 1980 e 1991, 2,02% a.a. no período de 1991 a 2000 e 1,99% a.a. entre os anos de 2000 a 2010. Em relação à população residente na área rural, registrou-se uma redução de 1,44% a.a., entre os anos de 1980 e 1991, um aumento de 0,06% ao ano entre 1991 a 2000, e, na década seguinte, de 2000 a 2010, observou-se uma queda de 1,39% a.a.

A urbanização crescente observada nos municípios da Bahia, também ocorre em Vitória da Conquista, reduzindo expressivamente sua população rural a apenas 10,5% do total, transformada em 2010 em um município preponderantemente urbano.

Quanto ao número de domicílios, observa-se que houve uma evolução contínua entre 1970 e 2010, tanto na zona urbana como na área rural.

Retrocedendo ao ano de 1940, verificou-se uma evolução contínua do número de domicílios no município entre 1940 e 1960. Durante os anos 1960 e 1970 muitos distritos foram emancipados. Em 1962 alinham-se Caatiba, Belo Campo, Anagé, Barra do Choça e

Cândido Sales como novos municípios, fazendo com que o total de domicílios decrescesse de 24.303 para 21.328 (2.975 unidades a menos) à razão de -1,30% ao ano.

Esse período coincide com a implantação da rodovia Rio-Bahia, um dos trechos principais da BR-116, que viria a constituir importante eixo de desenvolvimento e exercer, a partir da segunda metade dos anos 1960, uma forte atração de atividades produtivas e população para o município, que voltou a crescer a taxas próximas de 4% ao ano nas duas décadas seguintes e acima de 3% nas duas últimas décadas.

Observa-se que entre 1991 e 2010 a população de Vitória da Conquista vem passando por um processo de envelhecimento. Observa-se a redução de 37,1% para 25% a proporção de pessoas de até 14 anos na população total e, em contrapartida, tem apresentado o crescimento na população de 60 anos ou mais.

As projeções populacionais indicam que até 2040 a população do município deverá atingir 434 mil habitantes, com uma taxa de urbanização de 94,1%. Do mesmo modo, espera-se um crescimento do número de domicílios na maioria dos bairros da Sede.

Em Vitória da Conquista, mais de 90% dos domicílios estão situados na zona urbana (IBGE,2010), enquanto a média no Estado é de 74%. A maior parte dos domicílios possui 5 (cinco) cômodos.

São menos expressivos (menos de 0,5%) os domicílios com mais de três moradores, enquanto no Estado eles representam significativos 5%.

Em Vitória da Conquista a classe de renda média per capita com frequência mais relevante é a relativa a renda entre $\frac{1}{2}$ e um salário mínimo, que representa 33% do total. Para o Estado este estrato representa 29%. Em Vitória da Conquista, em 7,9% dos domicílios o rendimento médio per capita é superior a 3 salários mínimos, enquanto no Estado da Bahia são 6,5% dos domicílios com rendimento médio acima de 3 salários.

O fato de Vitória da Conquista ser um município de passagem de importantes eixos rodoviários acentua dificuldades de avaliação do fator migração em sua transformação demográfica, porquanto a avaliação dos efeitos da migração é, normalmente, bem mais difícil de se fazer do que a avaliação dos fenômenos da fertilidade e mortalidade, uma vez que nem todos os movimentos de pessoas que passam por fronteiras representam migrações. Migrações ocorrem quando as pessoas trocam de lugar (cidade) de residência. Trata-se, portanto, de um aspecto que torna complexa a tarefa de elaborar projeções

demográficas no caso de Vitória da Conquista, e esse é um dos inúmeros desafios do presente trabalho.

Entre 2000 e 2010, houve um aumento de 1,34% ao ano no número Total de Domicílios no Distrito de Vitória da Conquista. As estimativas projetadas indicam que o número total de domicílios deverá evoluir à taxa média anual de 0,44% ao ano no período projetado e atingir 70,8 mil unidades até 2040.

Tabela 3 - Evolução do número de domicílios no bairro

ANOS	2000	2010	2030	2020	2040
Centro	3.375	3.727	4.079	3.933	4.192
Guarani	2.477	2.273	2.069	2.154	2.003
Cruzeiro	2.020	2.315	2.610	2.488	2.705
Alto Maron	5.088	5.042	4.996	5.015	4.981
Recreio	1.898	2.138	2.378	2.278	2.455
Jurema	1.429	1.667	1.905	1.806	1.982
Brasil	5.802	6.306	6.810	6.601	6.972
Ibirapuera	4.023	3.978	3.933	3.952	3.919
Nossa Senhora Aparecida	956	961	966	964	968
Primavera	127	592	1.057	864	1.207
Candeias	3.302	4.514	5.726	5.223	6.116
Boa Vista	389	2.681	4.973	4.022	5.711
Felícia	676	867	1.058	979	1.119
Patagônia	6.530	7.290	8.050	7.735	8.295
Bateias	2.621	2.382	2.143	2.242	2.066
Zabelê	5.626	6.222	6.818	6.571	7.010
Universidade	158	224	290	263	311
Espírito Santo	2.424	3.187	3.950	3.633	4.196
Aírton Senna	24	100	176	144	200
Jatobá	1.521	1.760	1.999	1.900	2.076
Campinhos	836	1.243	1.650	1.481	1.781
São Pedro	668	408	148	256	64
Distrito Industrial	408	257	106	169	57
Lagoa das Flores	882	679	476	560	411
SOMA	53.260	60.813	68.366	65.231	70.798

Fonte: FEP, com base em IBGE/2000-
2010

3.1.9. Caracterização demográfica dos bairros do distrito Sede

O distrito sede de Vitória da Conquista tinha 24 bairros em 2010, somando 60 mil domicílios. Os bairros de Patagônia e Zabelê eram os mais ocupados. Entre os dois censos analisados, o Bairro de Boa Vista foi o que mais cresceu (589% em dez anos), vindo depois os bairros Primavera e Ailton Senna, crescendo acima de 300%. Os bairros: Distrito Industrial, São Pedro e Lagoa das Flores perderam domicílios nestes dez anos.

Dezessete bairros mostraram crescimento no número de domicílios, mas os bairros Guarani, Alto Maron, Ibirapuera, Bateias, São Pedro, Distrito Industrial e Lagoa das Flores, registraram, entre 2000 e 2010, uma redução no número total de domicílios, indicando que deverá haver uma tendência de redução nos mesmos, se as condições urbanísticas continuarem as mesmas.

3.1.10. Aspectos Demográficos Relevantes

As características e tendências mais gerais da população brasileira e, por essa via, da baiana, refletem o processo usualmente conhecido ou denominado “transição demográfica”, que se caracteriza inicialmente pela queda da mortalidade, seguida pela queda da fecundidade / natalidade. A transição demográfica é o processo pelo qual a composição da população por sexo e idade, deixa gradativamente de ser formada por grande proporção de crianças e jovens além de pequena proporção de idosos, para outra situação em que o peso relativo dos idosos aumenta paulatinamente e o de crianças diminui.

3.1.11. Urbanização

Em 2010, a urbanização é crescente atingindo 89,5%, com população urbana de 274.739 residentes, sendo 32.127 a sua população rural. Vitória da Conquista tinha 306.866 habitantes e classificava-se como terceiro maior município da Bahia depois de Salvador e Feira de Santana.

3.1.12. Migrações

Entre 2010/2000 em Vitória da Conquista aproximadamente 15 mil pessoas residentes vieram de outros municípios.

As migrações de outros estados da federação em dez anos corresponderam a 4 mil pessoas aproximadamente e têm se estabilizado em 2010 representando 8% dos naturais, reflexo dos movimentos regionais no Brasil quando nesta última década se observam reduções de migrações do Nordeste para Sudeste, bem como algum movimento de retorno.

Vitória da Conquista apresentava em 2010 um componente migratório crescente especialmente pelos habitantes vindos de outros estados da federação num total de 22.680 pessoas. Os não naturais residentes que vieram de outros municípios da Bahia, representavam 47% dos residentes naturais e totalizavam 97.543

3.1.13. Concentração Espacial

O município de Vitória da Conquista tinha doze Distritos em 2010. O Distrito **sede** de Vitória da Conquista em 2010 concentrava 88% da população total do Município, sendo essencialmente urbano. Dos 268.739 residentes, sendo apenas 8.629 em área rural, revelando taxa de urbanização de 96,8%. Em 2010 a população residente do Distrito de Vitória da Conquista havia crescido 1,85% a.a. e sua população urbana 1,92% a.a., crescendo sua população urbana em 45 mil habitantes em dez anos.

3.1.14. Densidade demográfica

A densidade demográfica urbana de Vitória da Conquista em 2010 era de 90hab/km², permitindo um adensamento urbano significativo nos próximos 20 anos. Para efeito de comparação, a capital baiana tinha 3.859 hab/km².

3.1.15. Projeções da população

A taxa de crescimento vegetativo 2000-2010 na Bahia é de 0,96% a.a. segundo as estimadas da SEI – Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais, sendo que a taxa geométrica de crescimento em Vitória da Conquista neste mesmo período foi de 1,57% a.a., significando que existem fortes migrações. As taxas de crescimento geométricas da população urbana foram de 1,99%a.a. e a urbanização crescente chegou a 89,53”%.

3.2. ASPECTOS FÍSICO-AMBIENTAIS

Situado em uma região com grande diversidade geomorfológica, o que propiciou o estabelecimento de uma grande diversidade de ecossistemas, como caatinga, mata atlântica (floresta estacional) e cerrado, o território municipal destaca-se em função da sua riqueza biológica. No entanto, o município de Vitória da Conquista, em decorrência dos usos econômicos históricos, mostra uma situação de baixa conservação dos seus ativos ambientais. De uma forma geral, observa-se para os ambientes terrestres a existência de poucos remanescentes da cobertura vegetal nativa original, os quais encontram-se restritos às áreas de mais difícil acesso, com prejuízos para a biodiversidade florística e faunísticas. Para os ambientes aquáticos, observa-se uma afetação geral dos sistemas, com a ocupação de Áreas de Preservação Permanente (APP), presença de barramentos não regularizados do ponto de vista legal, eutrofização e assoreamento.

Algumas Unidades de Conservação (UC) foram criadas pelo município, porém sua gestão vem se mostrando insuficiente para garantir a preservação dos ambientes e sua biodiversidade. Além disso, estas UC restringem ao entorno da sede municipal, permanecendo os demais fragmentos importantes sem um maior grau de proteção.

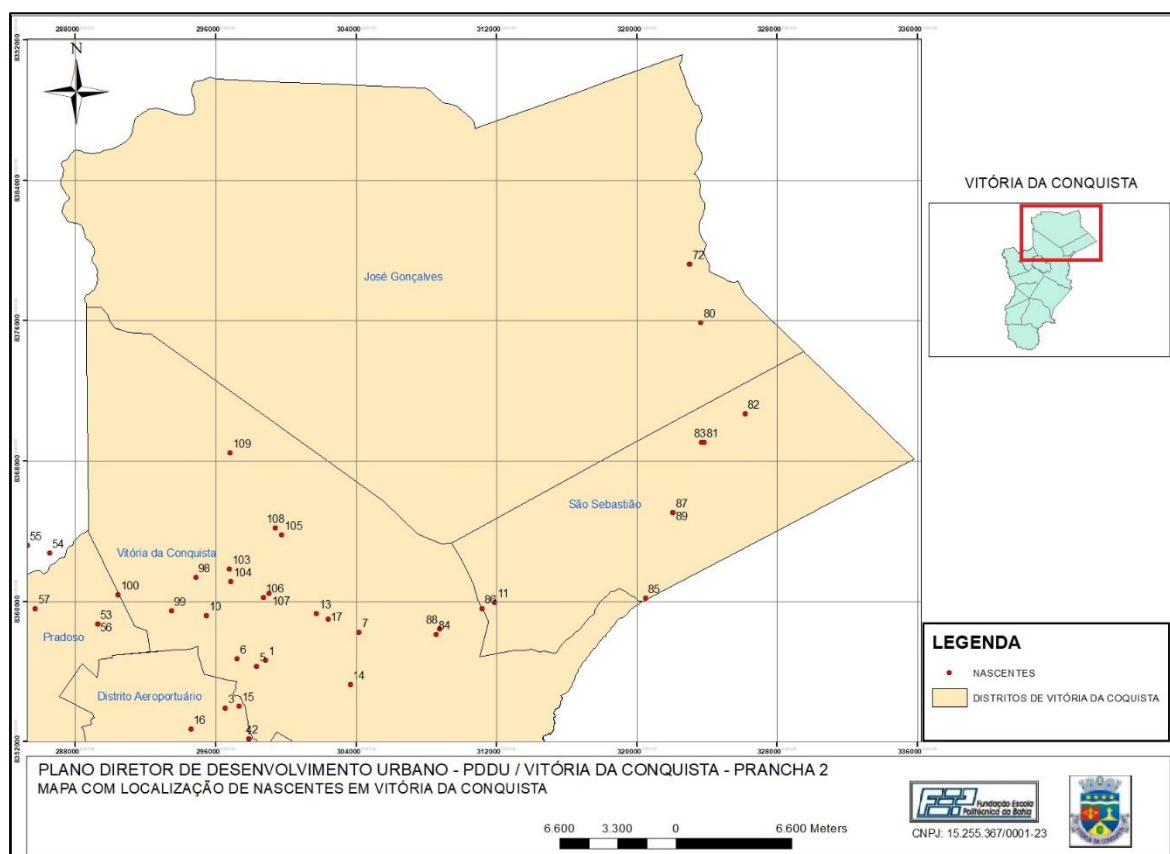
A seguir descrevem-se alguns aspectos observados para os compartimentos ambientais na fase de diagnóstico.

3.2.1. Recursos Hídricos

Foi realizada a avaliação do estado hidroambiental de corpos hídricos existentes no município, caracterizando indicadores do estado de conservação e/ou degradação dos mananciais hídricos existentes no município.

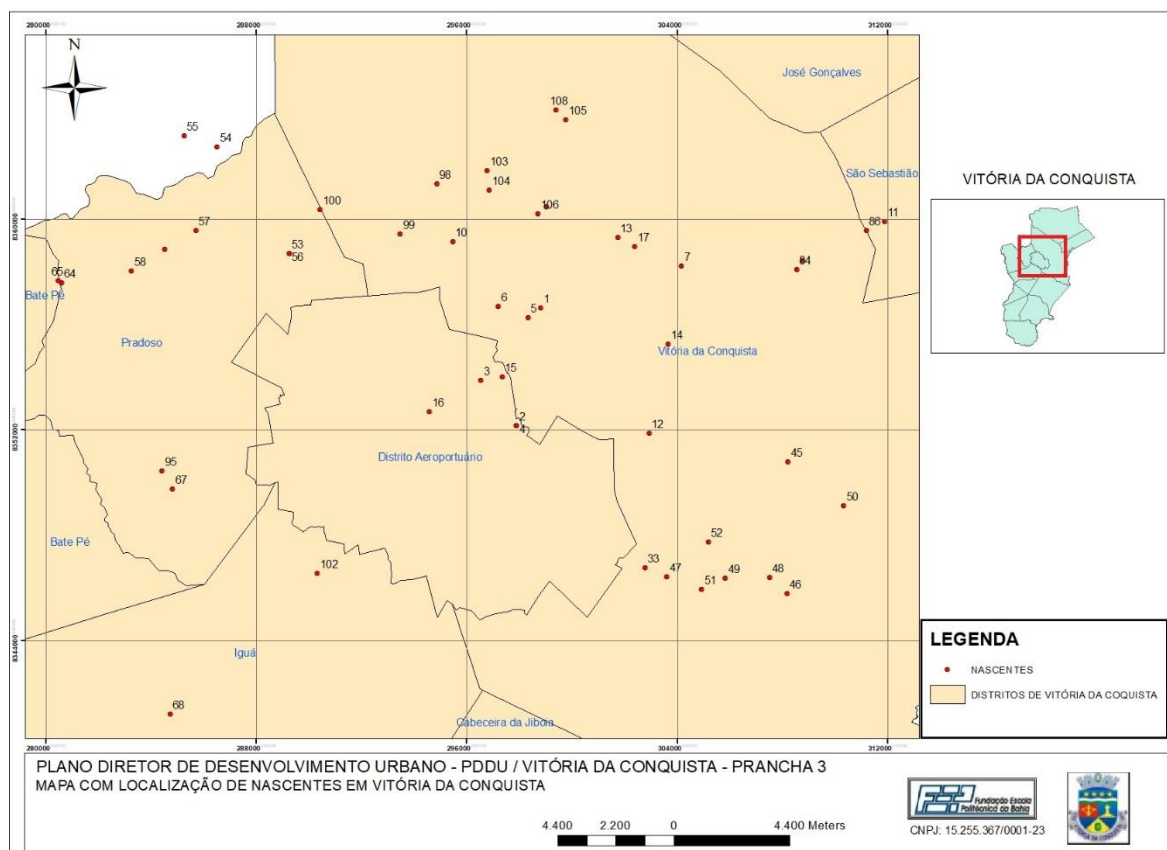
Com base em pontos georreferenciados obtidos em campo e por meio de informações contidas no documento “*Levantamento das Nascentes de Vitória da Conquista*”, da Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista foram gerados mapas expostos seguir, com a localização geográfica de nascentes e mananciais hídricos, enquanto pontos de interesse ambiental e indicadores de conflitos na história de ocupação e usos da terra na construção do tecido urbano do distrito sede.

Figura 1 - Disposição geográfica de nascentes no município de Vitória da Conquista



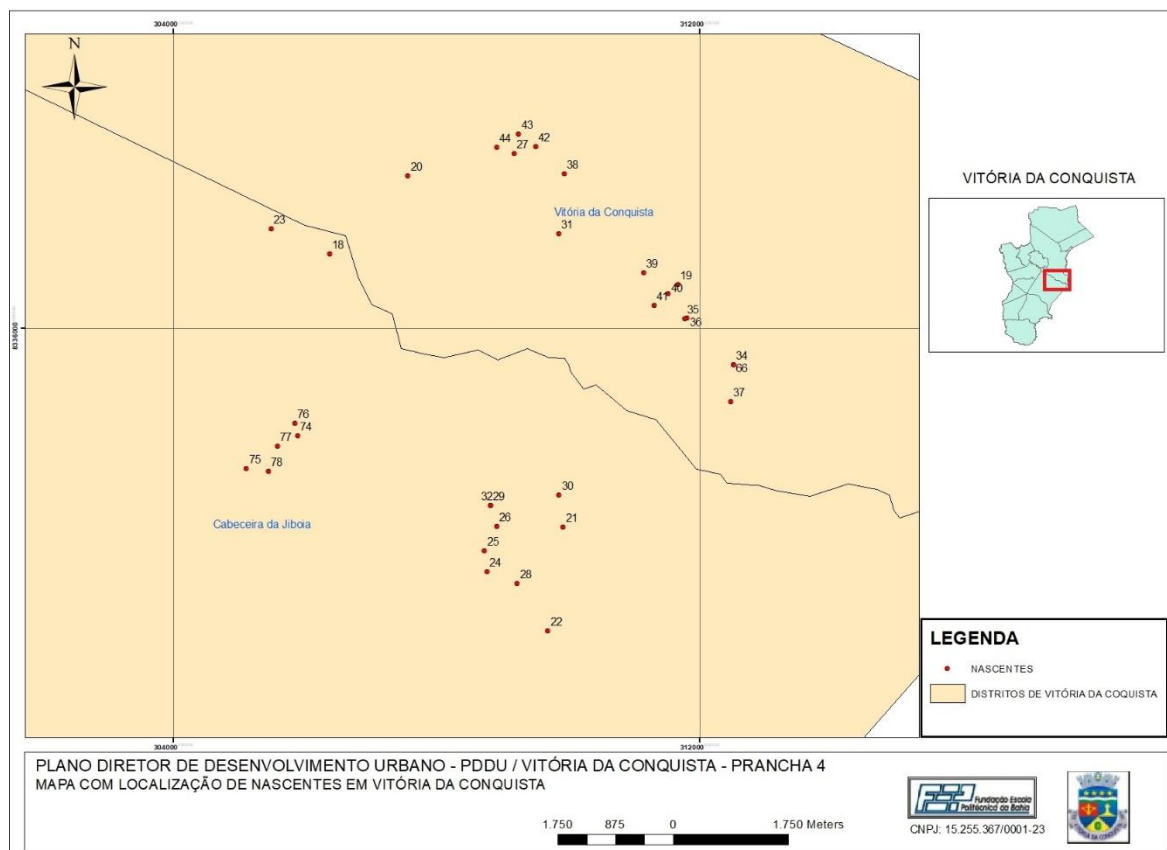
Fonte: Fundação Escola Politécnica da Bahia – FEP (2019)

Figura 2 - Disposição de nascentes no município de Vitória da Conquista



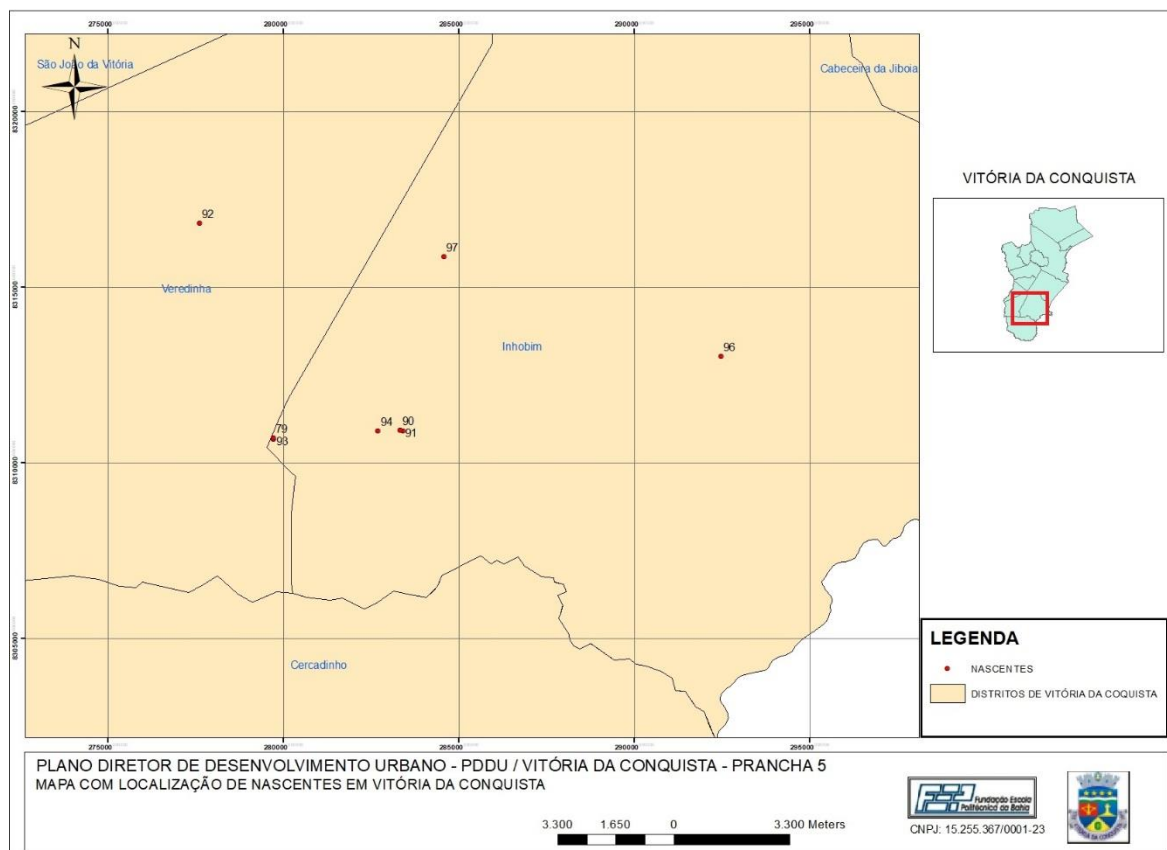
Fonte: Fundação Escola Politécnica da Bahia – FEP (2019)

Figura 3 - Disposição geográfica de nascentes no município de Vitória da Conquista



Fonte: Fundação Escola Politécnica da Bahia – FEP (2019)

Figura 4 - Disposição geográfica de nascentes no município de Vitória da Conquista



Fonte: Fundação Escola Politécnica da Bahia – FEP (2019)

De forma geral as principais pressões ambientais identificadas para os recursos hídricos foram:

1. Eutrofização e contaminação potencial de corpos hídricos em decorrência do lançamento de efluentes domésticos
2. Contaminação potencial de corpos hídricos em decorrência do uso indiscriminado de agroquímicos
3. Disposição irregular de resíduos sólidos comprometendo a hidrodinâmica, em especial, dos corpos hídricos situados em áreas urbanas/urbanizadas
4. Estabelecimento de processos erosivos culminando no assoreamento de corpos hídricos
5. Degradação e ausência de matas ciliares em Áreas de Preservação Permanente (APP)
6. Pressão sobre reservas de água subterrânea em decorrência das limitações associadas ao abastecimento da Embasa na região
7. Aterramento de lagoas com escombros

8. Conflitos por expansão urbana sobre áreas de proteção e interesse ambiental
9. Excesso de construção de barramentos, inclusive na implantação de estradas vicinais, sem a devida regularização/autorização ambiental, causando afetação da hidrodinâmica e intensificando processos de eutrofização
10. Tamponamento e canalização de rios nas áreas urbanas da sede

Destaca-se a situação de não preservação das nascentes no território rural, urbano e periurbano do Município. Estas muitas vezes são utilizadas para suprir demandas de usos para dessedentação animal, agricultura e abastecimento humano, sendo que na maioria das vezes constatou-se a supressão de vegetação, gerando riscos ao estado de preservação do manancial impactando a quantidade e qualidade do recurso hídrico. Nas zonas urbanas grande parte se apresenta degradada por ações associadas à supressão da vegetação ciliar, ausência de cercas e/ou barreiras de proteção, contaminação por resíduos e efluentes, eutrofização, assoreamento.

Na zona urbana foram constatadas e mapeadas nascentes afluentes de importantes rios e lagoas locais, como a Reserva Florestal do Poço Escuro, afluente do rio Verruga, localizada no Parque Municipal Serra do Periperi, que por sua vez abriga diversas nascentes na município sede, como os minadouros do Panorama, de Nossa Senhora, Bebedouro da Onça, entre outros que são importantes fontes de produção de água e preservação de recursos hídricos locais.

Dentre os principais mananciais encontrados na sede do município destacam-se a lagoa das Bateias, inserida na sub-bacia do rio Santa Rita, integrante da bacia do rio Verruga e a lagoa do Jurema. Ambas são instituídas como sítios do tecido urbano de interesse ambiental zoneados como Parques Urbanos pelo Código Municipal de Meio Ambiente e definidas como Unidades de Conservação. Nesses locais são frequentes e notórios os passivos ambientais da descaracterização e degradação dos corpos hídricos, como consequência da expansão urbana desordenada no entorno desses espaços, conflitando com limites das áreas de preservação, pressões ambientais e outras ações ainda mais graves como o aterramento para construção nas margens das lagoas, a eutrofização e crescimento excessivo de vegetação aquática. O excesso de macrófitas mostra-se como consequência da elevada carga contaminante advinda por lançamento esgoto e deposição de sedimentos assoreado, transportados por canais de drenagem. A desqualificação

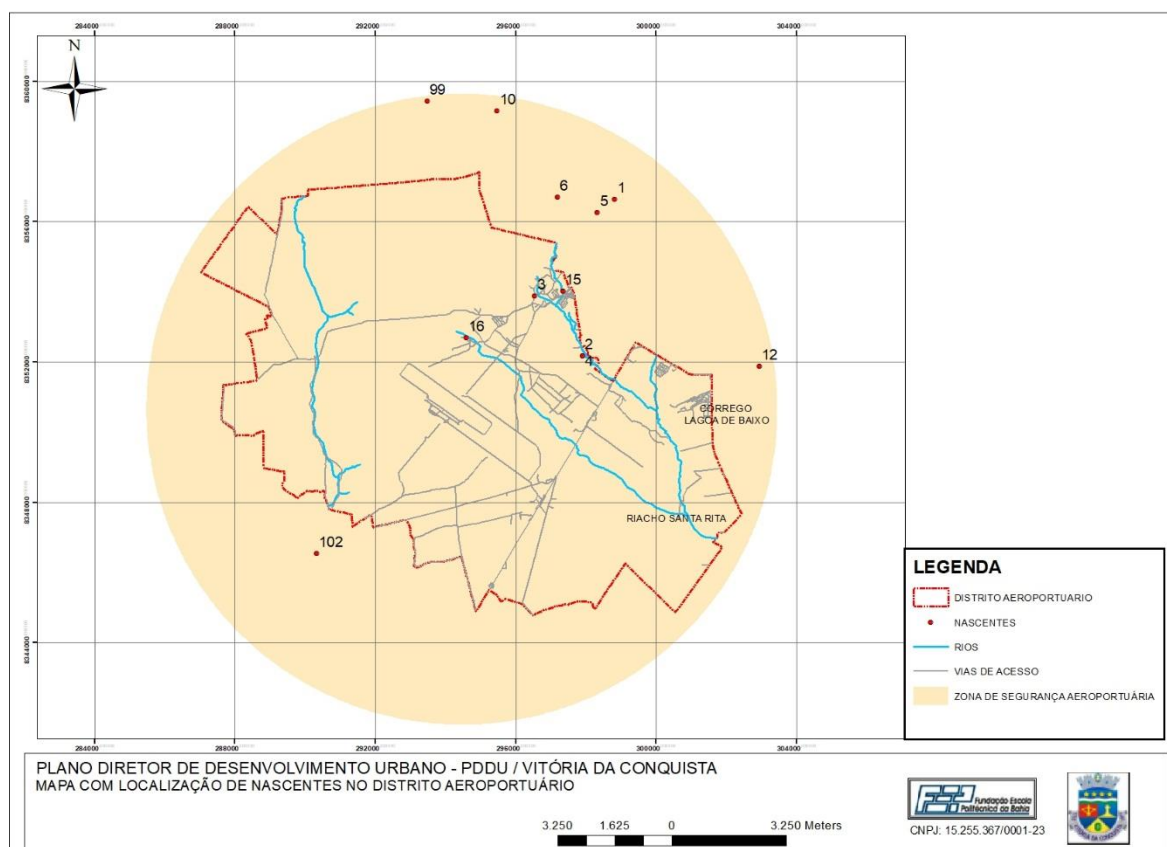
desses espaços também tem relação problemas sociais, como a criminalidade e marginalização que se apropriam, afetam saúde pública pela proliferação de animais vetores de doenças, conflitos de ocupação e usos que estimulam à expansão urbana desordenada em desconformidade com a legislação vigente.

Os rios visitados, a maior parte de regime hidrológico intermitente, apresentam períodos com baixo ou nenhum fluxo hídrico de vazão, principalmente em locais de isoietas características de clima semiárido (caatinga), com restrição hídrica acentuada pela presença de barragens de montante, sem considerar necessidade de vazão ecológica regularizada, ficando sem funcionalidade de estocagem e transferência de água nos períodos de estiagem, associada as pressões decorrentes da atividade antrópica.

A situação verificada no município não difere daquela observada para o Distrito Aeroportuário. A Figura 5 mostra o mapa de drenagem superficial, expondo a hipsometria do terreno do Distrito Aeroportuário, a partir do qual verificam-se dois aspectos principais:

- Duas sub-bacias predominam: a sub-bacia do riacho dos Quatis e a sub-bacia do riacho Santa Rita;
- Ocorrem diversas lagoas marginais a estes riachos principais, evidenciadas pelas depressões que se verificam de forma contígua ao seu leito – estas lagoas podem ter origem natural ou artificial, neste último caso, uma tentativa de aumentar a disponibilidade da água na época de seca.

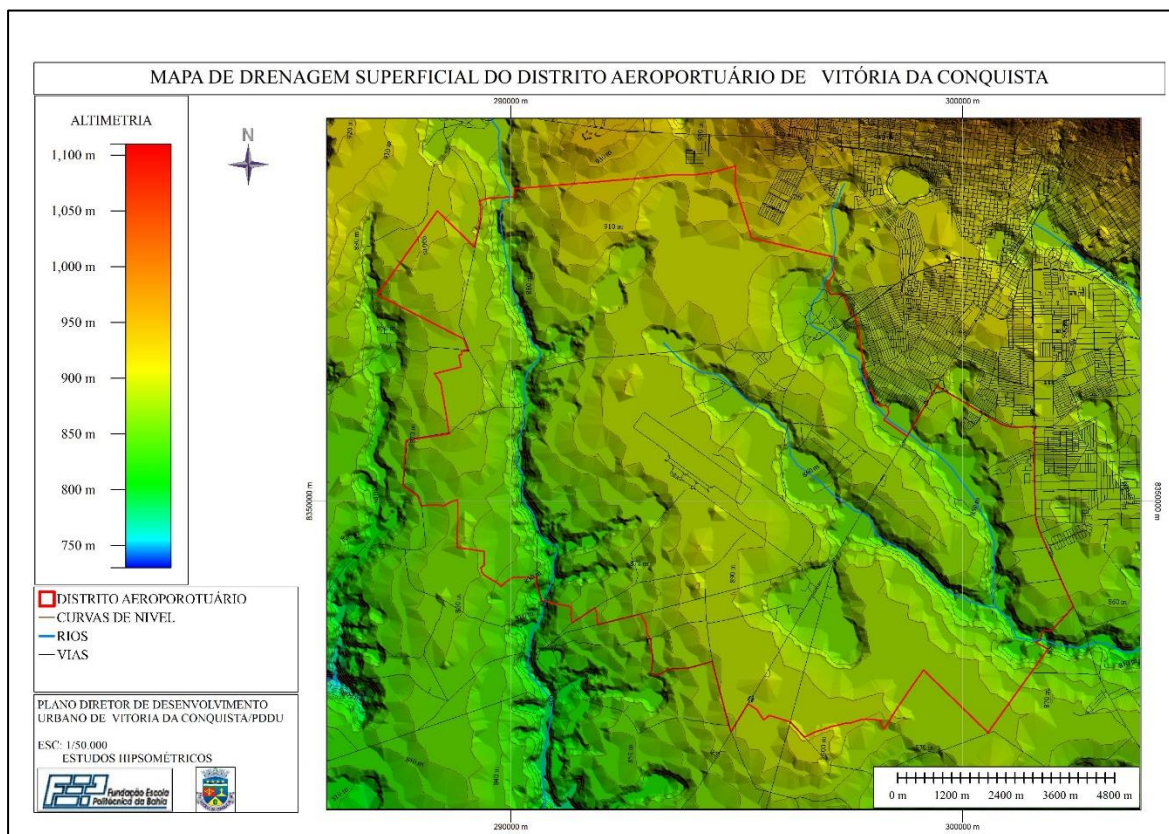
Figura 5 - Disposição geográfica de nascentes na área de influência do Aeroporto Glauber Rocha



Fonte: Fundação Escola Politécnica da Bahia – FEP (2019)

O riacho dos Quatis é afluente do ribeirão da Jiboia, afluente do rio Pardo, pela margem esquerda. O riacho Santa Rita é afluente do córrego Lagoa de Baixo, um dos formadores do rio Verruga, que também é afluente da margem esquerda do rio Pardo. O encontro do riacho Santa Rita com o córrego Lagoa de Baixo se dá ainda na área de estudo, em direção à rodovia BR-415 (Figura 5 - Disposição geográfica de nascentes na área de influência do Aeroporto Glauber Rocha). Todos estes rios foram barrados em diversos pontos, criando um sistema de represas, lagoas, lagos e açudes com redução na taxa de renovação das águas, o que contribuiu para a perda da qualidade das suas águas em decorrência, principalmente, da eutrofização.

Figura 6 - Mapa de drenagem superficial do distrito aeroportuário



Fonte: Fundação Escola Politécnica da Bahia – FEP (2019)

3.2.2. Solo

De forma geral as principais pressões ambientais identificadas para o solo foram:

1. Problemas relacionados a erosões, voçorocas, lixiviação e compactação do solo
2. Deposição irregular e acúmulo de resíduos sólidos
3. Deterioração e impactos de estradas e vias vicinais
4. Impactos ambientais de passivos de exploração mineral
5. Impactos ambientais de passivos de atividades industriais

Vitória da Conquista situa-se em local que apresenta déficit hídrico por regime de precipitações, com balanço hídrico anual negativo. A ocorrência de processos erosivos geralmente está relacionado à presença de chuvas intensas características ocorrentes na região associada à ausência ou ineficiência de sistemas de drenagem pluvial em estradas e vias vicinais, à supressão da vegetação com ocupação e usos do solo em áreas de APP, à não adoção de práticas de conservação de solos, à erosão hídrica por escoamento superficial, com assoreamento por transporte e deposição de sedimentos em locais de cota mais baixa ou corpos hídricos, formando ravinas e voçorocas. Estes processos causam a degradação ambiental, com risco de causar inundações em sítios urbanos.

Adjacente à faixa de servidão do anel viário, foi identificada uma grande voçoroca, em que provavelmente após muitos anos de processo de erosão, observa-se a formação de uma vala profunda no solo que chega em alguns pontos a uma profundidade de mais de 15 m, que impede a passagem de veículos, animais e pessoas, além de caracterizar um local de risco a acidentes.

Ao longo de toda extensão da malha de vias vicinais observam-se situações de degradação do leito de rolamento com acúmulo de águas empoadas dificultando a mobilidade de veículos pequenos, motocicletas, bicicletas, carroças, transeútes, requerendo um ajuste de traçado e geometria de greide, além de manejo e implementação de sistema de drenagem que tornem as vias vicinais mais resilientes a processos erosivos, deformações do leito e empocamento. Em muitas vias, o problema do acúmulo de água também está relacionado ao baixo índice de permeabilidade do solo, ou à pouca profundidade do lençol freático.

Também foram identificados locais de retirada de material mineral como cascalho e argila para utilização em serviços de recuperação de vias. Essas atividades geram passivos ambientais, como a perda de qualidade da paisagem, exposição e compactação do solo, intensificação de processos erosivos, transporte e deposição de sedimentos em corpos hídricos, lixiviação, formação de poças de água estagnada, entre outros.

3.2.3. Cobertura Vegetal e Usos da Terra

As principais pressões e conflitos relacionados ao aspecto ambiental no território municipal estão relacionados às seguintes situações:

1. Desmatamento e supressão de vegetação
2. Prática de queimadas

3. Extração de madeira
4. Perda de qualidade das paisagens, fragmentação de vegetação e perda de biodiversidade
5. Degradação e desertificação da terra por práticas inadequadas

Suas características de clima semiárido e subúmido, com território inserido no Polígono das Secas, configura uma região de transição ecológica (ecótono) com grande fitodiversidade, com presença de florestas úmidas em sua borda oriental, de clima subúmido e elevada altitude, e de caatinga em parte ocidental, de característica semiárida.

Os biomas encontrados nos fragmentos de vegetação que compõem o mosaico de cobertura vegetal do municípios são do tipo *Floresta Ombrófila Densa Submontana (Mata Atlântica)*, *Floresta Estacional Semidecidual (Mata de Cipó)*, *Floresta Estacional Decidual*, *Caatinga*, e as áreas com características mista, em locais de transição entre diferentes tipos de biomas, com alternância e ocorrência de dois ou mais padrões de vegetação, denominado de **ecótono**.

As áreas de vegetação nativa encontram-se em estado alterado, com pouca presença áreas primárias, dispostos em forma de mosaicos com fragmentos áreas nativas entre áreas antropizadas, utilizadas para agricultura, monoculturas, pecuária, silvicultura, entre outros, e área devolutas.

O crescimento da atividade agrossilvopastoril é responsável por grande parte da redução da cobertura vegetal no território do município, contribuindo fortemente para o aumento do processo de fragmentação das florestas, resultando em enormes perdas de biodiversidade e impactos ao meio ambiente. Esse processo se deve principalmente ao avanço das monoculturas, da pecuária extensiva e a exploração ilegal dos recursos minerais e vegetais, que crescem devido à alta demanda por recursos e à falta da prática de manejo mais sustentável e consciente no ambiente rural. (PAULO et al., 2015)

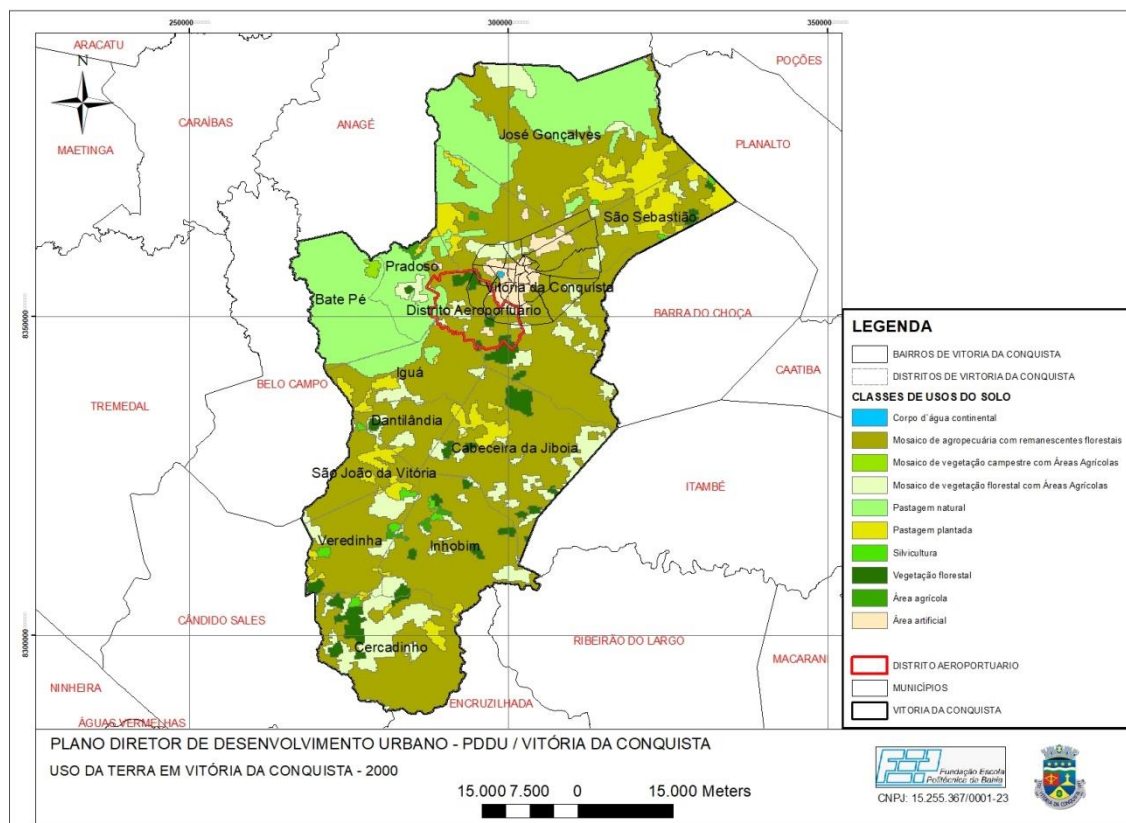
Na atividade agrícola do município, dentre os tipos de lavouras permanentes, destaca-se o plantio do café, que encontra condições favoráveis na região, principalmente nos distritos de Inhobim, Cabeceira da Jiboia, São Sebastião e entorno da sede do município de Vitória da Conquista, enquanto que entre as lavouras temporárias destacam-se os cultivos de feijão, mandioca e milho. O cultivo da mandioca, apesar de possuir área consideravelmente inferior à do cultivo do café, destaca-se pela sua produção voltada principalmente para a

indústria de produção de farinha e goma para produção de biscoitos, predominante nos distritos de São João das Vitórias, também conhecido como Batuque, e no distrito de Pradoso.

Além dos cultivos citados anteriormente, também são identificadas áreas destinadas à horticultura, atividade de economia familiar de fundamental importância como alternativa de geração de renda e segurança alimentar para o município sede. A horticultura é praticada em pequenos núcleos dispersos na zona rural dos distritos, e na sede, principalmente no bairro da Lagoa das Flores.

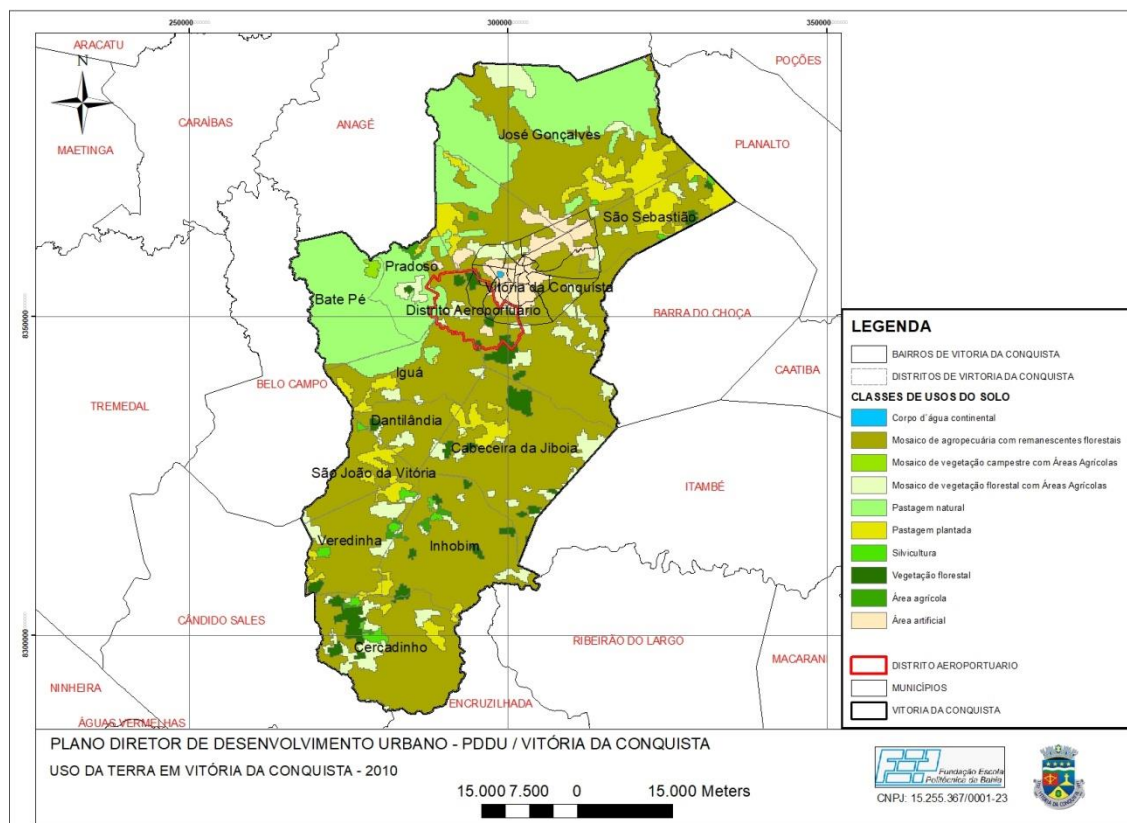
Para análise do estado de conservação ambiental foram utilizados como referência os mapas de cenários com mosaicos de ocupação e usos do solo do município nos anos de 2000, 2010 e 2014, gerados a partir da classificação de usos adotada IBGE, bem como dados vetoriais do estado de cobertura e uso da terra. Desenvolveu-se aplicativo, em linguagem java, programado para delimitar poligonais que delimitam espacialmente usos especificados, com quantificação das áreas, o que possibilitou elaboração de gráficos sínteses que expressam áreas por ocupação e usos em hectares e porcentagem. A seguir estão expostos os mapas de ocupação e uso de 2000 e 2014.

Figura 7 - Mapa de uso da terra do município de Vitória da Conquista no ano de 2000



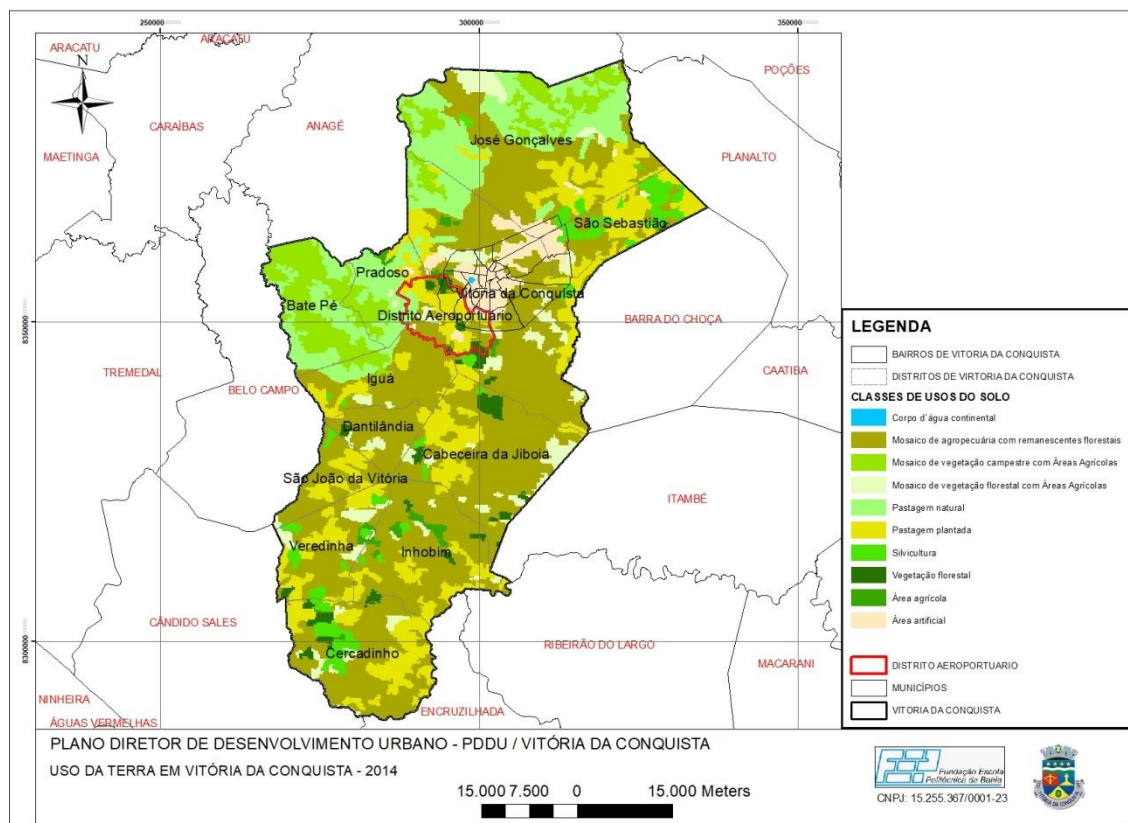
Fonte: Fundação Escola Politécnica da Bahia – FEP (2019)

Figura 8 - Mapa de uso da terra do município de Vitória da Conquista no ano de 2010



Fonte: Fundação Escola Politécnica da Bahia – FEP (2019)

Figura 9 - Mapa de uso da terra do município de Vitória da Conquista no ano de 2014



Fonte: Fundação Escola Politécnica da Bahia – FEP (2019)

Observa-se que de forma destacada em todos os cenários considerados 2000, 2010 e 2014, o uso da terra por atividades sócioprodutivas agropecuárias é o mais expressivo, seguido de pastagem, uso também associado à atividade agropecuária, seguido da presença de fragmentos de vegetação natural ainda existentes. O uso da terra por urbanização revela incremento do ano 2000 para 2010, que se manteve estável até 2014. Em continuação, apresentamos quadros e gráficos com quantitativos de usos do solo em hectares e porcentagem, e sua evolução no tempo e espaço para os três cenários analisados.

Quadro 2 - Quantitativo de áreas por cenários de ocupação do solo

ÁREA DE CENÁRIOS PARA USOS DO SOLO (ha) - IBGE			
USO DO SOLO	ANO 2000	ANO 2010	ANO 2014
ÁREA ARTIFICIAL	7250	12081,25	13062,5
ÁREA AGRÍCOLA	1353,80	1591,30	3553,13
PASTAGEM PLANTADA	26005,60	26824,35	65949,14
MOSAICO DE AGROPECUÁRIA E REMANESCENTE FLORESTAIS	282384,97	267099,77	222899,66
SILVICULTURA	1845,79	2545,79	14010,47
VEGETAÇÃO FLORESTAL	11358,88	10129,23	7139,12
MOSAICO DE VEGETAÇÃO FLORESTAL E ÁREAS AGRÍCOLAS	39157,90	26022,74	19274,58
PASTAGEM NATURAL	82463,66	82451,16	49565,86
MOSAICO DE VEGETAÇÃO CAMPESTRE E ÁREAS AGRÍCOLAS	518,75	518,75	30697,38
CORPO D'ÁGUA CONTINENTAL	87,5	87,5	87,5

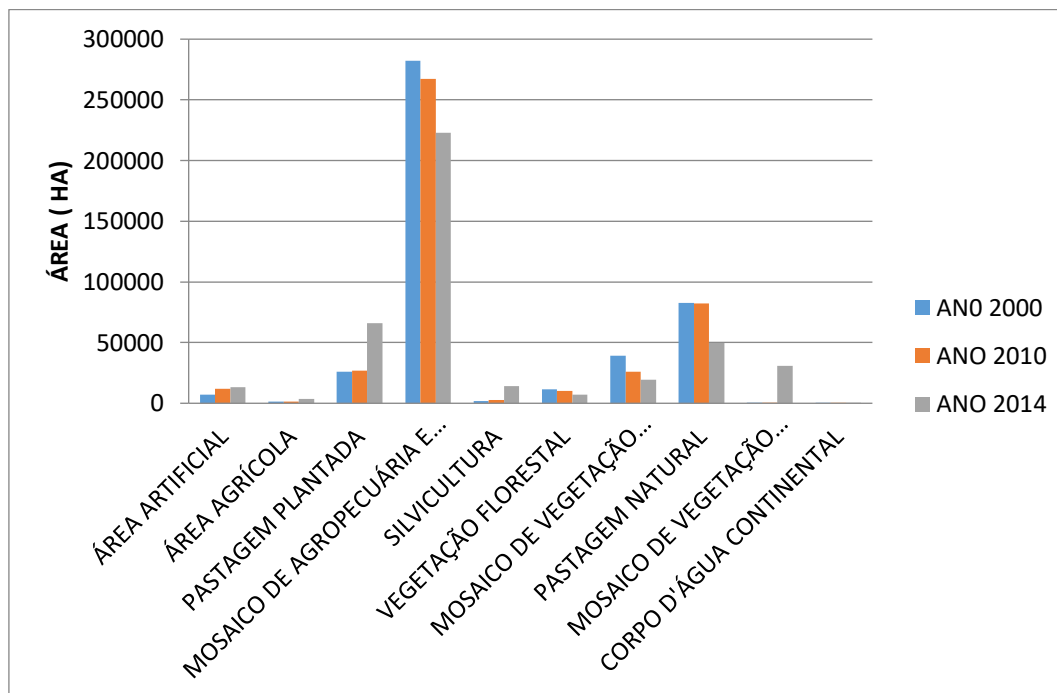
Fonte: Fundação Escola Politécnica da Bahia – FEP (2019)

Quadro 3 - Porcentagem de Cenários pra Usos Do Solo - IBGE

PORCENTAGEM DE CENÁRIOS PRA USOS DO SOLO - IBGE			
USO DO SOLO	ANO 2000	ANO 2010	ANO 2014
ÁREA ARTIFICIAL	1,6	2,81	3,06
ÁREA AGRÍCOLA	0,3	0,37	0,38
PASTAGEM PLANTADA	5,75	6,25	15,47
MOSAICO DE AGROPECUÁRIA E REMANESCENTE FLORESTAIS	62,42	62,21	52,29
SILVICULTURA	0,41	0,59	3,29
VEGETAÇÃO FLORESTAL	2,51	2,36	1,67
MOSAICO DE VEGETAÇÃO FLORESTAL E ÁREAS AGRÍCOLAS	8,66	6,06	4,52
PASTAGEM NATURAL	18,23	19,2	11,63
MOSAICO DE VEGETAÇÃO CAMPESTRE E ÁREAS AGRÍCOLAS	0,11	0,12	7,2
CORPO D'ÁGUA CONTINENTAL	0,02	0,02	0,02

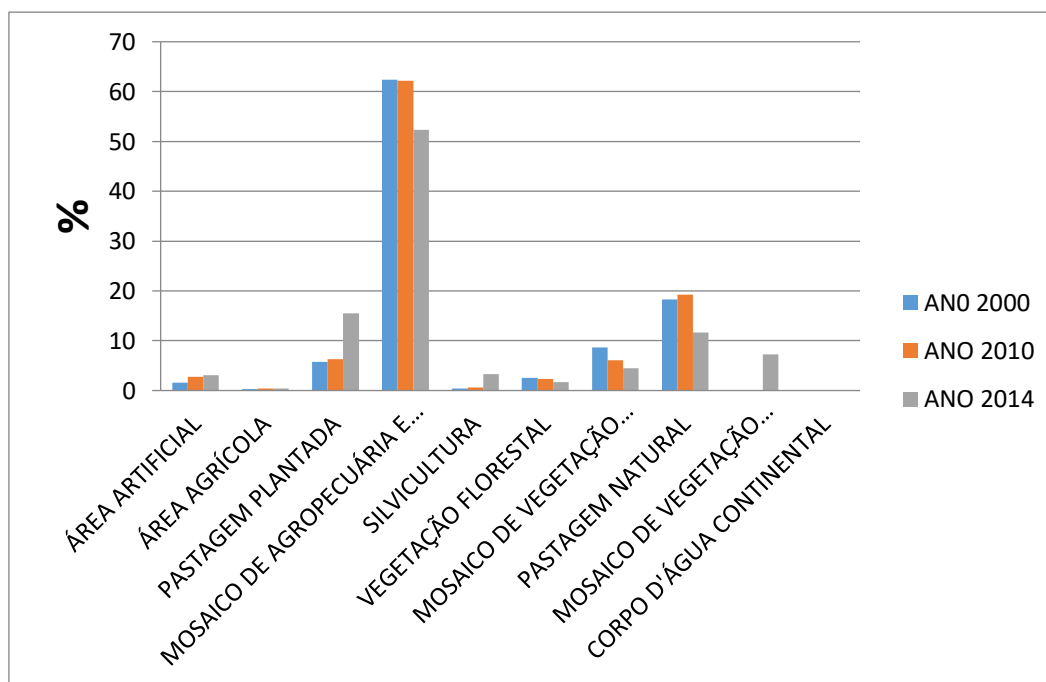
Fonte: Fundação Escola Politécnica da Bahia – FEP (2019)

Figura 10 - Áreas de ocupação do solo



Fonte: Fundação Escola Politécnica da Bahia – FEP (2019)

Figura 11 - Porcentagens de áreas de ocupação do solo

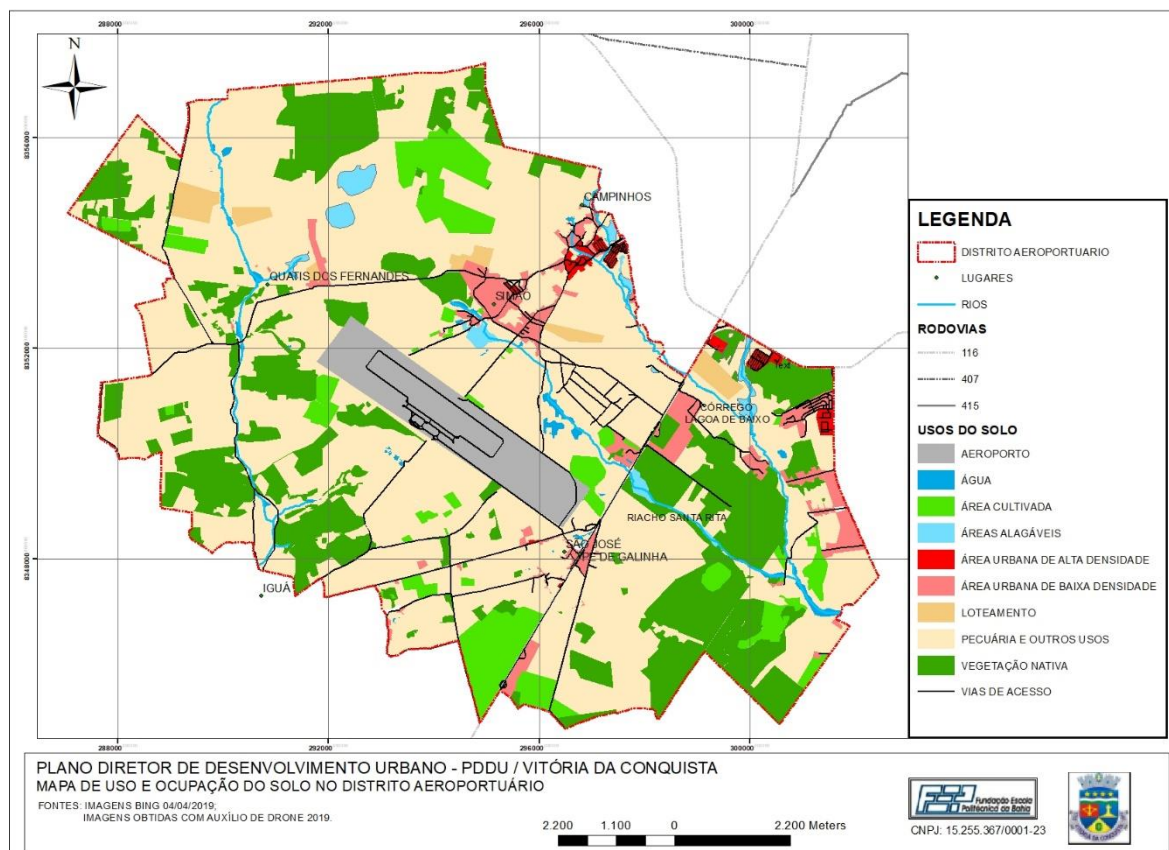


Fonte: Fundação Escola Politécnica da Bahia – FEP (2019)

Observa-se um crescimento exponencial da ocupação e usos do solo por atividades agropecuária atingindo 60% da superfície nos cenários de 2000 e 2010, associadas com produção de proteína animal e vegetal e outros cultivos. Constata-se no ano de 2014 uma redução de área com atividades agropecuária da ordem de 10% no ano de 2014, que permite especular que pode estar associado ao incremento da silvicultura com entrada e expansão do cultivo de eucalipto, seguido por pastagem natural e plantada. A presença de fragmentos de vegetação nativa inseridos dentro de mosaicos e fragmentos com áreas antropizadas, indica pressões relativas à conservação da biodiversidade, devido à perda de biodiversidade e de habitats para fauna nativa, colaborando para a alteração de nichos, populações e cadeias ecológicas

Em continuação, apresenta-se mapa mosaico de usos e ocupação do solo no distrito aeroportuário para o cenário de 2019, gerado a partir de levantamento por imagens de drone realizado pela equipe técnica da Fundação Escola Politécnica da Bahia – FEP, as quais foram tratadas com recursos de geotecnologias e desenvolvido um aplicativo, em linguagem java, programado para delimitar poligonais por usos e quantificação das áreas, que possibilitou elaboração do mapa apresentado a seguir.

Figura 12 - Mapa de uso e ocupação do solo no distrito aeroportuário



Fonte: Fundação Escola Politécnica da Bahia – FEP (2019)

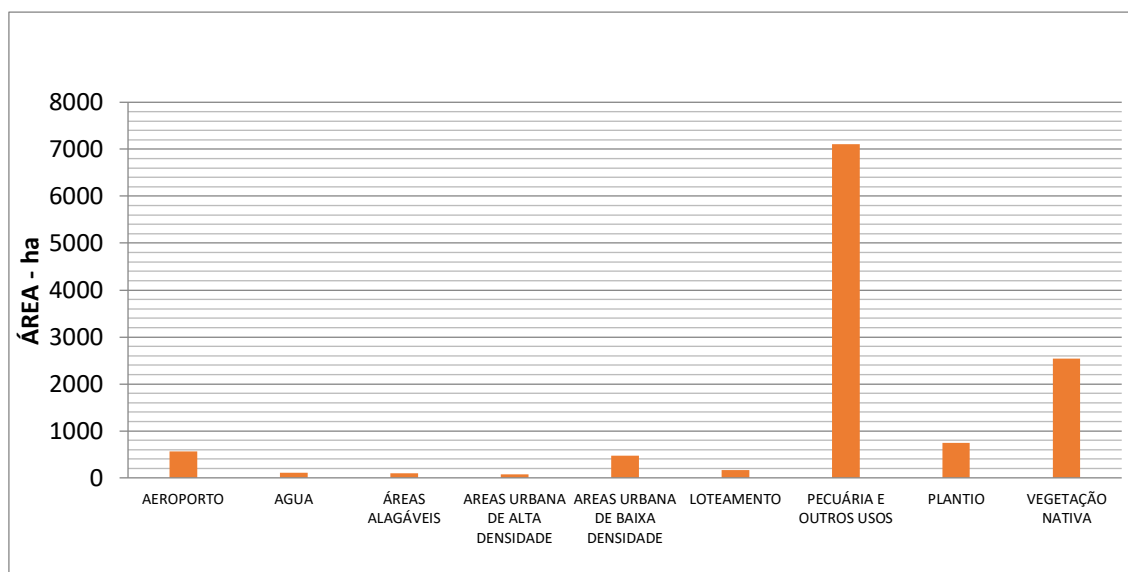
Como recursos facilitadores de análise e validação, extraiu-se do mapa de usos e ocupação gerado quantitativos expressos em áreas (hectares e metro quadrado) e valores percentuais em relação a área total do distrito aeroportuário, como se apresenta e discute a seguir:

Quadro 4 - Quadro síntese de quantitativos de áreas por ocupação do solo

USOS DO SOLO	ÁREA (m ²)	ÁREA (ha)	PORCENTAGEM (%)
AEROPORTO	5.624.261,72	562,43	4,74
ÁGUA	1.140.530,50	114,05	0,96
ÁREAS ALAGÁVEIS	951.322,50	95,13	0,80
AREAS URBANA DE ALTA DENSIDADE	774.798,15	77,48	0,65
AREAS URBANA DE BAIXA DENSIDADE	4.672.584,50	467,26	3,94
LOTEAMENTO	1.631.617,40	163,16	1,37
PECUÁRIA E OUTROS USOS	71.040.618,80	7.104,06	59,84
PLANTIOS	7.426.956,30	742,70	6,26
VEGETAÇÃO NATIVA	25.445.416,20	2.544,54	21,44
TOTAL	118708106,10	11870,81	100,00

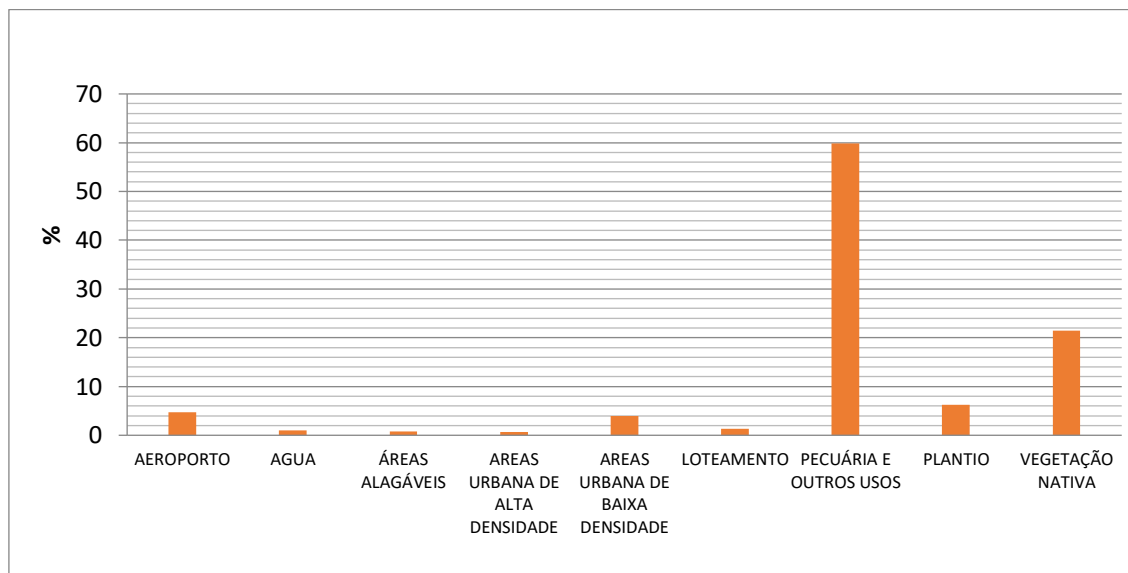
Fonte: Fundação Escola Politécnica da Bahia – FEP (2019)

Figura 13 - Áreas de ocupação do solo no distrito aeroportuário



Fonte: Fundação Escola Politécnica da Bahia – FEP (2019)

Figura 14 - Porcentagem de ocupação do solo no distrito aeroportuário



Fonte: Fundação Escola Politécnica da Bahia – FEP (2019)

A análise do mapa de ocupação e usos do solo no distrito aeroportuário, atualizado com classificação de usos usando imagem de drone tratada com recursos das geotecnologias, considerando zona de uso restrito e área de segurança aeroportuária (ASA) revela tendência similares de demandas por pressões de usos e ocupação características do mosaico do município nos cenários analisados.

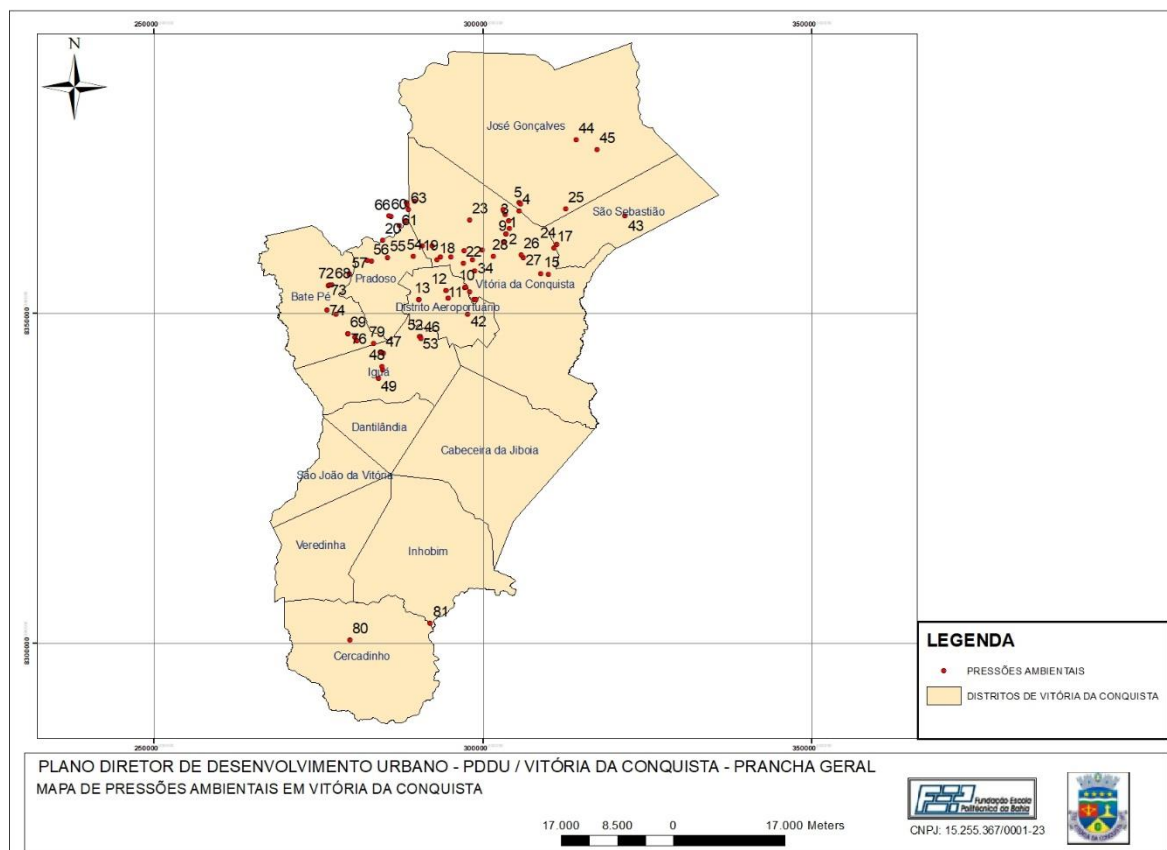
Destaca-se a pecuária e outros usos afins, com percentual de ocupação de aproximadamente 59,8%, seguido por fragmentos de vegetação nativa em 21,4%, áreas ocupadas por cultivos 6,25%, área restrita do terminal aeroportuário 4,74%, área urbanizada de baixa densidade 3,9%, área urbanizada de alta densidade 0,65%, loteamentos 1,37%, corpos hídricos 0,96% áreas alagáveis 0,80%. Observa-se que as manchas de fragmentos de vegetação nativa com variantes dos biomas ocorrentes, carecem de políticas de preservação ambiental, formação de corredores ecológicos e rigoroso controle na identificação de conflitos de usos da terra, instalados e futuros, com empreendimentos e ou equipamentos de responsabilidades pública e/ou privados que incorporem riscos a operações de pousos e decolagens de aeronaves, conforme estabelece e regulamenta legislação para ordenamento de ocupação e usos da terra na área restritiva e entorno de aeródromos, raio de área de segurança aeroportuária (ASA).

Observou-se a presença de corpos hídricos, lagoas, açudes, nascentes, córregos em estado de degradação que requerem projetos de recuperação de áreas de interesse ambiental degradadas, recomposição de proteção por cobertura vegetal em áreas de preservação permanente. Também, áreas inundáveis, área de fragmento de vegetação nativa associada a charco, núcleo de acumulação de água e drenagem lenta em períodos chuvosos. No cenário atual, foi constatado um expressivo avanço de loteamentos, tendência a ser considerada e disciplinada nas políticas de ordenamento territorial do distrito aeroportuário e no espaço periurbano do distrito sede.

3.2.4. Pressões e Conflitos

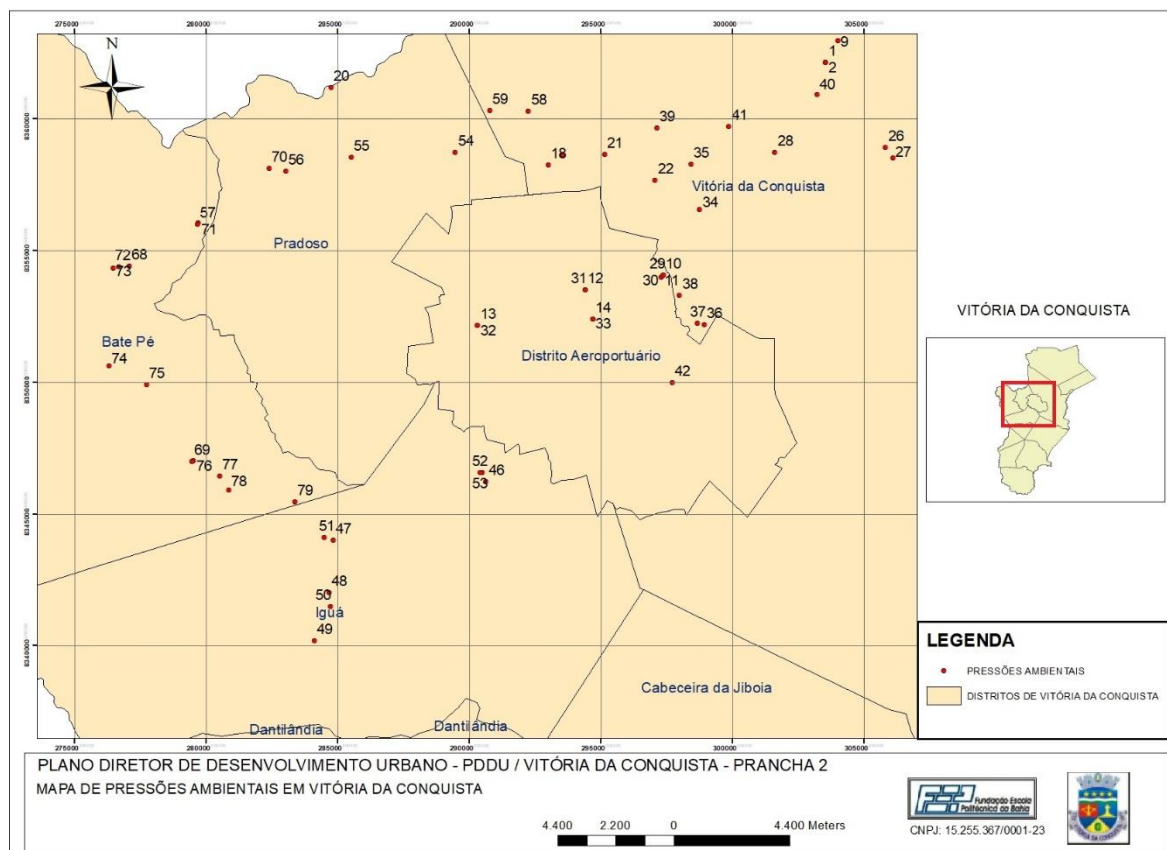
As pressões e conflitos de ocupação e uso citados anteriormente, relacionados ao aspecto ambiental no território do município, foram identificados e georreferenciados a partir das visitas de campo, a partir dos quais foi gerado o mapa exposto a seguir, com a espacialização geográfica desses locais. No Quadro 6, estão identificadas e descritas as coordenadas geográficas relativas aos pontos identificados.

Figura 15 - Mapa de locais de passivos e pressões ambientais no município de Vitória da Conquista



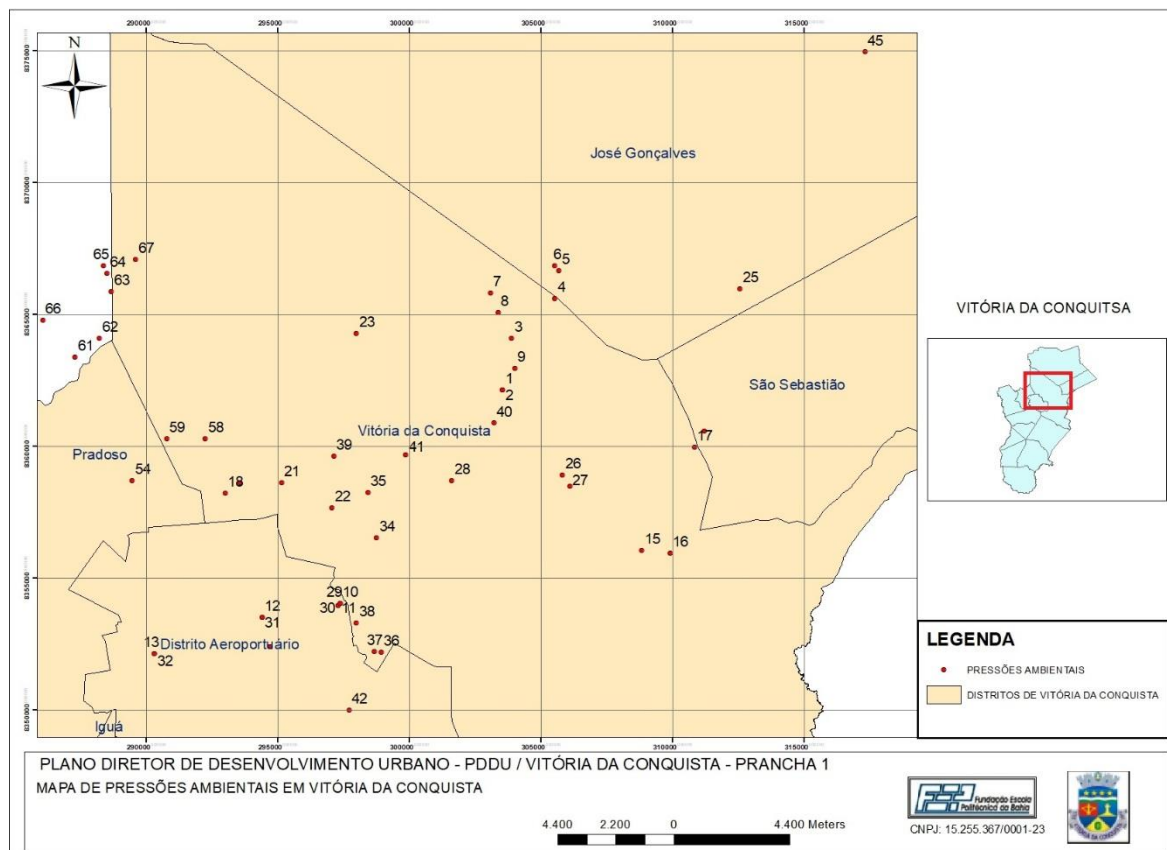
Fonte: Fundação Escola Politécnica – FEP (2019)

Figura 16 - Mapa de locais de passivos e pressões ambientais no município de Vitória da Conquista



Fonte: Fundação Escola Politécnica – FEP (2019)

Figura 17 - Mapa de locais de passivos e pressões ambientais no município de Vitória da Conquista



Fonte: Fundação Escola Politécnica – FEP (2019)

Quadro 4 - Levantamento georreferenciado de locais com pressões e/ou passivos ambientais no território do município

PONTO	UTM		DESCRIÇÃO
1	3035624	8362146	Vereda - Deposição de resíduos
2	3035624	8362146	Vereda - Erosão estrada vicinal
3	303911	8364116	Vereda - Deposição irregular de resíduos
4	305548	8365629	Vereda - Passivo da atividade de olaria
5	305713	8366671	Vereda - Passivo da atividade de olaria
6	305536	8366860	Vereda - Passivo da atividade de olaria
7	303110	8365840	Caiçara - Sede - Atividade de olaria
8	303399	8365088	Caiçara - Erosão estrada vicinal
9	304033	8362969	Passivos de indústria de cerâmica (Olaría)
10	297394	8354066	Campinho - Lagoa com deposição resíduos e esgoto
11	297316	8353984	Campinho - Rio eutrofizado
12	294417	8353515	Vila Simão - Local deposição de entulho
13	290326	8352154	Quati do Fernandes - Degradação do solo
14	294707	8352411	Pé-de-Galinha - Degradação do solo
15	308866	8356067	Local de deposição de resíduos
16	309939	8355964	Local de deposição de resíduos
17	310868	8359977	Lagoa das Flores - Passivos de extração mineral de areia
18	293021	8358244	Aterro sanitário acesso
19	293570	8358630	Aterro sanitários lagoas
20	284765	8361184	Passivos de extração mineral de bentonita
21	295155	8358637	Local de deposição de resíduos
22	297079	8357668	Anel Viário Erosão
23	298005	8364286	Paisagem - Fragmento Mata Cipó
24	311242	8360588	Localidade Choça - Deposição entulho e passivo areal
25	312594	8365997	Passivo de extração mineral (Casalheira)
26	305841	8358922	Passivo de extração mineral
27	306129	8358513	Passivo de extração mineral
28	301631	8358721	Alto de Aparecida - Passivo extração material de empréstimo
29	297394	8354066	Campinho - Lagoa com deposição resíduos e esgoto
30	297316	8353984	Campinho - Rio eutrofizado
31	294417	8353515	Vila Simão - Local deposição de entulho
32	290326	8352154	Quati do Fernandes - Área degradada
33	294707	8352411	Pé-de-Galinha - Sinais de degradação ambiental
34	298779	8356551	Lagoa das Bateias - Erosão via urbana
35	298477	8358272	Urbis 5 - Zabelê - Deposição de escombros
36	298945	8352197	Loteamento Conveima - Deposição escombros
37	298694	8352235	Loteamento Conveima - Erosão de via vicinal

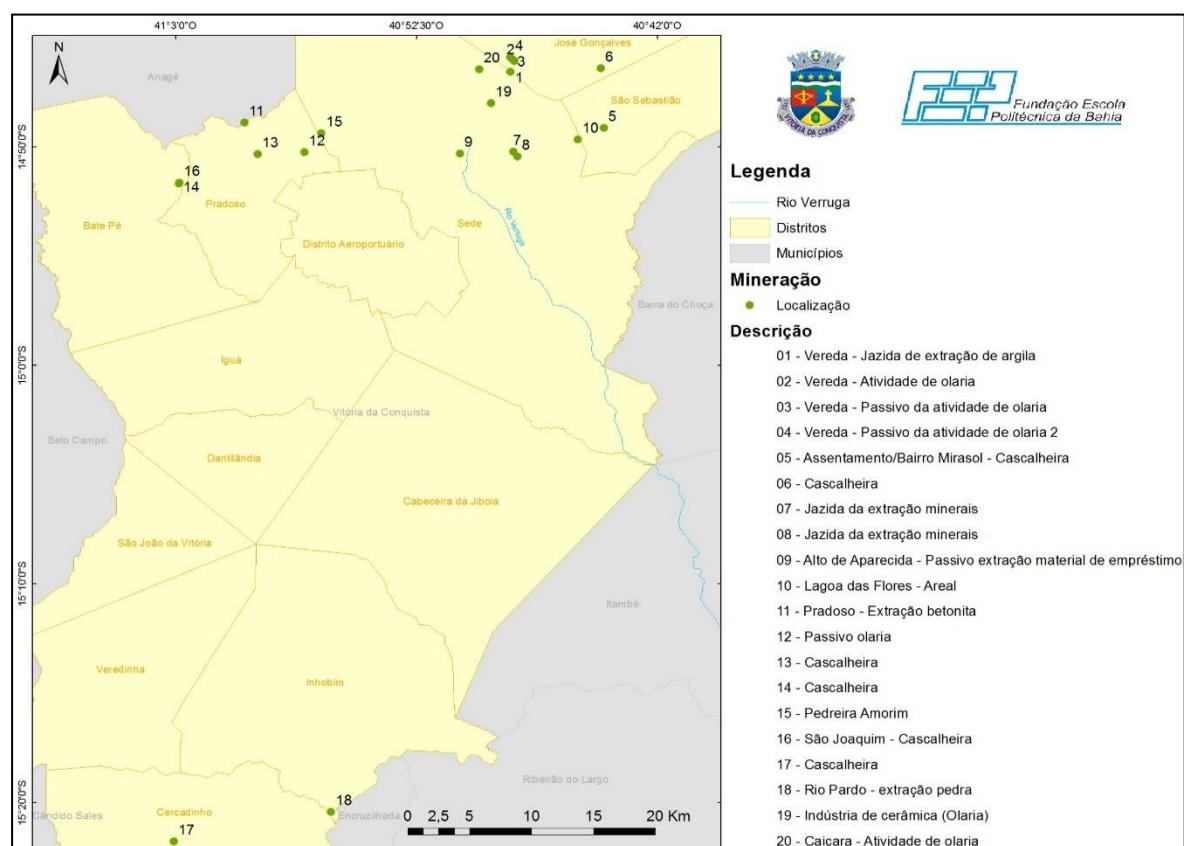
PONTO	UTM		DESCRIÇÃO
38	298006	835331	Bairro Jatobá - Paisagem lagoa/solo degradado
39	297150	8359645	Bairro na serra Periperi - Deposição resíduos
40	303241	8360919	Distrito do Imbores - Erosão estrada/deposição resíduos
41	299887	8359703	Local de deposição de resíduos
42	297727	8349992	Matadouro - Passivos das lagoa de tratamento de efluentes
43	321662	8364867	Deposição de esgoto em vala de drenagem
44	314231	8376524	Passivo de extração mineral (Cascalheira)
45	317393	8375035	Passivo de extração mineral (Cascalheira)
46	290651	834623	Rancho Alegre - Solo degradado
47	284837	8343997	Vaqueiro - Solo degradado
48	2846685	8342019	Juazeiro - Deposição de resíduos
49	284128	8340190	Juazeiro -Erosão estrada vicinal
50	284748	8341495	Juazeiro - Erosão estrada vicinal
51	284491	8344107	Lagoa do Vaqueiro - Lagoa com passivos de atividade de olaria
52	290422	8346582	Lagoa/Solo degradado
53	290513	8346568	Erosão estrada vicinal
54	289479	8358724	Passivo de atividade de olaria
55	285819	8358535	Passivo de extração mineral (Cascalheira)
56	283042	8358001	Rio assoreado
57	279676	8355994.	Passivo de extração mineral (Cascalheira)
58	292266	8360238	Povoado Baixão - Erosão estrada vicinal
59	290796	8360313	Passivo de extração de brita (Pedreira Amorim)
60	285705	8364934	Paisagem - Degradação solo
61	2877308	8363397	Paisagem - Degradação solo
62	288235	2364106	Erosão estrada vicinal
63	288688	8365887	Solo degradado
64	288534	8366571	Poço de Aninha - paisagem e degradação do solo
65	288400	8366869	Degradação solo
66	286089	8364811	Ladeira Espinhaço - Paisagem e degradação do solo
67	289619	8367118	Vegetação fragmentada
68	277078	8354418	Rio Ribeirão - Deposição irregular de resíduos
69	279457	8347010	Erosão estrada vicinal
70	282406	8358131	Povoado Gameleira - Erosão estrada vicinal
71	279714	8356051	São Joaquim - Passivo de extração mineral (Cascalheira)
72	276690	8354395	Ribeirão - Erosão estrada vicinal
73	276476	8354343	Ribeirão - Erosão estrada vicinal
74	276310	8350632	Erosão estrada vicinal
75	277733	8349909	Erosão estrada vicinal
76	279531	8347031	Paisagem degradação

PONTO	UTM		DESCRIÇÃO
77	280516	8346439	Solo degradado
78	280872	8345923	Erosão estrada vicinal
79	283386	8345461	Lagoa Formosa - Erosão estrada vicinal
80	279808	8300464	Passivo de extração mineral (Casalheira)
81	292005	8303092	Rio Pardo - Passivo de extração de pedra
82	389468	8316484	Área de desmatamento

Fonte: Fundação Escola Politécnica da Bahia– FEP (2018)

A partir de visitas realizadas em campo, na área do município, foram identificados diferentes locais de extração de materiais minerais para uso na construção civil, principalmente jazidas de areia, brita, argila, cascalho, entre outros, que são fornecidos para utilização na construção e reparo de vias de acesso, edificações, loteamentos, e como material de empréstimo.

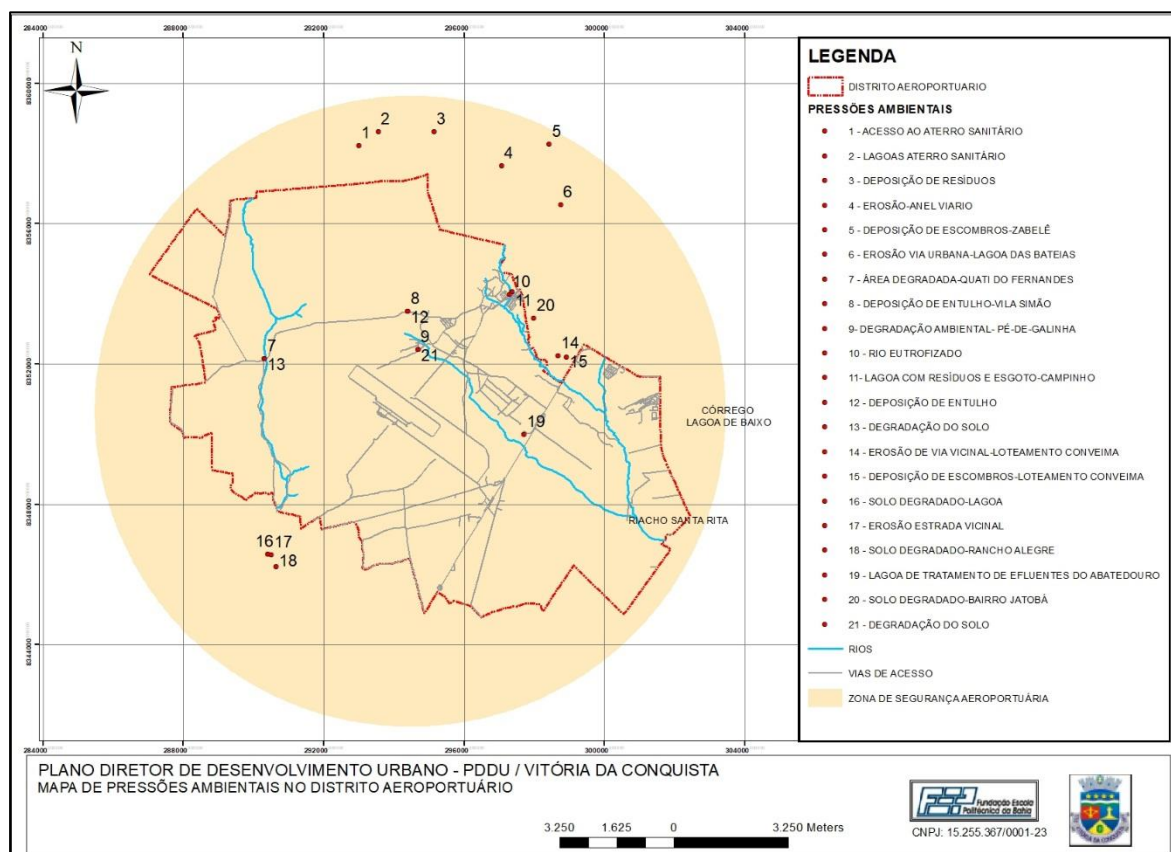
Figura 18 - Localização de passivos ambientais de atividades de mineração



Fonte: Fundação Escola Politécnica da Bahia – FEP (2018)

Na Figura 19, exibe-se um mapa com a espacialização geográfica de locais onde foram diagnosticados passivos ou pressões ambientais dentro do distrito e zona de segurança aeroportuária, levantados e georreferenciados a partir das visitas em campo.

Figura 19 - Mapa de pressões ambientais na zona de influência aeroportuária



Fonte: Fundação Escola Politécnica – FEP (2019)

3.2.5. Aspectos Ambientais dos Distritos

3.2.5.1. Distrito de José Gonçalves

Quadro 5 - Quadro síntese das características físico-ambientais do distrito de José Gonçalves

FATOR OBSERVADO	SÍNTESE DAS CARACTERÍSTICAS FÍSICO-AMBIENTAIS
Geomorfologia	Predomínio do pediplano cimeiro da chapada diamantina e de serras marginais. Destacam-se como áreas mais elevadas, os patamares das serras do rio de contas.
Cobertura vegetal	Área Antropizada 95,09% Floresta Estacional 0,95% Caatinga Arbórea 3,28% Mata Ciliar 0,57% Rios e áreas úmidas 0,06% Áreas urbanas/urbanizadas 0,05%
Qualidade ambiental da biodiversidade	Entre 0 e 3, com domínio da classe mais baixa, indicativo da baixa qualidade ambiental de seu território. Destacam-se os patamares e serras do rio de Contas como a região mais conservada
Unidades de Conservação	Ausência de UC decretadas. ZEE-BA propõe a criação de corredor ecológico no extremo leste do seu território, em área de serra.
Uso da terra	Domínio de atividades agropecuárias e crescimento recente da silvicultura (eucalipto). Presença de agricultura familiar (palma, mandioca, andu).
Principais impactos verificados	Elevada fragmentação da cobertura vegetal Corte de madeira Compactação e degradação do solo Exploração irregular de areia e argila (empréstimo para estradas) Disposição irregular de resíduos sólidos Baixo atendimento de coleta e tratamento de esgotos

Fonte: Fundação Escola Politécnica da Bahia– FEP (2018)

3.2.5.2. Distrito de São Sebastião

Quadro 6 - Quadro síntese das características físico-ambientais do distrito de São Sebastião

FATOR OBSERVADO	SÍNTESE DAS CARACTERÍSTICAS FÍSICO-AMBIENTAIS
Geomorfologia	Predomínio do pediplano cimeiro da chapada diamantina, ocorrendo ainda pequena porção da unidade serras marginais, a leste. Situa-se em altitudes entre 850 e 1000 metros.
Cobertura vegetal	<p>Área Antropizada 85,83%</p> <p>Floresta Estacional 11,99%</p> <p>Campo Cerrado 2,11%</p> <p>Rios e áreas úmidas 0,04%</p> <p>Áreas urbanas/urbanizadas 0,02%</p>
Qualidade ambiental da biodiversidade	Classe 0, indicativo da baixa qualidade ambiental de seu território.
Unidades de Conservação	Ausência de UC decretadas. ZEE-BA propõe a criação de Unidade de conservação de uso sustentável.
Uso da terra	Domínio de pastagens plantadas e crescimento recente da silvicultura (eucalipto). Como agricultura familiar destaca-se a horticultura, o cultivo de palma (estratégica para segurança alimentar animal), café (em distintas escalas de áreas de produção), a mandioca (cultura estratégica na geração de renda), feijão, maracujá, banana, e outras de subsistência em menores extensões.
Principais impactos verificados	<p>Elevada fragmentação da cobertura vegetal</p> <p>Intensificação da silvicultura</p> <p>Corte de madeira</p> <p>Compactação e degradação do solo</p> <p>Exploração irregular de areia e argila (empréstimo para estradas)</p> <p>Disposição irregular de resíduos sólidos</p> <p>Baixo atendimento de coleta e tratamento de esgotos</p>

Fonte: Fundação Escola Politécnica da Bahia– FEP (2018)

3.2.5.3. Distrito de Pradoso

Quadro 7 - Quadro síntese das características físico-ambientais do distrito de Pradoso

FATOR OBSERVADO	SÍNTESE DAS CARACTERÍSTICAS FÍSICO-AMBIENTAIS
Geomorfologia	Predomínio do pediplano cimeiro da chapada diamantina, ocorrendo ainda pequena porção da unidade serras marginais, a oeste.
Cobertura vegetal	Área Antropizada 92,35% Floresta Estacional 0,46% Caatinga Arbórea 7,10% rios e áreas úmidas 0,06% áreas urbanas/urbanizadas 0,03%
Qualidade ambiental da biodiversidade	Classe 0, indicativo da baixa qualidade ambiental de seu território.
Unidades de Conservação	Ausência de UC decretadas. ZEE-BA propõe a criação de corredor que abrange uma pequena parte de seu território, a leste.
Uso da terra	As principais atividades produtivas e paisagens culturais identificadas no distrito se caracterizam por pastagem para pecuária de corte e leiteira, silvicultura de eucalipto, agricultura familiar caracterizada por pequenos cultivos de palma, mandioca, hortaliças, entre outros. Na criação de animais predomina a pecuária de gado de corte e caprinocultura. Observou-se processo de expansão da silvicultura. Presença de locais com solo exposto e com sinais de degradação ambiental, em consequência da ocupação de topo de morro.
Principais impactos verificados	Elevada fragmentação da cobertura vegetal Supressão da vegetação em topo de morro Intensificação da silvicultura Compactação e degradação do solo Exploração irregular de cascalho Disposição irregular de resíduos sólidos Baixo atendimento de coleta e tratamento de esgotos

Fonte: Fundação Escola Politécnica da Bahia– FEP (2018)

3.2.5.4. Distrito de Bate-Pé

Quadro 8 - Quadro síntese das características físico-ambientais do distrito de Bate-Pé

FATOR OBSERVADO	SÍNTESE DAS CARACTERÍSTICAS FÍSICO-AMBIENTAIS
Geomorfologia	O distrito está inserido quase que integralmente na unidade do Pediplano Sertanejo, ocorrendo ainda Pediplano cimeiro da Chapada Diamantina e Serras marginais. Consistem nas áreas mais baixas do município, com altitudes principalmente entre 400 e 550m.
Cobertura vegetal	Área Antropizada 94,24% Caatinga Arbórea 5,39% Mata Ciliar 0,18% Rios e áreas úmidas 0,17% Áreas urbanas/urbanizadas 0,02%
Qualidade ambiental da biodiversidade	Classe 0, indicativo da baixa qualidade ambiental de seu território.
Unidades de Conservação	Ausência de UC decretadas.
Uso da terra	Observa-se que além de situações de supressão da vegetação para uso da terra em APP, no preparo do solo e plantio não são adotadas práticas mecânica, vegetativa ou cultural de manejo e conservação. Com isso se identificam indicadores de degradação física como solo compactado, erosão laminar (em sulcos e ravinas), assoreamento de corpos hídricos, paisagem típica de terras degradadas. Neste distrito é forte a agricultura familiar baseada em cultivos / produção de hortaliças, milho, feijão, andu, mandioca, palma, pecuária, caprinos e ovinos. Observou-se no distrito a existência de rios intermitentes como o riacho Pindoba que alimenta um importante açude afetado por processo de assoreamento e deposição de resíduos sólidos. Existe um açude com bacia hidráulica assoreada por grande carga de sedimentos resultante de erosão hídrica, além de degradação das terras à jusante e pela falta de cobertura vegetal da APP de rio, lago e entorno de nascentes. É notória a frequência com que as vias vicinais nos distritos são seriamente afetadas por erosão hídrica que compromete a mobilidade e incorpora fator de risco.
Principais impactos verificados	Elevada fragmentação da cobertura vegetal Compactação e degradação do solo Processos de erosão e assoreamento de corpos d'água Disposição irregular de resíduos sólidos Baixo atendimento de coleta e tratamento de esgotos

Fonte: Fundação Escola Politécnica da Bahia– FEP (2018)

3.2.5.5. Distrito de Iguá

Quadro 9 - Quadro síntese das características físico-ambientais do distrito de Iguá

FATOR OBSERVADO	SÍNTESE DAS CARACTERÍSTICAS FÍSICO-AMBIENTAIS
Geomorfologia	O distrito está inserido quase que integralmente na unidade do Pediplano cimeiro da Chapada Diamantina. Possui altitudes principalmente entre 700 e 850m.
Cobertura vegetal	Área Antropizada 95,28% Floresta Estacional 4,46% Caatinga Arbórea 0,03% Mata Ciliar 0,04% Rios e áreas úmidas 0,17% Áreas urbanas/urbanizadas 0,03%
Qualidade ambiental da biodiversidade	Classe 0 dominando o território municipal, indicativo da baixa qualidade ambiental de seu território, e manchas de classe 6, indicando a presença de ambientes singulares e grupos de espécies de grande importância para a conservação.
Unidades de Conservação	A leste, presença de área indicada pelo ZEE para a criação de corredor ecológico.
Uso da terra	Esse distrito guarda um grau de homogeneidade de atributos. Encontra-se em região de relevo pouco acidentado, com fragmentos de vegetação nativas, ocorrências de espécies da caatinga, cerrado e mata de cipó, formando mosaico com grandes áreas de pasto, cultivos agrícolas e terras devolutas sem uso, seguindo similar padrão de ocupação e usos da terra. Observou-se, que, em escala de uso e ocupação destacam-se como principais atividades produtivas pecuária de corte e leiteira, enquanto na agricultura familiar destaca-se a horticultura, o plantio de mandioca e o cultivo de palma estratégica para segurança alimentar animal, além de outras culturas de subsistência. situações de rápida degradação das vias vicinais nos períodos chuvosos por falta de um sistema de drenagem das águas pluviais, geometria do greide do leito de rolamento, recalque com empoçamento de água, com riscos de acidentes e limitações de mobilidade para veículos
Principais impactos verificados	Elevada fragmentação da cobertura vegetal Compactação e degradação do solo Processos de erosão e assoreamento de corpos d'água Disposição irregular de resíduos sólidos Baixo atendimento de coleta e tratamento de esgotos

Fonte: Fundação Escola Politécnica da Bahia– FEP (2018)

3.2.5.6. Distrito de Dantilândia

Quadro 10 - Quadro síntese das características físico-ambientais do distrito de Dantilândia

FATOR OBSERVADO	SÍNTESE DAS CARACTERÍSTICAS FÍSICO-AMBIENTAIS
Geomorfologia	O distrito está inserido integralmente na unidade do Pediplano cimeiro da Chapada Diamantina. Possui altitudes principalmente entre 700 e 850m.
Cobertura vegetal	Área Antropizada 84,47% Floresta Estacional 15,38% Rios e áreas úmidas 0,12% Áreas urbanas/urbanizadas 0,03%
Qualidade ambiental da biodiversidade	Classe 0 dominando o território municipal, indicativo da baixa qualidade ambiental de seu território, e manchas de classe 6, indicando a presença de ambientes singulares e grupos de espécies de grande importância para a conservação.
Unidades de Conservação	Ausência de UC e de recomendações do ZEE para a criação de áreas protegidas
Uso da terra	Áreas ocupadas por pecuária extensiva, mandioca, outros cultivos da horticultura familiar e terras sem uso. Presença de solos arenosos degradados e pastagens, cenários oriundos de processos de conflitos de aptidão para usos e falta de boas práticas de manejo e conservação de solos. Destaca-se o cultivo de hortaliças, realizado em diversas propriedades do distrito em escala familiar, fornecendo cultivos como couve, couve-flor, tempero verde, alface, entre outros, para estabelecimentos da região, gerando renda e movimentando a economia local. Situações de rápida degradação das vias vicinais nos períodos chuvosos, por falta de um sistema de drenagem das águas pluviais, geometria do greide do leito de rolamento, recalque com acúmulo de água, com riscos de acidentes e limitações de mobilidade para veículos leves, motocicletas, carroças, bicicletas, ambulância, Vans de transporte escolar.
Principais impactos verificados	Elevada fragmentação da cobertura vegetal Compactação e degradação do solo Processos de erosão e assoreamento de corpos d'água Disposição irregular de resíduos sólidos Baixo atendimento de coleta e tratamento de esgotos

Fonte: Fundação Escola Politécnica da Bahia– FEP (2018)

3.2.5.7. Distrito de Cabeceira da Jiboia

Quadro 11 - Quadro síntese das características físico-ambientais do distrito de Cabeceira da Jiboia

FATOR OBSERVADO	SÍNTESE DAS CARACTERÍSTICAS FÍSICO-AMBIENTAIS
Geomorfologia	O distrito está inserido nas unidades Patamares e serras do rio de Contas, Pediplano cimeiro da Chapada Diamantina e nas Serras Marginais.
Cobertura vegetal	Área Antropizada 89,76% Floresta Estacional 9,85% Mata Ciliar 0,34% Rios e áreas úmidas 0,06%
Qualidade ambiental da biodiversidade	Presença de classe 0, indicativo da baixa qualidade ambiental de seu território, e manchas de classe 6, indicando a presença de ambientes singulares e grupos de espécies de grande importância para a conservação e classe 7, indicando a presença de remanescentes de cobertura vegetal que abrigam componentes de habitats altamente específicos, com ecossistemas singulares, em grande interação entre grupos de espécies com grande importância para a conservação.
Unidades de Conservação	Ausência de UC. Recomendações do ZEE para a criação de corredores abrangendo pequenas porções territoriais.
Uso da terra	Observa-se em meio às áreas expressivas de cultivo de café, pecuária, palma, e terras sem uso, uma diversidade de vegetação nativa. Práticas de pecuária e cultivos de café, mandioca, palma e agricultura familiar baseada no cultivo de feijão, milho e produção de hortaliças. Na criação animal destaca-se a pecuária de gado de corte e leite.
Principais impactos verificados	Elevada fragmentação da cobertura vegetal Compactação e degradação do solo Corte de madeira Processos de erosão e assoreamento de corpos d'água Disposição irregular de resíduos sólidos Baixo atendimento de coleta e tratamento de esgotos

Fonte: Fundação Escola Politécnica da Bahia– FEP (2018)

3.2.5.8. Distrito de São João da Vitória

Quadro 12 - Quadro síntese das características físico-ambientais do distrito de São João da Vitória

FATOR OBSERVADO	SÍNTESE DAS CARACTERÍSTICAS FÍSICO-AMBIENTAIS
Geomorfologia	O distrito está inserido totalmente na unidade Pediplano cimeiro da Chapada Diamantina, com altitudes entre 550 e 700m
Cobertura vegetal	Área Antropizada 87,59% Floresta Estacional 12,37% Áreas urbanas/urbanizadas 0,04%
Qualidade ambiental da biodiversidade	Presença dominante de classe 0, indicativo da baixa qualidade ambiental de seu território, e manchas de classe 6, indicando a presença de ambientes singulares e grupos de espécies de grande importância para a conservação e classe 5, indicando a presença de remanescentes de cobertura vegetal que abrigam ecossistemas singulares e algumas espécies de grande importância para a conservação.
Unidades de Conservação	Ausência de UC e de recomendações do ZEE para a criação de corredores ou UC.
Uso da terra	No distrito destaca-se o cultivo da mandioca, que ocupa grande áreas produtivas, responsáveis por fornecer matéria-prima para as diversas casas de farinha encontradas na sede do distrito, que são abastecidas pela produção do próprio distrito e também a oriunda de outras localidades.
Principais impactos verificados	Elevada fragmentação da cobertura vegetal Compactação e degradação do solo Processos de erosão e assoreamento de corpos d'água Deslizamentos e alagamentos em áreas urbanas Disposição irregular de resíduos sólidos Baixo atendimento de coleta e tratamento de esgotos

Fonte: Fundação Escola Politécnica da Bahia– FEP (2018)

3.2.5.9. Distrito de Veredinha

Quadro 13 - Quadro síntese das características físico-ambientais do distrito de Veredinha

FATOR OBSERVADO	SÍNTESE DAS CARACTERÍSTICAS FÍSICO-AMBIENTAIS
Geomorfologia	O distrito está inserido totalmente na unidade Pediplano cimeiro da Chapada Diamantina, com altitudes entre 550 e 700m
Cobertura vegetal	Área Antropizada 77,46% Floresta Estacional 22,42% Rios e áreas úmidas 0,05% Áreas urbanas/urbanizadas 0,07%
Qualidade ambiental da biodiversidade	Presença dominante de classe 0, indicativo da baixa qualidade ambiental de seu território, e manchas de classe 6, indicando a presença de ambientes singulares e grupos de espécies de grande importância para a conservação e classe 5, indicando a presença de remanescentes de cobertura vegetal que abrigam ecossistemas singulares e algumas espécies de grande importância para a conservação.
Unidades de Conservação	Ausência de UC e de recomendações do ZEE para a criação de corredores ou UC.
Uso da terra	O distrito encontra-se em região de relevo suave ondulado, com cobertura vegetal nativa diversa do tipo caatinga, cerrado e mata de cipó. Tais fragmentos são encontradas em mosaico com grandes áreas de pasto, de cultivos agrícolas e terras devolutas sem uso com atividades produtivas. No mosaico de ocupação e uso da terra as principais atividades produtivas e paisagens culturais identificadas no distrito se caracterizam por pastagem para pecuária de corte e leiteira, silvicultura de eucalipto, agricultura familiar caracterizada por pequenos cultivos de palma, mandioca, milho, café, andu, entre outros. Na criação de animais predomina a pecuária de gado de corte, caprinocultura e suínos. Na silvicultura de eucalipto observa-se processo de expansão, com presença de diversas áreas cultivadas.
Principais impactos verificados	Elevada fragmentação da cobertura vegetal Compactação e degradação do solo Expansão da silvicultura sobre áreas de mata Disposição irregular de resíduos sólidos Baixo atendimento de coleta e tratamento de esgotos

Fonte: Fundação Escola Politécnica da Bahia– FEP (2018)

3.2.5.10. Distrito de Inhobim

Quadro 14 - Quadro síntese das características físico-ambientais do distrito de Inhobim

FATOR OBSERVADO	SÍNTESE DAS CARACTERÍSTICAS FÍSICO-AMBIENTAIS
Geomorfologia	O distrito insere-se a oeste, na unidade Pediplano cimeiro da Chapada Diamantina e a leste, na unidade Serras Marginais com altitudes muito variáveis, entre 400 e 1000m
Cobertura vegetal	Área Antropizada 88,71% Floresta Estacional 10,84% Mata Ciliar 0,17% Rios e áreas úmidas 0,18% Áreas urbanas/urbanizadas 0,09%
Qualidade ambiental da biodiversidade	Presença dominante de classe 0, indicativo da baixa qualidade ambiental de seu território, e manchas de classe 6, indicando a presença de ambientes singulares e grupos de espécies de grande importância para a conservação e classe 5, indicando a presença de remanescentes de cobertura vegetal que abrigam ecossistemas singulares e algumas espécies de grande importância para a conservação.
Unidades de Conservação	Ausência de UC. O ZEE recomenda a criação de corredor fluvial do rio Pardo, extremo leste do distrito.
Uso da terra	O distrito de Inhobim encontra-se em uma região de relevo acidentado, com presença de morros e vales de altitude moderada, onde se encontra vegetação nativa dos tipos caatinga, cerrado e mata de cipó. Apesar do distrito ainda conservar algumas áreas, significativas, de vegetação nativa, foram identificados focos de desmatamento e queimadas. A principal atividade econômica do distrito é a cafeicultura, que ocupa grandes áreas de cultivo, sendo processado nas casas de beneficiamento da região, de onde são ensacados e comercializados. Também se destacam pecuária, silvicultura de eucalipto, plantio de mandioca e alguns outros cultivos no âmbito da agricultura familiar
Principais impactos verificados	Elevada fragmentação da cobertura vegetal Compactação e degradação do solo Queimadas Expansão da silvicultura sobre áreas de mata Disposição irregular de resíduos sólidos Baixo atendimento de coleta e tratamento de esgotos

Fonte: Fundação Escola Politécnica da Bahia– FEP (2018)

3.2.5.11. Distrito de Cercadinho

Quadro 15 - Quadro síntese das características físico-ambientais do distrito de Cercadinho

FATOR OBSERVADO	SÍNTESE DAS CARACTERÍSTICAS FÍSICO-AMBIENTAIS
Geomorfologia	O distrito insere-se a norte, na unidade Pediplano cimeiro da Chapada Diamantina e a sul, na unidade Serras Marginais com altitudes muito variáveis, entre 550 e 1000m
Cobertura vegetal	Área Antropizada 80,97% Floresta Estacional 18,77% Rios e áreas úmidas 0,25% Áreas urbanas/urbanizadas 0,01%
Qualidade ambiental da biodiversidade	Presença dominante de classe 0, indicativo da baixa qualidade ambiental de seu território, classe 5, indicando a presença de remanescentes de cobertura vegetal que abrigam ecossistemas singulares e algumas espécies de grande importância para a conservação e classe 4, indicando remanescentes de cobertura nativa, com presença de ecossistemas singulares.
Unidades de Conservação	Ausência de UC. O ZEE recomenda a criação de corredor fluvial do rio Pardo, extremo leste do distrito.
Uso da terra	<p>O território está recortado por grandes pastagens de capim, que alimentam os rebanhos de gado, juntamente com a cultura da palma que complementa a alimentação nos períodos de seca. Na agricultura familiar são encontrados cultivos de café, mandioca e a palma. A palma é empregada para alimentar os rebanhos de bovinos durante os períodos de seca. Apesar das grandes extensões de pastos de capim, na pecuária não apresenta rebanhos de tamanho significativo em relação à área de pasto disponível.</p> <p>O principal cultivo identificado é o da silvicultura de eucalipto, com fazendas que ocupam grandes extensões de áreas cultiváveis do distrito. Foram observados conflitos de usos por aptidão com desmatamento e queimadas para dar espaço a pastagens e áreas de cultivo. Observam-se locais com solo exposto e com sinais de degradação ambiental, em consequência da ocupação de topo de morro, com supressão de vegetação.</p>
Principais impactos verificados	Elevada fragmentação da cobertura vegetal Compactação e degradação do solo Exploração de cascalho gerando passivos Expansão da silvicultura sobre áreas de mata Disposição irregular de resíduos sólidos Baixo atendimento de coleta e tratamento de esgotos

Fonte: Fundação Escola Politécnica da Bahia– FEP (2018)

3.3. ASPECTOS DA ESTRUTURA ESPACIAL E DINÂMICA URBANA

A localização onde o núcleo urbano da cidade de Vitória da Conquista nasceu e se consolidou foi componente importante para a evolução dos elementos da estrutura urbana que hoje compõem a identidade desta cidade.

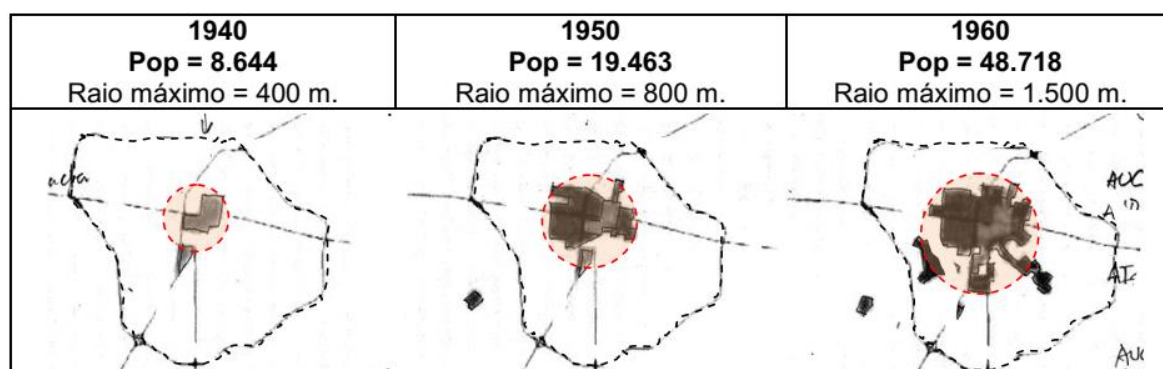
O seu nascimento e desenvolvimento não foi atrelado ao desenvolvimento industrial brasileiro, porém serviu de apoio, como polo regional, para uma industrialização tardia introduzida a partir da descentralização dos distritos industriais pelo interior do Brasil promovido pelo Estado desde os anos 70.

O surgimento deste centro urbano foi fundamentado pela sua localização estratégica nas rotas dos viajantes desbravadores e dos comerciantes e, anos depois, com a construção das rodovias brasileiras a situação deste polo regional foi fortalecida devido à sua condição de nó rodoviário onde ainda passam fluxos crescentes do estado e da região do Nordeste.

A formação da estrutura urbana de Vitória da Conquista ao longo do tempo pode ser resumida em três grandes etapas: (i) a primeira etapa, cidade monocêntrica ou mononuclear, com centro único e malha contínua até os anos 60; (ii) a segunda etapa da cidade radial clássica com centralidade e malha expandida a partir das vias radiais, dos anos 60 aos 90; e (iii) a terceira etapa da cidade radial/ polinuclear, com tendência de centralização e expansão difusa, a partir dos anos 80 e 90 até o presente. A evolução das três etapas citadas anteriormente, se relaciona diretamente com a migração da população rural para o centro urbano.

Na década de 50 acontece uma mudança na condição demográfica do município, ainda na cidade monocêntrica, Figura 20, quando a população urbana supera a população rural. A partir deste momento é necessário que a cidade crescesse fisicamente de maneira mais rápida e oferecesse estrutura para receber esta população que se implantou em seu território.

Figura 20 - Malha Urbana 1940-1960, a cidade monocêntrica, com a projeção do anel rodoviário



Fonte: elaborado a partir de Ferraz (2001), Veiga (2010)

A partir deste fato a estrutura urbana passa por uma forte reconfiguração passando primeiramente para a cidade radial clássica, se expandindo através dos eixos viários e corredores de serviço, e posteriormente para a cidade radial polinuclear devido à ocupação difusa e ao surgimento de subcentros em outros bairros.

Na década de 60, o trecho urbano da rodovia BR-116 começa a assumir uma posição de corredor de atividades bastante ativo e consolidado com atividades de apoio rodoviário como oficina de carro, revendedora de automóveis, e serviço de armazenagem.

Desta maneira, a análise do processo da evolução urbana mostra que as primeiras grandes mudanças na morfologia urbana foram causadas por uma pressão demográfica e também pela consolidação da cidade polo regional. O crescimento populacional fez com que novos usos e atividades econômicas fossem implantados na cidade de Vitória da Conquista assim como, novos equipamentos industriais e a necessidade de produzir unidades habitacionais.

Sobre o aspecto da habitação, como descreve Ferraz (2014), a pressão exercida neste período por movimentos sociais, loteadores e empresários, tendo sem dúvida, cada segmento seus interesses e campos de atuação, para que o poder público viabilizasse a implantação de loteamentos fez com que surgissem no solo de Vitória da Conquista na década de 80, os primeiros loteamentos de periferia sem infraestrutura adequada. Alguns deste loteamento, situados na porção norte-noroeste, ainda não estão devidamente atendidos por infraestrutura urbana atualmente.

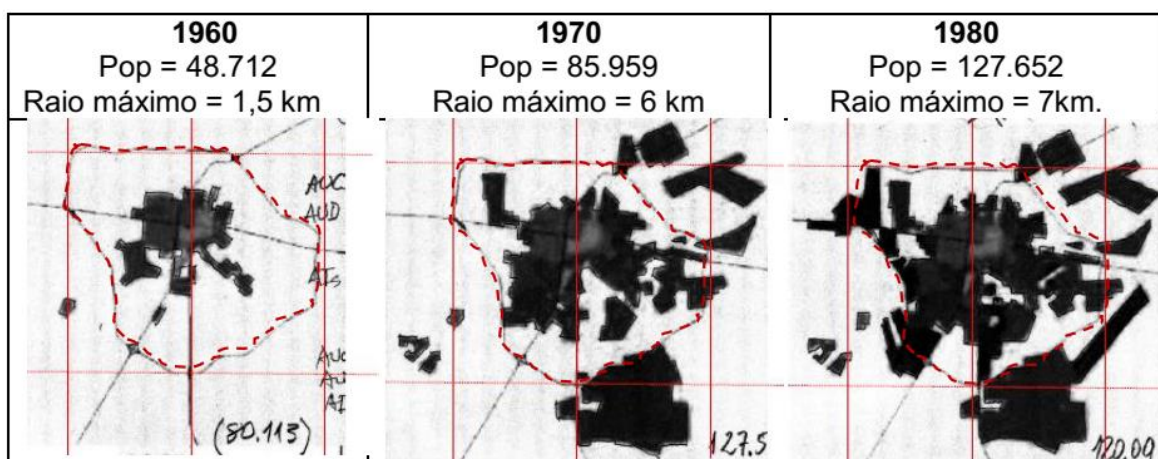
Este momento de reposicionamento da população no espaço urbano beneficiou o mercado imobiliário, que enxergou uma grande possibilidade de crescimento, se

tornando a partir de então mais ativo, e, desta maneira, desde então somou-se aos componentes que contribuíram de maneira decisiva na transformação da estrutura urbana da cidade de Vitória da Conquista.

É importante destacar que a cidade de Vitória da conquista nunca se articulou com a malha ferroviária baiana, tanto que não sofre o impacto quando a malha ferroviária vai ser abandonada como meio de transporte importante, como aconteceu em outras cidades baianas.

A Figura 21 ilustra a transformação da cidade monocêntrica para a cidade radial clássica.

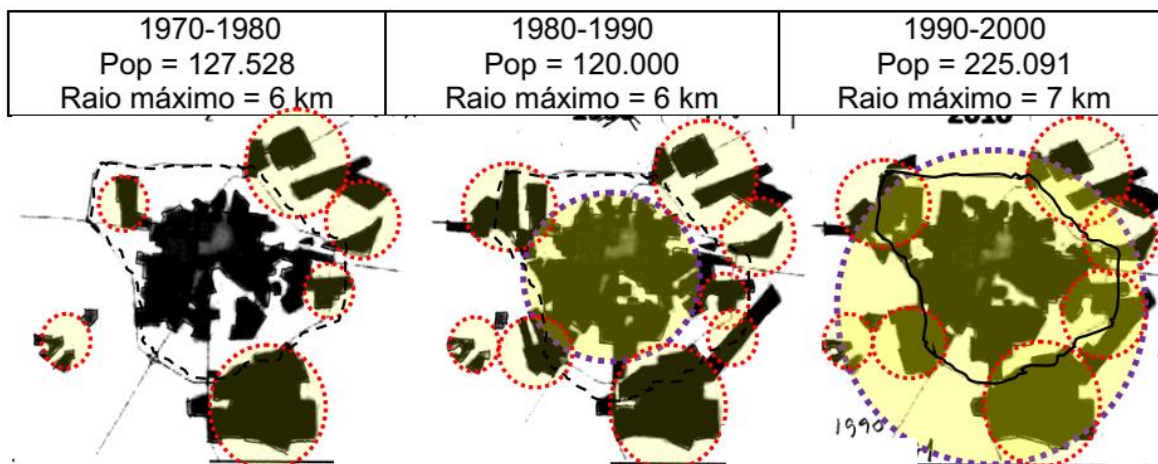
Figura 21 - Malha Urbana 1960-1980, evolução da cidade monocêntrica para a cidade radial clássica, com a projeção do anel rodoviário



Fonte: compilação a partir de Ferraz (2001), Veiga (2010)

No período terceiro período, da cidade radial polinuclear (Figura 22), os problemas causados por uma expansão urbana difusa são ampliados. Como exemplo destes problemas, que perduram até os dias de hoje, destacam-se a retenção de solo sem ocupação, os vazios urbanos assim como áreas de expansão com baixa densidade. O período é marcado pela falta de controle quanto ao uso e ocupação do solo.

Figura 22 - Malha Urbana 1970-2000, evolução da cidade radial/polinuclear



Fonte: adaptado de Ferraz (2201) e Veiga (2010) etc

Este crescimento da expansão urbana de maneira acelerada mudou a escala da cidade fazendo com que as distâncias a percorrer se quadruplicassem entre o centro e a periferia, ultrapassando o considerado suportável para uma circulação a pé como era feito nos outros períodos, a mobilidade assim, passa a demandar veículos coletivos e individuais para os deslocamentos clássicos do tipo casa-trabalho, casa-comércio/serviços, casa-lazer.

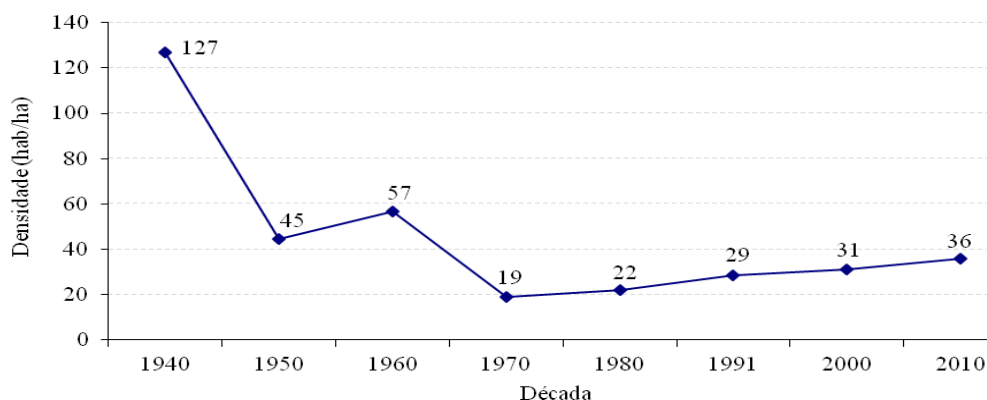
Também é importante destacar que a modernização da malha urbana e da estrutura urbana de forma geral impactou negativamente neste momento o patrimônio histórico edificado, tendo boa parte desta memória destruída.

Situações negativas mais graves na esfera ambiental começam a surgir também neste novo modelo de ocupação do solo, a exemplo do impacto causado pela implantação de malha rodoviária ampliada e também pela implantação de diversos loteamentos. São diversas as pressões ambientais, a exemplo das nascentes, cursos d'água, massas vegetais, e em especial na sub-bacia do rio Verruga.

Os vetores de expansão que direcionam a ocupação para fora do anel rodoviário se fortalecem neste período plurinuclear, já que as recomendações do PDDU vigente naquele momento não foram seguidas de maneira completa. O anel rodoviário construído neste período, pronto em 2002, estimulou ainda mais a urbanização difusa, dando continuidade a ocupação ao longo e nas proximidades da malha viária. Estas ocupações ao longo de rodovia e fora do anel rodoviário na maioria dos casos foram desacompanhadas de infraestrutura adequada.

A ocupação difusa gerou uma acentuada redução das densidades de ocupação do centro para a periferia. Os dados levantados neste estudo apresentam a queda dos valores das densidades brutas entre 1940 e 2010, ilustrados na Figura 23. Estas informações são muito importantes e devem ser consideradas, assim como as projeções das demandas e da oferta de solo urbanizado para o futuro, pois esta variável causa implicação nos custos da infraestrutura a ser implantada futuramente como no custo para implantação de serviços urbanos de qualidade.

Figura 23 - Vitória da Conquista: Densidade demográfica (sede) /1940-2010



Fonte: IBGE (1940; 1950; 2002; 2010); VEIGA, (org.) (2010)

Devido ao processo evolutivo descrito, os usos não residenciais existentes estão localizados no centro tradicional, que não corresponde hoje em dia apenas aos limites do bairro Centro se expandindo para os bairros circunvizinhos, nos subcentros em outros bairros, Brasil, Patagônia e Alto Maron (Figura 24), onde o entorno da feira teve seu uso transformado em comércio e serviço predominantemente e nos principais corredores de atividades como a avenida Juracy Magalhães, a avenida Bartolomeu Gusmão (BR-116), a avenida Presidente Dutra (BR-116), e a avenida Brumado (BA-262) (Figura 25).

Figura 24 – Subcentros do Bairro Brasil e Alto Maron



Fonte: Fundação Escola Politécnica da Bahia – FEP (2019)

Figura 25 – Corredores de Comércio e Serviço – Avenidas Bartolomeu Gusmão e Juracy Magalhães



Fonte: Fundação Escola Politécnica da Bahia – FEP (2019)

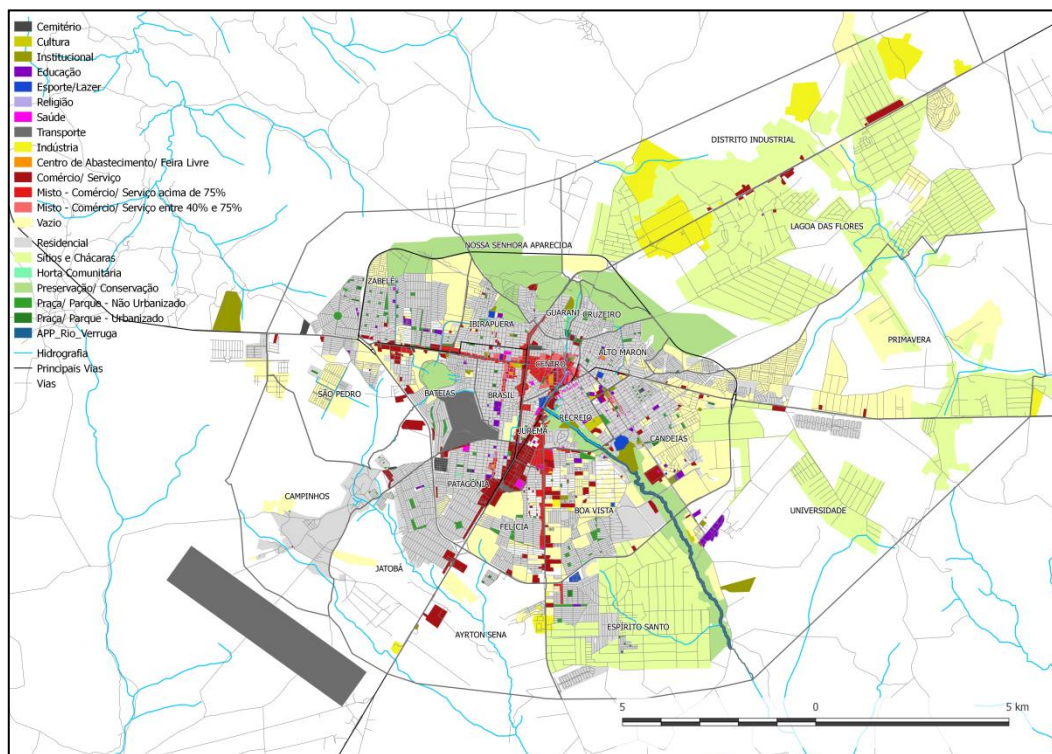
Estes corredores possuem atividades de comércio de tipos variados como manutenção de veículos, galpões de armazenagem, postos de combustível, lojas de móveis, estacionamento e agências bancárias.

Além destes citados, o corredor da avenida Olívia Flores também está se consolidando como um corredor de comércio e serviços no seu trecho mais a norte, tornando-se uma área muito valorizada também para o uso residencial, elea trai usos voltados para um consumo de usuários com padrão de renda mais elevado do tipo lazer e entretenimento, atraindo assim restaurantes, casas de show, lanchonetes e etc., e nos finais de semana este corredor se transforma em uma área de lazer para a família com práticas de esporte e brincadeiras para as crianças. É importante destacar que a Olívia Flores a partir da interseção com Avenida Luís Eduardo Magalhães tem atraído grandes empreendimentos não residenciais e que nas suas áreas lindeiras possui um grande estoque de terrenos vazios desocupados.

A concentração das edificações industriais corresponde neste caso ao limite do distrito Industrial, porém observa-se uma dispersão deste uso em outros trechos do limite urbano, principalmente nas franjas ao Sul da cidade.

O uso do solo está sintetizado na Figura 26.

Figura 26 - Mapa de Uso do Solo



Fonte: Fundação Escola Politécnica da Bahia – FEP (2019)

Dentre as questões mais importantes a se destacar sobre o uso e ocupação do solo neste estudo, deve ser analisada a tendência dos três subcentros consolidados em se tornar uma zona monofuncional de comércio e serviços perdendo assim gradativamente exemplares de uso residencial. Na transformação destas áreas em monofuncionais, é importante se atentar que esta situação tende a causar esvaziamento da região no período noturno, ou seja, diminuição na apropriação dos espaços públicos por falta crescente de pessoas o que leva a decadência física da região, tornando os espaços inseguros e atraindo atividades marginais.

As áreas que estão se transformando em subcentros consolidados poderão ter em breve sérios problemas com aumento de circulação de pessoas e de veículos durante o dia. Problemas de mobilidade e acessibilidade são comuns em áreas que se tornam centralidade de comércio e serviço caso não ocorra planejamento e a ampliação da sua capacidade viária.

Assim como, o enfraquecimento do centro tradicional em oposição ao fortalecimento dos subcentros e corredores, com a retirada de atividades importantes da região mais antiga, causando assim seu esvaziamento, redução do dinamismo e transformando em uma região subutilizada e obsoleta.

Outra questão importante é que com a implantação do novo Aeroporto Glauber Rocha a situação e demanda do corredor composto pela Avenida Luís Eduardo Magalhães pode mudar, necessitando que esta via tenha a sua capacidade ampliada a partir do momento em que pode vir a ser uma rota alternativa de acesso ao equipamento aeroportuário já que se conecta com a rua Estrada de Campinhos.

No que se refere às áreas de predominância residencial, foi feito o estudo de densidade e constatou-se que as áreas mais densas estão localizadas nos trechos das porções norte, noroeste e nordeste, e estes números coincidem com o valor da terra nestas áreas onde o custo da terra é menor em relação ao restante do território urbano. A região da cidade que possui o maior custo da terra são as porções leste e sudeste, e este território, correspondem justamente ao menos adensado, com o maior número de vazios urbanos além de ser o trecho onde está se concentrando a crescente verticalização.

Analisando a qualidade da edificação, é importante destacar que existem poucas manchas de ocupação consideradas precárias (Figura 27), incluindo as áreas ditas com menor custo da terra, como ocupações do tipo favela, cortiços ou similares, pois mesmo os conjuntos habitacionais populares padrão URBIS ou Minha Casa Minha Vida, a rigor não podem ser enquadrados como assentamentos precários.

Figura 27 – Ocupação precária no alto do bairro Ibirapuera, dentro dos limites da Serra do Periperi



Fonte: Fundação Escola Politécnica da Bahia – FEP (2019)

No entanto, é comum se encontrar precariedade em infraestrutura viária, por exemplo, situação identificada mesmo em bairros de classe média. Percebe-se que a qualidade dos imóveis particulares ascende de maneira mais rápida do que os serviços públicos, pois em bairro como o Candeias (Figura 28) existe loteamento sem pavimentação com

casas de médio e alto padrão e edifícios residenciais já implantados e em franco adensamento.

Figura 28 – Loteamento no bairro Candeias sem pavimentação viária apresentando residências térreas de padrão médio e verticalizações.

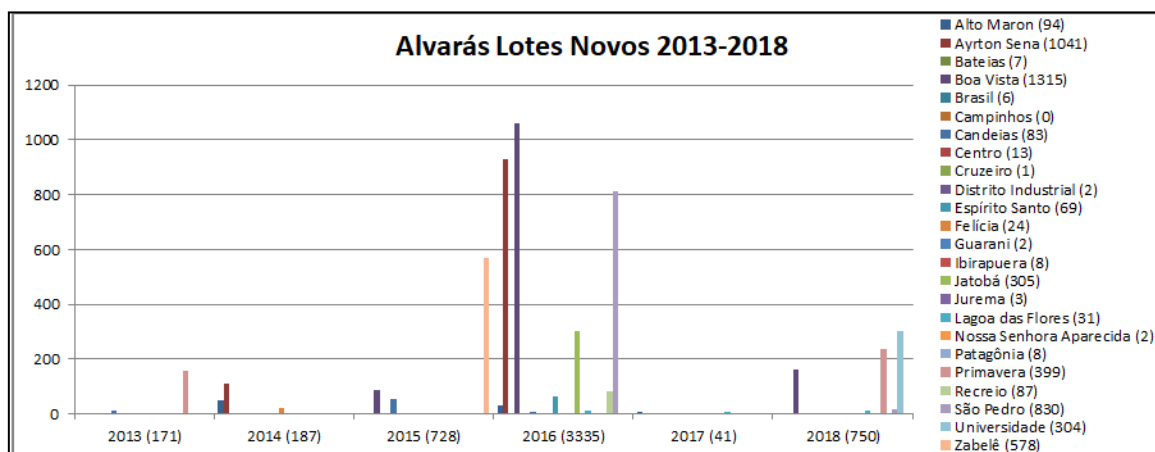


Fonte: Fundação Escola Politécnica da Bahia – FEP (2019)

Dentre os padrões e tipologias de ocupação do uso residencial, o padrão de sítios e chácaras é predominantemente implantado fora do Anel. Estas áreas ainda são rarefeitas, e possuem a tendência de sofrer ao longo dos anos processo de reloteamento, já que o mercado imobiliário local encontra-se ávido por expandir os seus investimentos mantendo a lógica de transformar espaços tidos como rurais, ou periurbanos em espaço urbano.

De acordo com o estudo, ilustrado na Figura 29, entre os anos de 2013 e 2018 dentro do anel viário a maior quantidade de solicitações de alvarás para novas unidades foi no bairro de Boa Vista no ano de 2016 e fora do anel viário as solicitações para novas unidades ocorreram principalmente nos bairros Ayrton Senna, São Pedro e Zabelê entre 2015 e 2016.

Figura 29 - Alvarás / unidades novas (2013-2018)



Esse estudo reforça a ideia de que os corredores viários são grandes indutores da ação do mercado imobiliário, pois as terras que margeiam esses corredores são as terras onde estão ocorrendo nos últimos anos maior número de solicitação de alvará de construção.

O mercado imobiliário tem agido de maneira a contribuir na urbanização repleta de vazios de caráter especulativo. É evidente a existência de diversos espaços desocupados providos de infraestrutura na cidade, assim como nos loteamentos e condomínios localizados em área rural que já começam a aparecer de maneira forte no município.

O poder público por omissão ou por indução, contribui para essa lógica especulativa, de permanência de vazios com infraestrutura adequada na área consolidada da cidade. Indução quando abre novas frentes de expansão, como a nova Avenida José Pedral, e por omissão quando não aplica os instrumentos de política urbana.

A cidade de Vitória da Conquista possui muitos espaços que podem ser classificados como espaços públicos abertos, porém são poucos desses espaços que possuem qualidade paisagística e estrutura de apoio suficiente para serem classificados como uma praça.

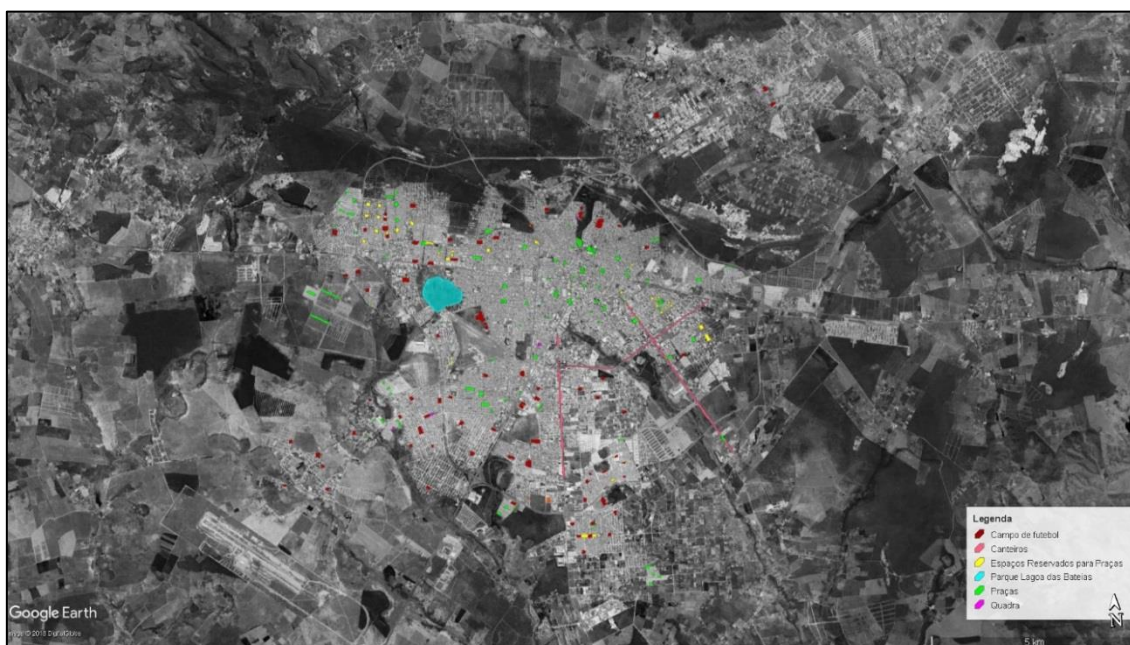
Como o tecido urbano da cidade é constituído por uma malha de loteamentos, muitos desses espaços públicos correspondem às áreas reservadas como área verde no projeto do loteamento, mas que nunca foram estruturadas para o uso da comunidade e na verdade hoje em dia são grandes áreas vazias e que, na maior parte, são apropriadas

pela comunidade e utilizadas como campos de futebol, compensando a demora do poder público em investir nestes espaços.

Os espaços qualificados como praças estão concentrados em sua maioria na área central, na porção Sudeste e em bairros mais consolidados, já os espaços vazios reservados para praças e sem qualificação estão concentrados principalmente nas áreas periféricas da cidade.

A escassez de espaços públicos (Figura 30) de qualidade nas áreas periféricas vem sendo superada um pouco nos últimos anos devido à implantação dos diversos conjuntos do programa Minha Casa Minha Vida. Nesses conjuntos os espaços de uso coletivo costumam receber melhor tratamento na implantação do empreendimento, contando com equipamentos como parque infantil, quadra poliesportiva, bancos e equipamentos de ginástica.

Figura 30 - Levantamento dos espaços públicos em Vitória da Conquista



Fonte: Elaboração da Fundação Escola Politécnica – FEP (2018)

Fica claro com o estudo desenvolvido que os espaços públicos da cidade não possuem a manutenção e o investimento necessários para que se produza um espaço urbano com qualidade paisagística e com oferta adequada de espaços públicos para o exercício de atividades sociais e culturais. Até mesmo o espaço que abriga a escultura de Mário Cravo, o Cristo Crucificado, ícone da cidade, necessita de maior atenção do poder público e tornou-se local de extrema insegurança, levando ao seu esvaziamento e, portanto degradação.

A partir de levantamento realizado para este estudo, atualizando o comportamento do crescimento da ocupação para os anos de 2000, 2010 e 2019 chegou-se a conclusão que a ocupação difusa se intensificou, sendo mais notória a expansão para o norte em áreas fora do anel rodoviário, descontinuidade essa reforçada pelo limite estabelecido pela Serra do Periperi. Tendência de expansão periférica também se nota no vetor da BR-116, em direção ao novo aeroporto e seu entorno rural.

Foram identificadas para estes três anos as terras tidas como AUC – área urbana consolidada, e AUR – área urbana rarefeita, SC – sítios e chácaras e das AV – áreas vazias (sem ocupação). A partir disto, dentro do anel rodoviário para as AUC e AUR, os 55,76% de 2000 sobem para 65,18% em 2010, alcançando os **72,69% em 2019**, mas restando ainda **27,31%** de áreas vazias, e os 1,21% de sítios e chácaras.

Nas áreas fora do anel rodoviário a situação quanto aos níveis da ocupação (AUC e AUR) mostra uma evolução, pois os **22,73% em 2019**, quando comparados aos **12,78% de 2000, e 16,32% em 2010**, demonstram o aumento de áreas consolidadas e rarefeitas.

No total em 2019 apenas 34,14% eram AUCs ou AURs, o restante representa 65,23% de áreas vazias, incluindo aí os sítios e chácaras (16,30%), majoritariamente localizadas fora do Anel rodoviário.

A Figura 31 traz a atualização da ocupação urbana para o ano de 2019, ilustrando os vetores de crescimento de maneira a apontar as tendências de ocupações futuras a serem consideradas no PDDU em elaboração.

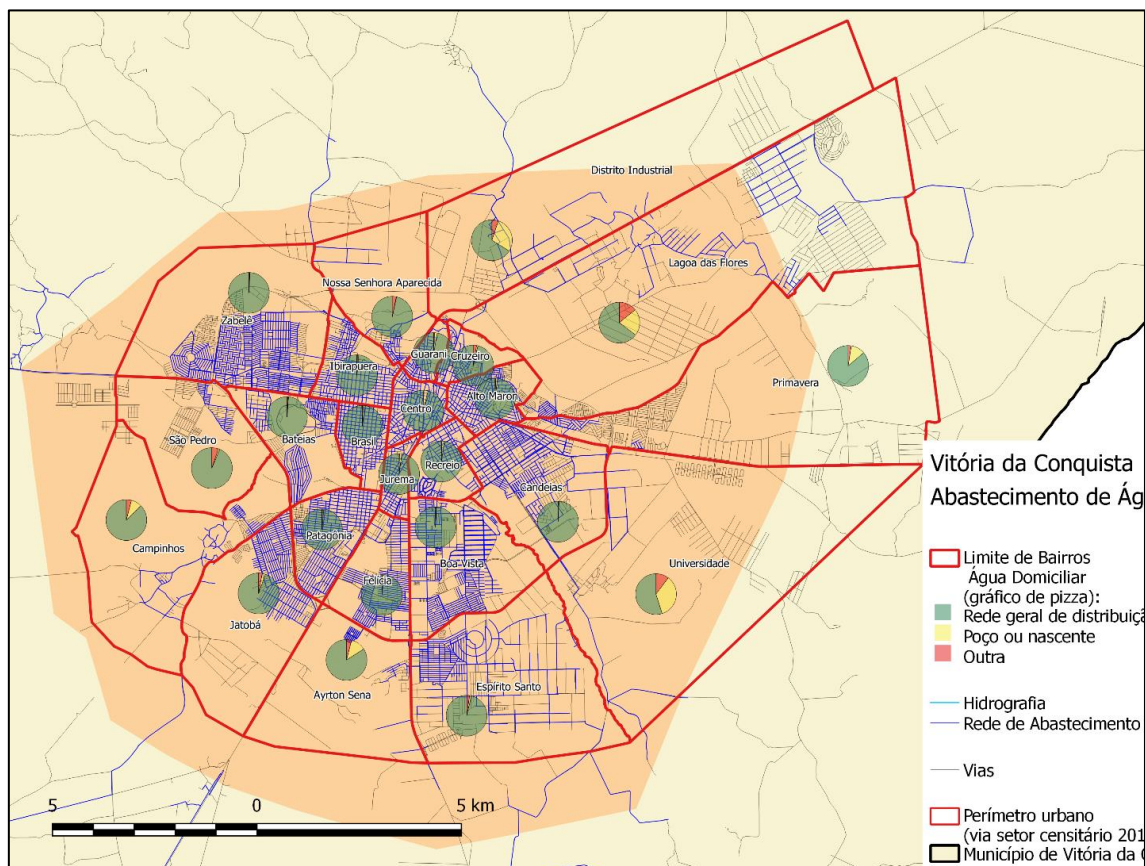
A drenagem e manejo de águas pluviais urbanas é um serviço prestado diretamente pela Prefeitura Municipal, por meio da Secretaria Municipal de Mobilidade. Os serviços de coleta e transporte dos resíduos sólidos são realizados por uma empresa privada, a Torre, contratada pelo Município por meio de um processo de licitação, porém o aterro sanitário fica a cargo da Administração Municipal, por meio da Secretaria Municipal de Serviços Públicos.

3.4.1.1. Sede Municipal

3.4.1.1.1. Abastecimento de Água

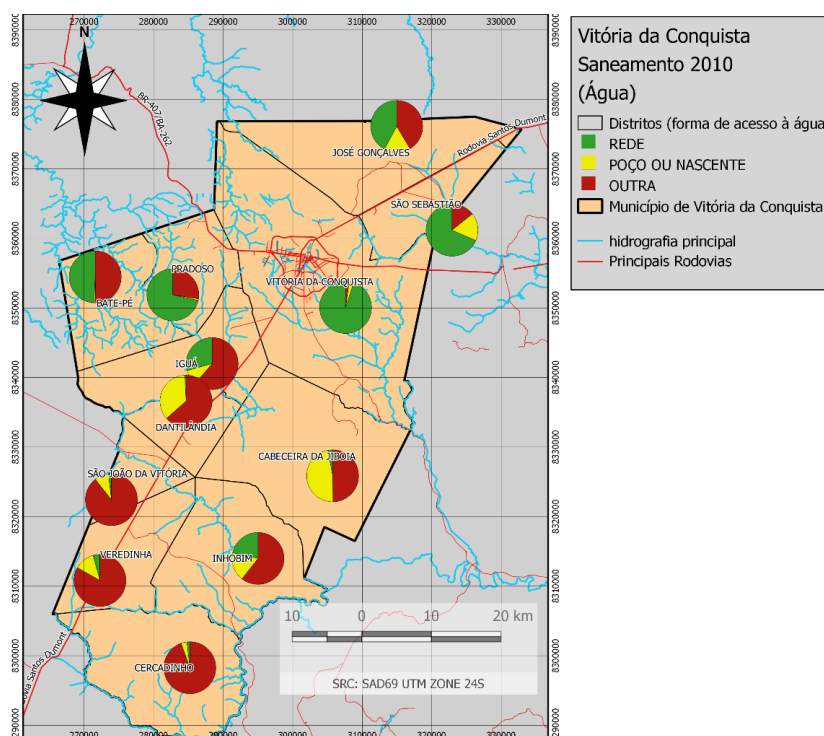
Em 2010, o censo do IBGE identificou seis formas de abastecimento no território de Vitória da Conquista: Rede geral (concessionária), Poço ou nascente, Carro-pipa, Água da chuva armazenada; Rio, açude, lago ou igarapé e Outra. Nesse mesmo ano 87,31% da população municipal era atendida com a rede geral, porém apenas 19,46% da população rural era atendida desta forma, enquanto esse índice era de 94,74% na zona urbana, observando-se assim uma forte diferenciação no atendimento entre as zonas rural e urbana. A Figura 32 apresenta as formas de abastecimento de água na sede de Vitória da Conquista por bairro para o ano de 2010 e o cadastro atual da rede de abastecimento de água da Embasa, podendo-se observar que os locais onde a rede é mais densa são aqueles para os quais o censo indicou maior presença de “rede geral”. A Figura 33 traz os mesmos dados por distrito, e pode-se observar que, exceto Cabeceira do Jiboia, os distritos mais próximos da sede têm maior representatividade da rede geral de água como forma de abastecimento.

Figura 32 - Forma de abastecimento de água em Vitória da Conquista por bairro, 2010



Fonte: Adaptado de IBGE (2010) e Embasa (2019)

Figura 33 - Formas de abastecimento existentes nos distritos de Vitória da Conquista em 2010



Fonte: Adaptado de IBGE (2000; 2010)

A Embasa, em 2016, atendia 328.152 habitantes com o serviço de abastecimento de água, segundo a Prefeitura municipal de Vitória da Conquista. De acordo com o SNIS (2016) a população urbana atendida pelo SIAA do município correspondia a 307.296 habitantes. O Quadro 16 traz os dados do SIAA em 2016.

Quadro 16 - Dados do Sistema de Abastecimento de Água - 2016

Sistema de Abastecimento de Água	
Nº de ligações de água	94.166
Economias de água	115.955
Extensão da rede de distribuição de água	1.188.802 m
Mananciais/Barragens	Rios Água Fria e Monos – Barragens Água Fria I e II Rio Catolé – Barragem de nível Catolé e captação à fio d'água Gaviãozinho
Extensão adutora de água bruta	42.301m
Extensão adutora de água tratada	47.257m
Estações Elevatórias	20und
Estações de tratamento de água – ETA	3.960m³/h
Reservatórios de distribuições	11und

Fonte: SEINFRA/PMVC, Fapes (2016), SNIS (2017).

As três captações existentes para o sistema de abastecimento de água de Vitória da Conquista (Barragem Água Fria I, Água Fria II e sistema catolé (Catolé e Gaviãozinho), juntas, enviam diariamente para o sistema de tratamento, de acordo com a Embasa (2018), o volume de 2.448 L e a capacidade do sistema é de 680 L/s. Contudo, essa vazão é insuficiente para o atendimento satisfatório da população já beneficiada por rede de distribuição, e é possível que não tenha condições de atender ao incremento de população que venha a ocorrer nos próximos anos.

A barragem do Catolé foi proposta como solução para o déficit de água existente no município, e deverá incrementar 600L/s na disponibilidade hídrica do sistema. A implantação dessa barragem, contudo, ainda está em processo inicial.

Em outra vertente surge a barragem de Inhobim, localizada no rio Pardo, como proposta para garantir de modo definitivo a segurança hídrica em Vitória da Conquista. Essa barragem possuirá capacidade de acumulação total de 434,119hm³, com um volume de regularização de 227,86 hm³/ano, garantindo uma vazão regularizada de 0,980 m³/s, o que praticamente dobraria a disponibilidade hídrica do SIAA Vitória da Conquista. Porém, à viabilidade econômica da implementação desse empreendimento, orçado em 700 milhões de reais mais custos operacionais, somado à construção de 80 km de adutora com desnível topográfico de 500m, deve ser avaliado para corroborar com decisões a respeito de sua implementação.

Considerando os dados da Embasa, as projeções populacionais e as variações de consumo da população, pode-se analisar a capacidade do sistema em atender à demanda do município considerando a situação atual, com oferta hídrica de 519,48 L/s, após construção da barragem do Catolé, oferta de 919,08 L/s, e com a construção da barragem de Inhobim a oferta passa a 1.571,76 l/s. O Quadro 17 evidencia os resultados obtidos no cálculo de capacidade de atendimento à demanda calculada para os anos de 2018 e 2040.

Quadro 17 - Capacidade de atendimento da demanda

Ano	2018	2020	2030	2040
Demanda Total (L/s)	887.07	909.29	1020.08	1130.33
Demanda Urbana (L/s)	806.54	830.04	947.18	1063.75
% atendimento total sem Catolé	58.56	57.13	50.93	45.96
%atendimento total com Catolé	103.61	101.08	90.10	81.31
% atendimento total com Inhobim	177.19	172.86	154.08	139.05
% atendimento urbano sem Catolé	64.41	62.59	54.84	45.96
% atendimento urbano com Catolé	113.95	110.73	97.03	86.40
% atendimento urbano com Inhobim	194.88	172.86	154.08	194.88

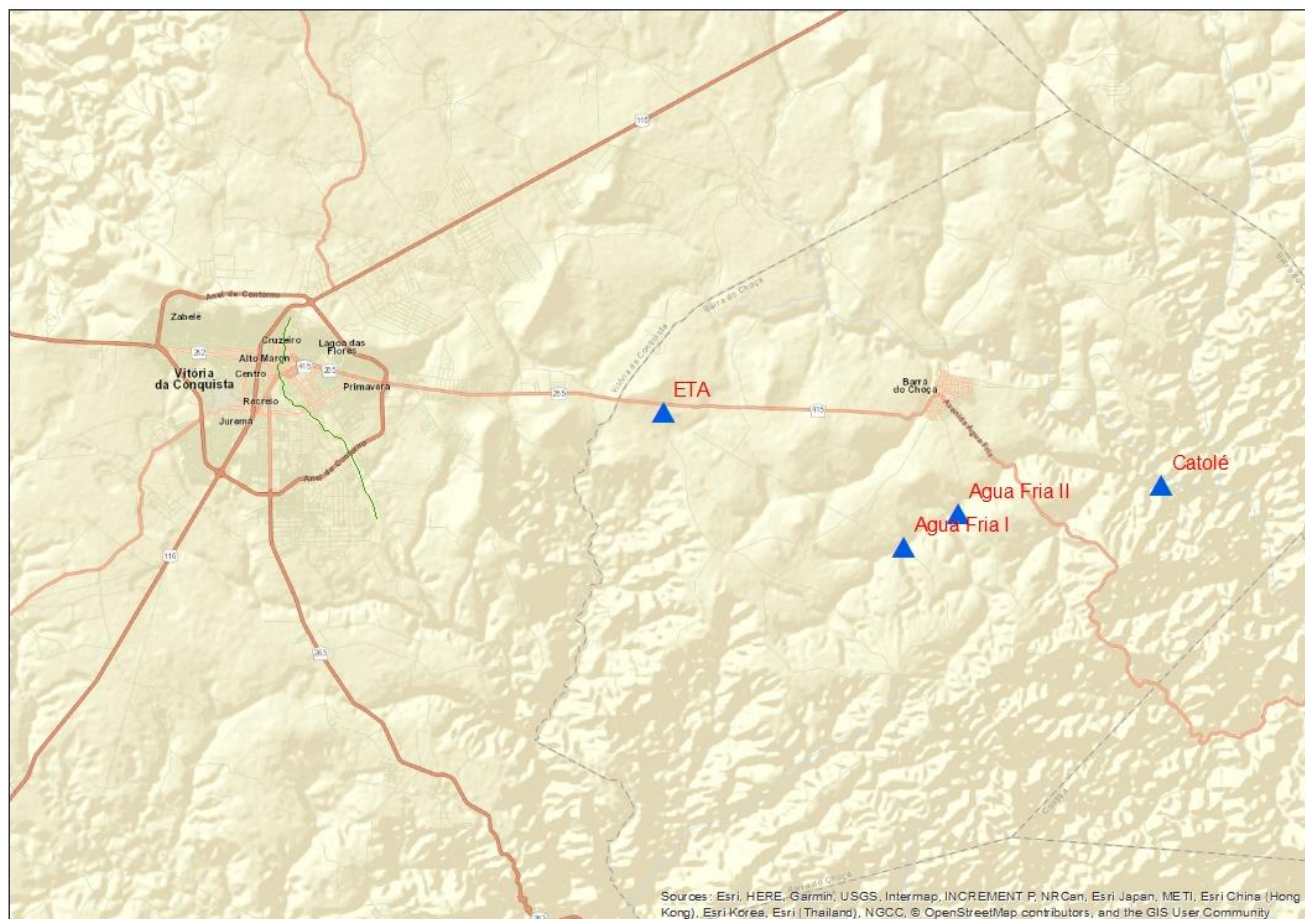
Fonte: Fundação Escola Politécnica da Bahia – FEP (2019)

Nota-se que o sistema atual é capaz de atender a aproximadamente 85% da população total, e com a implantação da barragem de Catolé atenderia a 81% da população projetada para 2040. A barragem de Inhobim traria um incremento de 72% de água ao total de demanda necessário em 2020 e 39% em 2040. Contudo, é importante também ponderar os custos de implantação e operação, as condições hídricas do rio e as perdas do sistema produtos.

Devido aos episódios de estiagem que vem sendo registrados desde 2012, no Brasil e sobretudo no Nordeste, bem como as mudanças climáticas que ganharam destaque nas pesquisas nas últimas décadas, é necessário uma atualização dos estudos das barragens propostas aqui citadas, principalmente a barragem de Inhobim, para embasar decisões futuras, tanto da concessionária como da administração municipal.

A Figura 34 traz a localização das barragens do SIAA de Vitória da Conquista distribuídas no Planalto da Conquista.

Figura 34 - Localização das barragens do Sistema de Abastecimento de água de Vitória da Conquista

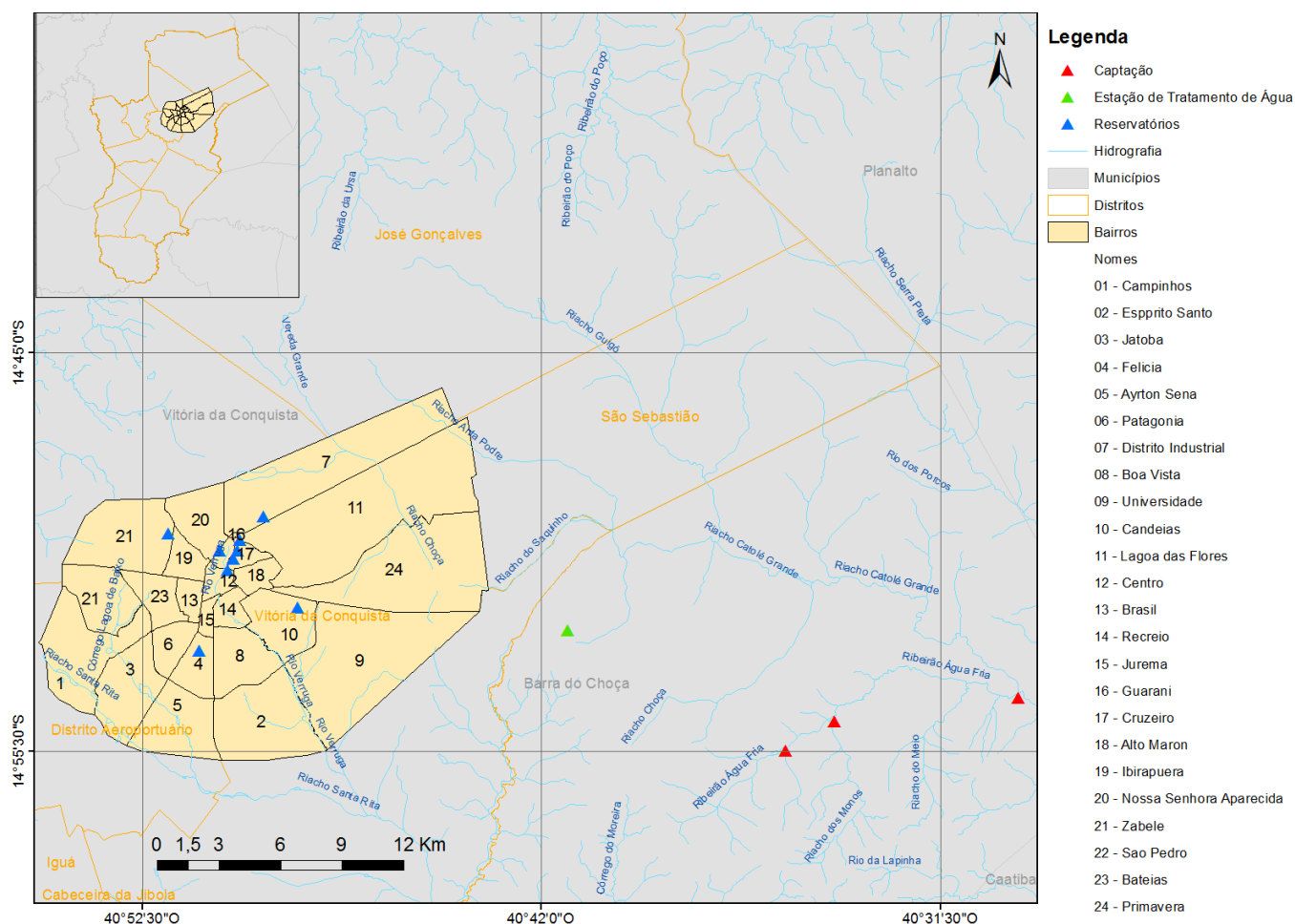


Fonte: Fundação Escola Politécnica da Bahia – FEP (2019)

A ETA do SIAA de Vitória da Conquista possui capacidade nominal de 3.960 m³/h. A vazão de entrada (bruta) média da ETA é de 2.400m³/h e de saída (tratada) é de 2.380 m³/h. O índice de conformidade de Água (ICA) registrado em 2018, segundo dados da concessionária, foi de 99,63%.

Dos 20 reservatórios no SIAA de Vitória da Conquista, três estão próximos à captação do rio Catolé, funcionando como poços de sucção, um localiza-se no distrito de José Gonçalves, um em Bate Pé e um outro no distrito de Dantelândia. Dos 14 reservatórios de distribuição na sede Municipal, 12 são apoiados e 2 são elevados. Os reservatórios totalizam um volume armazenado de 13.900 m³. A Figura 35 traz a localização dos elementos que compõem o Sistema de Abastecimento de Água de Vitória da Conquista.

Figura 35 - Localização dos componentes dos sistemas de abastecimento de água de Vitória da Conquista



Fonte: Elaborado por Fundação Escola Politécnica da Bahia (2019) a partir de Embasa (2019) e IBGE (2010)

Segundo SNIS, em 2014 a concessionária passou a considerar um índice de atendimento de 100%, valor otimista visto que a população da zona rural não possui atendimento universal do serviço e apenas parte dos distritos possui localidades atendidas pela Embasa. Cabeceira do Jiboia, Inhobim e Cercadinho, por exemplo, não possuem abastecimento via concessionária e o percentual de atendimento em Veredinha, Dantelândia, São João da Vitória e Igua ainda é muito pequeno.

Para o ano de 2017 foi registrado pelo SNIS que 94,81% do volume total consumido eram macromedidas. Os dados mostram tendência do aumento da hidrometração no município.

O índice de hidrometração, segundo SNIS, foi de 99,79%. O índice de micromedição relativo ao volume disponibilizado foi de 70,93%, enquanto índice de macromedição foi

de 70.44%, Esses últimos indicadores confirmam as boas condições, a melhoria continuada nos últimos anos, bem como a eficiência do sistema de abastecimento de água no Município.

Os índices apresentados por Vitória da Conquista podem ser considerados muito bons, quando comparados à média do estado da Bahia 38,4% de acordo com SNIS (2016). Nos últimos 10 anos o índice médio de perdas na distribuição, em Vitória da Conquista, esteve abaixo de 30%, chegando a 17, 47 % em 2012, mostrando que a maior parte da água produzida é consumida e indicando eficiência na operação do sistema de combate às perdas. Além disso, pode-se dizer que o déficit identificado na micromedição não tem grande impacto no índice de perdas, mas o ótimo desempenho da macromedição colabora concretamente com a manutenção das perdas.

Em 2018 a Embasa registou para o município 33,4% de perdas, um aumento comparado a 2016. Contudo, tal valor ainda está abaixo da média do estado e se enquadra dentro da meta estabelecida para os municípios no Plano Nacional de Saneamento Básico (PLANSAB, 2014).

Em relação às perdas de faturamento total, Vitória da Conquista figura como o município com menor índice do Brasil e detém o posto de menor índice de perdas por ligação, 111,53 L/dia/hab. Tais indicadores confirmam o esforço da prestadora de serviço com a eficiência e qualidade dos serviços prestado, além do controle da água distribuída e do reaproveitamento da água de lavagem que ocorre na ETA. Entretanto, é preciso ponderar que o município possui elevado déficit de oferta, sendo assim, o bom desempenho operacional avaliado unicamente através dos números, para esse sistema, pode estar influenciado pela quantidade e frequência de água ofertada

Em relação às paralisações no sistema de distribuição por ano, apenas nos anos 2001, 2004, 2005, 2009, 2010, 2013 não foram registradas ocorrências. Contudo, em 2009 e 2010 a concessionária informou que economias foram atingidas por paralisações, o que torna ambos os dados (quantidade de paralisações e economias atingidas) duvidosas.

Em 2012, quando se iniciou um período de seca intensa, ocorreram 82 paralisações, caracterizando um ano anômalo em relação aos demais, uma vez que a grande maioria dos anos da série passaram apenas por uma paralisação. O número de economias atingidas nos anos de 2017, 2016, 2015 e 2012 é maior do que o número de economias existentes.

➤ **INDICADORES**

Tabela 4 - Indicadores de Abastecimento de água para a Sede Municipal e território

Indicador	Cálculo	Valor	Meta
% de atendimento total com rede de abastecimento de água	$\frac{\text{População total}}{\text{Pop total atendida}} \times 100$	87,31% (IBGE, 2010);	100%
% de atendimento urbano com rede de abastecimento de água	$\frac{\text{População total urbana}}{\text{Pop total urbana atendida}} \times 100$	94.74% (IBGE, 2010); 100% (Embasa, 2019)	
% de atendimento rural com rede de abastecimento de água	$\frac{\text{População total rural}}{\text{Pop total rural atendida}} \times 100$	19.46% (IBGE, 2010);	60%
% de atendimento por soluções alternativas nas localidades rurais	$\frac{\text{População total rural}}{\text{Pop total rural atendida por soluções}} \times 100$	80.53% (IBGE, 2010);	40%
Volume de reservação	Capacidade total de reservação do sistema de reservatórios	13900 m³ (Embasa, 2019)	
Índice de conformidade da água		99,63% (Embasa, 2019)	100%
Índice de Perdas na distribuição	$\frac{\text{volume de água produzido} - \text{volume de água consumido}}{\text{volume de água consumido produzido}} \times 100$	33,4% (Embasa, 2019)	33%
Consumo per capita de água	$\frac{\text{volume total de água consumido por dia}}{\text{Pop total}}$	81.30% (SNIS, 2017)	85%

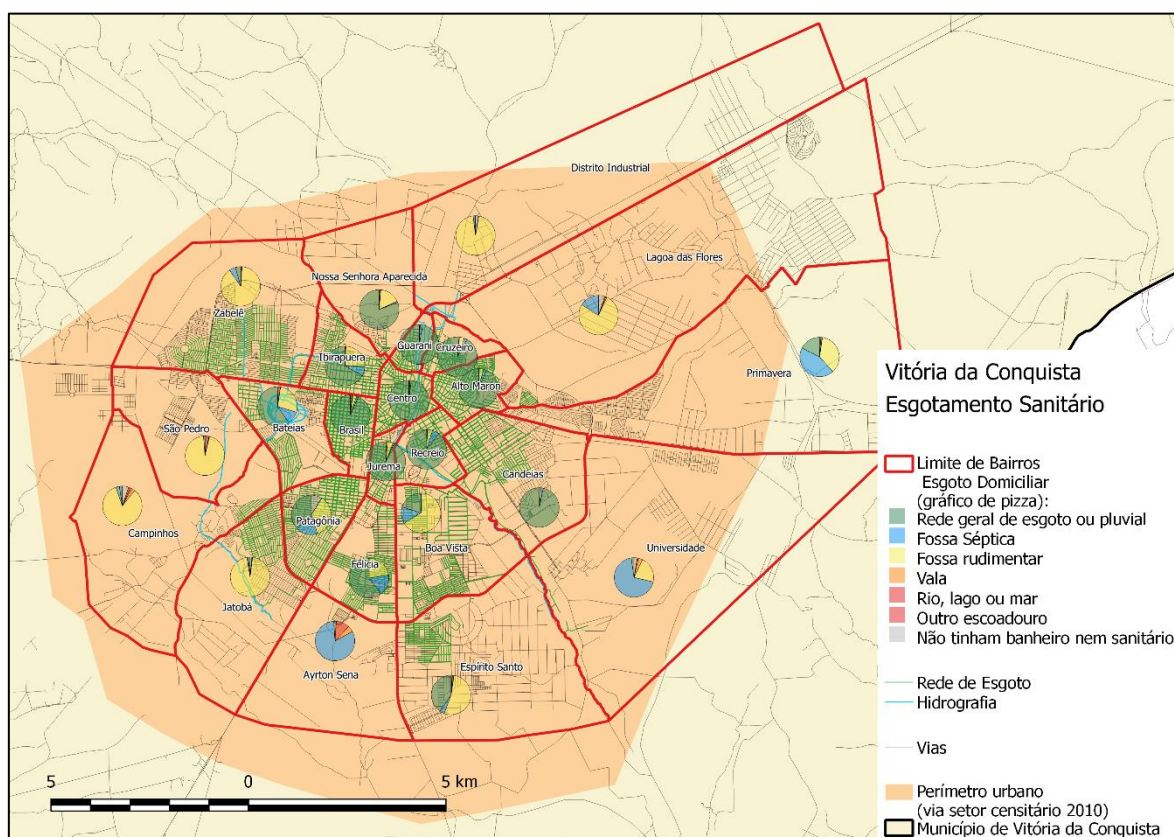
3.4.1.1.2. Esgotamento Sanitário

No censo de 2010, o IBGE identificou cinco tipos de solução de esgotamento sanitário adotados pela população de Vitória da Conquista: Lançamento em rede geral de esgoto ou lançamento em rede pluvial, Fossa séptica, Fossa rudimentar, Lançamento em valas, Lançamentos em rios, lagos ou mar. Nesse mesmo ano, a rede coletora de esgoto só esteve presente na sede, 57%, e no distrito de José Gonçalves, 19,3%, sendo que neste último, o sistema encontra-se obsoleto e com operação precária. Nas demais localidades, outras formas de destinação final (fossa rudimentar/absorvente, rio, vala, corpo d'água etc.) são predominantes.

A Figura 36 traz os tipos de soluções existentes no município em 2010 para o esgotamento sanitário, comparados à rede geral existente nos bairros em 2019. Verifica-se, que os bairros com maior adensamento de rede foram os bairros que o IBGE identificou com maior presença desse tipo de solução. De modo geral, há um índice

elevado da utilização da solução fossa absorvente/rudimentar, e do lançamento na rede pluvial e nos corpos d'água.

Figura 36 - Tipos de esgotamento sanitário



Fonte: Adaptado de IBGE (2019)

De acordo com IBGE, em 2010, dos 86.460 domicílios permanentes existentes em Vitória da Conquista, 94% possuíam banheiro de uso exclusivo do domicílio, e 6% não possuíam esta estrutura. Nesse caso, o distrito que apresenta menor quantidade de residências com banheiro ou sanitário é Bate Pé, com 71,8%. A existência de sanitário é uma condição básica para a prevenção de doenças de veiculação hídrica, o que confere uma importância especial a essa situação, além de evidenciar a necessidade de programas para subsidiar a construção de banheiros nos domicílios.

O Sistema da sede municipal abrange duas macros bacias, a Bacia Leste e a Bacia Oeste e compreendem a rede coletora, os interceptores, a rede condominial, a Estação de Tratamento de Esgoto, Estações Elevatórias, um Conduto Forçado, Emissário e Corpo Receptor. Essas bacias se subdividem em 13 na parte oeste e dez na parte leste. Segundo a Embasa, em 2018, a rede coletora tinha extensão de 629.660m, com trechos de manilha cerâmica e trechos de PVC.

Dentre as medidas adotadas para adesão ao sistema implantado e redução de ligações clandestinas à rede de drenagem está o programa Caça Esgoto, o qual identifica e retira as ligações clandestinas, bem como amplia a quantidade de imóveis interligados no SES. Esse programa resulta em uma média anual de cerca de 170 novas ligações. Em paralelo a este programa, a Embasa realiza um trabalho Técnico Social com atividades diárias, por meio de mapeamento socioambiental e palestras de educação ambiental em escolas, associações, postos de saúde, a fim de conscientizar a população da importância de impedir os lançamentos indevidos de esgotos nos corpos receptores e, por consequência, possibilitar uma adesão total à rede coletora da Embasa.

De acordo com SNIS, em 2016, o índice de cobertura da rede coletora de esgoto era de 83%, de modo que a população atendida passou a ser de 289.166 habitantes, e as ligações aumentaram para 75.568. Segundo Embasa (2019) a bacia leste possui cerca de 50 mil ligações, e a oeste as demais. A bacia oeste passou por ampliação no ano de 2013, e a Embasa continua empreendendo esforços para adensar a rede, e expandi-la até os bairros ainda não atendidos.

A vazão nominal da ETE do SES de Vitória da Conquista é de 1.915 m³/h. A vazão média de saída da ETE é de 0,4m³/s. O Quadro 18 traz o resumo das informações sobre o Sistema de Esgotamento Sanitário de Vitória da Conquista.

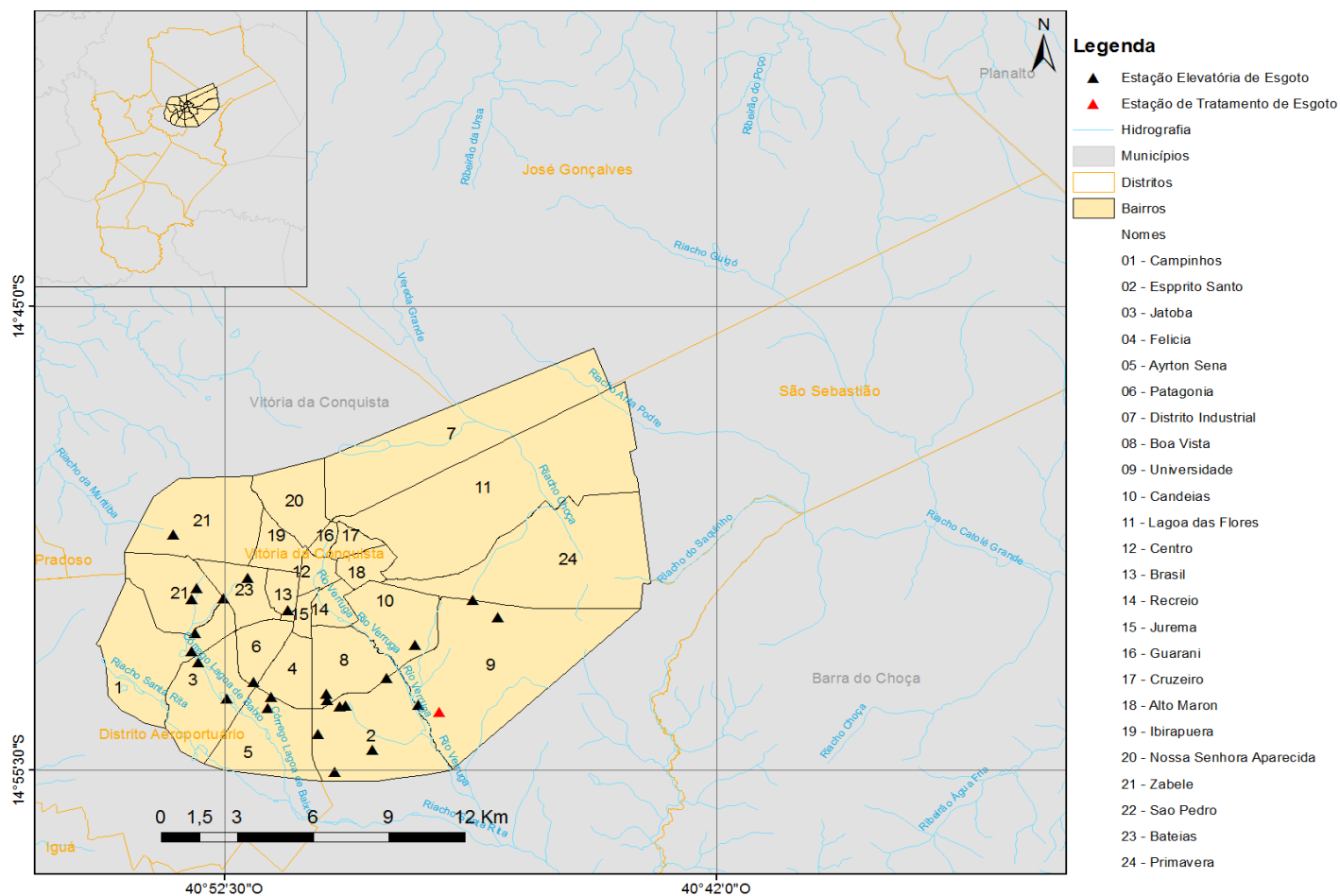
Quadro 18 - Sistema de Esgotamento Sanitário

Sistema de Esgotamento Sanitário	
População atendida pelo sistema de esgotamento sanitário	289.166 habitantes
Nº de ligações de esgoto	75.568
Economias de esgoto	97.496
Extensão da rede coletora e Emissário	655 km
Índice de Cobertura	83%
Corpo Receptor	Rio Verruga
Estações Elevatórias	22und
Estações de tratamento de esgoto - ETE	1.915m ³ /h

Fonte: (SEINFRA/PMVC, FAPES, Embasa, 2016).

A Figura 37 traz a localização dos elementos que compõem o Sistema de Esgotamento Sanitário de Vitória da Conquista.

Figura 37 - Sistema de Esgotamento Sanitário de Vitória da Conquista



Fonte: Adaptado de IBGE (2010) e Embasa (2018)

Em 20 anos, a cobertura de rede geral coletora de esgoto aumentou de 24,78% em 1996, para 86,61% em 2017, sendo o incremento de 61,83%. O índice de atendimento pode ser considerado bom, quando comparado, por exemplo, a Feira de Santana, que possui apenas 57,8 % de sua população atendida pelos serviços de esgotamento sanitário.

O atendimento à população urbana corresponde à 96,74%, e a receita arrecadada dessa população corresponde à aproximadamente 40% da receita operacional da Embasa em Vitória da Conquista.

De acordo com os dados do SINIS, todo o esgoto coletado é tratado, contudo, o fato de que o volume de esgoto faturado é maior do que o esgoto tratado indica que domicílios não ligados à rede estão sendo cobrados pelo serviço.

Para o ano de 2017 foram registradas 84.771 ligações ativas e 94.568 economias ativas, estando entre os maiores valores apresentados entre 1996 e 2017. Os valores evidenciam o maior crescimento da relação entre as ligações, e o conseqüentemente

aumento do atendimento à população de Vitória da Conquista com serviço de esgotamento sanitário.

➤ INDICADORES

Tabela 5 - Indicadores de Esgotamento sanitário para a Sede Municipal e território.

Indicador	Cálculo	Valor	Meta
% de atendimento total com rede de esgotamento sanitário	$\frac{\text{População total}}{\text{Pop total atendida}} \times 100$	49.9 % (IBGE, 2010); 86.61 % (SNIS, 2017)	90%
% de atendimento urbano com rede de esgotamento sanitário	$\frac{\text{População total urbana}}{\text{Pop total urbana atendida}} \times 100$	55.4% (IBGE, 2010);	90%
% de atendimento por soluções alternativas nas localidades rurais	$\frac{\text{População total rural}}{\text{Pop total rural atendida por soluções}} \times 100$	89% (IBGE, 2010);	40%
% de esgoto coletado em SES	$\frac{\text{Volume de esgoto produzido}}{\text{Volume de esgoto coletado}} \times 100$	86.61 % (SNIS, 2017)	100%
% de esgoto tratado em SES	$\frac{\text{Volume de esgoto coletado}}{\text{Volume de esgoto tratado}} \times 100$	100% (SNIS, 2017)	100%
Índice de extravasamento	$\frac{\text{Quantidade de extravasamento}}{\text{Extensão da rede}}$	7.85 extr/km (SNIS, 2017)	0.6 extr/km

3.4.1.1.3. Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos

O sistema de Resíduos Sólidos de Vitória da Conquista atende a 306.000 habitantes, coleta 215t/dia de resíduos domésticos, recicla 658,4 t/ano, possui uma célula do aterro sanitário em operação, uma vala séptica para resíduos hospitalares e um galpão de reciclagem (SESEP/PMVC, 2016). Os serviços de limpeza pública são administrados diretamente pela Prefeitura Municipal através da Secretaria Municipal de Serviços Públicos (Sesep). A coleta e transporte são realizados pela empresa Torre Empreendimento Rural e Construção LTDA, contratada pelo município. A disposição final é feita no aterro sanitário operado pela Torre e administrada pelo município.

De acordo com a Sesep, todos os bairros da zona urbana e 61% da zona rural são atendidos pela coleta (Figura 38 e Figura 39). A sede possui 21 setores de coleta e utiliza um caminhão compactador de 15m³ e carroças e motocicletas nas áreas de difícil acesso para o caminhão. Com isso, a abrangência da coleta de resíduos sólidos no município é significativa. Entretanto, a disposição inadequada dos resíduos verificada nos distritos e nos bairros periféricos de Vitória da Conquista indica que a prestação do

serviço necessita de melhorias para que essa disposição não venha a afetar à saúde da população desses locais.

Em 2010, segundo dados do IBGE, do total de 86.416 domicílios no município 89,16% dos resíduos neles gerados eram coletados por caminhão ou caçamba, 9,62% queimado, 0,18% enterrado, 0,68% jogado em terreno, e 0,36% davam outras destinações. O resíduo comercial e o da indústria, levados para o Aterro Sanitário, passam por uma triagem, por meio do trabalho dos catadores pertencentes à Cooperativa de Catadores Recicla Conquista. De acordo com SNIS (2017), o aterro Sanitário local recebe 209.480,80 toneladas por ano, e está sendo ampliado com a construção de uma nova célula, já que a primeira está chegando ao máximo.

A Prefeitura possui uma área exclusiva do aterro sanitário para disposição de entulho, na qual a maior parte recebida é oriunda de caminhões de empresas particulares. Contudo, segundo informações da Secretaria Municipal de Serviços Públicos, os Pontos de Entrega Voluntária (PEVs) recebem mais 36.000 toneladas de resíduos da construção civil por ano. Porém, diversas áreas no município são utilizadas irregularmente como destinação final de entulho. Visando monitorar essas ações não autorizadas, a Prefeitura dispõe de 28 pessoas monitorando terrenos vazios em todo o território de Vitória da Conquista.

A responsabilidade pela destinação final dos resíduos de saúde foi delegada aos empreendimentos em 2010.

Os custos mensais dos serviços de limpeza urbana correspondem a R\$ 6.944.273,10 para o orçamento da Prefeitura Municipal e R\$19.797.273,10 correspondem aos custos relativos aos serviços da Torre Empreendimentos.

De acordo com a Cooperativa de Catadores Recicla Conquista, mais de 80% do total de resíduos encaminhado para o aterro não são reciclados. A composição gravimétrica dos resíduos recebidos no aterro mostra que 67,35% é matéria orgânica, 28,15% material reciclável (plástico, papel, papelão, metal ou vidro) e 4,43% outros tipos. Ou seja, considerando que chegam 215 t/dia e que desses 28,15% são de material reciclável, cerca de 60 t/dia poderiam ser recicladas, 22.090 toneladas ao ano. Atualmente, se recicla 2,98% desse potencial.

O metano produzido no aterro é drenado e conduzido para a queima. A administração do aterro não realiza o monitoramento da qualidade das águas superficiais e subterrâneas do entorno de sua área, não respeitando os termos da licença ambiental

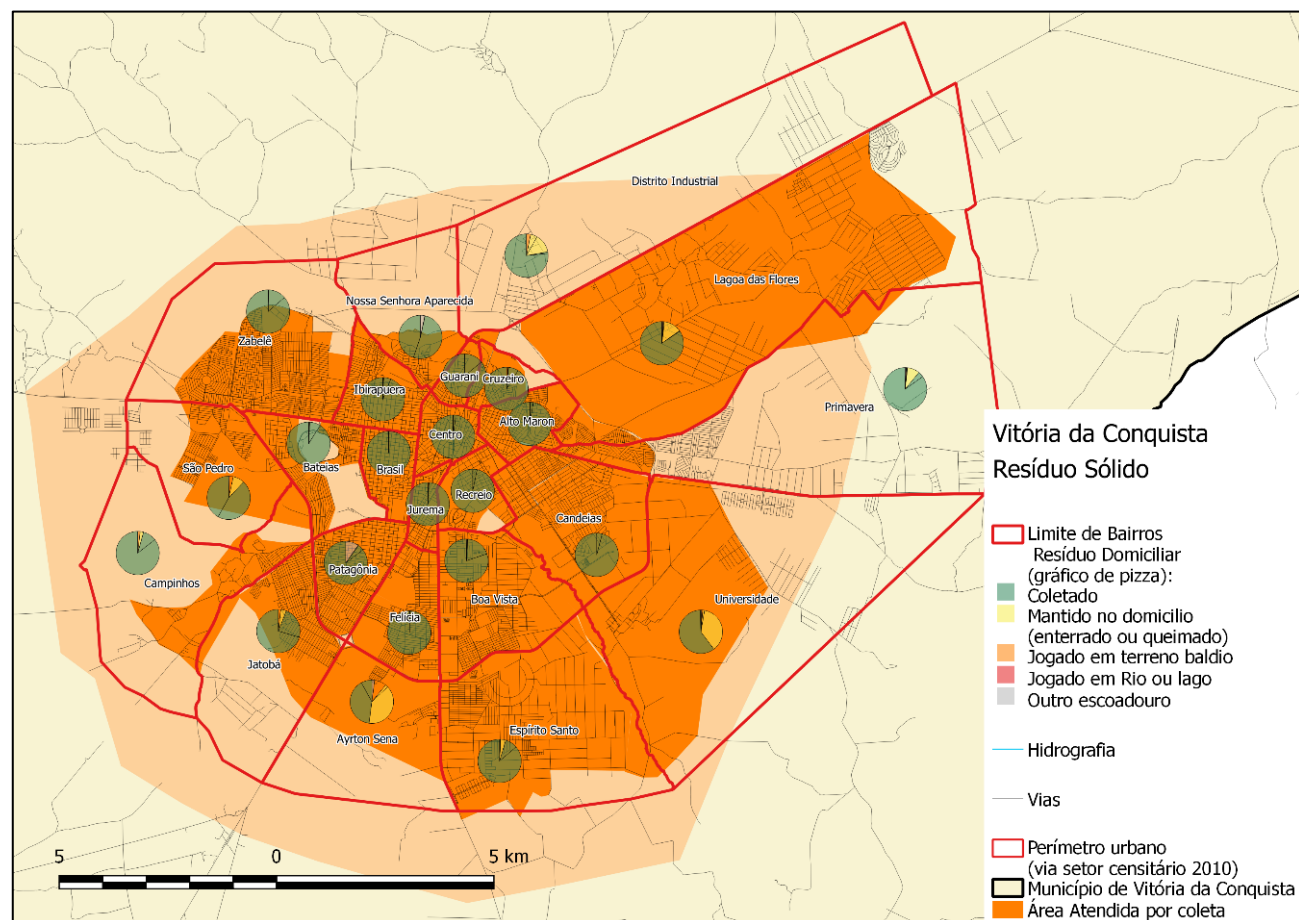
de operação, emitida pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente. Vale lembrar que o risco de contaminação das águas subterrâneas é muito alto. O monitoramento geotécnico previsto no projeto executivo do Aterro Sanitário também não está sendo cumprido. Atualmente, o tratamento químico não está sendo realizado e o líquido percolado do aterro apenas está sendo armazenado nas lagoas. A Prefeitura está em negociação com a Embasa para que essa última receba o percolado na Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) de Vitória da Conquista.

➤ INDICADORES

Tabela 6 - Indicadores de Resíduos sólidos para a Sede Municipal e território

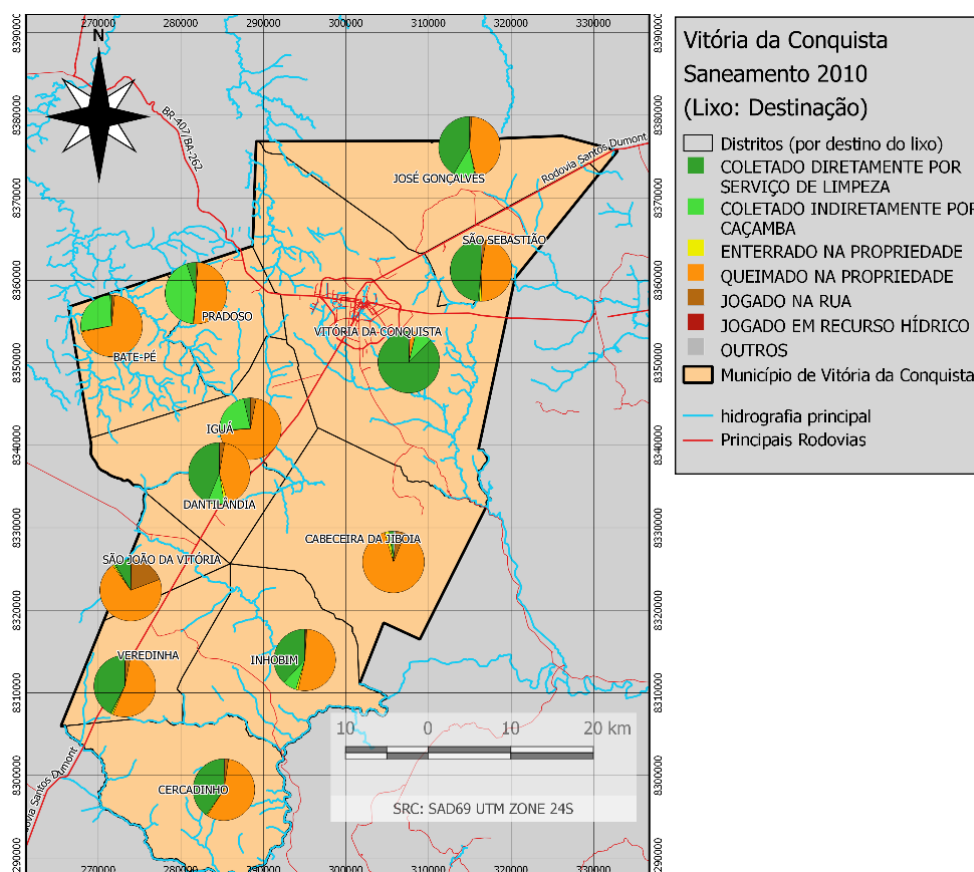
Indicador	Cálculo	Valor	Meta
% da área urbana com serviço de coleta.	$\frac{\text{área atendida} \times 100}{\text{área total}}$	PMVC (2010)	100%
% dos resíduos recicláveis que é reciclado.	$\frac{\text{qtd. reciclada} \times 100}{\text{qtd. reciclável}}$	2,98% (PMVC, 2016)	100%

Figura 38 - Coleta de resíduos domésticos em Vitória da Conquista por bairro, 2010



Fonte: Adaptado de IBGE (2010)

Figura 39 - Coleta de resíduos nos distritos de Vitória da Conquista, 2010



Fonte: Adaptado de IBGE (2010)

3.4.1.1.4. Drenagem de Águas Pluviais Urbanas

A realidade do município de Vitória da Conquista, no que se refere ao manejo de águas pluviais e drenagem urbana, não é muito diferente daquela de outros municípios do estado da Bahia. O modelo existente, implantado nos moldes tradicionais, não atende à demanda do escoamento, o que acarreta inundações nos eventos de intensas chuvas. Além disso, as redes do sistema são pouco conhecidas e não estão cadastradas.

De acordo com o relatório de Saneamento Básico, elaborado a partir de dados coletados no ano de 2016 para o município, os sistemas de drenagem de águas pluviais atendem a uma população de cerca de 150.000 habitantes e se estendendo por 90 quilômetros. A Figura 40 apresenta a disposição da rede.

Foi possível observar que alguns bairros do município como Jurema e Campinhos, enfrentam problemas constantes relacionados à drenagem pluvial, uma vez que as ocupações aí ocorreram em áreas ribeirinhas e/ou de várzea.

Os bairros Alto Maron, Ibirapuera, Patagônia, São Pedro, Distrito Industrial, Aírton Senna e Universidade não apresentam nenhum canal de drenagem e a água escoar naturalmente pelas ruas. Já em outros bairros, a exemplo do Candeias, é fácil identificar componentes do sistema.

Nas comunidades e localidades (rurais e urbanas) inseridas no distrito sede, não foram identificados componentes do sistema de drenagem, assim como foram registradas ruas sem pavimentação, acarretando, nos períodos chuvosos, em desabamentos e erosões das vias vicinais.

De acordo com o Pemapes, na maioria dos lotes urbanos, a área construída ocupa a maior parte dos lotes nas áreas de grande adensamento. No que se refere às ruas, constatou-se que o caimento das vias na direção das sarjetas é bem definido, mas suave. Nas sarjetas, nos dias sem chuva, podem ser encontrados filetes de águas servidas escoando por elas.

De acordo com Bahia (2011), as inundações ocorrem mais de uma vez no ano, em áreas não centrais de ocupação formal. No ano de 2011, as áreas críticas identificadas foram: Sobradinho, rua T - bairro Henriqueta Prates, estrada de acesso ao bairro Campinhos, rua 4 e entre as ruas 8 e 11 - bairro Santa Cruz, rua São Sebastião - bairro Nossa Senhora Aparecida e rua Bartolomeu de Gusmão - bairro Jurema. Na área crítica de Sobradinho ocorrem muitas enxurradas. Nesta área algumas das vias com caixas coletoras não são pavimentadas e não existem áreas desocupadas que funcionem como amortecimento de cheias. Durante visita ao sistema de drenagem urbana de Vitória da Conquista, o técnico da Prefeitura municipal indicou como pontos de alagamento os locais descritos no Quadro 19.

A Defesa Civil também faz o monitoramento e presta auxílio à população em eventos de intensas chuvas nos locais que frequentemente alagam. Assim, essa instituição identificou como pontos frequentes de alagamento, nos últimos três anos as avenidas São Geraldo, Bartolomeu de Gusmão e Juracy Magalhães, a rua Ascendino Melo e as travessas Genésio Porto e 10 de novembro.

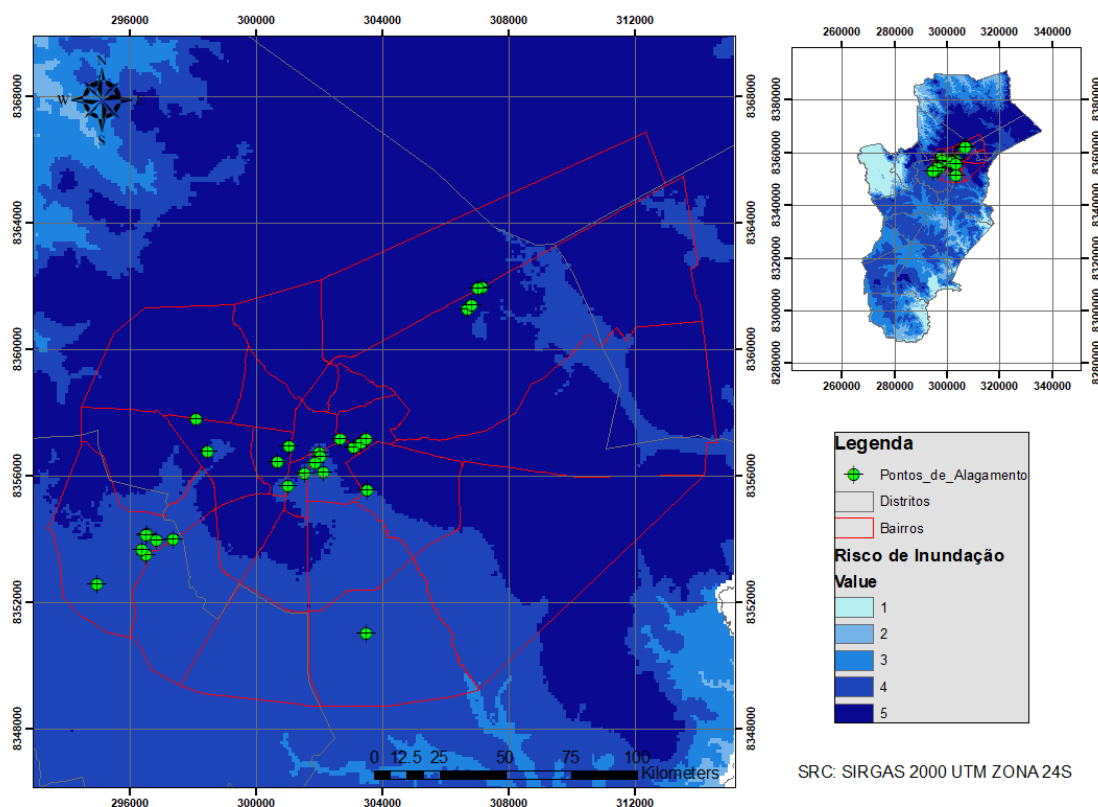
Quadro 19 - Pontos de Alagamento em Vitória da Conquista

Pontos de Alagamento na Sede de Vitória da Conquista				
Av. Brumado	Bairro Jurema	Rua Guilhermino Novaes	Rua 10 de novembro	Loteamento Santa Cecília
Bairro Brasil – Rua Aracaju	Av. Bartolomeu de Gusmão	Rua Acedido Melo	Tanque Seco	Alto Maron
Cidade Serrana	Praça Vitor Brito	Av. São Geraldo	Campinhos	Av. Luiz Eduardo Magalhães
Urbis VI	Lagoa das Flores	Rua Paulino Santos	Chácara Imperial	

Fonte: FEP (2019) e PMVC (2019)

Os pontos destacados podem ser observados na Figura 41, que ilustra também o mapa de risco de inundação de acordo com a topografia do município, obtida através de imagem SRTM. Verifica-se que as áreas de maiores riscos abrangem os pontos coletados de alagamento verificados.

Figura 41 - Pontos de alagamento identificados no município de Vitória da Conquista



Fonte: Fundação Escola Politécnica da Bahia – FEP (2019)

O Pemapes analisou o sistema de drenagem e manejo de águas pluviais de Vitória da Conquista a partir de indicadores, os quais levam em consideração fatores e características, tais como: aspectos institucionais e corporativos, caracterização da bacia através de qualificações e pesos dos dados coletados, fragilidade de adequabilidade do sistema existente (com vistas a utilizar técnicas de manejo sustentável) caracterização da macrodrenagem, índices de fragilidade dos sistemas, entre outros.

O Quadro 20 destaca as ações referentes ao serviço de drenagem realizadas, de acordo com o Relatório de Saneamento Básico de 2016.

Quadro 20 - Serviços executados no sistema de drenagem até o ano de 2016

Serviços executados no sistema de drenagem até o ano de 2016 de acordo com Relatório de Saneamento Básico	
1997 a 2016 houve uma extensão de cerca de 51 Km de rede de drenagem.	Identificação e diagnóstico das nascentes do rio Catolé no território conquistense, com o objetivo de traçar estratégias de recuperação visando combater e/ou amenizar os efeitos da crise hídrica.
Entre 1997 a 2016 foram gastos cerca de 40 milhões de reais, oriundos de recursos próprios do município, para a expansão e modernização da rede de drenagem pluvial na sede municipal.	Reflorestamento das encostas do Poço Escuro, praça da Juventude, avenida Antônio Nascimento (rua do cruzeiro), lagoa das Bateias, áreas do Herbário e Cetas.
Reflorestamento das áreas das cascalheiras da serra do Periperi.	Reflorestamento e recuperação de Áreas Degradadas especialmente em zonas de Mineração, através dos processos de Licenciamento Ambiental.
Recuperação da mata ciliar no entorno das nascentes do Poço Escuro, do Alto da Serra, Panorama e Bebedouro da Onça.	

Fonte: FEP (2019) e PMVC (2016)

➤ INDICADORES

Tabela 7 - Indicadores de Drenagem e manejo de águas pluviais urbanas para a Sede Municipal e território

Indicador	Cálculo	Valor	Meta
% da área urbana com serviço de drenagem	$\frac{\text{área urbana atendida} \times 100}{\text{área urbana total}}$	48% (IBGE, 2016)	100%
% da área total com serviço de drenagem	$\frac{\text{área total atendida} \times 100}{\text{área total}}$	43% (IBGE, 2016)	100%
Número de pontos de alagamento	Total de pontos de alagamentos na sede municipal.	26 (PMVC e Defesa civil, 209)	0

3.4.1.2. Distritos e localidades rurais

3.4.1.2.1. Abastecimento de Água

Os dados da zona rural foram coletados a partir de visitas de campo e entrevistas. Foram visitadas 178 localidades rurais nos doze distritos, incluindo o Distrito Sede (Quadro 21). Foram identificadas junto à Secretaria Municipal de Agricultura a existência de 261 povoados, contudo no âmbito do presente estudo foram visitados e mapeados apenas aqueles que possuíam número de habitantes superior a 100 e número de domicílios superior a 20. Ao longo das visitas, algumas exceções a esse critério foram incluídas no mapeamento, devido à situação crítica em que a população se encontrava em relação ao saneamento básico.

Quadro 21 - Quantidade de Localidades visitadas por Distrito

Nº	Distrito	Nº de localidades	Nº	Distrito	Nº de localidades
01	Bate pé	20	07	José Gonçalves	34
02	Cabeceira do Jiboia	13	08	Pradoso	14
03	Cercadinho	9	09	São João da Vitória	4
04	Dantelândia	5	10	São Sebastião	11
05	Iguá	18	11	Sede	30
06	Inhobim	17	12	Veredinha	3
		Total	178		

Fonte: Fundação Escola Politécnica (2019)

Os resultados obtidos que estão relacionados aos serviços de abastecimento de água são trazidos na Tabela 8.

Tabela 8 - Resultados para o serviço de abastecimento de água nas localidades rurais

Distrito	Número de localidades rurais														
	Nº de localidades total	Forma de abastecimento							Regularidade do Fornecimento		Qualidade			Tratamento	
		SAA Embasa	Sistema Simplificado	Chafariz (sistema simplificado da Cerb)	Cisterna	Carro pipa	Poço particular	Rio/nascente/lagos e outros	Intermitente	Contínuo	Boa ou ótima	Ruim	Péssima	Com Tratamento	Sem Tratamento
Bate pé	20	7	4	0	17	15	6	9	20	0	18	0	2	18	2
Cabeceira da Jiboia	15	0	7	0	11	7	13	1	12	3	14	1	0	3	12
Cercadinho	9	0	8	1	8	8	1	3	9	0	4	0	5	2	7
Dantilândia	5	0	2	0	5	3	3	1	5	0	4	0	1	4	1
Iguá	18	6	7	0	11	10	10	0	16	2	16	0	2	16	2
Inhobim	17	0	10	1	10	13	6	6	15	2	12	0	5	3	14
José Gonçalves	34	8	5	1	19	28	12	2	30	4	33	0	1	32	2
Pradoso	14	11	0	0	13	4	5	3	13	1	13	0	1	13	1
São João da Vitória	4	1	3	1	0	0	1	1	4	0	3	1	0	3	1
São Sebastião	10	5	2	0	7	5	5	0	7	3	8	2	0	9	1
Sede	29	14	0	4	15	14	17	7	18	11	27	0	1	21	8
Veredinha	3	1	2	0	1	2	2	0	2	1	2	0	1	2	1

Os poços particulares são fonte de água em todos os distritos, estando presente em maior proporção em Cabeceira do Jiboia e em menor proporção em Cercadinho, com 3%. Nota-se que a Cisterna de Captação de água de chuva também é uma forma de abastecimento representativa em todos os distritos, exceto São João da Vitória onde sua presença não foi identificada. Os Carros-Pipa também são uma forma representativa de abastecimento, não se apresentando apenas em São João da Vitória, novamente. Em José Gonçalves eles representam 38% das fontes de água, seguido por Inhobim e Cercadinho, ambos com 28%. O distrito com menor representatividade dos carros-pipa e Pradoso, com 11%.

O Sistema de Abastecimento de Água (SAA) da Embasa é uma forma de abastecimento em oito dos doze distritos, mas em nenhum deles a proporção desse atendimento é elevada.

Os sistemas simplificados implantados pela Cerb estão presentes em dez distritos, ausente apenas em Pradoso e na Sede. Apesar de muitos apresentarem problemas, principalmente relacionados à manutenção, esse sistema ainda fornece boa parte da água consumida nos distritos. As outras formas de abastecimento, como captação direta em corpos d'água (rios, nascentes, lagos, represas, barragens etc.) não foram identificadas em Iguá, São Sebastião e Veredinha, sendo mais representativo em Bate Pé (16%) e menos em Cabeceira do Jiboia e José Gonçalves, o primeiro com 2% e o segundo com 3%.

No distrito de Inhobim 20 localidades são assistidas pela Prefeitura, em Pradoso, São Sebastião e no distrito sede são duas localidades, em José Gonçalves são 15 localidades atendidas, em Dantelândia são dez, em Cercadinho 17 (incluindo assentamentos), em Cabeceira da Jiboia são 13 localidades, em Iguá são oito localidades, em Bate Pé onze e em São João da Vitória três.

Nota-se que das 103 localidades assistidas pela Prefeitura, 71 recebem manutenção em poços tubulares, 26 em cisternas, quatro em barragens e duas em captação direta no rio Pardo. As barragens estão presentes em localidades de Inhobim e José Gonçalves, e a captação direta ocorre em Inhobim. Apenas em Veredinha e na Sede, a Prefeitura não disponibiliza manutenção de poços tubulares, e em Bate Pé, Veredinha e Pradoso não ocorre a assistência da Prefeitura para manutenção de cisternas e cisternões.

Dentre as localidades que a Prefeitura provém o abastecimento e a manutenção de sistemas alternativos de água registradas, foram visitadas 42. São elas:

- Inhobim: Abelhas, Lamarão, Matinha (possui três sistemas), sede distrital, Brejo, Mulungu, Queimadas.
- Distrito sede: São Joaquin de Paula;
- José Gonçalves: Sede distrital, São João, Roseira, Mãe Eleotéria, Baixa do Cedro, Barreiro, Catarina, Lagoa do Mulatinho.
- Dantilândia: Lagoa do Torquato, Poço Verde, Sossego;
- Veredinha: Sede
- Cercadinho: Sede, Assentamento Lagoa de Caldeirão, Assentamento Mutum, Assentamento Cipó.
- Cabeceira da Jiboia: Bandinha, Boa Vista, Duas Vendas, Brejo, Lajedinho.
- Iguá: Baixão do Iguá, Campo Formoso, Quatis dos Fernandes, Lagoa Formosa, Rancho Alegre, Lagoa do Juazeiro.
- Bate Pé: Sede (2 sistemas), Poço Comprido, Amargoso, Santa Rita, Lagoa de Cassiano, Salobro.
- São João da Vitória: Sede (3 sistemas).

Foi possível identificar que há intermitência em todos os doze distritos. Em Bate Pé, Cercadinho, Dantilândia e São João da Vitória, 100% das localidades registraram intermitências. Nos demais distritos, o máximo de abastecimento contínuo registrado foi no distrito Sede (40%).

A qualidade da água, de acordo com os moradores, é majoritariamente “boa ou ótima” em todos os distritos. Em cabeceira do Jiboia, São João da Vitória e São Sebastião quando a água não é de boa qualidade, os moradores a classificam como “ruim”, apresentando cheiro ou cor em alguns casos. Já em Bate Pé, Cercadinho, Dantilândia, Iguá, Inhobim, José Gonçalves, Pradoso, Localidade do distrito Sede e Veredinha, quando não é “boa ou ótima” a água se enquadra como “péssima”, ou seja, apresenta cor, sabor e/ou cheiro.

A água proveniente do SAA da Embasa e dos carros-pipa possuem tratamento completo, já a proveniente dos Sistemas simplificados implantados pela Cerb, em algumas localidades, recebe cloro como etapa de desinfecção, única etapa de tratamento. Com isso, alguma porcentagem da água é tratada em todos os distritos.

A Defesa Civil atua de forma significativa no território do município de Vitória da Conquista, principalmente no fornecimento de água através de carros-pipa para as comunidades rurais.

Em nenhum dos doze distritos o percentual de tratamento é 100%, o local que mais se aproxima é Jose Gonçalves, com 94%.

➤ INDICADORES

Tabela 9 - Indicadores de abastecimento de água para os distritos e localidades rurais

Indicador	Cálculo	Valor	Meta
% de atendimento rural com rede de abastecimento de água	$\frac{\text{População total rural}}{\text{Pop total rural atendida}} \times 100$	19.46% (IBGE, 2010);	60%
% de atendimento por soluções alternativas nas localidades rurais	$\frac{\text{População total rural}}{\text{Pop total rural atendida por soluções}} \times 100$	80.53% (IBGE, 2010);	40%

3.4.1.2.2. Esgotamento Sanitário

No que se refere aos distritos e localidades rurais, as informações coletadas em visitas de campo permite afirmar que a fossa absorvente é o destino que prevalece em todos os distritos, sendo que 85% das casas de Inhobim, maior representatividade dentre os distritos, adotam essa solução, e em Bate Pé elas representam 56%, menor percentual dentre os distritos. O lançamento de esgoto sanitário a céu aberto/terreno foi registrado em todos os distritos. José Gonçalves e São Sebastião são os únicos distritos, segundo os moradores, nos quais existe rede coletora de esgoto. A existência de rede coletora de São Sebastião não foi relatada por parte da administração municipal nem pela Embasa.

A destinação das águas cinzas é predominantemente a céu aberto/terreno. Pode-se observar que essa alternativa é adotada em todas as casas dos distritos de Dantelândia, Pradoso, São João da Vitória e Veredinha. A segunda alternativa mais representativa são as fossas absorventes. O lançamento de águas cinzas na rede de drenagem apenas foi registrado em São Sebastião (6%) e nas localidades do Distrito Sede (4%).

Os resultados obtidos a partir do levantamento de campo demonstram que a situação do esgotamento sanitário na zona rural de Vitória da Conquista é precária e a população lança mão da utilização de fossas, em sua maioria fossas absorventes como destinação de seus efluentes.

Os resultados do levantamento de campo, relacionados aos serviços de esgotamento sanitário, são apresentados na Tabela 11.

➤ INDICADORES

Tabela 10 - Indicadores de esgotamento sanitário para os distritos e localidades rurais

Indicador	Cálculo	Valor	Meta
% de atendimento por soluções alternativas nas localidades rurais	$\frac{\text{População total rural}}{\text{Pop total rural atendida por soluções}} \times 100$	89% (IBGE, 2010);	40%

Tabela 11 - Resultados para o serviço de esgotamento sanitário nas localidades rurais

Distrito	Número de localidades rurais								
	Nº de localidades total	Solução de esgotamento sanitário				Disposição de águas cinzas			
		Rede Embasa	Fossa séptica	Fossa absorvente	Céu aberto / terreno	Fossa séptica	Fossa absorvente	Rede de Drenagem	Céu aberto / terreno
Bate pé	20	0	0	20	16	0	1	0	20
Cabeceira da Jiboia	15	0	0	15	6	0	6	0	13
Cercadinho	9	0	0	9	2	0	8	0	9
Dantilândia	5	0	0	5	3	0	0	0	5
Iguá	18	0	0	18	7	0	3	0	17
Inhobim	17	0	2	17	1	0	12	0	15
José Gonçalves	34	1	1	34	23	1	19	0	28
Pradoso	14	0	1	14	5	0	0	0	14
São João da Vitória	4	0	0	4	1	0	0	0	4
São Sebastião	10	1	1	10	4	1	7	1	9
Sede	29	0	3	29	14	3	17	2	25
Veredinha	3	0	0	3	1	0	0	0	3

3.4.1.2.3. Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos

O serviço de coleta pública de resíduos sólidos em nenhum distrito atende a todas as localidades rurais. Apenas em Pradoso, São João da Vitória na Sede e em Veredinha o número de localidades atendidas pelo serviço é maior que aquele associado às não atendidas. Nos demais distritos, a maioria das localidades não possui serviço de coleta. A pior situação está em Bate Pé, onde 18 das 20 localidades visitadas não possuem coleta pública de resíduos sólidos. Nos locais onde há coleta, a população considera o serviço satisfatório, como em Cercadinho, Iguá e São João da Vitória. O contrário, ou seja, todas as localidades com coleta não consideram o serviço satisfatório, ocorre em Dantelândia.

A frequência da coleta, na maioria dos casos é de uma ou duas vezes na semana, sendo realizada diariamente apenas em um povoado do distrito Sede. Em todas as localidades atendidas pelo serviço dos distritos de Bate Pé e Cercadinho a coleta ocorre duas vezes na semana, já em Dantelândia, Iguá e São João da Vitória, 100% das localidades atendidas dispõem do serviço uma vez na semana.

Mesmo com a presença de coleta, algumas comunidades ainda mantém a prática de queimar os resíduos sólidos, sendo essa uma prática presente em todos os distritos. Outro ato recorrente é a disposição dos resíduos a céu aberto e em terrenos baldios, o que não ocorre apenas em Dantelândia e São João da Vitória.

Enterrar os resíduos também é uma forma destinação adotada por moradores de Bate Pé, Cercadinho, Iguá, Inhobim, José Gonçalves, Pradoso, São Sebastião, Sede e Veredinha. Vale lembrar que uma comunidade pode adotar mais de uma alternativa.

A problemática mais recorrente é o acúmulo de lixo nas ruas, devido à disposição de resíduos em terrenos baldios, que ocorre em 44 comunidades ao total, distribuídas nos distritos de Bate Pé, Cabeceira da Jiboia, Cercadinho, Iguá, Inhobim, José Gonçalves, Pradoso, São Sebastião, Sede e Veredinha. O maior número de localidades rurais com esse problema está no distrito Sede (17). Ponto de recolhimento de entulho só foi registrado em José Gonçalves e Sede, já iniciativa de compostagem foi registrada em uma comunidade de Inhobim.

➤ INDICADORES

Tabela 12 – Indicador de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos para Distritos

Indicador	Cálculo	Valor	Meta
% da área urbana com serviço de coleta.	$\frac{\text{área atendida} \times 100}{\text{área total}}$	PMVC (2010)	100%

3.4.1.2.4. Drenagem e Manejo de Águas Pluviais

Nas sedes dos distritos de São Sebastião, José Gonçalves e Cercadinho foi possível observar alguns equipamentos da drenagem de águas pluviais, assim como observou-se a existência de ruas pavimentadas. Em São Sebastião, foi verificado que os poucos sistemas de drenagem recebem contribuições dos efluentes domésticos, além do que, foram identificados, ainda na sede do distrito, pontos de alagamento.

Os demais distritos (Cabeceira da Jiboia, Pradoso, Bate Pé, São João da Vitória, Dantelândia, Iguá, Inhobim) não apresentam rede de drenagem para coleta de águas pluviais em nenhuma das localidades. Além disso, em todas as vias, das localidades, com exceção das sedes, não existe pavimentação nem mecanismos para escoamento superficial, muitas vezes resultando em processos erosivos e surgimento de buracos nas vias vicinais, alagamentos e até desmoronamentos de terra em locais mais críticos como no caso de São João da Vitória.

Mesmo com a presença de ruas pavimentadas, a sede do distrito de Iguá não possui rede de drenagem de águas pluviais, e muitas vezes, em períodos de chuvas intensas, causando alagamentos e invasão de águas nas residências.

➤ INDICADORES

Tabela 13 – Indicador de manejo e drenagem de águas pluviais urbanas para Distritos e localidades rurais

Indicador	Cálculo	Valor	Meta
% de localidades com estruturas de drenagem	$\frac{n^{\circ} \text{ de localidades com estruturas de drenagem} \times 100}{n^{\circ} \text{ total de localidades}}$	2,25 (FEP, 2019)	100%

3.4.2. Energia Elétrica

A Rede elétrica de Vitória da Conquista é operada pela Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA, empresa privada que pertence ao grupo Neoenergia S.A., e responsável por geração, transmissão, distribuição e comercialização. Segundo a Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI) o serviço de fornecimento de energia elétrica é um dos com melhor cobertura no estado da Bahia. Vale ressaltar que, segundo pesquisa de campo de Almeida (2005), quase a totalidade da população rural de Vitória da Conquista já era atendida com rede de energia elétrica em 2004. (Almeida, 2005). A tensão de distribuição no município é 220 volts.

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), responsável pela fiscalização e regulação do setor, apresenta anualmente relatórios com indicadores de qualidade dos serviços elétricos. Alguns dos indicadores são:

- DEC: Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora
- FEC: Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora
- DIC: Duração de Interrupção Individual por Unidade Consumidora
- FIC: Frequência de Interrupção Individual por Unidade Consumidora
- DMIC: duração máxima de interrupção contínua por unidade consumidora ou por ponto de conexão, expressa em horas e centésimos de hora
- DICRI: duração da interrupção individual ocorrida em dia crítico por unidade consumidora ou ponto de conexão, expressa em horas e centésimos de hora

Segundo o relatório de 2017, Vitória da Conquista tinha 62.860 consumidores e apresentou DEC de 15,31, quando o limite esperado era 11,00; e FEC de 4,71, dentro limite de 7,00 estabelecido. A título de comparação, em 2016 havia 61.413 consumidores, DEC apurado igual a 13,98, com limite de 12,00 e FEC apurado com 5,98, dentro do limite de 8,00 estabelecido. O limite da duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora foi reduzido de 2016 para 2017, porém as interrupções foram mais duradouras.

Os demais indicadores calculados para Vitória da Conquista se apresentam na Tabela 14.

Tabela 14 - Indicadores de qualidade e continuidade para Vitória da Conquista

ANO	zona	DEC lim.	FEC lim.	DIC (hrs)			FIC (hrs)			DMIC (hrs)	DICRI (hrs)
				Anual	Trim.	Mensal	Anual	Trim.	Mensal	Mensal	interrupções
2016	urbano	12	8	21,25	10,62	5,31	12,95	6,47	3,23	3,03	12,22
	não urbano	12	8	42,34	21,17	10,58	15,04	15,04	7,52	5,68	16,6
2017	urbano	11	7	20,77	10,38	5,19	12,7	6,36	3,17	2,94	12,22
	não urbano	11	7	41,76	20,88	10,44	29,79	14,89	7,44	5,58	16,6
2018	urbano	11	7	20,77	10,38	5,19	12,7	6,35	3,17	2,94	12,22
	não urbano	11	7	41,76	20,88	10,44	29,79	14,86	7,44	5,58	16,6

Fonte: Aneel (2018)

Além da rede coletiva, estão registrados na Aneel 39 unidade geradoras de energia solar distribuídas pelo Município, entre residências, comércios e indústrias. (ANEEL, 2018).

Em relação ao fornecimento de energia elétrica, o censo do IBGE/2010 apontava que 99,16% dos domicílios de Vitória da Conquista eram atendidos e 98,8% possuíam medidores de energia, porém 92% dos domicílios com medidor de uso exclusivo e 6,6 % com medidor comum a mais de um domicílio.

3.4.3. Telecomunicação

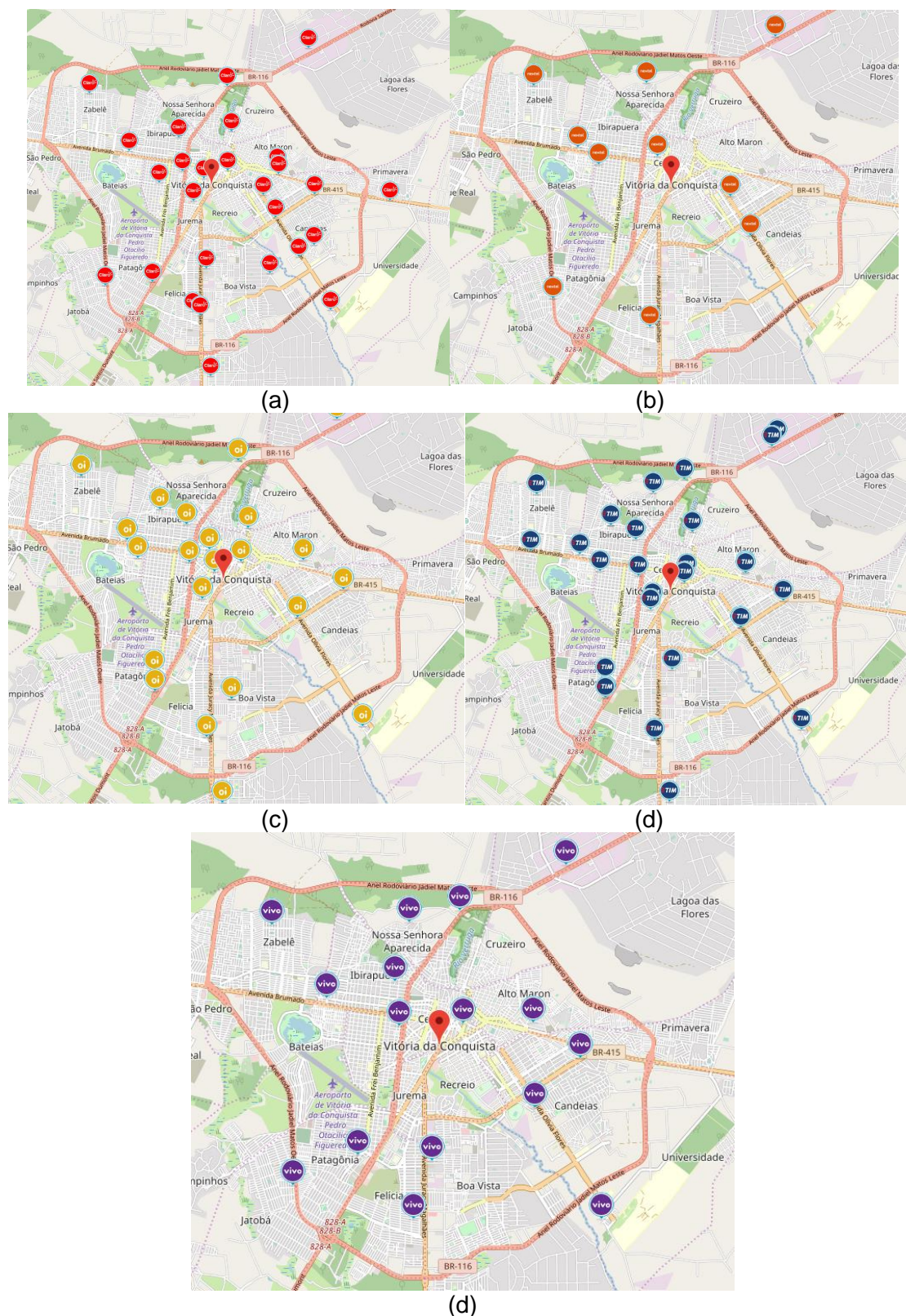
Vitória da Conquista é atendida com uma ampla rede de telecomunicações, formada tanto por agente públicos, quanto privados. Dentre os entes públicos atuantes estão a Anatel, a Prefeitura Municipal e o Ministério da Comunicação. A Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), tem o papel de regular e fiscalizar os serviços de Telecomunicações a Nível Estadual e Federal. A Prefeitura, por sua vez, controla a distribuição da rede, autorizando, ou não, a instalação de estações rádio-base, torres, postes, franquias e pontos de revenda das prestadoras de serviço. O Ministério das Comunicações planeja e define políticas públicas para o Setor por meio da Secretaria de Telecomunicações (AMARAL E SANTANA, 201?).

Os principais agentes privados da telefonia em Vitória da Conquista são as empresas “Claro”, “Vivo”, “Tim”, “Oi” e “Nextel”, que atuam mais fortemente onde o contingente populacional é maior. Tais empresas prestam o serviço de telefonia fixa e móvel, internet banda larga e móvel e TV por assinatura para toda a sede. Além dessas, a NET, SKY e VOX também prestam serviços de telefonia internet e/ou TV por assinatura. Segundo gerente comercial da Tim, Vitória da Conquista é um dos principais mercados do estado,

com investimentos constantes sendo realizados na cidade em prol da melhoria e ampliação da rede de atendimento. (AMARAL E SANTANA, 201?).

De acordo com Anatel (2019) o município dispõe de tecnologia 2G, 3G e 4G. Contudo, a presença marcante das operadoras ocorre apenas na área urbana da sede municipal, de modo que nos distritos e povoados existe apenas o serviço da Claro e ainda assim, deficiente, como foi identificado em visitas de campo. A Figura 42 traz a identificação das Estações de Rádio Base existentes em Vitória da Conquista para cada operadora.

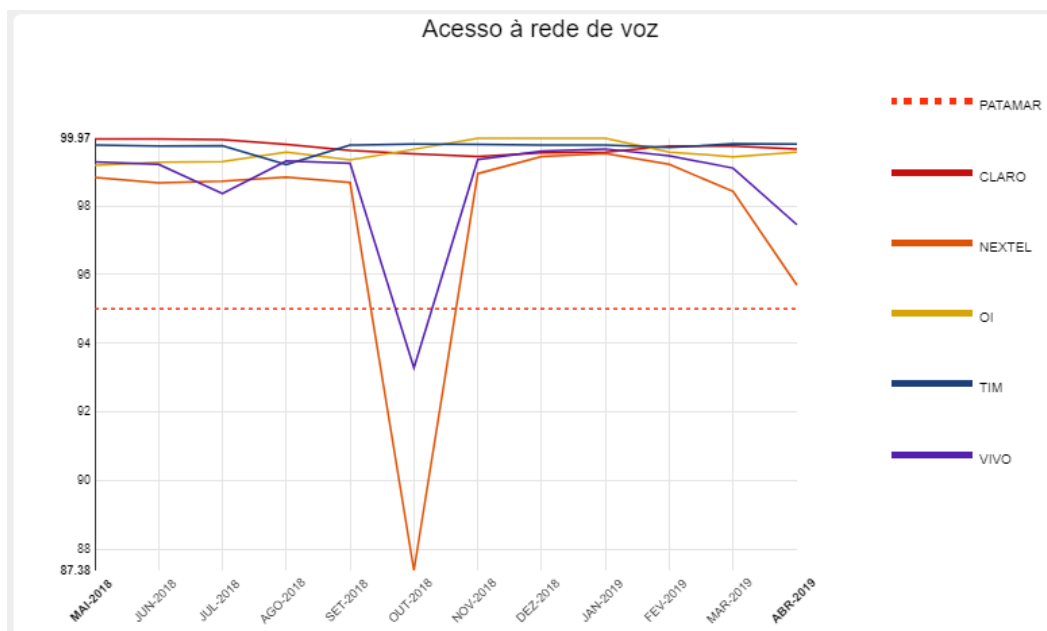
Figura 42 - Estações de Rádio-Base instaladas em Vitória da Conquista: a) claro; b) nextel; c) oi; d) tim; e) vivo



Fonte: Adaptado de Anatel (2019)

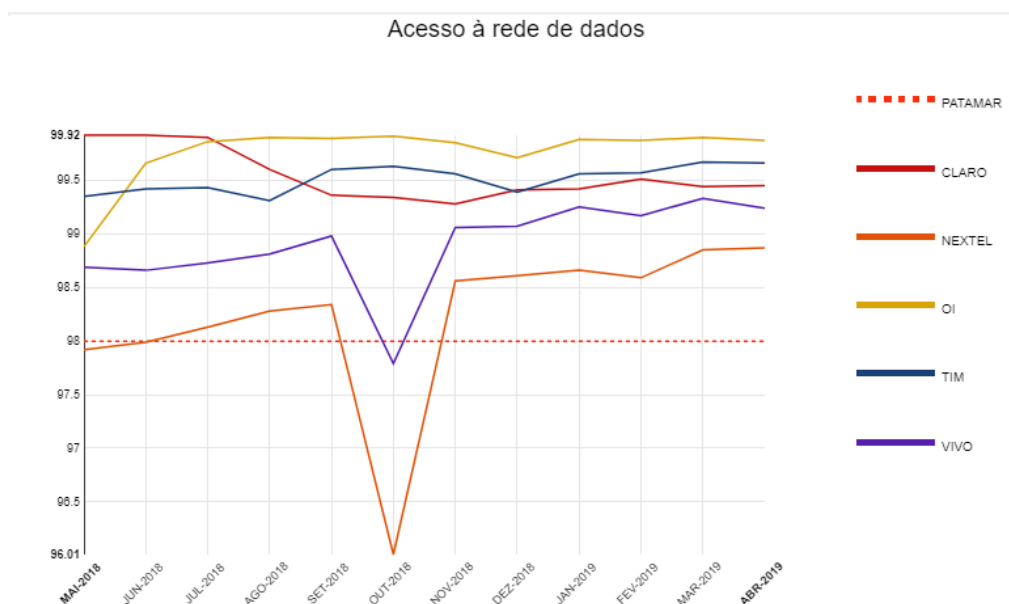
Ainda segundo dados de Anatel (2019) a Oi é a operadora com maior presença de sinal 2G, a Claro em 3G, enquanto a Tim possui a maior presença em sinal 4G. A Figura 10 e a Figura 11 trazem respectivamente os gráficos do histórico recente de acesso à rede de voz e acesso à rede de dados, evidenciando as melhores performances pra Tim e Claro em ambos os casos, acompanhadas pela Oi.

Figura 43 - Acesso à rede de voz



Fonte: Anatel (2019)

Figura 44 - Acesso à rede de dados



Fonte: Anatel (2019)

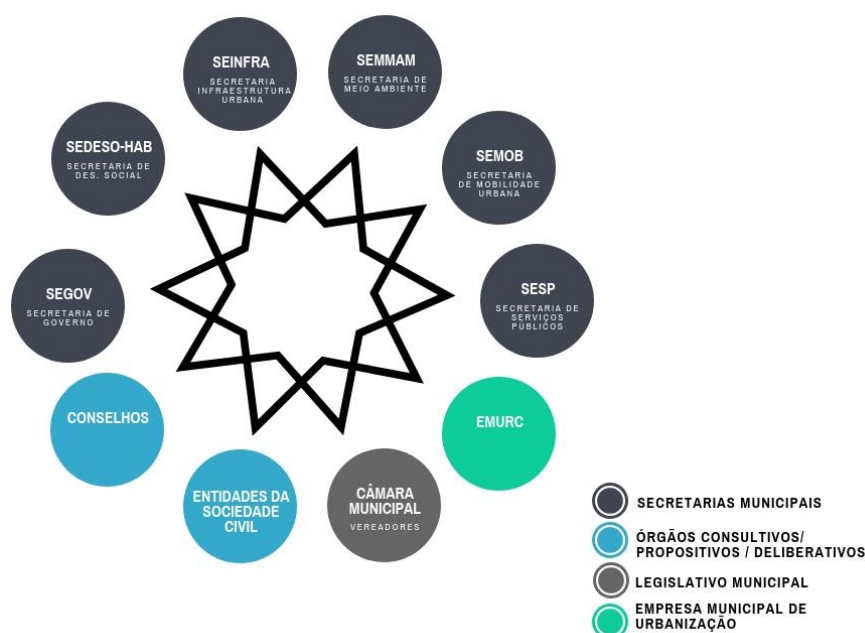
Tabela 15 - Indicador de telecomunicação

Indicador (nome)	Cálculo	Valor	Meta
% da área de cobertura	$\frac{\text{área com cobertura} \times 100}{\text{total de área edificada}}$		100%

3.5. ASPECTOS DO QUADRO INSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO

O quadro institucional de Vitória da Conquista diretamente relacionado com a gestão da cidade (**Figura 45**) é composto pelo executivo municipal, representado pelas secretarias estratégicas² e empresa pública de urbanização (EMURC), pelo legislativo, representado pela Câmara de Vereadores, e pelos órgãos auxiliares na tomada de decisão do governo, representado pelos Conselhos e Entidades da Sociedade Civil.

Figura 45 - Quadro institucional para a gestão da cidade em Vitória da Conquista



Fonte: Fundação Escola Politécnica da Bahia - FEP (2019)

A **SEINFRA** é responsável pela expedição de alvarás e habite-se, competindo-lhe revalidar, cancelar e transferir alvarás, bem como expedir certidões (ver anexo I – Requerimento para a abertura de processos), atuando ainda na fiscalização do cumprimento das normas referentes às construções particulares e ao zoneamento municipal. Caso o projeto possua potencial impacto ambiental que não ultrapasse os limites do município, o empreendimento estará condicionado a licenciamento ambiental realizado pela **SEMMA**, que possui setor específico para este fim. Já a regularização fundiária nas Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) são realizadas pela **Sedes**,

² Foram consideradas estratégicas as secretarias que compõem a Coordenação do Plano Diretor Urbano de Vitória da Conquista, prevista no art.8º da Lei n º 1.385/2006, consideradas as alterações posteriores da estrutura administrativa municipal.

através da Diretoria de Habitação de Interesse Social que, após Decreto nº19.008/2018, utiliza o instrumento da legitimação fundiária para transferir direitos reais no âmbito da Regularização Fundiária Urbana³, tendo requerido aos Cartórios de Registro de Imóveis de Vitória da Conquista a conversão em legitimação fundiária de todas as concessões de direito real de uso (CDRU) outorgadas pelo município no referido âmbito⁴. Neste sentido, os loteamentos situados em ZEIS são enquadrados como Reurb-S, sendo que todos os títulos devem ser registrados em cartório de imóveis competente. Ao fim do processo de titulação, é publicada a Certidão de Regularização Fundiária no Diário Oficial do Município.

Em se tratando dos espaços no âmbito coletivo, cabe a SEINFRA planejar, elaborar e fiscalizar a execução de obras públicas, além de promover a construção de parques, praças e jardins. A **SEMOB** é responsável por estabelecer áreas e condições de circulação especial, definindo restrições e inclusões de diferentes modos de transporte, além de planejar, projetar, regulamentar e operar o trânsito de veículos, de pedestres e de animais e promover o desenvolvimento da circulação e da segurança de ciclistas. Já a **SESP** é responsável pela coordenação, supervisão e execução das atividades relativas à prestação e manutenção dos serviços públicos como limpeza e iluminação pública, cemitérios, mercados e feiras livres. Por fim, a **SEGOV** colabora na definição de diretrizes e objetivos da política de desenvolvimento do Município e assegura os mecanismos de integração, avaliação e monitoramento das ações de Governo, além de auxiliar na mobilização social da população para construção de planejamentos participativos.

Vitória da Conquista possui ainda em sua administração indireta a Empresa Municipal de Urbanização (**EMURC**), criada pela Lei Municipal nº134/77, com o objetivo de implantar planos urbanísticos, executar e fiscalizar serviços de caráter econômico.

Com auxílio do Tribunal de Contas (TCM) e do Portal da Transparência da Prefeitura foi possível elaborar o quadro de servidores dos órgãos estratégicos com seus respectivos valores padrão (Quadro 22).

³ O Decreto Municipal nº19.008 de 14 de novembro de 2018 possui fundamento no art.15, I, c/c art.23, § 4º, ambos da Lei Federal nº 13.465/2017.

⁴ A Concessão de Direito Real de Uso em ZEIS é prevista na Lei nº 1.186/2003, que instituiu a Política de Habitação Popular no município.

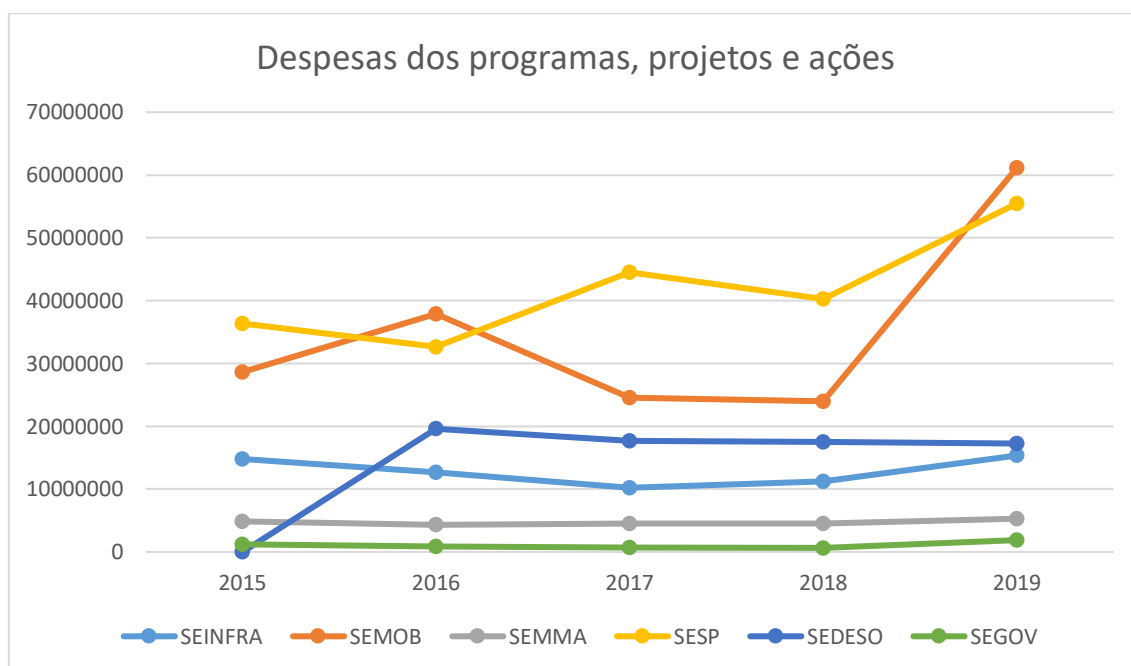
Quadro 22 - Quadro de servidores dos órgãos estratégicos e valor padrão

SECRETARIA	SERVIDORES	VALOR PADRÃO
SEDESO	551	R\$ 749.934,04
SESP	499	R\$ 530.066,49
SEMOB	204	R\$ 270.744,22
SEINFRA	140	R\$ 202.017,06
SEMMA	110	R\$ 133.316,37
SEGOV	22	R\$ 43.705,87
SUBTOTAL	1.526	R\$ 1.929.724,05
EMURC (ADM. INDIRETA)	+117	R\$ 343.109,47
TOTAL	1.643	R\$ 2.272.833,52

Fonte: Fundação Escola Politécnica da Bahia - FEP (2019)

O Portal da Transparência da Prefeitura disponibiliza também as despesas dos programas, projetos e ações, por secretaria. Figura 46 apresenta as despesas das secretarias estratégicas, sendo possível observar que os maiores valores foram executados pela SEMOB e pela SESP, ambas as despesas com crescimento acentuado no ano de 2018.

Figura 46 - Despesas dos programas, projetos e ações das secretarias estratégicas



Fonte: Fundação Escola Politécnica da Bahia - FEP (2019)

O TCM disponibiliza ainda as obras realizadas no município, sendo possível observar que, nos últimos dois anos, a maior parte das intervenções foi realizada em conjunto com a SEMOB e diz respeito à pavimentação de vias e serviços de drenagem. As outras

obras se relacionam em sua maioria com a construção de creches, quadras, reforma na infraestrutura de serviços públicos, a exemplo do CAPs, Unidade de Acolhimento Adulto e Centro Integrado da Criança e do Adolescente, além da Praça Vitor Brito, reformada junto à SEMMA e a Praça Nicanor Ferreira, no bairro Brasil. No TCM, não constam obras realizadas pela EMURC nos últimos dois anos, muito embora seja responsável por diversas obras no município, a exemplo do Corredor Perimetral.

Para a execução dos programas, projetos e ações necessárias ao espaço urbano, são previstos recursos orçamentários no Plano Plurianual (PPA) (Lei Municipal nº 2.211/2017), na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) (Lei nº 2.244/2018) e na Lei Orçamentária Anual (LOA) (Lei nº 2.275/2019), onde constam as despesas por órgão, inclusive os valores designados aos Fundos municipais. Foram diagnosticados 03 (três) Fundos vinculados às secretarias estratégicas supramencionadas, cujas características são apresentadas no Quadro 23. Cumpre ressaltar que não existe Fundo de Desenvolvimento Urbano (FUNDURB) ou similar.

Quadro 23 - Fundos das secretarias estratégicas

FUNDO	BASE LEGAL	SECRETARIA VINCULADA	CONTROLE SOCIAL	PRINCIPAIS RECEITAS
Fundo Municipal de Habitação Popular	Lei nº 1.186/2003, que instituiu a Política de Habitação Popular no município	SEDESO	Conselho Municipal de Habitação Popular	Recursos da dotação orçamentária; dos mutuários; de convênios; da execução do subprograma de Geração de Emprego e Renda e do subprograma Regularização Fundiária
Fundo Municipal do Sistema de Trânsito e Transporte Público – FUMSTRAN	Lei nº 1178/2003, que alterou a redação da Lei nº 987/99	SEMOB	Conselho Deliberativo	Recursos da dotação orçamentária; multas de trânsito e de transporte; taxas de permissão de estacionamento rotativo no sistema zona azul; taxas do Sistema de Trânsito e do Sistema de Transporte; receitas (exibição de peças publicitárias); remuneração do gerenciamento do Sistema de Trânsito, do transporte público especial e individual e dos serviços que prestar às entidades conveniadas
Fundo Municipal de Meio Ambiente	Lei nº 1.410/2007 (Código Municipal de Meio Ambiente)	SEMMA	Conselho Municipal de Meio Ambiente - COMMAM	Recursos da dotação orçamentária, Taxa de Licenciamento Ambiental, multas administrativas por infrações às normas ambientais ou condenações judiciais delas decorrentes; custos de elaboração de Parecer Técnico Ambiental; cooperação internacionais, acordos, convênios, contratos e consórcios; e Operações de crédito destinadas aos planos, programas e projetos ambientais

Fonte: Fundação Escola Politécnica da Bahia - FEP (2019)

Além da legislação já citada, relaciona-se diretamente com o PDDU a legislação incidente sobre o uso e ocupação do solo no território do município, sendo: a) Lei de Ordenamento e Uso do Solo (Lei nº 1481/2007); b) Lei da Política de Habitação Popular (Lei nº 1186/2003); e c) Lei nº 798/85, alterada pelas Leis nº 850/96 e 952/98, que foram mantidas no PDDU (2006) como definidoras da estrutura de bairros da cidade.

No âmbito municipal, relaciona-se ainda com a Lei Orgânica Municipal, o Plano Local de Habitação de Interesse Social (PLHIS), o Código de Meio Ambiente (Lei nº 1410/2007) e a legislação acerca das áreas de proteção ambiental. Já no âmbito federal, destaca-se o quanto previsto no Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/2001), bem como nas Resoluções nº 25 e nº 34 do Ministério das Cidades (2005), que trazem os requisitos para a sua elaboração do PDDU, especialmente quanto ao seu processo participativo e conteúdo mínimo.

Por fim, em análise aos instrumentos da política urbana contidos no PDDU 2006, destaca-se a não determinação de coeficientes mínimos de aproveitamento e a não efetivação das leis acessórias ao PDDU, referentes ao PEUC, IPTU Progressivo no Tempo e Desapropriação mediante o pagamento de dívida pública. As referidas omissões prejudicaram sobremaneira a aplicação destes instrumentos, considerados essenciais ao cumprimento da função social da propriedade no município.

3.6. CARACTERÍSTICAS RELEVANTES, PONTOS CRÍTICOS E PONTOS FAVORÁVEIS

Os Quadros a seguir sintetizam as características relevantes, pontos críticos e pontos favoráveis destacados nos estudos técnicos e no processo participativo. As informações estão sistematizadas por grandes temas: Socioeconomia, Meio Ambiente, Urbanismo, Infraestrutura e Gestão.

Quadro 24 - SOCIOECONOMIA - Processo Participativo

SUBTEMA	CARACTERÍSTICAS RELEVANTES	INDICADORES	PONTOS FAVORÁVEIS	PONTOS CRÍTICOS
COMÉRCIO	EXISTÊNCIA DE COMÉRCIO E SERVIÇOS DIVERSIFICADOS, FEIRAS LIVRES E CENTRAIS DE ABASTECIMENTO. O MUNICÍPIO JÁ FOI UM GRANDE POLO PRODUTOR DE FARINHA DE MANDIOCA. MUNICÍPIO "IMPORTA" ATUALMENTE O PRODUTO DO PARANÁ E DE SANTO ANTÔNIO DE JESUS.	UNIDADES	- IMPORTANTE PARA A ATIVIDADE DA AGRICULTURA FAMILIAR DO MUNICÍPIO. - O MUNICÍPIO É GRANDE ENTREPOSTO COMERCIAL DA REGIÃO.	- FALTA DE ATENÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS - FALTA DE ORGANIZAÇÃO DOS AMBULANTES.
INDÚSTRIA	BISCOITOS ARTESANAIS, UMA MARCA DO MUNICÍPIO. VALORIZAÇÃO DO QUE É DE FORA EM DETRIMENTO DO PRODUTO LOCAL	UNIDADES		- NECESSITAM APOIO.
SANEAMENTO BÁSICO	EXPANSÃO POPULACIONAL;	GRAU DE ATENDIMENTO	- IMPORTANTE TRABALHO COM A POPULAÇÃO PARA CONSCIENTIZAR COM RESPEITO A SANEAMENTO BÁSICO. - ESGOTAMENTO, DRENAGEM URBANA, LIXO, OCUPAÇÃO DO SOLO.	- NO MUNICÍPIO NÃO HÁ PARQUES. - FALTA DE DRENAGEM PLUVIAL. - SEGURANÇA HÍDRICA.
EDUCAÇÃO	EXISTEM VÁRIAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR	QUANTIDADE	- EDUCAÇÃO DE NÍVEL SUPERIOR MELHORANDO E EXPANDINDO.	- MECANISMOS DE ESTÍMULO AO PROFESSOR E A OUTROS PROFISSIONAIS DO SETOR PÚBLICO
	EDUCAÇÃO BÁSICA CAINDO A QUALIDADE	NOTA IDEB	- EDUCAÇÃO DE QUALIDADE, ESPECIALMENTE A BÁSICA.	
	FECHAMENTO DE SALAS NO ENSINO MÉDIO	UNIDADE		
EMPREGO	EMPREENDEDORISMO É CRESCENTE POR CONTA DO DESEMPREGO.	NÍVEL DE EMPREGO		- É GRAVE O PROBLEMA DO DESEMPREGO.

SUBTEMA	CARACTERÍSTICAS RELEVANTES	INDICADORES	PONTOS FAVORÁVEIS	PONTOS CRÍTICOS
DISTRITOS	NÃO SE PODE DESCOLAR A CIDADE DO SEU ENTORNO	DISTRITOS ATENDIDOS	- A VIDA DA CIDADE DEPENDER DA VIDA DOS DISTRITOS	- MUITOS EMPREENDEDORES RECORREM AO VALE DO JEQUITINHONHA PARA ADQUIRIR MERCADORIAS. - DISTRITO INDUSTRIAL HOJE ESTÁ SUFOCADO DENTRO DA CIDADE
AGRICULTURA	FALÊNCIA DO MODELO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA. É PRECISO UM OLHAR CUIDADOSO SOBRE A POPULAÇÃO RURAL QUE TEM ATIVIDADES DE PRODUÇÃO DE ALIMENTOS E COMÉRCIO DENTRO DO MUNICÍPIO. CAMPINHO É GRANDE PRODUTOR DE ALIMENTOS COMO FARINHA. NECESSÁRIO PROSEGUIR COM A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E APOIO AOS PRODUTORES RURAIS.	NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS	- IMPORTANTE SE BUSCAR UMA SOLUÇÃO LOCAL ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA COM APOIO DA BAHIA TER E CAR. O PDDU TEM DE OLHAR MAIS PARA A ZONA RURAL. - GRANDE EXTENSÃO TERRITORIAL	- O PLANTIO DE CAFÉ É CONCENTRADO EM INHOIBIM. - É PRECISO UM OLHAR CUIDADOSO SOBRE A POPULAÇÃO RURAL QUE TEM ATIVIDADES DE PRODUÇÃO DE ALIMENTOS E COMÉRCIO DENTRO DO MUNICÍPIO. - NECESSIDADE DE VALORIZAÇÃO DAS FEIRAS LOCAIS. - MECANISMOS DE ESTÍMULO AOS PRODUTORES LOCAIS. - NECESSÁRIO AUXÍLIO TÉCNICO À PRODUÇÃO RURAL. - FALTA DE FINANCIAMENTO
MOBILIDADE	O TRÂNSITO É CAÓTICO E PRECISA SER REVISTO	NÚMERO DE LINHAS	- PREOCUPAÇÃO EM CONTEMPLAR OS DIVERSOS INTERESSES COLETIVOS E PRIVADOS SEM CONFLITOS.	- FALTA DE FISCALIZAÇÃO
DISTRITO SEDE	A SUPERVALORIZAÇÃO DA SEDE DO MUNICÍPIO DEVE SER QUESTIONADA.	ORÇAMENTO		
USO DO SOLO	OCUPAÇÃO IRREGULAR, CONDOMÍNIOS E LOTEAMENTOS CLANDESTINOS	REGULAMENTOS		- REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA PLENA, DOCUMENTAÇÃO E INFRAESTRUTURA

Fonte: Elaboração Própria, 2019 adaptado de Hydros, 2017.

Quadro 25 – SOCIOECONOMIA – Elaboraões Técnicas

SUBTEMA	CARACTERÍSTICAS RELEVANTES	INDICADORES	PONTOS FAVORÁVEIS
CRESCIMENTO POPULACIONAL	ATÉ 2040 A POPULAÇÃO DEVE CHEGAR A 434 MIL HABITANTES.	TAXA DE CRESCIMENTO	- MUNICÍPIO POSSUI GRANDE EXPANSÃO DE ÁREA E ESPAÇOS PARA ABRIGAR NOVAS MORADIAS
EDUCAÇÃO	TAXA DE ESCOLARIZAÇÃO DE 96,8%	ALUNOS EM RELAÇÃO A POPULAÇÃO EM IDADE ESCOLAR	- GRANDE MAIORIA DA POPULAÇÃO FREQUENTA ESCOLAS. - TOTAL DE 28 CRECHES - 136 ESTABELECIMENTOS DO ENSINO PRÉ-ESCOLAR - 259 ESTABELECIMENTOS DE ENSINO FUNDAMENTAL
CONCENTRAÇÃO ESPACIAL	88% DA POPULAÇÃO NO DISTRITO SEDE.	HABITANTES POR KM ²	- AINDA NÃO ATINGIU SATURAÇÃO
URBANIZAÇÃO	EM 2010 É 90%. TAXA É CRESCENTE.	TAXA DE URBANIZAÇÃO (%)	- FACILIDADE NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
MIGRAÇÕES	MUNICÍPIO FORMADO POR FLUXOS MIGRATÓRIOS CONSTANTES	PARTICIPAÇÃO DOS NÃO NATURAIS (%)	- DIVERSIDADE
ENVELHECIMENTO POPULACIONAL	AUMENTO DO NÚMERO DE IDOSOS NA PIRÂMIDE	PIRÂMIDE POPULACIONAL	- AUMENTO DA PRODUTIVIDADE DO TRABALHO
ATIVIDADE ECONÔMICA	CRESCIMENTO DA INDÚSTRIA. CRESCIMENTO DO SETOR FINANCEIRO. REDUÇÃO DA IMPORTÂNCIA DA AGRICULTURA. CRESCIMENTO DO SETOR TERCIÁRIO.	PIB POR SETORES	- EXPANSÃO DO SETOR EDUCACIONAL DE NÍVEL SUPERIOR. - EXPANSÃO DO SETOR DE ATENDIMENTO À SAÚDE. - INCREMENTO DA ATIVIDADE INDUSTRIAL NO PERÍODO ANALISADO.
COMUNIDADES TRADICIONAIS	15 ASSENTAMENTOS NA ESTRATÉGIA DOS	QUANTIDADE DE ASSENTAMENTOS	- ÁREA DE 20 MIL HECTARES - 750 FAMÍLIAS ASSENTADAS

SUBTEMA	CARACTERÍSTICAS RELEVANTES	INDICADORES	PONTOS FAVORÁVEIS
	MOVIMENTOS SOCIAIS PARA IMPLANTAÇÃO DE UMA POLÍTICA DE REFORMA AGRÁRIA		- CAPACIDADE PARA ACOLHER 983 FAMÍLIAS,
SAÚDE	REDUÇÃO DA MORTALIDADE INFANTIL	MORTOS POR MIL NASCIDOS VIVOS	- QUEDA DA MORTALIDADE INFANTIL.
CONDIÇÕES DE VIDA	MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE VIDA	EVOLUÇÃO DO IDHM	
EMPREGO	GRANDE DIVERSIFICAÇÃO DE ATIVIDADES	% DA POPULAÇÃO ATIVA OCUPADA	- NÚMERO EMPREGOS FORMAIS CRESCERAM SIGNIFICATIVAMENTE E 2000 ATÉ 2015
ESGOTO	ADEQUADO PARA 62% (DOS DOMICÍLIOS PERMANENTES DO MUNICÍPIO,	% DE DOMICÍLIOS COM BANHEIRO E SANITÁRIO REDE GERAL DE ESGOTO	- 99% COM BANHEIRO OU SANITÁRIO.
ÁGUA	95% ATENDIDOS POR REDE GERAL DE ÁGUA.		
RESÍDUOS SÓLIDOS	GRANDE PARTE DOS DOMICÍLIOS É ATENDIDA POR SERVIÇO PÚBLICO DE LIMPEZA	% DE LIXO COLETADO	- JÁ EXISTE ATERRO SANITÁRIO
ENERGIA ELÉTRICA	MUNICÍPIO POSSUI 145 MIL CONSUMIDORES DE ENERGIA ELÉTRICA. ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS CONSOMEM EM MÉDIA 7,7 MIL KWH AO ANO. RESIDÊNCIAS RESPONDEM POR 87% DOS CONSUMIDORES E METADE DO CONSUMO. OS ESTABELECIMENTOS RURAIS REPRESENTAM 4,5% DO CONSUMO.	CONSUMO MÉDIO ANUAL	- CONSUMO MÉDIO ANUAL DE 2,8 MIL KWH POR CONSUMIDOR, PRÓXIMO DA MÉDIA ESTADUAL QUE É DE 2,94 MIL KWH.

Quadro 26 - MEIO AMBIENTE - Processo Participativo

SUBTEMA	CARACTERÍSTICAS RELEVANTES	INDICADORES	PONTOS FAVORÁVEIS	PONTOS CRÍTICOS
ESTRADAS VICINAIS			POSSIBILIDADE DE CAPTAÇÃO DE ÁGUAS PLUVIAIS E UTILIZAÇÃO PARA RECARGA DE MANANCIAIS HÍDRICOS.	ESTADO DE PRECARIEDADE EM QUE MUITAS VIAS SE ENCONTRAM, DIFICULTANDO O DESLOCAMENTO DE MORADORES DE LOCALIDADES RURAIS PROBLEMAS DE EROSÃO DE VIAS E ASSOREAMENTO DE CORPOS HÍDRICOS PRÓXIMOS
COBERTURA VEGETAL			OPORTUNIDADE PARA CAPACITAÇÃO E DIFUSÃO DE INFORMAÇÕES SOBRE MANEJO ECOLÓGICO DA TERRA (PERMACULTURA, AGROECOLOGIA, AGRICULTURA SINTRÓPICA, ETC.)	PRÁTICAS DE DESMATAMENTO E QUEIMADAS NA ZONA RURAL, POR FALTA DE CONHECIMENTO E INFORMAÇÃO DA POPULAÇÃO E AGRICULTORES 4.FALTA DE APOIO TÉCNICO E CAPACITAÇÃO
	GRANDE MONTANTE DE CONDOMÍNIOS E LOTEAMENTOS SENDO CONSTRUÍDOS NO MUNICÍPIO			SUPRESSÃO TOTAL DE VEGETAÇÃO PARA CONSTRUÇÃO DE CONDOMÍNIOS E LOTEAMENTOS FALTA DE LEGISLAÇÃO E DE MEDIDAS COMPENSATÓRIAS.
	ALTA DEMANDA DE SOLICITAÇÕES POR PARTE DE MORADORES, PARA CORTE E REMOÇÃO DE ÁRVORES			ALTOS ÍNDICES DE REMOÇÃO E CORTES DE ÁRVORES NA ZONA URBANA PLANTIO DE ESPÉCIES INADEQUADAS NECESSIDADE DE MUDANÇA DE PARADIGMAS CULTURAIS EM RELAÇÃO À MANUTENÇÃO DAS ÁRVORES NO MEIO URBANO.

SUBTEMA	CARACTERÍSTICAS RELEVANTES	INDICADORES	PONTOS FAVORÁVEIS	PONTOS CRÍTICOS
DRENAGEM URBANA			POSSIBILIDADE DE CAPTAÇÃO E APROVEITAMENTO DE ÁGUAS PLUVIAIS	PROBLEMAS RELACIONADOS À IMPERMEABILIZAÇÃO DO SOLO E O AUMENTO DO MONTANTE DE ÁGUA PLUVIAIS INEFICIÊNCIA E INSUFICIÊNCIA DE SISTEMAS DE CANAIS PARA DRENAGEM.
RECURSOS HÍDRICOS	O MUNICÍPIO POSSUI GRANDE QUANTIDADE DE NASCENTES E MINADOUROS DE ÁGUA, MUITAS DENTRO DA ZONA URBANA			FALTA DE FISCALIZAÇÃO DAS NASCENTES EM ÁREAS URBANAS IMPACTOS AMBIENTAIS DECORRENTES DO PROCESSO DE EXPANSÃO URBANA E DA CONSTRUÇÃO CIVIL IMPACTOS DA CANALIZAÇÃO E TAMPONAMENTO ATERRAMENTO DE NASCENTES
				LANÇAMENTO DE ESGOTOS CLANDESTINOS EM LAGOAS URBANAS (BATEIAS, JUREMA, ETC) FALTA DE FISCALIZAÇÃO E PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL
	A MAIOR PARTE DOS RIOS E CÔRREGOS DO MUNICÍPIO SÃO DE CARACTERÍSTICA INTERMITENTE		CONSTRUÇÃO DE BARRAGENS PARA ATENDER À DEMANDA DE LOCALIDADES QUE SOFREM DE RESTRIÇÃO HÍDRICA, ARMAZENANDO E DISPONIBILIZANDO ÁGUA PARA A POPULAÇÃO E PARA DESSEDENTAÇÃO ANIMAL	
	A SERRA DO PERIPERI É UM LOCAL DE GRANDE RELEVÂNCIA AMBIENTAL PARA A CIDADE DE VITÓRIA DA CONQUISTA		GRANDE POTENCIAL PARA CAPTAÇÃO E APROVEITAMENTO DE ÁGUAS PLUVIAIS	O GRANDE MONTANTE DE ÁGUAS PLUVIAIS QUE DESCEM DA SERRA NOS PERÍODOS DE CHUVA CONTRIBUI PARA ALAGAMENTOS NA CIDADE

Fonte: Elaboração Própria, 2019 adaptado de Hydros, 2017.

Quadro 27 - MEIO AMBIENTE – Elaboraões Técnicas

SUBTEMA	CARACTERÍSTICAS RELEVANTES	INDICADORES	PONTOS FAVORÁVEIS	PONTOS CRÍTICOS
ESTRADAS VICINAIS	EXISTÊNCIA DE DENSA MALHA DE ESTRADAS VICINAIS ENQUANTO EQUIPAMENTOS DE MOBILIDADE QUE POSSIBILITA DE CONEXÃO DO CAMPO COM A SEDE DOS DISTRITOS.	100% DAS VIAS VICINAIS APRESENTAM PROBLEMA RELATIVO AO MAL ESTADO DE CONSERVAÇÃO QUE DIFICULTAM A MOBILIDADE.	AJUSTES NO TRAÇADO E MANEJO ADEQUADO DAS VIAS POSSIBILITA: CONVERTER ESCOAMENTO PLUVIAL QUE DEGRADA A VIA E ASSOREAMENTO NASCENTES E CORPOS HÍDRICOS EM VOLUME DE INFILTRAÇÃO RECARGA. MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE MOBILIDADE REDUÇÃO DE GASTOS COM MANUTENÇÃO	CONDIÇÕES DE MOBILIDADE PRECÁRIAS E RISCOS DE ACIDENTES EM PERÍODOS CHUVOSOS. ASSOREAMENTO DE MANANCIAS HÍDRICAS DIFICULTA ESCOAMENTO DE PRODUÇÃO
RECURSOS HÍDRICOS	REDE HIDROGRÁFICA COM PREDOMINÂNCIA DE RIOS DE HIDRODINÂMICA INTERMITENTE.	1. NECESSIDADE DE CONSTRUÇÃO DE BARRAGENS PARA AUMENTAR DISPONIBILIDADE HÍDRICA, APROVEITAR CAPTAR SIGNIFICATIVOS VOLUMES DE ÁGUA NOS PERÍODOS CHUVOSOS	1. POSSIBILIDADES DE CAPTAÇÃO E ESTOCAGEM DE SIGNIFICATIVO VOLUME DE ÁGUAS PRECIPITADAS AUMENTADO DISPONIBILIDADE E SEGURANÇA HÍDRICA.	ESCASSEZ DE MANANCIAS PERENES COM VAZÃO SIGNIFICATIVA E INSEGURANÇA HÍDRICA POR LIMITADA DISPONIBILIDADE PARA ATENDER MÚLTIPLAS DEMANDAS SÓCIAS SETORES DE PRODUTIVOS E ATIVIDADES ECONÔMICAS.
	INVENTARIO DA EXISTÊNCIA DE IMPORTANTES RIOS, LAGOAS E NASCENTES NA ZONA URBANA	O BALANÇO HIDROLÓGICO FUNÇÕES DEMANDAS X DISPONIBILIDADES HÍDRICAS E INDICADORES DOS ESTUDOS PARA CONSTRUIR A BARRAGEM DO CATOLÊ NECESSIDADES DE POLÍTICAS, AÇÕES DIRIGIDAS A REVITALIZAÇÃO DE RIO URBANO, LAGOAS, NASCENTES. ELABORAR E IMPLEMENTAR CÉLERE, PLANO DE SANEAMENTO BÁSICO	AUMENTO DA SEGURANÇA HÍDRICA, POSSIBILIDADE DE UNIVERSALIZAÇÃO DO ACESSO A ÁGUA. INCORPORAÇÃO DO LAGO REPRESADO COMO QUALIDADE NA PAISAGEM. AMPLIA POSSIBILIDADES DE OFERTA HÍDRICA PARA USOS MÚLTIPLOS NÃO CONFLITIVOS. INCORPORA APP DE BORDA DE LAGO ENQUANTO ÁREA DE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL	ESTADO DE DEGRADAÇÃO DE BACIAS HIDROGRÁFICAS QUE REDUZEM QUANTIDADES E AFETAM A QUALIDADE DOS RECURSOS HÍDRICOS. CONFLITOS DE OCUPAÇÃO E USO DA TERRA COM A DINÂMICA HIDRAMBENTAL E ZONEAMENTO ECONÔMICO ECOLÓGICO. EXPANSÃO URBANA DESORDENADA, PROLIFERAÇÃO DE LOTEAMENTOS. SITUAÇÕES DE VULNERABILIDADE AMBIENTAL E SOCIAL SEM POLÍTICA PÚBLICA EFETIVA COM MECANISMOS DE COMANDO DE CONTROLE PARA UM ORDENAMENTO ADEQUADO.

SUBTEMA	CARACTERÍSTICAS RELEVANTES	INDICADORES	PONTOS FAVORÁVEIS	PONTOS CRÍTICOS
PRESSÕES E CONFLITOS	PRODUÇÃO DE GRANDE VOLUME DE RESÍDUOS SÓLIDOS DE NATUREZAS DIVERSAS	NECESSIDADE DE RECICLAGEM, GESTÃO E DESTINAÇÃO ADEQUADA DE RESÍDUOS	OPORTUNIDADE PARA DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS DE RECICLAGEM COM INCLUSÃO SOCIAL	FOI CONSTATADA A EXISTÊNCIA DE DIVERSOS PONTOS DE ACÚMULO DE RESÍDUOS DEPOSITADOS IRREGULARMENTE
	INTENSO POTENCIAL PARA ATIVIDADES DE MINERAÇÃO	MITIGAR IMPACTOS AMBIENTAIS NEGATIVOS, DESTINAÇÃO DE RESÍDUOS E PASSIVOS DAS LAVRAS INERENTES A ATIVIDADES DE MINERAÇÃO.	APRIMORAR MODELO, POLÍTICA, PLANO DE EXPLORAÇÃO SUSTENTÁVEL DE ATIVIDADE DE MINERAÇÃO. INCENTIVAR INOVAÇÃO NO SETOR COM ENFOQUE NOS PARADIGMAS DE ECONOMIA CIRCULAR	GERAÇÃO DE PASSIVOS E IMPACTOS AMBIENTAIS DESCARACTERIZAÇÃO DA PAISAGEM E DA DINÂMICA AMBIENTAL NÃO CUMPRIMENTO DE CONDICIONANTES / PLANOS DE RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS (PRAD) EXISTÊNCIA DE ATIVIDADES MINERADORAS CLANDESTINAS
	INTENSIFICAÇÃO DA URBANIZAÇÃO PELO SURGIMENTO DE NOVOS LOTEAMENTOS E CONDOMÍNIOS	MAPEAMENTO E CONSTATAÇÃO DE PROLIFERAÇÃO DE LOTEAMENTOS, FORTE MOVIMENTO DE ESPECULAÇÃO IMOBILIÁRIA DA TERRA NO ENTRONTO DA RODOVIA E NO CAMPO	AQUECIMENTO DA ATIVIDADE IMOBILIÁRIA COMO OPORTUNIDADE NO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO MUNICIPAL	LOTEAMENTOS IRREGULARES QUE NÃO CUMPREM EXIGÊNCIAS LEGAIS SUPRESSÃO GENERALIZADA NÃO CRITERIOSA DE VEGETAÇÃO PARA CONSTRUÇÃO DOS MESMOS GERAÇÃO DE PASSIVOS POR DEGRADAÇÃO DA PAISAGEM E DO MEIO AMBIENTE DE ENTORNO

SUBTEMA	CARACTERÍSTICAS RELEVANTES	INDICADORES	PONTOS FAVORÁVEIS	PONTOS CRÍTICOS
COBERTURA VEGETAL	SIGNIFICATIVA PRESENÇA DE FRAGMENTOS DE VEGETAÇÃO NATIVA, AINDA QUE NA MAIORIA DAS VEZES DESCONECTADOS DE CORREDORES ECOLÓGICOS	NO MOSAICO DE OCUPAÇÃO E USO DA TERRA É DESTACADA A ATIVIDADE AGROPECUÁRIA COMO PRINCIPAL ATIVIDADE ECONÔMICA DE OCUPAÇÃO E USO DA TERRA. NO MOSAICO DE OCUPAÇÃO E USO DA TERRA A VEGETAÇÃO NATIVA APARECE RANQUEADA COMO SEGUNDO MAIOR ESPAÇO DE OCUPAÇÃO DA TERRA.	A VEGETAÇÃO NATIVA APRESENTA RICA FITODIVERSIDADE REFLETIDA NAS ESPÉCIES DE MATA DE CIPÓS E TRANSIÇÃO PARA CAATINGA. DESTACADO USO SÓCIO PRODUTIVO DA TERRA POR ATIVIDADES AGROPECUÁRIAS E FLORESTAL EM QUE PESE PROCESSOS DE DEGRADAÇÃO INSTALADOS PELA FALTA DE ADOÇÃO DE BOAS PRÁTICAS DE MANEJO DO SOLO.	FALTA DE ADOÇÃO DE BOAS PRÁTICAS DE MANJO DE SOLO PRESSÃO DE SÃO RESPONSÁVEIS PELA SUPRESSÃO DE GRANDES ÁREAS DE VEGETAÇÃO FALTA DE ADOÇÃO DE BOAS PRÁTICAS DE MANEJO PARA CONSERVAÇÃO DO SOLO COM EVIDENTES PROCESSOS DE DEGRADAÇÃO FÍSICA E QUÍMICA EROSÃO, COMPACTAÇÃO
	FORTE PARTICIPAÇÃO DA ATIVIDADE AGROSILVOPASTORIL ENQUANTO COMO SETOR PRODUTIVO DA ECONOMIA DO MUNICÍPIO.	O MOSAICO DE OCUPAÇÃO E USO REFLETE QUE MAIS 60% DO USO DO SOLO	FORTE SETOR PRODUTIVO QUE CONTRIBUEM PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	OCUPAÇÃO DESORDENADA E SUPRESSÃO DA VEGETAÇÃO EM APP FORMAÇÃO DE MOSAICO COM FRAGMENTOS DE VEGETAÇÃO, PERDA DE CONECTIVIDADE, DE BIODIVERSIDADE. SUPRESSÃO DESORDENADA COMPROMETE A FUNÇÃO DA COBERTURA VEGETAL COMO ELEMENTO DE PAISAGEM QUE PROTEGE SOLOS DA EROSÃO, EQUILÍBRIO DO CICLO HIDROLÓGICO (NASCENTES, RIOS, RECARGA DE AQUIFÉROS)

Fonte: Elaboração Própria (2019) adaptado de Hydros (2017).

Quadro 28 - URBANISMO – Processo Participativo

SUBTEMA	CARACTERÍSTICAS RELEVANTES	INDICADORES	PONTOS FAVORÁVEIS	PONTOS CRÍTICOS
PARÂMETROS URBANÍSTICOS	FRAGILIDADE NA DA FISCALIZAÇÃO APLICAÇÃO DOS PARÂMETROS;	ADENSAMENTO DE ALGUMAS ÁREAS EM DETRIMENTO DE OUTRAS;	-	ALGUNS LOTEADORES NÃO SEGUEM OS PARÂMETROS;
	FALTA DE CLAREZA NA INFORMAÇÃO;	DISPERSÃO NA OCUPAÇÃO.		DIFICULDADE DE ACESSO À INFORMAÇÃO PELOS ARQUITETOS E URBANISTAS E LOTEADORES;
	PARÂMETROS EXISTENTES QUESTIONÁVEIS EM RELAÇÃO AOS BENEFÍCIOS PARA O DESENVOLVIMENTO DO MUNICÍPIO.			LOTEAMENTOS EM EXCESSO SURTINDO FORA DO ANEL;
				EXISTÊNCIA DE MUITOS VAZIOS NAS ÁREAS CONSOLIDADAS.
LOTEAMENTOS IRREGULARES	EXISTÊNCIA DE LOTEAMENTOS (DE BAIXO E MÉDIO PADRÃO) EM SITUAÇÃO IRREGULAR.	INEXISTÊNCIA DE ALVARÁ;	FACILIDADE DE ACESSO A TERRA PELA POPULAÇÃO DE BAIXA RENDA.	OCUPAÇÕES PRECÁRIAS;
		INEXISTÊNCIA DE DOCUMENTAÇÃO QUE COMPROVE A POSSE DO TERRENO PELOS COMPRADORES DOS LOTES.		CONFLITOS ENTRE PROPRIETÁRIOS DOS TERRENOS E OS MORADORES;
				INSEGURANÇA EM RELAÇÃO À PERMANÊNCIA NO LOCAL PARA OS MORADORES IRREGULARES.

SUBTEMA	CARACTERÍSTICAS RELEVANTES	INDICADORES	PONTOS FAVORÁVEIS	PONTOS CRÍTICOS
				AUSÊNCIA DE INFRAESTRUTURA, PRINCIPALMENTE SANEAMENTO, VIÁRIA E MOBILIDADE.
POPULAÇÃO POLARIZADA	GRANDE FLUXO DIÁRIO E/OU SEMANAL DE PESSOAS DE OUTROS MUNICÍPIOS PARA VITÓRIA DA CONQUISTA BUSCANDO SERVIÇOS DE SAÚDE E EDUCAÇÃO.	LEVANTAMENTO DA ORIGEM DOS PACIENTES NO SERVIÇO DE SAÚDE PARTICULAR E PÚBLICO;	MOVIMENTAÇÃO NA ECONOMIA LOCAL.	SOBRECARGA NOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE;
		LEVANTAMENTO DA ORIGEM DOS ESTUDANTES NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINOS PÚBLICAS E PRIVADAS;		INCENTIVO AO TRANSPORTE CLANDESTINO DE VANS E CARROS PARTICULARES.
		ESTUDO A PROF. ANA EMÍLIA DE 1993.		
TRANSPORTE IRREGULAR	FLUXO ENTRE MUNICÍPIOS VIZINHOS ATRAVÉS DE VANS E MICRO-ÔNIBUS.	NOTIFICAÇÕES DOS VEÍCULOS IRREGULARES PELO ÓRGÃO RESPONSÁVEL.	O TRANSPORTE IRREGULAR SUPRIR ALGUMAS DEMANDAS DE DESLOCAMENTO DA POPULAÇÃO QUE O TRANSPORTE REGULAR NÃO CONSEGUE ATENDER.	RISCO DE ACIDENTES;
				DESORGANIZAÇÃO NO TRÂNSITO URBANO; SOBRECARGA VIÁRIA PRINCIPALMENTE NO CENTRO PRÓXIMO AO TERMINAL DE ÔNIBUS.
CUSTO DA TERRA URBANA	ALTO CUSTO DA TERRA EM ALGUNS BAIRROS COMO O CANDEIAS, ONDE O METRO QUADRADO CHEGA A VALER	REGISTROS DE COMPRA E VENDAS DE TERRA.	BOM NEGÓCIO PARA OS INVESTIDORES EM TERRA.	DIFICULTA O ACESSO À TERRA AS POPULAÇÕES DE BAIXA RENDA;
		REGISTRO DO VALOR DA TERRA NA PREFEITURA.		ESPECULAÇÃO IMOBILIÁRIA NOS BAIRROS MAIS NOBRES;

SUBTEMA	CARACTERÍSTICAS RELEVANTES	INDICADORES	PONTOS FAVORÁVEIS	PONTOS CRÍTICOS
	R\$2.000,00 NA REGIÃO DA AVENIDA OLÍVIA FLORES.			NÃO DINAMIZA O USO DA TERRA; VAZIOS URBANOS.
PATRIMÔNIO HISTÓRICO	A CIDADE DE VITÓRIA DA CONQUISTA POSSUI ALGUNS EDIFÍCIOS E SÍTIOS IMPORTANTES PARA A SUA HISTÓRIA. ESTÃO PRINCIPALMENTE LOCALIZADOS NO CENTRO.	PERDE OU ACENTUADA DEGRADAÇÃO DE EDIFÍCIOS HISTÓRICOS IMPORTANTES	PRESERVAÇÃO DA CULTURA E MEMÓRIA LOCAL; INCENTIVO AO TURISMO CULTURAL E HISTÓRICO.	O EDIFÍCIOS E SÍTIOS NÃO RECEBEM NENHUM TIPO DE AÇÃO PARA SUA PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO.

Fonte: Elaboração Própria (2019) adaptado de Hydros (2017).

Quadro 29 - URBANISMO – Elaboraões Técnicas

SUBTEMA	CARACTERÍSTICAS RELEVANTES	INDICADORES	PONTOS FAVORÁVEIS	PONTOS CRÍTICOS
INSERÇÃO REGIONAL	POLO REGIONAL DE COMÉRCIO E SERVIÇOS	POPULAÇÃO DOS MUNICÍPIOS POLARIZADOS.	ESTÍMULO A ECONOMIA DO MUNICÍPIO.	SOBRECARGA DO SISTEMA VIÁRIO LOCAL COM AUMENTO DO FLUXO; SOBRECARGA DOS SERVIÇOS PÚBLICOS, EM ESPECIAL DE SAÚDE.
	CONDIÇÃO DE NÓ RODOVIÁRIO (FLUXOS).	-	ESTÍMULO A ECONOMIA DO MUNICÍPIO.	ALTO FLUXO DE VEÍCULOS DE CARGA EM ÁREA URBANA.
MORFOLOGIA URBANA	PROCESSO DIFUSO E ESPRAIADO DE EXPANSÃO URBANA.	PORCENTAGEM DE HABITE-SE SOLICITADOS FORA DO ANEL;	-	ENCARECIMENTO DA INFRAESTRUTURA DE SANEAMENTO E VIÁRIA;
		RELAÇÃO ENTRE AS TERRAS CONSOLIDADAS E RAREFEITAS FORA DO ANEL RODOVIÁRIO.		RETENÇÃO DE VAZIOS URBANOS.
PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO	MERCADO IMOBILIÁRIO ATIVO E FORTE ATUANTE NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO.	PORCENTAGEM DE TERRAS DENTRO DO ANEL RODOVIÁRIO EM SITUAÇÃO DE ESPECULAÇÃO IMOBILIÁRIA.	-	INTERESSES PRIVADOS SE SOBRESSAINDO AOS PÚBLICOS;
				PERDA DE QUALIDADE DO ESPAÇO PÚBLICO;
				ENCARECIMENTO DO VALOR DA TERRA, DIFICULTANDO O ACESSO ÀS PESSOAS DE POUCO PODER AQUISITIVO

SUBTEMA	CARACTERÍSTICAS RELEVANTES	INDICADORES	PONTOS FAVORÁVEIS	PONTOS CRÍTICOS
MOBILIDADE URBANA	SISTEMA VIÁRIO DO CENTRO TRADICIONAL SATURADO;	REGISTRO DE OCORRÊNCIAS PELO ÓRGÃO RESPONSÁVEL PELA GESTÃO E CONTROLE DO TRÂNSITO.	-	CONGESTIONAMENTO NO CENTRO TRADICIONAL; ÔNIBUS CIRCULANDO EM VIAS NÃO COMPATÍVEIS A ESTE USO NO CENTRO TRADICIONAL;
	MOBILIDADE DEFICIENTE NA PERIFERIA;	NÚMERO E FREQUÊNCIA DE LINHAS DE ÔNIBUS PARA OS BAIRROS PERIFÉRICOS.	-	REDUZIDA CAPACIDADE DA POPULAÇÃO DE PERIFERIA EM ACESSAR OS SERVIÇOS E OPORTUNIDADES OFERECIDAS PELA CIDADE.
	SISTEMA VIÁRIO INADEQUADO PARA ABSORVER IMPACTO DO DAP NO BAIRRO CAMPINHOS;	REGISTRO DE ACIDENTES E OCORRÊNCIAS DE TRÂNSITO;	O SURGIMENTO DE UM CORREDOR DE TRÁFEGO NO BAIRRO DE CAMPINHOS PODE, SE FOR FEITO DE MANEIRA EQUILIBRADA, INTEGRAR MAIS ESTA REGIÃO QUE HOJE É ISOLADA COM A CIDADE OU ESTIMULAR O DESENVOLVIMENTO DO BAIRRO, SUPRINDO O LOCAL COM SERVIÇOS QUE HOJE NÃO EXISTEM.	AUMENTO DESEQUILIBRADO DO FLUXO DE VEÍCULOS NO BAIRRO DE CAMPINHOS E POVOADO DE SIMÃO;
PATRIMÔNIO AMBIENTAL	PERDA DO PATRIMÔNIO AMBIENTAL NO CENTRO TRADICIONAL.	-	-	FALTA DE CONTROLE DA GESTÃO EM PRESERVAR O PATRIMÔNIO;
				PERDA DE EDIFÍCIOS EMBLEMÁTICOS;
				DESCARACTERIZAÇÃO DA MORFOLOGIA HISTÓRICA.

SUBTEMA	CARACTERÍSTICAS RELEVANTES	INDICADORES	PONTOS FAVORÁVEIS	PONTOS CRÍTICOS
USO E OCUPAÇÃO DO SOLO	SUBCENTROS (COMÉRCIO E SERVIÇO) CONSOLIDADOS;	-	DIVERSIFICAÇÃO E DESCENTRALIZAÇÃO DOS USOS;	-
	VAZIOS URBANOS E BAIXA DENSIDADE EM ÁREA URBANA CONSOLIDADA, COM TERRA DE MAIOR VALOR;	PORCENTAGEM DE TERRAS VAZIAS EM ÁREA URBANA.	-	TERRAS OCIOSAS EM ÁREA URBANA;
	POUCAS ÁREAS CLASSIFICADAS COMO OCUPAÇÃO PRECÁRIA;	-	SITUAÇÃO HABITACIONAL NÃO TÃO GRAVE EM RELAÇÃO À QUALIDADE DA HABITAÇÃO.	DESPERDÍCIO DE INFRAESTRUTURA URBANA;
	OCUPAÇÕES IRREGULARES NA SERRA DO PERIPERI.	-	-	-
				OCUPAÇÃO EM ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL;
GESTÃO	FRAGILIDADE DA GESTÃO NA APLICAÇÃO DOS INSTRUMENTOS URBANÍSTICOS	-	-	AUMENTO DE OCUPAÇÕES IRREGULARES.
ESPAÇOS PÚBLICOS	DEFICIÊNCIA DE ESPAÇOS PÚBLICOS DE QUALIDADE	-	-	CRESCIMENTO DESCONTROLADO DA CIDADE.
				POPULAÇÃO NÃO CONTA COM ESPAÇOS PÚBLICOS PARA SOCIABILIDADES, LAZER, PRÁTICA DE ESPORTES E MANIFESTAÇÕES CULTURAIS.

Fonte: Elaboração Própria (2019) adaptado de Hydros (2017).

Quadro 30 - INFRAESTRUTURA – Processo Participativo

SUBTEMA	CARACTERÍSTICAS RELEVANTES	INDICADORES	PONTOS FAVORÁVEIS	PONTOS CRÍTICOS
ABASTECIMENTO DE ÁGUA	ALÉM DOS MANANCIAIS QUE ABASTECEM O SAA, OS POÇOS TUBULARES E ARTESIANOS SÃO UMA FORMA REPRESENTATIVA DE ABASTECIMENTO NO MUNICÍPIO.	% POPULAÇÃO URBANA ATENDIDA POR REDE GERAL: 94.74%	ABASTECIMENTO DE ÁGUA CONSIDERADO SATISFATÓRIO NA SEDE MUNICIPAL	SITUAÇÃO EMERGENCIAL DO DISTRITO DE CERCADINHO DEVIDO À ESCASSEZ DAS CHUVAS E O REBAIXAMENTO DO LENÇOL FREÁTICO
		% DA POPULAÇÃO RURAL ATENDIDA POR REDE GERAL DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA: 19.46%	EXISTÊNCIA DE REDE DE ABASTECIMENTO EM 8 DOS 12 DISTRITOS	CONSTANTE DESABASTECIMENTO DA SEDE MUNICIPAL
		% DA POPULAÇÃO RURAL ATENDIDA POR SOLUÇÕES ALTERNATIVAS DE ABASTECIMENTO: 80.53%	EXISTÊNCIA DE SOLUÇÕES ALTERNATIVAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA PARA SUPRIR PARTE DA DEMANDA	OFERTA DE ÁGUA INSUFICIENTE
			QUALIDADE DA ÁGUA CONSIDERADA BOA PELA MAIOR PARTE DA POPULAÇÃO	DESASSISTÊNCIA DA MAIORIA DA POPULAÇÃO RURAL POR PARTE DA EMBASA, E APOIO PRECÁRIO DA PREFEITURA
				POUCAS FONTES DISPONÍVEIS EM CONDIÇÕES FAVORÁVEIS PARA UTILIZAÇÃO

SUBTEMA	CARACTERÍSTICAS RELEVANTES	INDICADORES	PONTOS FAVORÁVEIS	PONTOS CRÍTICOS
ESGOTAMENTO SANITÁRIO	O LANÇAMENTO DE ESGOTO A CÉU ABERTO É CONSIDERADO UM PROBLEMA NOS LOCAIS QUE TEM PAVIMENTO E ESSE LANÇAMENTO É FEITO NAS RUAS, PORÉM QUANDO SE DISPÕE NO TERRENO NÃO É VISTO COMO PROBLEMA.	% DE ATENDIMENTO TOTAL COM REDE DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO: 86,61% (SNIS, 2017)	EXTENSÃO REPRESENTATIVA DA REDE NA SEDE MUNICIPAL	INEXISTÊNCIA DE REDE DE COLETA EM 11, DOS 12 DISTRITOS;
	AS FOSSAS SÓ SÃO CONSIDERADAS UM PROBLEMA QUANDO O TERRENO É IMPERMEÁVEL E ELA ENCHE.	% DE ATENDIMENTO POR SOLUÇÕES ALTERNATIVAS NAS LOCALIDADES RURAIS: 89% (IBGE, 2010)		FOSSA ABSORVENTES É A SOLUÇÃO PREDOMINANTE NOS DISTRITOS E LOCALIDADES RURAIS
				LIGAÇÕES CLANDESTINAS NA REDE DE DRENAGEM
				LANÇAMENTOS DE ESGOTO A CÉU ABERTO, PRINCIPALMENTE ÁGUAS CINZAS.
RESÍDUOS SÓLIDOS	SERVIÇO DE COLETA É CONSIDERADO SATISFATÓRIO PELOS MORADORES, UMA	% DE COLETA	PRESENÇA SIGNIFICATIVA DE COLETA.	DISPOSIÇÃO DOS RESÍDUOS EM DIAS QUE NÃO HÁ COLETA, ACARRETANDO

SUBTEMA	CARACTERÍSTICAS RELEVANTES	INDICADORES	PONTOS FAVORÁVEIS	PONTOS CRÍTICOS
	VEZ QUE VEÍCULOS ALTERNATIVOS SÃO UTILIZADOS PAR AMPLIAR AO ATENDIMENTO			ACÚMULO E ATRAINDO ANIMAIS.
			POUCOS PROBLEMAS RELACIONADOS À RESÍDUOS SÓLIDOS.	DISPOSIÇÃO DE LIXO EM ENTULHO EM TERRENOS BALDIOS
DRENAGEM URBANA	EXISTEM LIGAÇÕES DE ESGOTO NA REDE DE DRENAGEM NA SEDE MUNICIPAL E NA SEDE DE SÃO SEBASTIÃO	% DE DOMICÍLIOS ATENDIDOS COM REDE DE DRENAGEM	POTÊNCIA DE ACÚMULO DE ÁGUA DE CHUVA PARA AGRICULTURA E RECARGA DE AQUÍFEROS	PONTOS DE ALAGAMENTO NA SEDE E EM ALGUNS DISTRITOS
		OCORRÊNCIA DE ALAGAMENTOS NO ANO	FACILIDADE DE ESCOAMENTO EM ALGUNS PONTOS DEVIDO À DECLIVIDADE	ESTRADAS VICINAIS ERODIDAS
				ÁREAS DE ALAGAMENTO NATURAL OCUPADAS SOFRENDO COM ALAGAMENTO.

SUBTEMA	CARACTERÍSTICAS RELEVANTES	INDICADORES	PONTOS FAVORÁVEIS	PONTOS CRÍTICOS
		<p>FREQUÊNCIA DE CHUVAS E VAZÃO DE PROJETO;</p> <p>INEFICIÊNCIA NO SISTEMA DE COLETA;</p> <p>INEFICIÊNCIA DO ESCOAMENTO DAS VIAS PERDA DA CAPACIDADE DE TRANSPORTE DOS CONDUTOS;</p> <p>RESTRIÇÃO À OCUPAÇÃO EM ÁREAS DE INUNDAÇÃO</p> <p>OCORRÊNCIA DE ALAGAMENTOS</p> <p>INEFICIÊNCIA OPERACIONAL</p>	<p>CAPACIDADE DO MUNICÍPIO EM EXECUTAR SERVIÇOS, DEVIDO AO SEU PATAMAR MONETÁRIO;</p> <p>MUNICÍPIO LOCALIZADO, EM SUA GRANDE PARCELA, EM UM PLANALTO, O QUE CONFERE A UM ESCOAMENTO COM MENOR VELOCIDADE E MENOS RISCOS PARA SEÇÕES À JUSANTE.</p>	<p>ZONA URBANA ADENSADA, INTENSIFICANDO O ESCOAMENTO SUPERFICIAL E EXTRAPOLANDO A CAPACIDADE DA REDE DE MACRODRENAGEM;</p> <p>EQUIPAMENTOS DEPRECIADOS;</p> <p>FALTA DE MANUTENÇÃO DOS SISTEMAS.</p>

Fonte: Elaboração Própria (2019) adaptado de Hydros (2017).

Quadro 31 - INFRAESTRUTURA – Elaboraões Técnicas

SUBTEMA	CARACTERÍSTICAS RELEVANTES	INDICADORES	PONTOS FAVORÁVEIS	PONTOS CRÍTICOS
ABASTECIMENTO DE ÁGUA	6 FORMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA PRESENTES NO MUNICÍPIO	% DA POPULAÇÃO ATENDIDA COM REDE GERAL: 87,31% (IBGE, 2010)	ALTO ÍNDICE DE ATENDIMENTO NA ZONA URBANA	ESCASSEZ DE FONTE DE ÁGUA PARA GARANTIR A SEGURANÇA HÍDRICA
	O SISTEMA ATUAL NÃO TEM CAPACIDADE DE ATENDER A TODA A DEMANDA EXISTENTE, NEM A FUTURA, SENDO NECESSÁRIO A IMPLANTAÇÃO DE NOVA BARRAGEM OU UMA ALTERNATIVA DE INCREMENTO.	% DA POPULAÇÃO RURAL ATENDIDA COM REDE GERAL: 19,46% (IBGE, 2010)	ÍNDICE DE PERDAS ABAIXO NA MÉDIA DO ESTADO E DENTRO DA META ESTABELECIDADA PELO PLANSAB	PARALIZAÇÕES DESDE 2012
	O SAA DA EMBASA É FORMA DE ABASTECIMENTO EM 8, DOS 12 DISTRITOS, MAS NÃO DE FORMA SIGNIFICATIVA.	% DA POPULAÇÃO URBANA ATENDIDA COM REDE GERAL: 100% (EMBASA, 2014)	NÍVEIS DE PRECIPITAÇÃO RAZOÁVEL NO INVERNO, O QUE PERMITIRIA ASSOCIAR A CAPTAÇÃO DE ÁGUA DA CHUVA COM OS SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA	EXTENSÃO TERRITORIAL DO MUNICÍPIO
	O ABASTECIMENTO NA SEDE MUNICIPAL É UNIVERSAL.	% DE ATENDIMENTO: 100% (SNIS, 2017)	MUNICÍPIO ESTRATÉGICO PARA O ESTADO, O QUE PODE FACILITAR O APORTE DE RECURSOS	
	OS POÇOS PARTICULARES SÃO FONTE DE ÁGUA EM TODOS OS DISTRITOS	ÍNDICE DE CONFORMIDADE DE ÁGUA: 99,63% (EMBASA, 2018)		

SUBTEMA	CARACTERÍSTICAS RELEVANTES	INDICADORES	PONTOS FAVORÁVEIS	PONTOS CRÍTICOS
	AS CISTERNAS E CAMINHÃO PIPA SÃO FORMAS DE ABASTECIMENTO EM 11, DOS 12 DISTRITOS	ÍNDICE DE HIDROMETRAÇÃO: 99,79% (SNIS, 2017)		
	O SISTEMA SIMPLIFICADO IMPLANTADO PELA CERB ESTÁ PRESENTE EM 10 DISTRITOS	ÍNDICE DE MICROMEDIÇÃO: 70,93% (SNIS, 2017)		
		ÍNDICE DE MACROMEDIÇÃO: 70,44% (SNIS, 2017)		
		ÍNDICE DE PERDAS: 33,4/% (EMBASA, 2018)		
ESGOTAMENTO SANITÁRIO	CINCO TIPOS DE SOLUÇÃO PARA ESGOTAMENTO IDENTIFICADAS NO MUNICÍPIO	% DE ATENDIMENTO TOTAL COM REDE DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO: 86,61% (SNIS, 2017)	PROGRAMA CAÇA ESGOTO E AÇÕES DA EMBASA PARA IMPEDIR LANÇAMENTOS INDEVIDOS E AUMENTAR LIGAÇÕES	PRECARIEDADE NO SISTEMA DE JOSÉ GONÇALVES
	ALÉM DA SEDE, SOMENTE O DISTRITO DE JOSÉ GONÇALVES POSSUI REDE COLETORA	% DE RESIDÊNCIAS COM BANHEIRO: 94% (IBGE, 201)	CRESCIMENTO DO NÚMERO DE LIGAÇÕES.	ELEVANDO LANÇAMENTO DE ESGOTO A CÉU ABERTO, PRINCIPALMENTE ÁGUAS CINZAS, NOS DISTRITOS E EM MENOS QUANTIDADE NA SEDE
	ÍNDICE ELEVADO DA UTILIZAÇÃO DE FOSSAS ABSORVENTES (MAJORITÁRIA EM TODOS OS DISTRITOS) E DE LANÇAMENTO NA REDE	ÍNDICE DE ATENDIMENTO DA POPULAÇÃO URBANA: 96,74%	TUDO ESGOTO COLETADO É TRATADO DE ACORDO COM O SNIS	LIGAÇÕES CLANDESTINAS DE ESGOTO NA REDE DE DRENAGEM

SUBTEMA	CARACTERÍSTICAS RELEVANTES	INDICADORES	PONTOS FAVORÁVEIS	PONTOS CRÍTICOS
	PLUVIAL E CORPOS HÍDRICOS			
	EM 20 ANOS A COBERTURA DE REDE GERAL COLETORES DE ESGOTO AUMENTOU 61,83%	% DE ATENDIMENTO POR SOLUÇÕES ALTERNATIVAS NAS LOCALIDADES RURAIS: 89% (IBGE, 2010)	ALTO ÍNDICE DE ATENDIMENTO NA ZONA URBANA E ELEVADO ÍNDICE DE TRATAMENTO A NÍVEL TERCIÁRIO	DOMICÍLIOS SEM INTERLIGAÇÃO COM A REDE COLETORES EXISTENTE.
RESÍDUOS SÓLIDOS	O MUNICÍPIO CONTA COM 01 CÉLULA DO ATERRO SANITÁRIO EM OPERAÇÃO E OUTRA EM CONSTRUÇÃO E 01 GALPÃO DE RECICLAGEM.	% DE DOMICÍLIOS COM COLETA: 89,16% (IBGE, 2010)	EXISTÊNCIA DE ATERRO SANITÁRIO PARA DISPOSIÇÃO DOS RESÍDUOS COLETADOS	DISPOSIÇÃO INADEQUADA E ACÚMULO DE RESÍDUOS E ENTULHO EM TERRENOS BALDIOS
	OS SERVIÇOS DE LIMPEZA PÚBLICA SÃO ADMINISTRADOS DIRETAMENTE PELA PREFEITURA MUNICIPAL ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS	% DOS RESÍDUOS RECICLÁVEIS QUE É RECICLADO: 2,98% (PMVS, 2016)	SERVIÇO DE COLETA PRESENTE EM TODOS OS BAIRROS DA SEDE E 61% DA ZONA RURAL, COM UTILIZAÇÃO DE VEÍCULOS ALTERNATIVOS PARA ACESSAR ÁREAS DE DIFÍCIL ACESSO.	BAIXO VOLUME DE MATERIAL RECICLADO
	A COLETA E TRANSPORTE SÃO REALIZADOS PELA EMPRESA TORRE EMPREENHIMENTO RURAL E CONSTRUÇÃO LTDA, CONTRATADA PELO MUNICÍPIO	NÚMERO DE CATADORES COOPERADOS E AUTÔNOMOS	EXISTÊNCIA DE COOPERATIVA DE RECICLAGEM "RECICLA CONQUISTA" E PROGRAMA "MÃOS QUE RECICLAM" E GRANDE POTENCIAL DE VOLUME DE RESÍDUOS RECICLÁVEIS	AUSÊNCIA DE MONITORAMENTO DA QUALIDADE DAS ÁGUAS SUPERFICIAIS E SUBTERRÂNEAS NO ENTORNO DO ATERRO, DO MONITORAMENTO GEOTÉCNICO E DE

SUBTEMA	CARACTERÍSTICAS RELEVANTES	INDICADORES	PONTOS FAVORÁVEIS	PONTOS CRÍTICOS
				TRATAMENTO DO PERCOLADO.
	A RESPONSABILIDADE PELA DESTINAÇÃO FINAL DOS RESÍDUOS DE SAÚDE FOI DELEGADA AOS EMPREENDIMENTOS PRODUTORES EM 2010.		POTENCIAL PARA IMPLANTAÇÃO DE COMPOSTAGEM PARA POSTERIOR DISTRIBUIÇÃO A PEQUENOS PRODUTORES.	AUSÊNCIA DE COLETA NAS LOCALIDADES, PREDOMINANDO A QUEIMADA DOS RESÍDUOS
DRENAGEM URBANA	O MODELO EXISTENTE, IMPLANTADO NOS MOLDES TRADICIONAIS, NÃO ATENDE À DEMANDA DO ESCOAMENTO, O QUE ACARRETA INUNDAÇÕES NOS EVENTOS DE INTENSAS CHUVAS	% DA POPULAÇÃO TOTAL COM ATENDIMENTO DA REDE DE DRENAGEM: 43% (IBGE, E PMVC 2016)	CAIMENTO DAS VIAS NA DIREÇÃO DAS SARJETAS É BEM DEFINIDO, MAS SUAVE	INSUFICIÊNCIA DA REDE DE MACRO E MICRODRENAGEM
	AS REDES DO SISTEMA SÃO POUCO CONHECIDAS E NÃO ESTÃO CADASTRADAS	% DA POPULAÇÃO URBANA COM ATENDIMENTO DA REDE DE DRENAGEM: 46% (IBGE, E PMVC 2016)	REFLORESTAMENTO DAS ÁREAS DAS CASCALHEIRAS DA SERRA DO PERIPERI.	INSUFICIÊNCIA DA EQUIPE GESTORA PARA REALIZAR PLANEJAMENTO, OPERAÇÃO, MANUTENÇÃO E FISCALIZAÇÃO DO SISTEMA
	CERCA DE 70% DA POPULAÇÃO URBANA ESTÁ ALOCADA NA DRENAGEM DO RIO VERRUGA	NÚMERO DE PONTOS DE ALAGAMENTO	RECUPERAÇÃO DA MATA CILIAR NO ENTORNO DAS NASCENTES DO POÇO ESCURO, DO ALTO DA SERRA, PANORAMA E BEBEDOURO DA ONÇA	26 PONTOS DE ALAGAMENTOS CONSTANTES REGISTRADOS

SUBTEMA	CARACTERÍSTICAS RELEVANTES	INDICADORES	PONTOS FAVORÁVEIS	PONTOS CRÍTICOS
			REFLORESTAMENTO E RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS ESPECIALMENTE EM ZONAS DE MINERAÇÃO, ATRAVÉS DOS PROCESSOS DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL.	NÃO HÁ ESTRUTURAS DE DRENAGEM NA MAIORIA DOS DISTRITOS E LOCALIDADES RURAIS
			PRESENÇA SIGNIFICATIVA DE CISTERNAS DE CAPTAÇÃO DE ÁGUA DE CHUVA NOS DISTRITOS	RUAS SEM PAVIMENTAÇÃO QUE SOFREM COM EROSÃO EM TODOS OS DISTRITOS E LOCALIDADES RURAIS NO DISTRITO SEDE
			CAPACIDADE DO MUNICÍPIO EM EXECUTAR SERVIÇOS, DEVIDO AO SEU PATAMAR MONETÁRIO; MUNICÍPIO LOCALIZADO, EM SUA GRANDE PARCELA, EM UM PLANALTO, O QUE CONFERE A UM ESCOAMENTO COM MENOR VELOCIDADE E MENOS RISCOS PARA SEÇÕES À JUSANTE.	ZONA URBANA ADENSADA, INTENSIFICANDO O ESCOAMENTO SUPERFICIAL E EXTRAPOLANDO A CAPACIDADE DA REDE DE MACRODRENAGEM; EQUIPAMENTOS DEPRECIADOS; FALTA DE MANUTENÇÃO DOS SISTEMAS.
ENERGIA ELÉTRICA	A TENSÃO DE DISTRIBUIÇÃO NO MUNICÍPIO É 220 VOLTS.	% DE ATENDIMENTO DA REDE: 99,76% (IBGE, 2010)	QUASE TOTALIDADE DA POPULAÇÃO RURAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA JÁ ERA ATENDIDA COM REDE DE ENERGIA ELÉTRICA NO EM 2004.	DURAÇÃO DE INTERRUPÇÕES ALÉM DO LIMITE ESTABELECIDO PELA ANEEL
	ESTÃO REGISTRADOS NA ANEEL 39 UNIDADE GERADORAS DE ENERGIA SOLAR DISTRIBUÍDAS PELO MUNICÍPIO, ENTRE	DEC: DURAÇÃO EQUIVALENTE DE INTERRUPÇÃO POR UNIDADE CONSUMIDORA		

SUBTEMA	CARACTERÍSTICAS RELEVANTES	INDICADORES	PONTOS FAVORÁVEIS	PONTOS CRÍTICOS
	RESIDÊNCIAS, COMÉRCIOS E INDÚSTRIAS.			
		FEC: FREQUÊNCIA EQUIVALENTE DE INTERRUPÇÃO POR UNIDADE CONSUMIDORA		
TELECOMUNICAÇÕES	VITÓRIA DA CONQUISTA É ATENDIDA COM UMA AMPLA REDE DE TELECOMUNICAÇÕES, FORMADA TANTO POR AGENTE PÚBLICOS, QUANTO PRIVADOS	% DA ÁREA DE COBERTURA	VITÓRIA DA CONQUISTA É UM DOS PRINCIPAIS MERCADOS DO ESTADO, COM INVESTIMENTOS CONSTANTES SENDO REALIZADOS NA CIDADE EM PROL DA MELHORIA E AMPLIAÇÃO DA REDE DE ATENDIMENTO	NOS DISTRITOS E POVOADOS EXISTE APENAS O SERVIÇO DA CLARO E AINDA ASSIM DEFICIENTE
	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TELEFONIA FIXA, MÓVEL, INTERNET, TV A CABO			

Fonte: Elaboração Própria (2019) adaptado de Hydros (2017).

Quadro 32 - GESTÃO - Processo Participativo

SUBTEMA	CARACTERÍSTICAS RELEVANTES	INDICADORES	PONTOS FAVORÁVEIS	PONTOS CRÍTICOS
LEGISLAÇÃO ACESSÓRIA AO PDDU	LEI DO IPTU PROGRESSIVO NO TEMPO; PEUC; DESAPROPRIAÇÃO MEDIANTE PAGAMENTO DE DÍVIDA PÚBLICA ETC.;	CUMPRIMENTO DA FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE	- JÁ EXISTE DEBATE SOBRE O ASSUNTO NO LEGISLATIVO E EXECUTIVO; - FOI DESTACADA A NECESSIDADE DE SUA INSTITUIÇÃO PELOS MEMBROS DO GTA	- FORAM PREVISTAS NO PDDU 2006, PORÉM NÃO EFETIVADAS. - O IPTU PROGRESSIVO PRECISA SER FIXADO POR LEI ESPECÍFICA; - EVENTUAL RESISTÊNCIA DOS PROPRIETÁRIOS DE VAZIOS URBANOS
MOBILIDADE URBANA	- PRINCIPAL QUEIXA DOS MORADORES URBANOS E RURAIS, BEM COMO DOS PARTICIPANTES DO GTA; - DEFICIÊNCIAS NA MOBILIDADE URBANA TORNAM O DIREITO À CIDADE INACESSÍVEL	RELAÇÃO ENTRE INFRAESTRUTURA DE MOBILIDADE URBANA E DEMANDA	- EXISTE SECRETARIA E FUNDO ESPECÍFICO PARA O TEMA; - EXISTE PROJETO NA SECRETARIA DE MOBILIDADE URBANA PARA A CONSTRUÇÃO DE 70KM DE CICLOVIAS	- TRANSPORTE PÚBLICO INSUFICIENTE; - ISOLAMENTO DOS DISTRITOS POR FALTA DE ACESSO; - DETERIORAÇÃO DA VIDA CULTURAL DA CIDADE; - ACESSIBILIDADE INSUFICIENTE PARA PESSOAS PORTADORAS DE DEFICIÊNCIA OU COM MOBILIDADE REDUZIDA

SUBTEMA	CARACTERÍSTICAS RELEVANTES	INDICADORES	PONTOS FAVORÁVEIS	PONTOS CRÍTICOS
USO E OUPAÇÃO DO SOLO	OS NOVOS LOTEAMENTOS E EMPREENDIMENTOS TRAZEM DEMANDAS POR SERVIÇOS DE EDUCAÇÃO, SAÚDE E SEGURANÇA ETC.	RELAÇÃO ENTRE INFRAESTRUTURA DOS SERVIÇOS PÚBLICOS E DEMANDA	A DESCENTRALIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DIMINUI A NECESSIDADE DE DESLOCAMENTO DA POPULAÇÃO	- CRESCIMENTO DA DEMANDA ATUALMENTE É INCOMPATÍVEL COM A INFRAESTRUTURA; - FALTA DE APORTE FINANCEIRO.

Fonte: Elaboração Própria (2019) adaptado de Hydros (2017).

Quadro 33 - GESTÃO - Elaboraões Técnicas

SUBTEMA	CARACTERÍSTICAS RELEVANTES	INDICADORES	PONTOS FAVORÁVEIS	PONTOS CRÍTICOS
PLANO DIRETOR (2006)	O MUNICÍPIO CONTA COM PLANO DIRETOR.	EFICÁCIA E APLICABILIDADE DO PDDU	O PDDU 2006 FOI REALIZADO DE FORMA PARTICIPATIVA.	OS DISTRITOS POSSUEM BAIXA REPRESENTAÇÃO NA COORDENAÇÃO DO PDDU; - BAIXO ÍNDICE DE DISPOSITIVOS LEGAIS AUTOAPLICÁVEIS NOS INSTRUMENTOS DA POLÍTICA URBANA. O PPDU 2006 VIGENTE SE ENCONTRA DEFASADO, VEZ QUE JÁ EXTRAPOLOU O HORIZONTE TEMPORAL DE 10 ANOS.
INSTRUMENTOS DA POLÍTICA URBANA	PDDU; ZONEAMENTO; PPA; LDO; LOA; IPTU; DESAPROPRIAÇÃO; REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA; CONCESSÃO; PREEMPÇÃO; UNIDADES DE CONSERVAÇÃO; OUTORGA E TRANSFERÊNCIA DO DIREITO DE CONSTRUIR; TOMBAMENTO; USUCAPIÃO ETC.	PROPRIEDADES CUMPRINDO SUA FUNÇÃO SOCIAL	O PROGRAMA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO POPULAR PERMITIU A REALIZAÇÃO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA PARA POPULAÇÃO DE BAIXA RENDA NAS ZEIS	- NÃO EXISTEM COEFICIENTES MÍNIMOS DEFINIDOS, EXCETO PARA ZEIS; - NÃO SE EFETIVOU A LEGISLAÇÃO ACESSÓRIA AO PDDU
FUNDOS	CATALISA RECURSOS DE DIVERSAS FONTES E DESTINA, COM	ATUAÇÃO EFETIVA DOS CONSELHOS NA	JÁ EXISTE FUNDO ESPECÍFICO PARA HABITAÇÃO POPULAR,	NÃO EXISTE FUNDO ESPECÍFICO AO

SUBTEMA	CARACTERÍSTICAS RELEVANTES	INDICADORES	PONTOS FAVORÁVEIS	PONTOS CRÍTICOS
	CONTROLE SOCIAL, PARA AS AÇÕES, PROGRAMAS E PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO URBANO	GESTÃO DOS RECURSOS	MEIO AMBIENTE E TRÂNSITO E TRANSPORTE PÚBLICO	DESENVOLVIMENTO URBANO (FUNDURB)
CONTROLE SOCIAL	REALIZADO ESPECIALMENTE PELOS CONSELHOS MUNICIPAIS	ATUAÇÃO EFETIVA DOS CONSELHOS NA GESTÃO DOS RECURSOS	APROVEITAR AS INSTÂNCIAS PARTICIPATIVAS DO NOVO PDDU PARA MOBILIZAÇÃO E EFETIVAÇÃO DO CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO URBANO	O CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO URBANO FOI INSTITUÍDO PELO PDDU 2006, MAS NÃO EFETIVADO.

Fonte: Elaboração Própria (2019) adaptado de Hydros (2017).

4. CENÁRIOS

Para o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Vitória da Conquista o cenário é entendido como horizonte alternativo de futuro para a cidade e para o Município. A sua construção parte da leitura integrada da realidade construída na interação dos estudos técnicos com a leitura dos habitantes colhida no processo participativo. Os cenários servem de balizas para a construção de propostas para o planejamento urbano e para a articulação de diferentes setores da sociedade civil e da esfera governamental na promoção do direito à cidade e de uma vida urbana capaz de atender às necessidades e expectativas da população. Trata-se ainda de instrumento de planejamento capaz de permitir a abstração necessária para vislumbrar o futuro nos horizontes de planejamento definidos e, nesse sentido, também permite construir parâmetros de monitoramento da implementação do Plano. Ainda que seja um exercício complexo a prospecção sobre alternativas de futuro, a construção de cenários é um exercício válido pois, conforme Buarque (2003):

Com todas as dúvidas que ainda possam pairar sobre a atividade prospectiva, a difusão dos estudos de cenários parece indicar que, embora não seja possível predizer o futuro, é válido e, paradoxalmente, necessário analisar as possibilidades do porvir, principalmente com o crescimento acelerado das incertezas e das mudanças de paradigmas que caracterizam a entrada no século XXI.

Sergio Buarque e outros estudiosos do Brasil e exterior destacam a utilização crescente de cenários na área de planejamento, por oferecer um referencial de futuros alternativos em face dos quais decisões serão tomadas (BUARQUE, 2003). Como afirma o autor, “À medida que aumentam as incertezas em quase todas as áreas de conhecimento, cresce também a necessidade de análise e reflexão sobre as perspectivas futuras da realidade em que se vive e diante da qual se planeja.” (BUARQUE, 2003, p.5).

Existem diversas metodologias para cenarização, as quais se colocam mais ou menos adequadas considerando as especificidades da tipologia do Plano. Algumas metodologias partem da realidade para prospectar sobre o que possivelmente ocorrerá no futuro; outras, partem dessa mesma realidade para criar horizontes alternativos de futuro. Em regra, no primeiro caso a realidade seguiria um curso linear, sem inflexões ou rupturas substantivas, considerando uma visão conservadora de futuro. No segundo caso, se concebe a realidade como dinâmica, permeada por incertezas críticas que podem alterar substantivamente o

rumo dos acontecimentos e nesse sentido, coloca os agentes da mudança na condição de centralidade nas transformações vislumbradas.

Em procedimentos de estudo/ desenho de cenários é fundamental a escolha de referencial conceitual e metodológico a ser aplicado para tratamentos, integração de informações/ dados, para o desenho de cenários que se apresentam como ferramentas de orientação. Para o desenvolvimento dos cenários no PDDU aqui esboçados em caráter preliminar, considerou-se, parcialmente, o método de combinação de processos dependentes e independentes, adotado correntemente em trabalhos de planejamento.

As técnicas e indicadores validados que permitem construção de cenários, embora não possam eliminar 100% incertezas nem definir categoricamente a trajetória futura da realidade estudada, contribuem para delimitar os espaços possíveis de comportamento da realidade com a aplicação de técnicas auxiliares validadas em indicadores e ancoradas na organização e sistematização das informações. Esses exercícios permitem o desenho de cenários com graus satisfatórios de consistência (BUARQUE, 2003).

O exercício de cenarização associa e aplica de forma concisa o conhecimento de realidade, construído a partir da expertise de cada profissional especialista em campos específicos do conhecimento e da leitura dos agentes sociais. Por meio do uso de ferramentas/ técnicas de prospecção, tratamento, integração, valoração, definição de variáveis e indicadores apropriados validados, é possível apontar desenhos de futuro que possam instigar a reflexão dos agentes envolvidos sobre qual será o Cenário Referencial de Planejamento a ser adotado no PDDU.

Tanto o cenário tendencial quanto os cenários alternativos serão desenvolvidos para o horizonte temporal de 10 (dez) anos, quando o Plano Diretor deverá ser revisto, e para 20 anos, considerando que determinados aspectos da realidade social exigem horizontes mais largos para a sua realização e conseqüentemente, para que seus impactos sejam percebidos. Optou-se pela adoção dos mesmos horizontes para ambos, a partir do entendimento que a construção do cenário tendencial se justifica apenas pela necessidade de comparação com os cenários alternativos.

No atual contexto do Brasil, de profunda crise econômica e instabilidade política, a socioeconomia e a gestão apresentam-se como centrais na construção de cenários. Essas dimensões da realidade se refletem de forma expressiva em outros aspectos da realidade, tais como na distribuição da população no território, no adensamento e reestruturação da cidade, na conservação ambiental, na oferta de postos de trabalho, dentre outros.

4.1. ABORDAGEM PROSPECTIVA DE FATORES E LÓGICAS ATUAIS E FUTUROS QUE INFLUENCIAM A DINÂMICA URBANA E TERRITORIAL

4.1.1. Fatores externos que historicamente influenciaram a dinâmica do território

Historicamente a dinâmica do território foi influenciada por fatores ambientais como, a presença de rios e corpos hídricos próximos à cidade, caracterizando a abundância e facilidade de acesso a esse recurso; a condição geográfica e clima favorável para atividades agrosilvopastoris, se destacando a pecuária, a cafeicultura, que historicamente ocupam posição de destaque.

No que se refere às variáveis socioeconômicas, importa destacar que, salvo raras exceções, são afetadas principalmente por decisões exógenas ao município, pois o seu comportamento obedece a uma articulação das políticas do Estado e da União, em alguns casos, do sistema econômico internacional.

No caso da atividade agrícola, a estruturação de um serviço eficiente para atendimento ao setor, especialmente para a agricultura familiar que na zona rural é responsável por parte importante do abastecimento do município é necessariamente influenciada por fatores externos. Historicamente, o processo de modernização do setor agrícola contou com dois pontos de apoio relevantes: de um lado, das instituições de pesquisa agrícola dedicados a gerar inovações tecnológicas, (caso da Fazenda Experimental Manoel Machado localizada no município, dedicada ao melhoramento genético dos bovinos da raça Nelore; de outro lado, uma rede de serviços dedicados à difusão das inovações e educação dos agricultores, conhecidos como ATER (Assistência Técnica e Extensão Rural), que começou com a ANCARBA, seguida pela EMATERBA e pela EBDA. Esses serviços contavam com escritórios regionais e promoveram a criação nas estruturas administrativas de alguns municípios, de serviços locais de ATER. Com a falência das redes estaduais, muitos municípios estruturaram e fortaleceram seus serviços de ATER em parcerias com Universidades e com governos estaduais. No caso da Bahia seria a SDR – Secretaria de Desenvolvimento Rural a entidade responsável. Vitória da Conquista tem tradição de agricultura familiar e ao mesmo tempo moderna, e necessita de uma mobilização da municipalidade para estruturar os serviços de atendimento aos produtores rurais.

Os fatores externos relacionados ao abastecimento de água que historicamente influenciaram a dinâmica do território são o relevo e o clima, visto que a dinâmica do clima interfere diretamente na ocorrência das chuvas e o relevo define como a água escoada será distribuída. Esses dois fatores interferem fortemente na dificuldade de prover todo o território de Vitória da Conquista com serviços de abastecimento de água satisfatórios. Adicionalmente a esses fatores, atualmente temos o elevado crescimento populacional do município, as mudanças climáticas e a pressão existente sobre as fontes de água e as áreas de recarga, que acabam por contribuir com o déficit de reservas de água para suprir a demanda existentes e futura.

Em relação ao esgotamento sanitário os fatores externos históricos que influenciaram a dinâmica do território foram as ocupações irregulares e a falta de controle do uso do solo, além de um planejamento precário. É claro que o Brasil, e o estado da Bahia especificamente, possui um histórico em que pouco se deu importância ao planejamento de ocupação das cidades, bem como ao estabelecimento de diretrizes de políticas públicas que visassem de fato a manutenção da qualidade de vida da população. A lógica posta sempre foi de favorecer quem já era favorecido, e apenas as regiões mais nobres das cidades figuravam entre os contemplados com projetos e programas institucionais.

Esse déficit de planejamento e fiscalização acabou por provocar a instalação de diversas ocupações que não dispunham de nenhuma infraestrutura básica, à exemplo de sistemas de esgotamento sanitário, adotando muitas vezes soluções pouco adequadas como as fossas absorventes e a disposição na rede de drenagem e mananciais. Fato é que o rio Verruga, que atravessa o município, encontra-se com sua qualidade prejudicada devido aos diversos despejos de efluente bruto e resíduos domésticos.

4.1.2. Fatores externos que atualmente influenciam a dinâmica do território

Não só atualmente, como historicamente, o atrativo econômico vem influenciando a dinâmica do território, associada à logística de infraestrutura e de serviços e possibilidades de mobilidade por via terrestre e aérea, segurança hídrica e energética, serviços, segurança, saneamento, dentre outros.

Atualmente podemos destacar características que influenciam na dinâmica do território relativas ao forte comércio e prestação de serviços diversos na cidade, que atua como polo regional, com grande circulação de pessoas e veículos. A presença de rodovias federais e estaduais favorece a formação de uma rede de acessibilidade como espaço de articulação

geoeconômica intermunicipal. A localização geográfica e presença dessa importante rede rodoviária são fatores essenciais na condição polo articulador com outras regiões e até com outro estado, como acontece com o norte de Minas Gerais.

Vitória da Conquista também se caracteriza como uma cidade de intensa movimentação no setor de minerais, principalmente aqueles de uso imediato na construção civil. A cidade está situada em um platô, cujas eras geológicas a favoreceram com um subsolo abastecido de diversos minerais, entre os quais merecem notoriedade: a dolomita, o gnaiss, a areia e a argila. Atualmente destaca-se também a exploração de bentonita, no distrito de Pradoso, a aproximadamente 21 km da sede do município, que é responsável por grandes impactos sobre a economia, meio ambiente e a dinâmica de logística local.

A construção do novo aeroporto se apresenta como um dos fatores externos de grande potencial de repercussão na organização territorial. Mesmo representando um antigo sonho dos gestores municipais, a materialização desse sonho dependeu de decisões exógenas ao município, e a maturação desse equipamento e dos serviços a ele atrelados irá impulsionar substancialmente a economia local e regional, devido ao crescimento do comércio, especialmente o e-commerce que requer uma logística de porta a porta.

Na maioria dos casos, a contribuição da administração municipal por si só já relevante se manter funcionando os serviços básicos locais segurança, saúde e educação. O atendimento relativamente satisfatório de alguns dos serviços básicos coloca o Município em condições de vislumbrar um futuro alvissareiro no que diz respeito às condições de vida e vitalidade econômica.

Os fatores antes relacionados, atinentes ao planejamento e gestão do uso e ocupação do solo na sua relação com o saneamento básico mantêm-se atualmente, manifestados na incapacidade da administração municipal de assistir a população periférica adequadamente, sobretudo aquelas que residem em localidades rurais. Há necessidade de intensificar ações conjuntas do município e da concessionária com objetivo de coibir/eliminar lançamentos clandestinos de esgoto bruto, bem como incentivar/promover a ligação predial das habitações de locais onde a rede coletora já existe.

Quanto a resíduos sólidos, a dinâmica do território influencia sua geração e manejo. O aumento da população, o desenvolvimento da economia, o avanço da industrialização e a cultura do consumo “descartável” são fatores que influenciam diretamente na geração de resíduos nas cidades brasileiras.

Em Vitória da Conquista todos os fatores mencionados ocorrem e contribuem para o aumento da produção de resíduos a cada ano. No período intercensitário de 1970 a 2010 a população urbana cresceu a uma taxa média de 3% ao ano, a população flutuante pode chegar a 40 mil em dias de pico (BRITO, 2013), o PIB per capita cresceu 7,2% de 2015 para 2016, e a arrecadação do setor industrial cresceu 13,9% no mesmo período, segundo dados do IBGE. Somado a isso, o aumento do consumo de embalagens plásticas, materiais descartáveis e a obsolescência de curto prazo dos eletrônicos contribui para o aumento do volume de resíduos gerados. Esses fatores fizeram com que a quantidade de resíduos domiciliares e públicos coletados por entes públicos e crescesse cerca de 2% ao ano entre 2013 e 2019, de acordo com dados do SNIS. Diferente do que ocorre no Brasil, esse dado mostra que em Vitória da Conquista a taxa de crescimento da produção de lixo é menor que a taxa de crescimento populacional.

Além dos fatores relacionados à produção de resíduos sólidos mencionados no item anterior, que continuam influenciando atualmente, a visão das políticas públicas e a conscientização da população quanto a esse setor também podem influenciar.

O Aterro sanitário de Vitória da Conquista, construído em 2009, fez com que o município se adequasse, antecipadamente, ao que prevê a Política Nacional de Resíduos Sólidos, instituída pela Lei nº 12.305/2010 que proíbe a formação de lixões a céu aberto. Isso já indica a preocupação do município com a problemática do lixo, sentimento que tende a permanecer após lei federal e fiscalização do ministério público.

Outro fator a se considerar é o aumento da preocupação mundial com a questão dos resíduos sólidos. A ampla divulgação de imagens e informações sensibilizou algumas pessoas a incentivarem e praticarem a redução de resíduos, além de apoiar e aderir a coleta seletiva e iniciativas de reciclagem.

4.2. ANÁLISE DE VARIÁVEIS SIGNIFICATIVAS

As variáveis significativas são aquelas capazes de revelar as questões candentes da problemática urbana de Vitória da Conquista. Quando correlacionadas permitem identificar fenômenos e compreender processos revelando relações de causalidade. Também permitem inferir relações de dependência e identificar as variáveis independentes e intervenientes.

Para o tema do meio ambiente as variáveis destacadas estão relacionadas aos elementos ou subtemas que são intrínsecos ao mesmo, como os recursos hídricos, a cobertura

vegetal, a geologia, geomorfologia e o clima; e também as atividades antrópicas que estão relacionadas ao tema, como as atividades agrosilvopastoris, o extrativismo (mineral e vegetal), entre outras.

A partir disso, podemos identificar como variáveis relevantes o estado de conservação e as dinâmicas de cobertura vegetal no território, de áreas de proteção e unidades de conservação, em função de variáveis como o desmatamento e a supressão da vegetação, expansão urbana, a formação de mosaicos, entre outros. Para os recursos hídricos considera-se o estado de conservação dos mesmos, com base em análise de variáveis como desmatamento de matas ciliares, contaminação, sobrecarga etc.

Nos estudos de morfologia, uso e ocupação do solo, espaços públicos e estrutura viária e aspectos da mobilidade urbana algumas variáveis se destacaram pela capacidade de interferência na dinâmica urbana e na organização espacial da cidade. Reportam-se sobretudo à polarização regional, à baixa densidade apurada que torna onerosa a gestão do espaço urbano, à mobilidade, com o congestionamento na cidade e insuficiente atendimento para as vilas e povoados rurais, aos espaços públicos, sua distribuição e qualidade, à precariedade urbanística e de moradia em algumas áreas da cidade, dentre outras.

Os estudos da infraestrutura mostram variáveis significativas relacionadas aos quatro componentes do saneamento. No abastecimento de água a disponibilidade de água e um prognóstico de insuficiência hídrica chama a atenção, enquanto no quesito esgotamento sanitário destaca-se a cobertura do serviço. Na área de resíduos sólidos as variáveis significativas reportam-se à quantidade de resíduos que chega ao aterro sanitário e ao eventual ainda baixo de resíduos reciclados. Questões de drenagem são críticas na cidade, evidenciada no destaque de variáveis como a ocorrência de alagamentos, cobertura dos serviços, dentre outras.

Do Quadro 35 ao Quadro 37 são apresentadas as hipóteses de comportamento das variáveis significativas identificadas nos estudos.

Quadro 34 - Variáveis significativas relacionadas à Socioeconomia

VARIÁVEL	RELEVÂNCIA (1 A 5) 1 – MENOS RELEVANTE 5 – MAIS RELEVANTE	HIPÓTESE DE COMPORTAMENTO 1	HIPÓTESE DE COMPORTAMENTO 2	HIPÓTESE DE COMPORTAMENTO 3
ENVELHECIMENTO DA POPULAÇÃO	3	CRESCIMENTO DO NÚMERO DE IDOSOS EXIGE ATENDIMENTO GERIÁTRICO	INCREMENTO DA CAPACIDADE DE ATENDIMENTO DO SERVIÇO DE ATENDIMENTO GERIÁTRICO	INCAPACIDADE DE ATENDER A DEMANDA POR SERVIÇO GERIÁTRICO
CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO	3	AUMENTO DA DEMANDA DE DOMICÍLIOS PERMANENTES	CRESCIMENTO INFERIOR AO PREVISTO	ESTAGNAÇÃO DO CRESCIMENTO POPULACIONAL
ESGOTAMENTO SANITÁRIO	5	PLANSAB EXIGE UNIVERSALIZAÇÃO EM 2033	EXECUTAR 50% DO NECESSÁRIO PARA A UNIVERSALIZAÇÃO	EXECUTAR MENOS DE 25% DO NECESSÁRIO PARA A UNIVERSALIZAÇÃO
SEGURANÇA HÍDRICA	5	GARANTIR A SEGURANÇA HÍDRICA DO MUNICÍPIO EM TEMPO INTEGRAL	GARANTIR PARCIALMENTE A SEGURANÇA HÍDRICA DO MUNICÍPIO	INCAPACIDADE DE GARANTIR A SEGURANÇA HÍDRICA DO MUNICÍPIO
POLÍTICA	3	GARANTIR A EXECUÇÃO DAS AÇÕES PREVISTAS NO PLANO	GARANTIR A EXECUÇÃO DAS PRINCIPAIS AÇÕES PREVISTAS NO PLANO	GARANTIR A EXECUÇÃO DE UM MÍNIMO DE AÇÕES PREVISTAS NO PLANO

VARIÁVEL	RELEVÂNCIA (1 A 5) 1 – MENOS RELEVANTE 5 – MAIS RELEVANTE	HIPÓTESE DE COMPORTAMENTO 1	HIPÓTESE DE COMPORTAMENTO 2	HIPÓTESE DE COMPORTAMENTO 3
INFRAESTRU TURA	4	PROMOVER O CRESCIMENTO DO MUNICÍPIO COMO UM IMPORTANTE POLO REGIONAL, COMO ENTRONCAMENTO RODOVIÁRIO E CENTRO LOGÍSTICO	MANTER O MUNICÍPIO COMO UM IMPORTANTE POLO REGIONAL, COMO ENTRONCAMENTO RODOVIÁRIO E CENTRO LOGÍSTICO	ASSEGURAR QUE AS PRINCIPAIS AÇÕES DE MELHORIA DA INFRAESTRUTURA DO MUNICÍPIO SEJAM EXECUTADAS
EDUCACION AL	5	ELEVAR A QUALIDADE DA EDUCAÇÃO BÁSICA E PROFISSIONAL PARA ATENDER A DEMANDA DA ECONOMIA, EM NÍVEL EQUIVALENTE À IMPORTÂNCIA DO MUNICÍPIO	COLOCAR A QUALIDADE DA EDUCAÇÃO BÁSICA E PROFISSIONAL PARA COLOCAR O MUNICÍPIO ENTRE OS CINCO MELHORES NESTE QUESITO	ASSEGURAR QUE A QUALIDADE DA EDUCAÇÃO BÁSICA E PROFISSIONAL NO MUNICÍPIO SEJA MANTIDA

Quadro 35 - Variáveis significativas relacionadas ao Meio Ambiente

VARIÁVEL	RELEVÂNCIA (1 A 5) 1 – MENOS RELEVANTE 5 – MAIS RELEVANTE	HIPÓTESE DE COMPORTAMENTO 1	HIPÓTESE DE COMPORTAMENTO 2	HIPÓTESE DE COMPORTAMENTO 3
COBERTURA VEGETAL	5	MANTER A CULTURA / OCUPAÇÃO E USO DA TERRA COM SUPRESSÃO GENERALIZADA DA COBERTURA VEGETAL MESMO EM APP COMO REFLETE OS CENÁRIOS ANALISADOS E ESTADOS DE DEGRADAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS POR PERDA DE BIODIVERSIDADE, DEGRADAÇÃO DE SOLOS, RIOS, NASCENTES, CORPOS HÍDRICOS, INTENSIFICAÇÃO DE EFEITOS DE ILHAS DE CALOR E PERDAS DE QUALIDADE AMBIENTAL NOS TECIDOS URBANOS.	IMPLEMENTAR POLÍTICA PÚBLICA INOVADORA EFICAZ, QUE, COM MECANISMOS E INSTRUMENTOS DE COMANDO, CONTROLE E ASSISTÊNCIA TÉCNICA FOMENTE TRANSIÇÃO PARA NOVA CULTURA DE ORDENAMENTO NA OCUPAÇÃO E USOS DO SOLO, A DOÇÃO DE BOAS PRÁTICAS DE MANEJO CONSERVACIONISTA E DE ARRANJOS PRODUTIVOS BASEADOS E INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL E ECONÔMICA, INCREMENTAR ÁREAS VERDES NO TECIDO URBANO, COM AÇÕES E METAS DE CURTO, MÉDIO E LONGO PRAZO.	CENÁRIO DESENHADO DESEJADO DE MATERIALIZAR NO TERRITÓRIO NOVO MOSAICO DE OCUPAÇÃO ORDENADA DOS USOS DA TERRA COM ADOÇÃO DE ARRANJOS SÓCIO PRODUTIVOS SUSTENTÁVEIS AFERIDOS POR INDICADORES VALIDADOS COM VARIÁVEIS E PARÂMETROS DE QUE REFLITAM SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL, EFICIÊNCIA ECONÔMICA E FUNÇÃO SOCIAL DESEJADA DO USO DA TERRA, IMPLANTADAS DIRETRIZES NO CADASTRO AMBIENTAL RURAL. NO TECIDO URBANO MITIGADOS DE IMPACTOS NEGATIVOS QUE CONFLITAM COM OS OBJETIVOS COLIMADO NO ESTATUTO DA CIDADE E PARADIGMAS DO DIREITO A CIDADE, COM ESPAÇOS PÚBLICOS E SERVIÇOS DE QUALIDADE AOS USUÁRIOS DO TECIDO URBANO.
CONSERVAÇÃO DE MANANCIAIS HÍDRICOS	5	MANTER O PADRÃO DE OCUPAÇÃO E USO DA TERRA NA FORMA CONVENCIONAL PRATICADO NA REGIÃO COM SUPRESSÃO GENERALIZADA DE VEGETAÇÃO EM ÁREAS DE APP DE RIOS, TOPO DE MORO, ÁREAS DE RECARGA, COM IMPACTOS SOBRE A QUANTIDADE E QUALIDADE DA ÁGUA, A SEGURANÇA HÍDRICA, PELA DEGRADAÇÃO DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS. NO TECIDO URBANO, FALTA DE UNIVERSALIZAÇÃO DO SANEAMENTO QUE AFETA A QUALIDADE DOS MANANCIAIS COMO A DEGRADAÇÃO	IMPLEMENTAR POLÍTICA PÚBLICA EFICAZ DIRIGIDA A CONSERVAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS TENDO AS REFERÊNCIA PARA AÇÕES DE GESTÃO E CONSERVAÇÃO AS BACIAS HIDROGRÁFICAS ENQUANTO UNIDADE DE PAISAGEM PRODUTORA DE ÁGUAS A SEREM CONSERVADAS PELA ADOÇÃO DE MECANISMOS E INSTRUMENTOS DE COMANDO, CONTROLE PARA MITIGAR O PROCESSO DE DEGRADAÇÃO INSTALADO E IMPLEMENTAÇÃO DE PRÁTICAS ADOÇÃO DE BOAS PRÁTICAS VALIDADAS DE MANEJO E CONSERVAÇÃO DO	CENÁRIO DESEJADO AJUSTAR O MODELO DEGRADADOR PRATICADO A UM MODELO E CULTURA DE USOS, OCUPAÇÃO DO SOLO E MANEJOS INTEGRADO DA VEGETAÇÃO, SOLOS, CORPOS HÍDRICOS QUE MITIGUE IMPACTOS NAS BACIAS HIDROGRÁFICAS E CORPOS HÍDRICOS ASSOCIADOS, PROTEGENDO E PRESERVANDO A QUALIDADE E QUANTIDADE DOS RECURSOS HÍDRICOS.

VARIÁVEL	RELEVÂNCIA (1 A 5) 1 – MENOS RELEVANTE 5 – MAIS RELEVANTE	HIPÓTESE DE COMPORTAMENTO 1	HIPÓTESE DE COMPORTAMENTO 2	HIPÓTESE DE COMPORTAMENTO 3
		DOS RIOS URBANOS A EXEMPLO DO VERRUGA.	SOLOS E DA ÁGUA, COM METAS E AÇÕES DE CURTO, MÉDIO E LONGO PRAZO.	
CONSERVAÇÃO DO SOLO	4	MANUTENÇÃO DO PADRÃO DE OCUPAÇÃO, USO E MANEJO DOS SOLOS QUE REFLETE NO ESTADO DE DEGRADAÇÃO GRADATIVO SOLO, EM SUA QUALIDADE / ASPECTOS FÍSICO, QUÍMICO E BIOLÓGICO ENQUANTO RECURSO SUPORTE PARA A PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA, SEM ADOÇÃO DE BOAS PRÁTICAS VALIDADAS DE MANEJO E CONSERVAÇÃO DE SOLOS, PRAD. COMO TAMBÉM, PROCESSOS DE DEGRADAÇÃO DA TERRA OCORRENTES NOS ESPAÇOS URBANOS E PERIURBANOS.	IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICA PÚBLICA DE MANEJO E CONSERVAÇÃO DO SOLO QUE CAPACITE E FOMENTE PARA ADOÇÃO DE BOAS PRÁTICAS VALIDADAS QUE COÍBA PROCESSOS DE DEGRADAÇÃO DO SOLO, A IMPLEMENTAÇÃO DOS CUMPRIMENTOS DE PASSIVOS DIAGNOSTICADOS NO CADASTRO AMBIENTAL RURAL. IMPLEMENTAÇÃO DE PRAD	CENÁRIO DESEJADO QUE AJUSTA O MODELO DEGRADADOR PRATICADO A UM MODELO E CULTURA DE USOS, OCUPAÇÃO DO SOLO COM ADOÇÃO DE BOAS PRÁTICAS AGRÍCOLAS VALIDADAS DE MANEJO E CONSERVAÇÃO SOLOS COM BOA REPERCUSSÃO SOBRE OS RECURSOS HÍDRICOS E DINÂMICA HIDROAMBIENTAL DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS REFLETIDAS NA QUALIDADE E QUANTIDADE DOS RECURSOS HÍDRICOS.
PRESERVAÇÃO DE APP'S	5	MANUTENÇÃO E INTENSIFICAÇÃO DO MODELO DE OCUPAÇÃO DESORDENADA QUE VEM OCUPANDO E DEGRADANDO RECURSOS NATURAIS VEGETAÇÃO, SOLOS, AFETANDO A DINÂMICA HIDROAMBIENTAL DOS CORPOS HÍDRICOS.	IMPLEMENTAR POLÍTICA DE PRESERVAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO AMBIENTAL DE ÁREAS DEGRADADAS CONSIDERANDO OS MECANISMOS DE CONTROLE, CONSCIENTIZAÇÃO, USAR CADASTRO AMBIENTAL RURAL COMO INSTRUMENTO E DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO URBANO.	CENÁRIO DESEJADO DE TER COIBIDA A PRÁTICA DE OCUPAÇÃO DE APP, A REQUALIFICAÇÃO DE ÁREAS DE APP DEGRADADAS.
PRESERVAÇÃO DE UC'S	5	MANUTENÇÃO DO ATUAL ESTADO DE CONSERVAÇÃO DAS UC, SEM TENDÊNCIA MELHORIAS OU RETROCESSO, SEM PLANO DE MANEJO.	IMPLEMENTAR POLÍTICA DE MANUTENÇÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO COM PLANOS DE MANEJO QUE GARANTAM EFETIVA PRESERVAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO DESSES ESPAÇOS.	CENÁRIO DESEJADO MANter E EXPANDIR UNIDADES DE CONSERVAÇÃO COM ADEQUADOS PLANOS DE MANEJO E INOVAÇÃO COM MODELAGEM PARA IMPLEMENTAR POLÍTICAS DE PAGAMENTO POR SERVIÇOS AMBIENTAIS- PSA NO MUNICÍPIO.
ÁREAS VERDES URBANAS	4	PERMANÊNCIA DA PRÁTICA DE SUPRESSÃO DE ÁREAS VERDES E FALTA DE PROJETO PAISAGÍSTICO COM ESPÉCIES ADEQUADAS, PERMANECENDO PARCIALMENTE	IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICA AMBIENTAL DE ARBORIZAÇÃO ADEQUADA INCORPORANDO MAIS VERDE AO TECIDO URBANO COMO SERVIÇO AMBIENTAL URBANO PELA	CENÁRIO DESEJADO DE TER IMPLEMENTADO PROGRAMA E AÇÕES DE CURTO, MÉDIO E LONGO PRAZO PROJETO DE ARBORIZAÇÃO E PAISAGISMO NO TORNANDO

VARIÁVEL	RELEVÂNCIA (1 A 5) 1 – MENOS RELEVANTE 5 – MAIS RELEVANTE	HIPÓTESE DE COMPORTAMENTO 1	HIPÓTESE DE COMPORTAMENTO 2	HIPÓTESE DE COMPORTAMENTO 3
		PRESERVADAS APENAS AS ÁREAS DE PARQUE E AS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO, VERDE DE EM ALGUNS ESPAÇOS PÚBLICOS JARDINS	FUNÇÃO DE QUALIDADE PAISAGISTA E EFEITOS DA VEGETAÇÃO NO CONFORTO TÉRMICO DISSIPANDO ILHAS DE CALOR NA CIDADE COM MANUTENÇÃO APLICAÇÃO DE ÁREAS VERDES URBANAS EM TODO TECIDO URBANO.	DESTACANDO COMO DOS TECIDOS URBANO MAIS VERDE DA BAHIA E BRASIL
ESTRADAS VICINAIS	4	MANTER A FORMA DE MANEJO DA MALHA DE ESTRADAS VICINAIS QUE RESULTA ESTADO DE PRECARIIDADE GERAL, COM MELHORIAS POR PAROLAMENTOS PONTUAIS, TEMPORÁRIAS BAIXA RELAÇÃO CUSTOS / BENEFÍCIOS PARA USUÁRIOS E ERÁRIO.	MUDANÇAS NA FORMA DE MANUTENÇÃO E CONSTRUÇÃO DAS VIAS, INOVANDO COM ADOÇÃO DE AJUSTES NO TRAÇADO, INCORPORAÇÃO DE SISTEMA DE DRENAGEM DAS ÁGUAS PLUVIAIS VALIDADO E PRECONIZADO PELO PROGRAMA PRODUTOR DE ÁGUA PELA ANA, MODELO DE MALHAS SUSTENTÁVEIS E RESILIENTES, DIMINUINDO GRADATIVAMENTE PROBLEMAS RELATIVOS A MOBILIDADE E DESCARGAS DE SEDIMENTOS EM CORPOS HÍDRICOS.	CENÁRIO DESEJADO O MUNICÍPIO TER MALHA DE ESTRADAS VICINAIS AJUSTADA A UM MODELO DE TRAÇADO RESILIENTE VALIDADO PELA ANA QUE GARANTE PLENAS CONDIÇÕES DE MOBILIDADE DURANTE TODO ANO SERVIDO COMO EQUIPAMENTO DE MOBILIDADE E DE APORTE DE ÁGUA DE RECARGA, EVITADO TRANSPORTAR E DEPOSITAR ELEVADAS CARGAS DE SEDIMENTOS ASSOREADO NASCENTES E CORPOS HÍDRICOS. REDUÇÃO SIGNIFICATIVA DE CUSTOS COM FREQUENTES E POUCO EFICAZES OPERAÇÕES DE PATROLAMENTOS.
ÁREAS DEGRADAS, DESERTIFICADAS E ERODIDAS	4	PERMANECER COM A ADOÇÃO DE FORMAS E PRÁTICAS DE OCUPAÇÃO E USOS DESORDENADAS DO SOLO SEM ADOÇÃO DE BOAS PRÁTICAS AGRÍCOLAS DE MANEJO E CONSERVAÇÃO DE SOLOS QUE VEM DISPARANDO PROCESSOS DE DEGRADAÇÃO DOS SOLOS, EROÇÃO, PODENDO LEVAR DE DESERTIFICAÇÃO.	IMPLEMENTAR UM PROGRAMA DE MANEJO INTEGRADO SUSTENTÁVEL E RECUPERAÇÃO DE SOLOS DEGRADADOS ATRAVÉS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA COM FOMENTO DE ADOÇÃO DE BOAS PRÁTICAS AGRÍCOLAS E ORDENAMENTO ADEQUADO DA OCUPAÇÃO E USO DO SOLO SEGUNDO CLASSES DE CAPACIDADE DE USO.	CENÁRIO DESEJANDO DE TER IMPLEMENTADO UM MODELO DE OCUPAÇÃO, USOS E MANEJO DOS SOLOS EM SISTEMAS SUSTENTÁVEL, RESILIENTE DE PROCESSOS DE DEGRADAÇÃO, PRESERVANDO OS RECURSOS NATURAIS SOLO, BIODIVERSIDADE, RECURSOS HÍDRICOS.
PASSIVOS AMBIENTAIS EM ÁREA DE EXTRATIVISMO MINERAL	4	CONTINUAR COM OS PROCEDIMENTOS DE LICENCIAMENTO E MONITORAMENTO DE PASSIVOS AMBIENTAIS GERADOS PELAS ATIVIDADES DE MINERAÇÃO SEM FISCALIZADO POR PARTE DE ÓRGÃO	IMPLEMENTAR PLANO DE ORDENAMENTO DE ATIVIDADES DE MINERAÇÃO SUSTENTÁVEL, RECUPERAÇÃO PARCIAL DE PASSIVOS AMBIENTAIS POR IMPLEMENTAÇÃO ADEQUADA DE	CENÁRIO DESEJANDO PÓS IMPLEMENTAÇÃO DE PLANO DE ORDENAMENTO DE ATIVIDADES DE MINERAÇÃO COM CUMPRIMENTO DE PASSIVOS, IMPLEMENTAÇÃO DAS MEDIDAS MITIGADORAS,

VARIÁVEL	RELEVÂNCIA (1 A 5) 1 – MENOS RELEVANTE 5 – MAIS RELEVANTE	HIPÓTESE DE COMPORTAMENTO 1	HIPÓTESE DE COMPORTAMENTO 2	HIPÓTESE DE COMPORTAMENTO 3
		RESPONSÁVEIS PELA IMPLANTAÇÃO DE PRAD, COM PASSIVOS AMBIENTAIS ACUMULADOS E SUAS REPERCUSSÕES NA QUALIDADE AMBIENTAL.	PRAD, TAC PARA CUMPRIMENTO DE CONDICIONANTES AMBIENTAIS E MEDIDAS MITIGADORAS PREVISTAS NO LICENCIAMENTO.	MONITORAMENTO E ATUALIZAÇÕES DE LICENÇAS DE OPERAÇÃO MANTENDO E AMPLIANDO A ATIVIDADE DE MINERAÇÃO EM MODELO SUSTENTÁVEL APLICANDO TAMBÉM PARADIGMAS DA ECONOMIA CIRCULAR.
CONTAMINAÇÃO POR EFLUENTES CONTAMINADOS	5	MANUTENÇÃO DA SITUAÇÃO DE FALTA DE IMPLEMENTAÇÃO DE PLANO E POLÍTICA PARA UNIVERSALIZAÇÃO DO SANEAMENTO COM DIMINUIÇÃO GRADUAL DE PROBLEMAS DE CONTAMINAÇÃO POR ESGOTO E DISPOSIÇÃO INADEQUADA RESÍDUOS.	ELABORAR E IMPLEMENTAR PLANO DE SANEAMENTO BÁSICO NO MUNICÍPIO DESENHADO PARA UNIVERSALIZAR OS SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO NO MUNICÍPIO.	CENÁRIO DESEJADO COM A UNIVERSALIZAÇÃO DE SERVIÇOS COLETA E TRATAMENTO DE ESGOTO, RECICLAGEM E DISPOSIÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS, REVITALIZAÇÃO DE RIOS E INSTALAÇÃO DE SISTEMA DE MONITORAMENTO DA QUALIDADE DAS ÁGUAS SUPERFICIAL E SUBTERRÂNEA DO MUNICÍPIO.
DEPOSIÇÃO E ACÚMULO DE RESÍDUOS	4	MANUTENÇÃO DA SITUAÇÃO DE FALTA DE IMPLEMENTAÇÃO DE PLANO E POLÍTICA PARA UNIVERSALIZAÇÃO DO SANEAMENTO COM DIMINUIÇÃO GRADUAL DE PROBLEMAS DE CONTAMINAÇÃO POR ESGOTO E DISPOSIÇÃO INADEQUADA RESÍDUOS.	ELABORAR E IMPLEMENTAR PLANO DE SANEAMENTO BÁSICO NO MUNICÍPIO DESENHADO PARA UNIVERSALIZAR OS SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO NO MUNICÍPIO.	CENÁRIO DESEJADO COM A UNIVERSALIZAÇÃO DE SERVIÇOS COLETA E TRATAMENTO DE ESGOTO, RECICLAGEM E DISPOSIÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS, REVITALIZAÇÃO DE RIOS E INSTALAÇÃO DE SISTEMA DE MONITORAMENTO DA QUALIDADE DAS ÁGUAS SUPERFICIAL E SUBTERRÂNEA DO MUNICÍPIO.

Quadro 36 - Variáveis significativas relacionadas à Estrutura Espacial e Dinâmica Urbana

VARIÁVEL	RELEVÂNCIA (1 A 5) 1 – MENOS RELEVANTE 5 – MAIS RELEVANTE	HIPÓTESE DE COMPORTAMENTO 1	HIPÓTESE DE COMPORTAMENTO 2	HIPÓTESE DE COMPORTAMENTO 3	HIPÓTESE DE COMPORTAMENTO 4	HIPÓTESE DE COMPORTAMENTO 5
QUANTIDADE DE POPULAÇÃO POLARIZADA	2	AUMENTO DA POPULAÇÃO POLARIZADA SEM INVESTIMENTO NA ECONOMIA LOCAL	AUMENTO DA POPULAÇÃO POLARIZADA COM INVESTIMENTO NA ECONOMIA LOCAL	REDUÇÃO DA POPULAÇÃO POLARIZADA SEM INVESTIMENTO NA ECONOMIA LOCAL	REDUÇÃO DA POPULAÇÃO POLARIZADA COM INVESTIMENTO NA ECONOMIA LOCAL	-
ADENSAMENTO DAS TERRAS DENTRO DO ANEL RODOVIÁRIO	5	AUMENTO DO ADENSAMENTO DAS TERRAS DENTRO DO ANEL RODOVIÁRIO CONSIDERANDO A LEGISLAÇÃO URBANÍSTICA	AUMENTO DO ADENSAMENTO DAS TERRAS DENTRO DO ANEL RODOVIÁRIO NÃO CONSIDERANDO A LEGISLAÇÃO URBANÍSTICA	PERMANÊNCIA DA OCUPAÇÃO DIFUSA	-	-
PRODUÇÃO DO MERCADO IMOBILIÁRIO	3	FORTALECIMENTO DO MERCADO IMOBILIÁRIO, UTILIZANDO CORRETAMENTE DA LEGISLAÇÃO URBANÍSTICA	FORTALECIMENTO DO MERCADO IMOBILIÁRIO, NÃO UTILIZANDO CORRETAMENTE DA LEGISLAÇÃO URBANÍSTICA	ENFRAQUECIMENTO DO MERCADO IMOBILIÁRIO	-	-
CAPACIDADE VIÁRIA DO CENTRO TRADICIONAL	4	EXTRAPOLAÇÃO DA CAPACIDADE COM O AUMENTO DO DINAMISMO NO CENTRO TRADICIONAL SEM ORDENAMENTO DO SISTEMA VIÁRIO	RESPEITO À CAPACIDADE COM O AUMENTO DO DINAMISMO NO CENTRO TRADICIONAL COM ORDENAMENTO DO SISTEMA VIÁRIO	SUBUTILIZAÇÃO DA CAPACIDADE COM O ESVAZIAMENTO DO CENTRO TRADICIONAL	-	-
OFERTA DE LINHAS DE ÔNIBUS NA PERIFERIA	5	AUMENTO DA OFERTA DE LINHAS DE ÔNIBUS	PERMANÊNCIA DA OFERTA DE LINHAS DE ÔNIBUS	DIMINUIÇÃO DA OFERTA DE LINHAS DE ÔNIBUS	IMPLANTAÇÃO DE OUTRO MODAL DE TRANSPORTE	-

VARIÁVEL	RELEVÂNCIA (1 A 5) 1 – MENOS RELEVANTE 5 – MAIS RELEVANTE	HIPÓTESE DE COMPORTAMENTO 1	HIPÓTESE DE COMPORTAMENTO 2	HIPÓTESE DE COMPORTAMENTO 3	HIPÓTESE DE COMPORTAMENTO 4	HIPÓTESE DE COMPORTAMENTO 5
FLUXO DE VEÍCULOS EM CAMPINHOS EM FUNÇÃO DO NOVO AEROPORTO	3	AUMENTO DO FLUXO DEVIDO A UTILIZAÇÃO DA VIA INTERNA DE CAMPINHOS COMO ACESSO PRINCIPAL COM AMPLIAÇÃO DA CAPACIDADE VIA E AÇÕES PARA REDUÇÃO DO IMPACTO NA VIZINHANÇA	AUMENTO DO FLUXO DEVIDO A UTILIZAÇÃO DA VIA INTERNA DE CAMPINHOS COMO ACESSO PRINCIPAL SE AMPLIAÇÃO DA CAPACIDADE VIA E SEM AÇÕES PARA REDUÇÃO DO IMPACTO NA VIZINHANÇA	AUMENTO DO FLUXO DEVIDO A UTILIZAÇÃO DA VIA INTERNA DE CAMPINHOS COMO ACESSO SECUNDÁRIO COM AMPLIAÇÃO DA CAPACIDADE VIA E AÇÕES PARA REDUÇÃO DO IMPACTO NA VIZINHANÇA	AUMENTO DO FLUXO DEVIDO A UTILIZAÇÃO DA VIA INTERNA DE CAMPINHOS COMO ACESSO SECUNDÁRIO SEM AMPLIAÇÃO DA CAPACIDADE VIA E SEM AÇÕES PARA REDUÇÃO DO IMPACTO NA VIZINHANÇA	SEM ACESSO AO NOVO AEROPORTO PELO BAIRRO DE CAMPINHOS
PATRIMÔNIO AMBIENTAL NO CENTRO TRADICIONAL	3	PERDA CONTÍNUA DE EXEMPLARES DEVIDO À FALTA DE POLÍTICAS DE PRESERVAÇÃO	DESCONTINUIDADE DA PERDA DE EXEMPLARES A PARTIR DO ENGAJAMENTO DA GESTÃO PÚBLICA	DESCONTINUIDADE DA PERDA E RECUPERAÇÃO DO EXEMPLARES RESTANTES A PARTIR DO ENGAJAMENTO DA GESTÃO PÚBLICA	-	-
SUBCENTROS DE COMÉRCIO E SERVIÇOS	4	ESTÍMULO A DESCENTRALIZAÇÃO ENFRAQUECENDO O CENTRO TRADICIONAL	MANTER A SOBERANIA DO CENTRO TRADICIONAL, PORÉM ESTIMULANDO USO DIVERSIFICADO NOS BAIRROS	TOTAL INVESTIMENTO NO CENTRO ANTIGO PARA REVITALIZAÇÃO E AMPLIAÇÃO DA OFERTA DE COMÉRCIO E SERVIÇO	-	-

VARIÁVEL	RELEVÂNCIA (1 A 5) 1 – MENOS RELEVANTE 5 – MAIS RELEVANTE	HIPÓTESE DE COMPORTAMENTO 1	HIPÓTESE DE COMPORTAMENTO 2	HIPÓTESE DE COMPORTAMENTO 3	HIPÓTESE DE COMPORTAMENTO 4	HIPÓTESE DE COMPORTAMENTO 5
OCUPAÇÕES PRECÁRIAS EM ÁREA IRREGULAR	5	ORGANIZAÇÃO DO QUE JÁ ESTÁ OCUPADO E FISCALIZAÇÃO CONTRA NOVAS OCUPAÇÕES	ORGANIZAÇÃO DO QUE JÁ ESTÁ OCUPADO, PORÉM SEM FISCALIZAÇÃO CONTRA NOVAS OCUPAÇÕES QUE IRÃO AUMENTAR	PERMANÊNCIA DO DESCONTROLE E CRESCIMENTO DA OCUPAÇÃO AVANÇANDO NA SERRA DO PERIPERI	-	-
EFETIVIDADE DA GESTÃO NA APLICAÇÃO DA POLÍTICAS URBANAS	5	PERMANÊNCIA DO MODELO DE GESTÃO ATUAL COM NOVO PDDU APROVADO	PERMANÊNCIA DO MODELO DE GESTÃO ATUAL SEM APROVAÇÃO DO NOVO PDDU	APROVAÇÃO DO NOVO PDDU E CRIAÇÃO/ FORTALECIMENTO DO SETOR RESPONSÁVEL PELA GESTÃO URBANA	-	-
NÚMERO DE ESPAÇOS PÚBLICOS DE QUALIDADE	3	INVESTIMENTO PRIORITÁRIO NOS ESPAÇOS PÚBLICOS DOS BAIRROS CENTRAIS	INVESTIMENTO PRIORITÁRIO NOS ESPAÇOS PÚBLICOS DOS BAIRROS PERIFÉRICOS	PERMANÊNCIA DE FALTA DE INVESTIMENTO EM TODA A CIDADE	-	-

Fonte: Fundação Escola Politécnica da Bahia - FEP (2019).

Quadro 37 - Variáveis significativas relacionadas à Infraestrutura

TEMA/SUBTEMA	VARIÁVEL	RELEVÂNCIA (1 A 5)	HIPÓTESE DE COMPORTAMENTO 1	HIPÓTESE DE COMPORTAMENTO 2	HIPÓTESE DE COMPORTAMENTO 3	HIPÓTESE DE COMPORTAMENTO N
		1 – MENOS RELEVANTE				
		5 – MAIS RELEVANTE				
ABASTECIMENTO DE ÁGUA	COBERTURA DO SERVIÇO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA PELA CONCESSIONÁRIA	5	AUMENTAR E A ÁREA DE COBERTURA ACOMPANHANDO O CRESCIMENTO DO MUNICÍPIO.	AUMENTAR E A ÁREA DE COBERTURA ACOMPANHANDO NUMA TAXA MENOR QUE A DE CRESCIMENTO DA CIDADE.	MANTER A COBERTURA ATUAL ENQUANTO A CIDADE CRESCE.	MELHORAR SERVIÇO APENAS NA SEDE E NÃO NOS DISTRITOS.
	EXISTÊNCIA DE SOLUÇÕES ALTERNATIVAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA	5	AUMENTAR E A ÁREA DE COBERTURA ACOMPANHANDO O CRESCIMENTO DO MUNICÍPIO.	AUMENTAR E A ÁREA DE COBERTURA ACOMPANHANDO NUMA TAXA MENOR QUE A DE CRESCIMENTO DA CIDADE.	MANTER A COBERTURA ATUAL ENQUANTO A CIDADE CRESCE.	MELHORAR SERVIÇO APENAS NA SEDE E NÃO NOS DISTRITOS.
	DISPONIBILIDADE DE ÁGUA	5	CONSTRUÇÃO DA BARRAGEM DE CATOLÉ E INHOIM	CONSTRUÇÃO DA BARRAGEM DE CATOLÉ	CONSTRUÇÃO DA BARRAGEM DE CATOLÉ E DE PEQUENAS BARRAGENS NO PLANALTO DA CONQUISTA	CONSTRUÇÃO DA BARRAGEM DE CATOLÉ
ESGOTAMENTO SANITÁRIO	COBERTURA DO SERVIÇO DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO NA SEDE	5	AUMENTAR E A ÁREA DE COBERTURA ACOMPANHANDO O CRESCIMENTO DO MUNICÍPIO.	AUMENTAR E A ÁREA DE COBERTURA ACOMPANHANDO NUMA TAXA MENOR QUE A DE CRESCIMENTO DA CIDADE.	MANTER A COBERTURA ATUAL ENQUANTO A CIDADE CRESCE.	MELHORAR SERVIÇO APENAS NA SEDE E NÃO NOS DISTRITOS.
	IMPLANTAÇÃO DE SOLUÇÕES DE ECOSSANEAMENTO NOS DISTRITOS E LOCALIDADE RURAIS	4	AUMENTAR E A ÁREA DE COBERTURA ACOMPANHANDO O CRESCIMENTO DO MUNICÍPIO.	AUMENTAR E A ÁREA DE COBERTURA ACOMPANHANDO NUMA TAXA MENOR QUE A DE CRESCIMENTO DA CIDADE.	MANTER A COBERTURA ATUAL ENQUANTO A CIDADE CRESCE.	MELHORAR SERVIÇO APENAS NA SEDE E NÃO NOS DISTRITOS.

	PERCENTUAL DE TRATAMENTO DE ESGOTO	4	AUMENTAR A UMA TAXA INFERIOR AO CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO	AUMENTO DE VOLUME A UMA TAXA MAIOR DO QUE A TAXA DE CRESCIMENTO POPULACIONAL, COMO OCORRE NO PAÍS.	AUMENTO DE VOLUME DEVIDO À MAIOR COBERTURA DA COLETA E DO CRESCIMENTO POPULACIONAL.	ESTAGNAR, MESMO COM O CRESCIMENTO POPULACIONAL
RESÍDUOS SÓLIDOS	COBERTURA DO SERVIÇO DE COLETA DE RESÍDUOS DOMÉSTICOS	5	AUMENTAR E A ÁREA DE COBERTURA ACOMPANHANDO O CRESCIMENTO DA CIDADE.	AUMENTAR E A ÁREA DE COBERTURA ACOMPANHANDO NUMA TAXA MENOR QUE A DE CRESCIMENTO DA CIDADE.	MANTER A COBERTURA ATUAL ENQUANTO A CIDADE CRESCE.	MELHORAR SERVIÇO APENAS NA SEDE E NÃO NOS DISTRITOS.
	COBERTURA DO SERVIÇO DE LIMPEZA PÚBLICA (VARRIÇÃO E CAPINAGEM)	5	AUMENTAR E A ÁREA DE COBERTURA ACOMPANHANDO O CRESCIMENTO DA CIDADE.	AUMENTAR E A ÁREA DE COBERTURA ACOMPANHANDO NUMA TAXA MENOR QUE A DE CRESCIMENTO DA CIDADE.	MANTER A COBERTURA ATUAL ENQUANTO A CIDADE CRESCE.	MELHORAR SERVIÇO APENAS NA SEDE E NÃO NOS DISTRITOS.
	VOLUME DE RESÍDUOS COLETADO	4	CONTINUAR CRESCENDO A UMA TAXA DE 2% A.A ENQUANTO A POPULAÇÃO CRESCE 3% A.A	AUMENTO DE VOLUME A UMA TAXA MAIOR DO QUE A TAXA DE CRESCIMENTO POPULACIONAL, COMO OCORRE NO PAÍS.	AUMENTO DE VOLUME DEVIDO À MAIOR COBERTURA DA COLETA E DO CRESCIMENTO POPULACIONAL.	ESTAGNAR, MESMO COM O CRESCIMENTO POPULACIONAL, DEVIDO À PRÁTICA DE REDUÇÃO.
	VOLUME DE RESÍDUOS DESTINADO AO ATERRO SANITÁRIO	5	AUMENTAR MENOS QUE O AUMENTO POPULACIONAL	AUMENTAR MUITO MAIS DO QUE O AUMENTO POPULACIONAL	ESTAGNAR DEVIDO AO AUMENTO DE RECICLAGEM	DIMINUIR COM O AUMENTO DA RECICLAGEM E COMPOSTAGEM NO MUNICÍPIO
	VOLUME DE RESÍDUOS RECICLADOS.	5	DIMINUIR COM A EXTINÇÃO OU DIMINUIÇÃO DAS INICIATIVAS DE RECICLAGEM	ESTAGNAR SE AS COOPERATIVAS NÃO TIVEREM CONDIÇÕES DE AMPLIAÇÃO.	AUMENTAR RAZOAVELMENTE COM CRIAÇÃO DE MAIS COOPERATIVAS E GALPÕES DE SEPARAÇÃO	SEPARAR TODO MATERIAL RECICLÁVEL QUE IRIA PARA O ATERRO E ENCAMINHÁ-LOS PARA RECICLAGEM
MANEJO E DRENAGEM DE ÁGUAS PLUVIAIS URBANAS	COBERTURA DO SERVIÇO DE DRENAGEM DE ÁGUAS PLUVIAIS	5	AUMENTAR E A ÁREA DE COBERTURA ACOMPANHANDO O CRESCIMENTO DO MUNICÍPIO.	CADASTRO CRITERIOSO DE TODA A REDE DE DRENAGEM PARA IDENTIFICAÇÃO DE ÁREAS DESCOBERTAS.		

	EXISTÊNCIA DE SOLUÇÕES PARA REAPROVEITAMENTO, RETENÇÃO E DETENÇÃO DO ESCOAMENTO SUPERFICIAL	5	AUMENTAR E A ÁREA DE COBERTURA ACOMPANHANDO O CRESCIMENTO DO MUNICÍPIO, ALÉM DE INVESTIMENTOS EM INFRAESTRUTURAS CAPAZES DE SANAR OS PROBLEMAS	COM AUXÍLIO DO PMSB, EXECUTAR PROGRAMAS, PROJETOS E AÇÕES QUE ABORDEM O REAPROVEITAMENTO DOS RECURSOS HÍDRICOS	EXECUTAR MEDIDAS DE ACÚMULO E PRODUÇÃO DE ÁGUA NO PLANALTO DO MUNICÍPIO DE VITÓRIA DA CONQUISTA	
	CONDIÇÕES FÍSICAS DOS EQUIPAMENTOS DE DRENAGEM	4	MONITORAMENTO E MANUTENÇÃO DOS EQUIPAMENTOS	AMPLIAÇÃO DOS SISTEMAS E COMPONENTES A FIM DE EQUACIONAR E MINIMIZAR O VOLUME DEFLUENTE		
	EXISTÊNCIA DE ÁREAS VERDES NA REGIÃO ANALISADA	3	INTENSIFICAR INCENTIVOS RELACIONADOS AO REFLORESTAMENTO E RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS	DELIMITAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DE ÁREAS PROTEGIDAS, EVITANDO A SUPRESSÃO DE VEGETAÇÃO AINDA EXISTENTE		
	CUMPRIMENTO DAS METAS E DIRETRIZES ESTRUTURAIS (PROJETOS) PREVISTAS NO PDDU	3	ANÁLISE E EXECUÇÃO DE METAS PREVISTAS EM PLANOS ANTERIORES	ELABORAÇÃO DE NOVAS PROPOSTAS QUE CONTEMPLAM ANTERIORES NÃO CUMPRIDAS		
	OCORRÊNCIA DE ALAGAMENTOS	5	IDENTIFICAÇÃO DOS PONTOS DE ALAGAMENTOS E DA FREQUÊNCIA COM QUE OCORREM OS EVENTOS	EXECUÇÃO DE SERVIÇOS NO QUE DIZ RESPEITO À IMPLANTAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DA MICRODRENAGEM	AUMENTAR A QUANTIDADE DE BACIAS DE DETENÇÃO/RETENÇÃO, PARA SUAVIZAR O VOLUME ESCOADO E REDUZIR O RISCOS DE EXTRAVASAMENTO NOS SISTEMAS.	

Fonte: Fundação Escola Politécnica da Bahia - FEP (2019)

Quadro 38 - Variáveis significativas relacionadas à Gestão

VARIÁVEL	RELEVÂNCIA (1 A 5)	HIPÓTESE DE COMPORTAMENTO 1	HIPÓTESE DE COMPORTAMENTO 2	HIPÓTESE DE COMPORTAMENTO 3
CUMPRIMENTO DA FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE	5	EXISTÊNCIA DE VAZIOS URBANOS, AUSÊNCIA DE ESPAÇOS PÚBLICOS DE QUALIDADE, SUBUTILIZAÇÃO DE ESPAÇOS E IMÓVEIS	EDIFICAÇÃO DE PARTE DOS VAZIOS URBANOS, AUMENTO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS DE QUALIDADE E UTILIZAÇÃO DE PARTE DOS ESPAÇOS E IMÓVEIS ANTES SUBUTILIZADOS	EDIFICAÇÃO DOS VAZIOS URBANOS E UTILIZAÇÃO DAS ÁREAS E IMÓVEIS SUBUTILIZADOS, PROMOVENDO ESPAÇOS PÚBLICOS ACESSÍVEIS E DE QUALIDADE
RELAÇÃO ENTRE INFRAESTRUTURA DE MOBILIDADE URBANA E DEMANDA	5	PREJUÍZO AO DIREITO DE IR E VIR, INCLUSIVE DO ACESSO AO TRABALHO, SAÚDE E EDUCAÇÃO, ALÉM DE DETERIORAÇÃO DA VIDA CULTURAL DA CIDADE	AUMENTO DA INFRAESTRUTURA DE MOBILIDADE PERMITINDO ACESSO DE PARTE DA POPULAÇÃO AOS DIVERSOS LOCAIS DA CIDADE	INFRAESTRUTURA DE MOBILIDADE COMPATÍVEL COM A DEMANDA DA CIDADE, PERMITINDO PLENO ACESSO À MESMA
RELAÇÃO ENTRE INFRAESTRUTURA DOS SERVIÇOS PÚBLICOS E DEMANDA	5	AUMENTO DAS DOENÇAS E MORTALIDADE E DIMINUIÇÃO DO ACESSO À EDUCAÇÃO	AUMENTO DA INFRAESTRUTURA DESCENTRALIZADA DOS SERVIÇOS PÚBLICOS, IMPACTANDO POSITIVAMENTE A SAÚDE, EDUCAÇÃO E SEGURANÇA LOCAIS	INFRAESTRUTURA DOS SERVIÇOS PÚBLICOS COMPATÍVEL COM A DEMANDA DA CIDADE, PROMOVENDO SAÚDE, EDUCAÇÃO E SEGURANÇA NO MUNICÍPIO
EFICÁCIA E APLICABILIDADE DO PDDU	4	OCUPAÇÃO E USO DESORDENADO DO SOLO E AUSÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO	FISCALIZAÇÃO DAS ÁREAS DE VALOR AMBIENTAL, IMPACTANDO POSITIVAMENTE A QUALIDADE DE VIDA	APLICAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DA POLÍTICA URBANA E IMPLEMENTAÇÃO DAS ALTERNATIVAS INDICADAS NO PLANO, PROMOVENDO QUALIDADE DE VIDA EM TODA A CIDADE
ATUAÇÃO EFETIVA DOS CONSELHOS NA GESTÃO DOS RECURSOS	2	APLICAÇÃO DE RECURSOS SEM PARTICIPAÇÃO POPULAR	ATUAÇÃO EFETIVA APENAS EM ALGUNS CONSELHOS	ATUAÇÃO E INTEGRAÇÃO DOS CONSELHOS MUNICIPAIS, PROMOVENDO UMA GESTÃO PARTICIPATIVA DOS RECURSOS PÚBLICOS

4.3. INTERAÇÕES ENTRE TEMAS E VARIÁVEIS

Do Quadro 39 ao Quadro 49 são apresentadas as interrelações entre as variáveis e aspectos e processos relacionados a outros temas de interesse para o planejamento urbano e estudados na fase de diagnósticos. O exame dessas interações sinaliza de forma sintética a complexidade de alguns processos e situações urbanas que merecem uma abordagem interdisciplinar quando da etapa propositiva. Complementa essa análise o exame da interação entre variáveis apuradas pelos especialistas em seus estudos, observadas as contribuições aportadas nos grupos temáticos do Grupo de Trabalho e Acompanhamento (GTA).

Quadro 39 – Interação variável x tema - Socioeconomia

ASPECTO DESTACADO SOCIOECONOMIA	INTERAÇÃO COM OUTROS TEMAS			
	MEIO AMBIENTE	INFRAESTRUTURA	URBANISMO	GESTÃO
AGRICULTURA EM DECLÍNIO	POLUIÇÃO AMBIENTAL. DEGRADAÇÃO DO SOLO. CONTAMINAÇÃO QUÍMICA. EROSÃO	PERDAS PROVOCADAS POR ESTRADAS EM PÉSSIMO ESTADO. CENTROS DE ABASTECIMENTO INSUFICIENTES. FEIRAS LIVRES DESESTRUTURADAS	ESTRUTURA URBANA DOS POVOADOS INSUFICIENTE PARA SUPORTE AOS AGRICULTORES	FALTA DE POLÍTICAS DE ATER FALTA POLÍTICAS DE ABASTECIMENTO FALTA PLANO PARA VALORIZAR A CAFEICULTURA VALORIZAR A PRODUÇÃO LOCAL DE ALIMENTOS PARA A MERENDA ESCOLAR
INDÚSTRIA FRACA	POLUIÇÃO AMBIENTAL. REJEITOS E EFLUENTES.	DISTRITO INDUSTRIAL SUFOCADO PELA CIDADE. DISTRITO INDUSTRIAL DESCARACTERIZADO. LIMITAÇÃO DE LOGÍSTICA (RODOVIÁRIO)	DESEMPREGO NA ÁREA URBANA	FALTA DE INCENTIVOS PARA INDÚSTRIAS DE ALIMENTOS. USO DO SOLO NO DISTRITO INDUSTRIAL REQUER REGULARIZAÇÃO
SERVIÇOS	GERAM POLUIÇÃO AMBIENTAL	INSEGURANÇA HÍDRICA FREIA EXPANSÃO DOS SERVIÇOS	LOCALIZAÇÃO INADEQUADA DAS UNIDADES NA ÁREA URBANA	NECESSIDADE DE EXPANSÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS. QUALIDADE DOS SERVIÇOS É INSUFICIENTE
SANEAMENTO	RESÍDUOS E EFLUENTES SEM TRATAMENTO DEGRADAM MEIO AMBIENTE	ÁGUA – SUPRIMENTO INSUFICIENTE A MÉDIO E LONGO PRAZOS COMPROMETEM INVESTIMENTOS EM ESGOTAMENTO SANITÁRIO. FALTA DE REGULARIDADE DA COLETA DE LIXO	LEGILAÇÃO OBRIGA UNIVERSALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO	REDE INSUFICIENTE DE ÁGUAS PLUVIAIS COMPROMETE O ESGOTAMENTO. REUTILIZAÇÃO DE MATERIAIS RECICLÁVEIS DIMINUEM A DESTINAÇÃO DOS REJEITOS
EDUCAÇÃO	FALTA DE CONSCIENTIZAÇÃO E EDUCAÇÃO TRAZEM PREJUÍZOS AO MEIO AMBIENTE	FALTA DE EDUCAÇÃO FORMAL LIMITA A MOBILIZAÇÃO PARA DEMANDAR AS INFRAESTRUTURAS NECESSÁRIAS	QUALIDADE DA EDUCAÇÃO É AFETADA POR ASPECTOS URBANÍSTICOS NÃO ADEQUADAMENTE TRATADOS NOS NOVOS PROJETOS	A EDUCAÇÃO SOFRE PREJUÍZOS SEM UMA REDE DE CRECHES QUE ATENDA A DEMANDA. QUALIDADE DO ENSINO FUNDAMENTAL É AFETADA PELA GESTÃO. EDUCAÇÃO É AFETADA PELA GESTÃO DA MERENDA ESCOLAR. MELHORA COM IMPLANTAÇÃO DO TURNO INTEGRAL NAS ESCOLAS
SAÚDE	CLIMA DA CIDADE É FAVORÁVEL	FALTA DE SANEAMENTO BÁSICO AUMENTA A OCORRÊNCIA DE DOENÇAS	PODE SER AFETADA POR ASPECTOS URBANÍSTICOS NOS NOVOS PROJETOS DE SAÚDE	AFETADA PELA REDE INSUFICIENTE DE UNIDADES DE SAÚDE DA FAMÍLIA. DISTRITOS MAIS POPULOSOS REQUEREM UNIDADES DE SAÚDE.

ASPECTO DESTACADO SOCIOECONOMIA	INTERAÇÃO COM OUTROS TEMAS			
	MEIO AMBIENTE	INFRAESTRUTURA	URBANISMO	GESTÃO
MOBILIDADE URBANA	MOBILIDADE INADEQUADA GERA PREJUÍZOS AMBIENTAIS	REDE DE TRANSPORTE NÃO ATENDE A DEMANDA ATUAL NÃO HÁ PROJETOS PARA TRANSPORTE DE MASSA BAIXA PRODUTIVIDADE DO TRABALHO	INADEQUADA ESTRUTURA PARA PEDESTRES E PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS	TRANSPORTE E ACESSIBILIDADE INSUFICIENTES. AUSÊNCIA DE PROJETOS INOVADORES DE MOBILIDADE URBANA.

Fonte: Fundação Escola Politécnica da Bahia - FEP (2019)

Quadro 40 - Interação variável x tema - Comunidades quilombolas

ASPECTO DESTACADO	INTERAÇÃO COM OUTROS TEMAS				
	SOCIOECONOMIA	MEIO AMBIENTE	INFRAESTRUTURA	GESTÃO	URBANISMO
TRANSPORTE PRECÁRIO			POUCOS HORÁRIOS		
ESTRADAS RUINS			FALTA DE MANUTENÇÃO		
SERVIÇO DE SAÚDE DEFICIENTE				<ul style="list-style-type: none"> EQUIPE NÃO É SUFICIENTE NOS DISTRITOS ATENDIMENTO DE EMERGÊNCIA INEXISTENTE NOS DISTRITOS ATENDIMENTO MÓVEL CRIAÇÃO DE CASA DE APOIO PARA PACIENTES NA SEDE 	
FALTA DE ACESSIBILIDADE NOS ESPAÇOS PÚBLICOS					FALTAM RAMPAS DE ACESSO PARQUES SEM ACESSIBILIDADE
PROTEÇÃO AOS AÇUDES		MEDIDAS DE PROTEÇÃO			
AUSÊNCIA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO		SOLUÇÕES ALTERNATIVAS SUSTENTÁVEIS	SOLUÇÕES ALTERNATIVAS SUSTENTÁVEIS		
DESEMPREGO	SEM ESTÍMULO À AGRICULTURA FAMILIAR	GRANDES PRODUTORES UTILIZAM AS TERRAS			

Fonte: Fundação Escola Politécnica da Bahia - FEP (2019)

Quadro 41 - Interação variável x variável - Socioeconomia

INTERAÇÃO ENTRE VARIÁVEIS								
VARIÁVEL/VARIÁVEL	ENVELHECIMENTO DA POPULAÇÃO	CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO	ESGOTAMENTO SANITÁRIO	SEGURANÇA HÍDRICA	POLÍTICA	INFRAESTRUTURA	EDUCACIONAL	PODER DE INFLUÊNCIA
ENVELHECIMENTO DA POPULAÇÃO		DIMINUI A PROPORÇÃO DE JOVENS. 4	POPULAÇÃO ENVELHECIDA É MAIS VULNERÁVEL A EXTERNALIDADES NEGATIVAS DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO INSATISFATÓRIO. 3	SEGURANÇA HÍDRICA CONTRIBUI PARA MELHORAR SAÚDE DA POPULAÇÃO IDOSA, 4	POPULAÇÃO ENVELHECIDA É MAIS VULNERÁVEL E REQUER POLÍTICAS ESPECÍFICAS. 5	NECESSITA MOBILIDADE ESPECÍFICA E MAIS ABRANGENTE, 3	O ANALFABETISMO DOS IDOSOS AUMENTA SEM INVESTIMENTO EM EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL ESPECÍFICA 2	21
CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO	CONTRIBUI PARA AUMENTO DA POPULAÇÃO DE IDOSOS, 3		PRESSIONA A CAPACIDADE DOS SERVIÇOS DE SANEAMENTO. 4	PRESSIONA O AUMENTO DA DEMANDA HÍDRICA. 5	REQUER MAIOR ATENÇÃO COM OFERTA DE SERVIÇOS PÚBLICOS, 2	PRESSIONA A DEMANDA POR INFRAESTRUTURAS BÁSICAS. 4	PRESSIONA A DEMANDA POR SERVIÇOS EDUCACIONAIS. 4	22
ESGOTAMENTO SANITÁRIO	IDOSOS MAIS VULNERÁVEIS À FALTA DE ESGOTAMENTO, 4.	EXPANSÃO DO ESGOTAMENTO DEVE ACOMPANHAR CRESCIMENTO POPULACIONAL ALÉM DE ZERAR PASSIVO, 5		ESGOTAMENTO SANITÁRIO É DIRETAMENTE AFETADO PELA SEGURANÇA HÍDRICA, 4	UMA CLARA DEFINIÇÃO POLÍTICA É ESSENCIAL PARA EXECUÇÃO DO PLANO DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO, 5	IMPLANTAÇÃO DAS INFRAESTRUTURAS COM PLANEJAMENTO ADEQUADO PODE MINIMIZAR CONFLITOS ENTRE DIFERENTES INFRAESTRUTURAS, 4	ESGOTAMENTO SANITÁRIO IMPORTANTE PARA PREVENIR DOENÇAS DE VEICULAÇÃO HÍDRICA. FALTA EDUCAÇÃO AMBIENTAL DESDE O ENSINO FUNDAMENTAL, 3	26
SEGURANÇA HÍDRICA	SEGURANÇA HÍDRICA CONTRIBUI PARA SAÚDE DA POPULAÇÃO IDOSA, 4	SEGURANÇA HÍDRICA GARANTE A SAÚDE DE UMA POPULAÇÃO EM CRESCIMENTO, 4	A SEGURANÇA HÍDRICA É FUNDAMENTAL PARA UNIVERSALIZAÇÃO DO ESGOTAMENTO SANITÁRIO, 4		DECISÕES POLÍTICAS PODEM AFETAR SEGURANÇA HÍDRICA, 4	A SEGURANÇA HÍDRICA DEPENDE DE BONS PROJETOS DE INFRAESTRUTURA, 4	A EDUCAÇÃO AMBIENTAL É IMPORTANTE PARA PREVENIR O DESABASTECIMENTO. SUA IMPORTÂNCIA COMEÇA COM O ENSINO FUNDAMENTAL, 3	23

INTERAÇÃO ENTRE VARIÁVEIS								
VARIÁVEL/VARIÁVEL	ENVELHECIMENTO DA POPULAÇÃO	CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO	ESGOTAMENTO SANITÁRIO	SEGURANÇA HÍDRICA	POLÍTICA	INFRAESTRUTURA	EDUCACIONAL	PODER DE INFLUÊNCIA
POLÍTICA	POPULAÇÃO ENVELHECIDA É MAIS VULNERÁVEL A FALTA DE POLÍTICAS ESPECÍFICAS. 5	REQUER MAIOR ATENÇÃO COM OFERTA DE SERVIÇOS PÚBLICOS, 2	UMA CLARA DEFINIÇÃO POLÍTICA É ESSENCIAL PARA EXECUÇÃO DO PLANO DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO, 5	DECISÕES POLÍTICAS PODEM AFETAR SEGURANÇA HÍDRICA, 4		MELHORIA NA INFRAESTRUTURA DEPENDE DE DECISÕES POLÍTICAS, 4	POLÍTICA PÚBLICA DEVE ESTABELECEER PERÍODO INTEGRAL NO ENSINO FUNDAMENTAL, 5	25
INFRAESTRUTURA	NECESSÁRIO MELHOR MOBILIDADE. 3	PRESSIONA A DEMANDA POR INFRAESTRUTURAS BÁSICAS. 4	PLANEJAMENTO ADEQUADO NA IMPLANTAÇÃO DAS INFRAESTRUTURAS PODE MINIMIZAR CONFLITOS ENTRE DIFERENTES INFRAESTRUTURAS, 4	A SEGURANÇA HÍDRICA DEPENDE DE BONS PROJETOS DE INFRAESTRUTURA, 4	MELHORIA NA INFRAESTRUTURA DEPENDE DE DECISÕES POLÍTICAS, 4		MELHORIAS NA INFRAESTRUTURA MELHORAM A EDUCAÇÃO, 3	22
EDUCACIONAL	REDUZIR O ANALFABETISMO DOS IDOSOS, 2	PRESSIONA A DEMANDA POR SERVIÇOS EDUCACIONAIS. 4	A IMPORTÂNCIA DO ESGOTAMENTO SANITÁRIO PARA PREVENIR DOENÇAS DE VEICULAÇÃO HÍDRICA DEVE ESTAR PRESENTE NA EDUCAÇÃO DESDE O ENSINO FUNDAMENTAL, 3	A SEGURANÇA HÍDRICA É IMPORTANTE PARA PREVENIR DOENÇAS DE VEICULAÇÃO HÍDRICA E DEVE ESTAR PRESENTE NA EDUCAÇÃO DESDE O ENSINO FUNDAMENTAL, 3	POLÍTICA DEVE ESTABELECEER PERÍODO INTEGRAL NO ENSINO FUNDAMENTAL, 5	MELHORIAS NA INFRAESTRUTURA MELHORAM A EDUCAÇÃO, 3		20
GRAU DE DEPENDÊNCIA	20	23	23	24	25	22	20	

Fonte: Adaptado de Godet, 1995; Macroplan, 1996 apud Buarque, 2003.

Quadro 42 - Interação variável x tema – Meio Ambiente

ASPECTO DESTACADO	INTERAÇÃO COM OUTROS TEMAS						
	URBANISMO	INFRAESTRUTURA	GESTÃO	SOCIOECONÔMIA	MEIO AMBIENTE		
					COBERTURA VEGETAL	RECURSOS HÍDRICOS	SOLOS
SUPRESSÃO DE VEGETAÇÃO NA SERRA DO PERIPERI	EXPANSÃO DA OCUPAÇÃO IRREGULAR E URBANIZAÇÃO				INTRODUÇÃO DE ESPÉCIES EXÓTICAS	DEGRADAÇÃO DE MATAS CILIARES DE RIOS E NASCENTES	AUMENTO DA SUSCEPTIBILIDADE A PROCESSOS EROSIVOS
SUPRESSÃO DE VEGETAÇÃO CILIAR DE CORPOS HÍDRICOS	EXPANSÃO DA OCUPAÇÃO IRREGULAR E URBANIZAÇÃO		FALTA DE FISCALIZAÇÃO E PENALIZAÇÃO POR PRÁTICAS IRREGULARES		PLANTIO DE PASTOS E CULTURAS AGRÍCOLAS EM APP'S	DEGRADAÇÃO DO ESTADO DE CONSERVAÇÃO DOS MANANCIAIS	AUMENTO DA SUSCEPTIBILIDADE A PROCESSOS EROSIVOS E ASSOREAMENTOS
SUPRESSÃO DE VEGETAÇÃO EM ÁREAS DE APP	INDICADOR DE EXPANSÃO DESORDENADA IRREGULAR DO TECIDO URBANO		INDICA FALTA DE GESTÃO COM INSTRUMENTOS DE COMANDO E CONTROLE PARA COIBIR A OCUPAÇÃO DESORDENADA IRREGULAR DA OCUPAÇÃO E USOS DO SOLO.	INDICA INSUSTENTABILIDADE SOCIOECONOMICA VEZ QUE A DEGRADAÇÃO AMBIENTAL TEM CUSTO, REDUZ A PRODUTIVIDADE DA TERRA E A DISPOIBILIDADE DOS RECURSOS HÍDRICOS	PERDA DE BIODIVERSIDADE FUNCIONAL ESPECIALIZADA NA PAISAGEM PARA ESTABILIZAR E PRESERVAR ÁREA DE INTERESSE AMBIENTAL VULNERÁVEIS A SOFRER POR PROCESSOS DE DEGRADAÇÃO	SUPRESSÃO DE MATAS CILIARES DE RIOS E NASCENTES, DE APP EM GERAL, FALTA DE RESERVA LEGAL, DEGRADA A DINÂMICA HIDROAMBIENTAL DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS COMPROMETE A QUANTIDADE E QUALIDADE DOS RECURSOS HÍDRICOS (RIOS, LAGOS, AQUIFEROS).	A SUPRESSÃO DE VEGETAÇÃO PELA FUNCIONALIDADE DE INTERCEPTAR AÇÃO EROSIVA DAS CHUVAS E DO ESCOAMENTO AUMENTA A SUSCEPTIBILIDADE A DEGRADAÇÃO DO SOLO POR PROCESSOS EROSIVOS.
	PRIVA CIDADÃO DE ESPAÇOS DE INTERESSE AMBIENTAL PARA MITIGAR ILHAS DE CALOR E QUALIDADE PAISAGEM URBANA				INTRODUÇÃO EM ESCALA DE MONOCULTIVOS DE PASTOS E CULTURAS AGRÍCOLAS, EXÓTICAS EM APP'S.	DEGRADAÇÃO DO ESTADO DE CONSERVAÇÃO DOS MANANCIAIS AFETANDO QUALIDADE E QUALIDADE DOS RECURSOS HÍDRICOS.	AUMENTO DA SUSCEPTIBILIDADE A PROCESSOS DE DEGRADAÇÃO FÍSICA, QUÍMICA, BIOLÓGICA PODENDO CHEGAR A PROCESSO DE DESERTIFICAÇÃO

ASPECTO DESTACADO	INTERAÇÃO COM OUTROS TEMAS						
	URBANISMO	INFRAESTRUTURA	GESTÃO	SOCIOECONÔMIA	MEIO AMBIENTE		
					COBERTURA VEGETAL	RECURSOS HÍDRICOS	SOLOS
DISPOSIÇÃO IRREGULAR DE ESGOTOS E EFLUENTES CONTAMINADOS	FALTA DE UNIVERSALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE SANEAMENTO NOS SÍTIOS URBANOS COM COLETA, TRATAMENTO E LANÇAMENTOS DE EFLUENTES ASSOCIADA COM OCUPAÇÕES URBANAS IRREGULARES.	AUSÊNCIA DE POLÍTICA PÚBLICA EFICAZ DE SANEAMENTO E DE PRESENÇA DE INFRAESTRUTURAS ADEQUADA DE SANEAMENTO	FALTA DE POLÍTICA PÚBLICA COM AÇÕES EFETIVAS DE SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO E FISCALIZAÇÃO POR MECANISMOS DE COMANDO E CONTROLE DE PROTEÇÃO DA SAÚDE PÚBLICA.	EXISTÊNCIA DE FAMÍLIA EM SITUAÇÃO DE POBREZA E SEM ACESSO DE SERVIÇOS BÁSICOS		INSEGURANÇA HÍDRICA POR CONTAMINAÇÃO DE MANANCIAIS HÍDRICOS SUPERFICIAIS E SUBTERRÂNEOS COM REBATIMENTO SOBRE SAÚDE PÚBLICA (DOENÇAS DE VEICULAÇÃO HÍDRICA)	CONTAMINAÇÃO QUÍMICA E BACTERIOLOGICA DO SOLO
DEGRADAÇÃO E EROSÕES DE ESTRADAS VICINAIS	MOBILIDADE PRECÁRIA QUE DIFICULTA AS NECESSÁRIAS RELAÇÕES E DINÂMICA CAMPO X SÍTIO URBANO.	FALTA DE SISTEMAS DE DRENAGEM PLUVIAL	CERCE DE AÇÕES DE POLÍTICA PÚBLICA DE QUALIDADE DA MOBILIDADE RURAL POR ADEQUADA FORMA DE TRAÇADO TÉCNICO E MANEJO E MANUTENÇÃO A EXEMPLO DO MODELO DO PROGRAMA PRODUTOR DE ÁGUA VALIDADO E RECOMENDADO PELA AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUA.	ELEVADOS CUSTOS COM FREQUENTES MANUTENÇÕES DAS VIAS VICINAIS, RISCOS DE ACIDENTES, DEPRECIÇÃO DE VEÍCULOS, MOTOS, DIFICULDADE NO ESCOAMENTO DE PRODUÇÃO.	A COBERTURA VEGETAL NAS FAIXAS DE SERVIDÃO DAS ESTRADAS VICINAIS CONTRIBUEM PARA ESTABILIZAÇÃO DO LEITO DE ROLAMENTO DAS VIAS, DIMINUIÇÃO DE PROCESSOS EROSIVOS E COMO RECEPTORAS DE ÁGUAS PLUVIAIS	ASSOREAMENTO DE NASCENTES E CORPOS HÍDRICOS	PROBLEMAS DE EROSÃO HÍDRICA POR DEGRADAÇÃO DO SOLO AO LONGO DAS FAIXAS DE SERVIDÃO DA MALHA DE VIAS VICINAIS

ASPECTO DESTACADO	INTERAÇÃO COM OUTROS TEMAS						
	URBANISMO	INFRAESTRUTURA	GESTÃO	SOCIOECONÔMIA	MEIO AMBIENTE		
					COBERTURA VEGETAL	RECURSOS HÍDRICOS	SOLOS
DEFICIT DE ÁREAS VERDES URBANAS	SUPRESSÃO DE ÁREAS DE INTERESSE AMBIENTAL EXISTENTES COM FUNCIONALIDADE DE SERVIÇO AMBIENTAL URBANO, POR OCUPAÇÃO E USOS IRREGULAR DA TERRA PARA CONSTRUÇÃO DE LOTEAMENTOS E CONDOMÍNIOS	AUMENTO DE ÁREAS IMPERMEABILIZADAS CONTRIBUINDO PARA INUNDAÇÕES NO SÍTIO URBANO.	FALTA DE AÇÕES DE POLÍTICA PÚBLICA DE CONSCIENTIZAÇÃO, INCENTIVO, REGULAÇÃO FISCALIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA, RESGATAR E ATUALIZAR PROJETO ARBORIZE. DETECTA-SE ALTA DEMANDA DA POPULAÇÃO PELA REMOÇÃO DE ÁRVORES	AFETA QUALIDADE DE VIDA DA POPULAÇÃO E USUÁRIOS DA CIDADE COM TRANSTORNOS CAUSADOS PELA INUNDAÇÕES E DESCONFORTO TÉRMICO QUE PODEM SER MITIGADOS PELA PRESERVAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO DE ÁREAS DE INTERESSE AMBIENTAL COMO RIOS, LAGOS, ÁREAS VERDES POR SUAS FUNCIONALIDADES ENQUANTO SERVIÇOS AMBIENTAL URBANO.	BAIXA DENSIDADE DE ARBORIZAÇÃO /VERDE NO SÍTIO URBANO E PLANTIO DE ESPÉCIES COM CARACTERÍSTICAS INADEQUADAS PARA PAISAGISMO	COMPROMETE A DINÂMICA HIDROAMBIENTAL, QUALIDADE E FUNCIONALIDADE DE RIOS, NASCENTES, LAGOAS INSERIDOS NO TECIDO URBANO.	
DEGRADAÇÃO DE APP'S E UC'S	INDICADOR DE EXPANSÃO DESORDENADA IRREGULAR DO TECIDO URBANO EM CONFLITO COM ATRIBUTOS E FUNCIONALIDADES DOS ESPAÇOS	A SUPRESSÃO DA VEGETAÇÃO EM APP'S E UNIDADES DE CONSERVAÇÃO TEM REBATIMENTO SOBRE O VOLUME DE ÁGUA PRODUZIDA EM PERÍODOS DE CHUVAS INTENSAS IMPACTANDO O SISTEMA DE DRENAGEM	FALTA DE AÇÕES EFETIVAS PARA PRESERVAÇÃO E RECUPERAÇÃO DAS ÁREAS DE PROTEÇÃO E CONSERVAÇÃO - FALTA DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DESSES LOCAIS		SUPRESSÃO DE VEGETAÇÃO	DEGRADAÇÃO E PERDA DE QUALIDADE AMBIENTAL POR IMPACTOS DA ATIVIDADE ANTRÓPICA	

ASPECTO DESTACADO	INTERAÇÃO COM OUTROS TEMAS						
	URBANISMO	INFRAESTRUTURA	GESTÃO	SOCIOECONÔMIA	MEIO AMBIENTE		
					COBERTURA VEGETAL	RECURSOS HÍDRICOS	SOLOS
BAIXA QUALIDADE AMBIENTAL DE LAGOAS E RIOS URBANOS	REFLEXO DO PROCESSO DE OCUPAÇÃO DESORDENADA, IRREGULAR E FALTA DE CONSCIECIA POR PARTE DA GESTÃO PÚBLICA E POPULAÇÃO DA IMPRTANCIA E FUNCIONALIDADE DOS RIOS E LAGOAS COMO ECOINFRAESTUTURAS QUE PRESTAM SERVIÇOS AMBIENTAIS URBANOS, NA DRENAGEM, QUALIDADE PAISAGISTICA, MITIGAÇÃO DE ILHAS DE CALOR, CONFORTO TERMICO, MITIGAÇÃO DE INUNDAÇÕES. REBATIMENTO SOBRE SAUDE PÚBLICA.	TEM RELAÇÃO COM DINÂMICA DA DRENAGEM URBANA COMO ECOINFRAESTRUTURA COM FUNCIONALIDADE PARA ABSORVER E DRENAR VOLUMES DE AGUAS PLUVIAIS MITIGANDO OCORRENCIAS DE INUNDAÇÕES.	A EXEMPLO DO ESTADO HIDROAMBIENTAL DO VERRUGA, LAGOAS, CANAIS DE DRENAGEM RECOMENDA ATENÇÃO DE AÇÕES DE POLÍTICA PÚBLICA AMBIENTAL PARA REQUALIFICAÇÃO E RESGATE FUNCIONALIDADES DOS DOS RIOS E LAGOS URBANOS.	A DEGRADAÇÃO DOS RIOS E LAGOS AFETAM A SEGURNÇA HÍDRICA, TEM REBATIMENTOS SOBRE SAÚDE PÚBLICA E DE SERVIÇOS AMBIENTAIS URBANOS NA DRENGEM, NA REGULAÇÃO DE TEMPERATURA AMBIENTE, DE QUALIDADE DA PAISAGEM, QUALIDADE DE VIDA.	A REQUAIFICAÇÃO HIDROAMBIENTAL DOS RIOS E LAGOAS URBANOS COM O RESGATE DA FUNÇÃO DA COBERTURA VEGETAL APP É REQUISITO IMPORTANTE DE QUALIDADE DE VIDA NO ESPAÇO URBANO CONTEÇÃO DE INDUNADÕES, QUALIDADE PAISAGISTICA, MITIGAÇÃO DE ILHAS DE CALOR.	OS RIOS URBANOS E LAGOAS ESTÃO INSERIDOS EM BACIAS HIGROGRAFICAS, SENDO ASSIM DIRETA E INDIRETMANTE FAZER PARTE PARA CONTRIBUIR COA DISPIBILIDADE HÍDRICA.	

ASPECTO DESTACADO	INTERAÇÃO COM OUTROS TEMAS						
	URBANISMO	INFRAESTRUTURA	GESTÃO	SOCIOECONÔMIA	MEIO AMBIENTE		
					COBERTURA VEGETAL	RECURSOS HÍDRICOS	SOLOS
FRAGMENTAÇÃO E FORMAÇÃO DE MOSAICOS NA COBERTURA VEGETAL DO TERRITÓRIO	PERMITE PERCEBER CONFLITOS DA CULTURA DE OCUPAÇÃO E USOS CONFLITIVOS POR OCUPAÇÃO DESORDENADA NOS ESPAÇOS DE CAMPO E CIDADE COM PERDA DE QUALIDADE AMBIENTAL		FALTA POLITICA PUBLICA COM AÇÕES EFETIVAS PARA COIBIR USOS E OCUPAÇÃO AMBIENTALMENTE CONFLITIVOS FORA DO ZONEMANTO AEOECOLOGICO	TODO PROCESSO DE DEGRADAÇÃO PODE SER VALORADO POR INDICADORES DE PERDAS DE QUALIDADE AMBIENTAL, DE SERVIÇOS AMBIENTAIS, DE PERDA DE PRODUÇÃO DA TERRA, DOS CUSTOS DE PRODUÇÃO E DE CUSOS DE RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS.	PERDA DE BIODIVERSIDADE E FUNCIONALIDADE DA COBERTURA VEGETAL NA PAISAGEM PARA ESTABILIZAR E PRESERVAR ÁREA DE INTERESSE AMBIETAL VULNERAVEIS A SOFRER PORCESSOS DE DEGRADAÇÃO DO SOLO, DOS RECURSOS HÍDRICOS	DEGRADAÇÃO DE MATAS CILIARES E OUTRAS ÁREAS DE APP'S EM BACIAS HIDROGRÁFICAS AUMENTO DA VULNERABILIDADE AMBIENTAL DE MANANCIAS HÍDRICOS EM PERDAS DE QUANTIDADE E QUALIDADE.	SUPRESSÃO GENERALIZADA DE VEGETAÇÃO EXPÕE SOLOS A PORCESSOS EROSIVOS ACELERADOS
UTILIZAÇÃO EXCESSIVA DE AGROTÓXICOS E QUÍMICOS NA AGRICULTURA E PECUÁRIA			FALTA DE GESTÃO E CONTROLE SOBRE O USO EXCESSIVO DE AGROTÓXICOS - FALTA DE INSTRUÇÕES E CAPACITAÇÕES SOBRE FORMAS ALTERNATIVAS E SUSTENTÁVEIS DE MANEJO			CONTAMINAÇÃO DE MANANCIAS HÍDRICOS SUBTERRÂNEOS E SUPERFICIAIS	CONTAMINAÇÃO E DEGRADAÇÃO DO SOLO

ASPECTO DESTACADO	INTERAÇÃO COM OUTROS TEMAS						
	URBANISMO	INFRAESTRUTURA	GESTÃO	SOCIOECONÔMIA	MEIO AMBIENTE		
					COBERTURA VEGETAL	RECURSOS HÍDRICOS	SOLOS
PRÁTICA DE QUEIMADAS			FALTA DE FISCALIZAÇÃO E PENALIZAÇÃO POR PRÁTICAS IRREGULARES - FALTA DE INSTRUÇÕES E CAPACITAÇÕES SOBRE FORMAS ALTERNATIVAS E SUSTENTÁVEIS DE MANEJO		SUPRESSÃO DE VEGETAÇÃO NATIVA COM RISCO DE ALASTRAMENTO E DEVASTAÇÃO DE GRANDES ÁREAS	SUPRESSÃO DE VEGETAÇÃO CILIAR	DEGRADAÇÃO E EXPOSIÇÃO DO SOLO
IMPACTOS E PRESSÕES AMBIENTAIS DE ATIVIDADES DE MINERAÇÃO		TEM RELAÇÃO COM SANEAMENTO POR HAVER, VIA DE REGRA, USO SIGNIFICATIVO DE ÁGUA, GERAÇÃO E EFLUENTES E RESÍDUOS SÓLIDOS DA LAVRA QUE PRECISAM TER TRATAMENTO E DESTINAÇÃO ADEQUADOS	REQUER QUE MUNICÍPIO TENHA EFETIVO PLANO DE GESTÃO E CONTROLE SOBRE ATIVIDADE DE MINERAÇÃO ATRAVÉS DE AÇÕES EFETIVAS DE LICENCIAMENTO, MONITORAMENTO E AÇÕES DE RECUPERAÇÃO E MINIMIZAÇÃO DE IMPACTOS AMBIENTAIS (PRAD)	ATIVIDADE ECONÔMICA RELEVANTE PARA A ECONOMIA LOCAL E REGIONAL	SUPRESSÃO DE VEGETAÇÃO EM ÁREAS DE JAZIDAS, REQUER EXECUÇÃO DE PRAD PARA RECOMPOSIÇÃO E REQUALIFICAÇÃO PAISAGÍSTICA COM REVEGETAÇÃO.	ALTERAÇÃO DA DINÂMICA HÍDRICA EM LOCAIS DE INTERVENÇÃO POR ATIVIDADE MINERADORA, COM PRESSÕES E IMPACTOS DE DIVERSAS ORDENS, COMO: SUPRESSÃO DE VEGETAÇÃO CILIAR, ATERRAMENTO, CONTAMINAÇÃO, ASSOREAMENTO, ETC.	PELA NATUREZA DA ATIVIDADE OCORRE UM DESMONTE DA PAISAGEM AFETANDO SOLOS GERANDO PASSIVO COM NECESSIDADE DE PRAD.
EXPANSÃO DE MONOCULTURAS DE EUCALIPTO					FORMAÇÃO DE "DESERTOS VERDES", COM POUCA BIODIVERSIDADE	SOBRECARGA DE MANANCIAIS HÍDRICOS	DEGRADAÇÃO E EMPOBRECIMENTO DO SOLO POR CONSEQUÊNCIA DA MONOCULTURA

ASPECTO DESTACADO	INTERAÇÃO COM OUTROS TEMAS						
	URBANISMO	INFRAESTRUTURA	GESTÃO	SOCIOECONÔMIA	MEIO AMBIENTE		
					COBERTURA VEGETAL	RECURSOS HÍDRICOS	SOLOS
EXPANSÃO DE ATIVIDADES AGROPECUÁRIA			REQUER AÇÕES DE POLÍTICA PÚBLICAS PARA ESTIMULAR A EFETIVA ADEQUAÇÃO AMBIENTAL DAS PROPRIEDADES RURAIS.	OS ARRANJOS PRODUTIVOS AGROSILVOPASTORIS REPRESENTAM SETOR DE EXPRESIVA IMPROTANCIA SOCIOECONOMICA	SUPRESSÃO DE VEGETAÇÃO PARA PLANTIO DE PASTOS DE CAPIM	SUPRESSÃO DE VEGETAÇÃO CILIAR, CONTAMINAÇÃO E DEGRADAÇÃO DE NASCENTES POR ACESSO DE ANIMAIS, SOBRECARGA DE MANANCIAS POR RETIRADA DE ÁGUA PARA IRRIGAÇÃO	QUANDO BOAS PRÁTICAS DE MANEJO E CONSERVAÇÃO DOS SOLOS NÃO SÃO ADOTADAS PROCESSOS DE DEGRADAÇÃO FÍSICAS (COMPACTAÇÃO, EXPOSIÇÃO E EROSÃO) E QUÍMICA DAS TERRAS SÃO EVIDENTES.
EXPANSÃO DE LOTEAMENTOS E CONDOMÍNIOS		RISCO DE PRESSÃO AMBIENTAL EM LOCAIS SEM INFRAESTRUTURA DE SANEAMENTO	FALTA DE GESTÃO E CONTROLE SOBRE A IMPLANTAÇÃO DE LOTEAMENTOS IRREGULARES - DESCUMPRIMENTO DE LEIS DE RESTRIÇÃO DE USO EM ÁREAS DE PROTEÇÃO		SUPRESSÃO DE VEGETAÇÃO NATIVA NA ÁREA DOS EMPREENDIMENTOS	ALTERAÇÃO DA DINÂMICA HÍDRICA EM LOCAIS DE INTERVENÇÃO POR OBRAS E EMPREENDIMENTOS - ATERRAMENTO E DEGRADAÇÃO DE NASCENTES E CORPOS HÍDRICOS PRÓXIMOS	ALTERAÇÃO DO SOLO POR INTERVENÇÕES CONSTRUTIVAS E POR MUDANÇA NO PADRÃO DE OCUPAÇÃO E USO DO SOLO
AUMENTO DA IMPERMEABILIZAÇÃO DO SOLO URBANO	TENDÊNCIA DE PADRÃO CONSTRUTIVO DE VIAS E MORADIAS COM POUCA PERMEABILIDADE	INEXISTÊNCIA E/OU INEFICIÊNCIA DE SISTEMAS DE DRENAGEM PLUVIAL				DIMINUIÇÃO DA ÁREA SUPERFICIAL PARA INFILTRAÇÃO E RECARGA DE MANANCIAS SUBTERRÂNEOS	AUMENTO DA SUSCEPTIBILIDADE A PROCESSOS DE EROSÃO E LIXIVIAÇÃO HÍDRICA, COM TRANSPORTE DE SEDIMENTOS E RISCO DE ASSOREAMENTO

Fonte: Fundação Escola Politécnica da Bahia - FEP (2019)

Quadro 43 - Interação variável x variável – Meio Ambiente

VARIÁVEL/ VARIÁVEL	DEPOSIÇÃO E ACÚMULO DE RESÍDUOS	DISPOSIÇÃO IRREGULAR DE EFLUENTES CONTAMINADOS	PASSIVOS EM ÁREA DE EXTRATIVISMO MINERAL	DEGRADAÇÃO DO SOLO, POR EXPOSIÇÃO, LIXIVIAÇÃO DESERTIFICAÇÃO E EROSÕES	PRESSÕES E PASSIVOS DE ESTRADAS VICINAIS SOBRE SOLO E CORPOS HÍDRICOS	MANUTENÇÃO DE ÁREAS VERDES URBANAS	PRESSÃO AMBIENTAL EM MANANCIAIS HÍDRICOS	SUPRESSÃO E FRAGMENTAÇÃO DA COBERTURA VEGETAL	PRÁTICAS INADEQUADAS DE MANEJO DO SOLO NA AGRICULTURA	PRESSÕES AMBIENTAIS EM APP'S	PRESSÕES AMBIENTAIS EM UC'S	PRESSÃO AMBIENTAL DE ATIVIDADES AGROSILVOPASTORIS	PROBLEMAS DE ENXURRADAS E IMPERMEABILIZAÇÃO DO SOLO URBANO	EXPANSÃO DE LOTEAMENTOS E CONDOMÍNIOS	PODER DE INFLUÊNCIA
DEPOSIÇÃO E ACÚMULO DE RESÍDUOS			UTILIZAÇÃO DE CAVAS DESATIVADAS PARA DEPOSIÇÃO IRREGULAR DE RESÍDUOS E ESCOMBROS (3)		CARREAMENTO POR ENXURRADA DE RESÍDUOS DEPOSITADOS EM VIAS VICINAIS, COM RISCO DE CONTAMINAÇÃO DE CORPOS HÍDRICOS (4)		DEGRADAÇÃO POR DEPOSIÇÃO DE RESÍDUOS E ESCOMBROS EM ÁREAS DE LAGOS, RIOS E NASCENTES COM RISCO DE ATERRAMENTO (5)			DEPOSIÇÃO DE RESÍDUOS E ESCOMBROS EM ÁREAS DE APP'S (4)	DEPOSIÇÃO DE RESÍDUOS E ESCOMBROS EM ÁREAS DE UC'S (5)	ATIVIDADE AGROSILVOPASTORIL GERA RESÍDUOS DE RECIPIENTES DE PESTICIDAS E INSUMOS QUE SE ACUMULAM NAS PROPRIEDADES E MEIO AMBIENTE. (3)	CARREAMENTO DE RESÍDUOS POR ENXURRADAS, EM CANAIS DE DRENAGEM, COM RISCO DE ENTUPIMENTOS E DISPERSÃO DE RESÍDUOS EM CORPOS HÍDRICOS RECEPTORES (5)	OCASIONAIS PROBLEMAS RELACIONADOS À FALTA DE ACESSO A SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO, COM DESTINAÇÃO E MANEJO INADEQUADO DE RESÍDUOS (4)	30
DISPOSIÇÃO IRREGULAR DE EFLUENTES CONTAMINADOS			PASSIVOS AMBIENTAIS EFLUENTES RESIDUÁRIOS CONTAMINADOS POR ATIVIDADE MINERADORA (4)				PERDA DE QUALIDADE DA ÁGUA POR CONTAMINAÇÃO HÍDRICA, COM RISCO DE EUTROFIZAÇÃO (5)			DEGRADAÇÃO DE APP'S POR DESPEJO DE EFLUENTES CONTAMINADOS (5)	OCUPAÇÃO DESORDENADA EM ÁREAS DE UC'S E ENTORNO LEVA A GERAÇÃO DE RESÍDUOS E ESGOTOS QUE MUITAS VEZES SÃO LANÇADOS COMPROMETENDO A QUALIDADE AMBIENTAL. (5)	CONTAMINAÇÃO POR EFLUENTES RESIDUÁRIOS DE POSÍLGAS, GRANJAS E CRIATÓRIOS ANIMAIS (4)		PROBLEMAS RELATIVOS À FALTA DE ACESSO A REDES DE COLETA, COM A DISPOSIÇÃO INADEQUADA DOS EFLUENTES RESIDUÁRIOS, EM CORPOS HÍDRICOS, OU NO SOLO, COM PRÁTICA DE SOLUÇÕES INSUSTENTÁVEIS (5)	28

VARIÁVEL/ VARIÁVEL	DEPOSIÇÃO E ACÚMULO DE RESÍDUOS	DISPOSIÇÃO IRREGULAR DE EFLUENTES CONTAMINADOS	PASSIVOS EM ÁREA DE EXTRATIVISMO MINERAL	DEGRADAÇÃO DO SOLO, POR EXPOSIÇÃO, LIXIVIAÇÃO DESERTIFICAÇÃO E EROSÕES	PRESSÕES E PASSIVOS DE ESTRADAS VICINAIS SOBRE SOLO E CORPOS HÍDRICOS	MANUTENÇÃO DE ÁREAS VERDES URBANAS	PRESSÃO AMBIENTAL EM MANANCIAIS HÍDRICOS	SUPRESSÃO E FRAGMENTAÇÃO DA COBERTURA VEGETAL	PRÁTICAS INADEQUADAS DE MANEJO DO SOLO NA AGRICULTURA	PRESSÕES AMBIENTAIS EM APP'S	PRESSÕES AMBIENTAIS EM UC'S	PRESSÃO AMBIENTAL DE ATIVIDADES AGROSILVOPASTORIS	PROBLEMAS DE ENXURRADAS E IMPERMEABILIZAÇÃO DO SOLO URBANO	EXPANSÃO DE LOTEAMENTOS E CONDOMÍNIOS	PODER DE INFLUÊNCIA
PASSIVOS EM ÁREA DE EXTRATIVISMO MINERAL	UTILIZAÇÃO DE CAVAS DESATIVADAS PARA DEPOSIÇÃO IRREGULAR DE RESÍDUOS E ESCOMBROS (3)	PASSIVOS AMBIENTAIS EFLUENTES RESÍDUOS CONTAMINADOS POR ATIVIDADE E MINERADORA (4)		FORTE PRESSÃO GERADA POR ALTERAÇÃO E MOVIMENTAÇÃO DO SOLO EM ÁREAS DE MINERAÇÃO, COM AUMENTO DE SUSCEPTIBILIDADE A PROCESSOS EROSIVOS, TRANSPORTE DE SEDIMENTOS E DEGRADAÇÃO DO SOLO (4)	DEGRADAÇÃO DE FAIXAS DE SERVIDÃO DE VIAS VICINAIS POR PRESENÇA DE "CASCAIS" (3)		ALTERAÇÃO DA DINÂMICA HÍDRICA EM ÁREAS DE MINERAÇÃO, COM AUMENTO DE SUSCEPTIBILIDADE A EVENTOS DE EROÇÃO, CARREAMENTO DE SEDIMENTOS E ASSÓCIAMENTO DE CORPOS HÍDRICOS (4)	INTENSO PROCESSO DE SUPRESSÃO VEGETAL EM ÁREAS DE MINERAÇÃO (4)		PRESSÃO DE ATIVIDADES MINERADORAS EM ÁREAS DE APP'S (4)	OBSERVAR CONFLITOS DE OCUPAÇÃO E USOS DO SOLO EM LICENCIAMENTO DE ATIVIDADE MINERADORA EM UC,S.(4)				30

VARIÁVEL/ VARIÁVEL	DEPOSIÇÃO E ACÚMULO DE RESÍDUOS	DISPOSIÇÃO IRREGULAR DE EFLUENTES CONTAMINADOS	PASSIVOS EM ÁREA DE EXTRATIVISMO MINERAL	DEGRADAÇÃO DO SOLO, POR EXPOSIÇÃO, LIXIVIAÇÃO DESERTIFICAÇÃO E EROSÕES	PRESSÕES E PASSIVOS DE ESTRADAS VICINAIS SOBRE SOLO E CORPOS HÍDRICOS	MANUTENÇÃO DE ÁREAS VERDES URBANAS	PRESSÃO AMBIENTAL EM MANANCIAIS HÍDRICOS	SUPRESSÃO E FRAGMENTAÇÃO DA COBERTURA VEGETAL	PRÁTICAS INADEQUADAS DE MANEJO DO SOLO NA AGRICULTURA	PRESSÕES AMBIENTAIS EM APP'S	PRESSÕES AMBIENTAIS EM UC'S	PRESSÃO AMBIENTAL DE ATIVIDADES AGROSILVOPASTORIS	PROBLEMAS DE ENXURRADAS E IMPERMEABILIZAÇÃO DO SOLO URBANO	EXPANSÃO DE LOTEAMENTOS E CONDÔMIOS	PODER DE INFLUÊNCIA
DEGRADAÇÃO DO SOLO, POR EXPOSIÇÃO, LIXIVIAÇÃO DESERTIFICAÇÃO E EROSÕES			FORTE PRESSÃO GERADA POR ALTERAÇÃO E MOVIMENTAÇÃO DO SOLO EM ÁREAS DE MINERAÇÃO, COM AUMENTO DE SUSCEPTIBILIDADE A PROCESSOS EROSIVOS, TRANSPORTE DE SEDIMENTOS E DEGRADAÇÃO DO SOLO (4)		FORTE OCORRÊNCIA DE PROCESSOS EROSIVOS, LIXIVIAÇÃO E CARREAMENTO DE SEDIMENTOS EM VIAS VICINAIS (5)	A PRESENÇA DE ÁREAS VERDES CONTRIBUI PARA A PRESERVAÇÃO E PROTEÇÃO DO SOLO CONTRA A DEGRADAÇÃO (4)	ASSOREAMENTO E DEGRADAÇÃO DE CORPOS HÍDRICOS POR CARREAMENTO DE SEDIMENTOS EM PROCESSOS DE EROSIÃO E LIXIVIAÇÃO (5)	AUMENTO DA SUSCEPTIBILIDADE E DE PROCESSOS DE DEGRADAÇÃO DO SOLO EM LOCAIS SEM COBERTURA VEGETAL (4)	DEGRADAÇÃO DO SOLO POR PRÁTICAS INADEQUADAS DE MANEJO, COMO QUEIMADAS, EXPOSIÇÃO DO SOLO, PLANTIO EM ÁREAS DE DECLIVIDADE, ETC (5)		OBSERVAR CONFLITOS DE OCUPAÇÃO E USOS DO SOLO EM UC'S QUE DEGRADA A QUALIDADE AMBIENTAL DE ESPAÇO PROTEGIDO. (3)	AUMENTO DA SUSCEPTIBILIDADE DE PROCESSOS DE DEGRADAÇÃO DO SOLO POR ATIVIDADES AGROPECUÁRIAS (3)	CORRELAÇÃO SINÉRGICA DIRETA ENTRE PROBLEMAS DE DRENAGEM E ENXURRADAS, COM A DEGRADAÇÃO DO SOLO. (4)	AUMENTO DO ÍNDICE DE EXPOSIÇÃO DO SOLO EM ÁREAS ALTERADAS POR OBRAS, COM AUMENTO DE SUSCEPTIBILIDADE A PROCESSOS EROSIVOS E DE DEGRADAÇÃO DO SOLO (3)	37
PRESSÕES E PASSIVOS DE ESTRADAS VICINAIS SOBRE SOLO E CORPOS HÍDRICOS	CARREAMENTO POR ENXURRADA DE RESÍDUOS DEPOSITADOS EM VIAS VICINAIS, COM RISCO DE CONTAMINAÇÃO DE CORPOS HÍDRICOS (4)		DEGRADAÇÃO DE FAIXAS DE SERVIÇÃO DE VIAS VICINAIS POR PRESENÇA DE "CASCAHEIRAS" (3)	FORTE OCORRÊNCIA DE PROCESSOS EROSIVOS, LIXIVIAÇÃO E CARREAMENTO DE SEDIMENTOS EM VIAS VICINAIS (5)			ASSOREAMENTO DE CORPOS HÍDRICOS POR CARREAMENTO DE SEDIMENTOS DE ESTRADAS VICINAIS (5)			ASSOREAMENTO DE CORPOS HÍDRICOS POR CARREAMENTO DE SEDIMENTOS DE ESTRADAS VICINAIS EM APP'S (5)		EXPANSÃO E SOBRECARGA DE USO EM VIAS VICINAIS, POR ATIVIDADES E INDÚSTRIAS RURAIS, AUMENTANDO A SUSCEPTIBILIDADE A PROCESSO DEGRADATIVOS (3)		EXPANSÃO E CRIAÇÃO DE NOVAS VIAS VICINAIS E CONSEQUENTE AUMENTO DAS ÁREAS DE PRESSÃO AMBIENTAL DAS VIAS (3)	28

VARIÁVEL/ VARIÁVEL	DEPOSIÇÃO E ACÚMULO DE RESÍDUOS	DISPOSIÇÃO IRREGULAR DE EFLUENTES CONTAMINADOS	PASSIVOS EM ÁREA DE EXTRATIVISMO MINERAL	DEGRADAÇÃO DO SOLO, POR EXPOSIÇÃO, LIXIVIAÇÃO DESERTIFICAÇÃO E EROSÕES	PRESSÕES E PASSIVOS DE ESTRADAS VICINAIS SOBRE SOLO E CORPOS HÍDRICOS	MANUTENÇÃO DE ÁREAS VERDES URBANAS	PRESSÃO AMBIENTAL EM MANANCIAIS HÍDRICOS	SUPRESSÃO E FRAGMENTAÇÃO DA COBERTURA VEGETAL	PRÁTICAS INADEQUADAS DE MANEJO DO SOLO NA AGRICULTURA	PRESSÕES AMBIENTAIS EM APP'S	PRESSÕES AMBIENTAIS EM UC'S	PRESSÃO AMBIENTAL DE ATIVIDADES AGROSILVOPASTORIS	PROBLEMAS DE ENXURRADAS E IMPERMEABILIZAÇÃO DO SOLO URBANO	EXPANSÃO DE LOTEAMENTOS E CONDOMÍNIOS	PODER DE INFLUÊNCIA
MANUTENÇÃO DE ÁREAS VERDES URBANAS	DEPOSIÇÃO E ACÚMULO DE RESÍDUOS EM ÁREAS VERDES URBANAS (3)			A PRESENÇA DE ÁREA VERDES CONTRIBUI PARA A PRESERVAÇÃO E PROTEÇÃO DO SOLO CONTRA A DEGRADAÇÃO (4)			IMPORTÂNCIA DA MANUTENÇÃO DE ÁREAS VERDES PARA PROTEÇÃO E PRESERVAÇÃO DE NASCENTES E CORPOS HÍDRICOS (4)	SUPRESSÃO DE ÁREAS VERDES URBANAS PELA EXPANSÃO DO PROCESSO DE URBANIZAÇÃO. NECESSIDADE DE MANUTENÇÃO DE CORREDORES ECOLÓGICOS E NICHOS DE VEGETAÇÃO DENTRO DE ÁREAS URBANAS, PRESTANDO SERVIÇOS AMBIENTAIS À CIDADE (5)		MANUTENÇÃO DE ÁREAS VERDES DE APP'S PARA PRESERVAÇÃO DA QUALIDADE AMBIENTAL DAS MESMAS (5)	AUSÊNCIA OU DEFICIT DE ÁREAS VERDES E COBERTURA VEGETAL, IMPACTOS DA EXPANSÃO URBANA DESORDENADA, COM CONFLITOS DE USO E OCUPAÇÃO, QUE GERAM PASSIVOS AMBIENTAIS. NECESSIDADE DE POLÍTICA AMBIENTAL EFETIVA QUE PROTEJA OS ESPAÇOS DE INTERESSE AMBIENTAL NO ESPAÇO URBANO, E QUE PROMOVA A PRESERVAÇÃO E RECUPERAÇÃO DOS PARQUES AMBIENTAIS LOCAIS. (5)		ÁREAS VERDES CONTRIBUEM COMO ÁREAS DE AMORTIGUAÇÃO DE ÁGUAS PLUVIAIS E PRESTADORAS DE SERVIÇOS AMBIENTAIS (5)	SUPRESSÃO TOTAL DE REMANESCENTES DE ÁREAS VERDES URBANAS PARA A CONSTRUÇÃO DE CONDOMÍNIOS (5)	36

VARIÁVEL/ VARIÁVEL	DEPOSIÇÃO E ACÚMULO DE RESÍDUOS	DISPOSIÇÃO IRREGULAR DE EFLUENTES CONTAMINADOS	PASSIVOS EM ÁREA DE EXTRATIVISMO MINERAL	DEGRADAÇÃO DO SOLO, POR EXPOSIÇÃO, LIXIVIAÇÃO DESERTIFICAÇÃO E EROSÕES	PRESSÕES E PASSIVOS DE ESTRADAS VICINAIS SOBRE SOLO E CORPOS HÍDRICOS	MANUTENÇÃO DE ÁREAS VERDES URBANAS	PRESSÃO AMBIENTAL EM MANANCIAIS HÍDRICOS	SUPRESSÃO E FRAGMENTAÇÃO DA COBERTURA VEGETAL	PRÁTICAS INADEQUADAS DE MANEJO DO SOLO NA AGRICULTURA	PRESSÕES AMBIENTAIS EM APP'S	PRESSÕES AMBIENTAIS EM UC'S	PRESSÃO AMBIENTAL DE ATIVIDADES AGROSILVOPASTORIS	PROBLEMAS DE ENXURRADAS E IMPERMEABILIZAÇÃO DO SOLO URBANO	EXPANSÃO DE LOTEAMENTOS E CONDÔMIOS	PODER DE INFLUÊNCIA
PRESSÃO AMBIENTAL EM MANANCIAIS HÍDRICOS	DEGRADAÇÃO POR DEPOSIÇÃO DE RESÍDUOS E ESCOMBROS EM ÁREAS DE LAGOS, RIOS E NASCENTES COM RISCO DE ATERRAMENTO (5)	PERDA DE QUALIDADE DA ÁGUA POR CONTAMINAÇÃO HÍDRICA, COM RISCO DE EUTROFICAÇÃO (5)	ALTERAÇÃO DA DINÂMICA HÍDRICA EM ÁREAS DE MINERAÇÃO, COM AUMENTO DE SUSCEPTIBILIDADE A EVENTOS DE EROSÃO, CARREAMENTO DE SEDIMENTOS, E ASSOREAMENTO DE CORPOS HÍDRICOS (4)	ASSOREAMENTO E DEGRADAÇÃO DE CORPOS HÍDRICOS POR CARREAMENTO DE SEDIMENTOS EM PROCESSOS DE EROSIÃO E LIXIVIAÇÃO (5)	ASSOREAMENTO DE CORPOS HÍDRICOS POR CARREAMENTO DE SEDIMENTOS DE ESTRADAS VICINAIS (5)	IMPORTÂNCIA DA MANUTENÇÃO DE ÁREAS VERDES PARA PROTEÇÃO E PRESERVAÇÃO DE NASCENTES E CORPOS HÍDRICOS (4)		SUPRESSÃO DE VEGETAÇÃO CILAR DE RIOS E NASCENTES (5)	PLANTIO DE CULTURAS AGRÍCOLAS E/OU CAPIM, NA MARGEM DE RIOS E NASCENTES (4)	SITUAÇÕES DE PRESSÕES AMBIENTAIS EM APP'S DE AFETAM A DINÂMICA HIDROAMBIENTAL IMPACTANDO QUANTIDADE E QUALIDADE DOS RECURSOS HÍDRICOS (4)	SITUAÇÕES DE PRESSÕES AMBIENTAIS EM UC'S DE AFETAM A DINÂMICA HIDROAMBIENTAL IMPACTANDO QUANTIDADE E QUALIDADE DOS RECURSOS HÍDRICOS (5)	PRESSÃO POR SUPRESSÃO DA VEGETAÇÃO CILIAR, SOBRECARGA DE MANANCIAIS HÍDRICOS POR PLANTIO DE EUCALIPTOS, CONTAMINAÇÃO POR QUÍMICOS E AGROTÓXICOS, COMPACTAÇÃO E DEGRADAÇÃO POR ALTERAÇÃO DO SOLO, ENTRE OUTROS (5)	DIMINUIÇÃO DE ÁREAS DE INFILTRAÇÃO E RECARGA DE AQUÍFEROS SUBTERRÂNEOS, RIOS E NASCENTES, ALÉM DE IMPACTOS SOBRE OS MESMOS PELA OCORRÊNCIA DE ENXURRADAS (TRANSPORTE DE SEDIMENTOS, ASSOREAMENTO, EFLUENTES DE DRENAGEM CONTAMINADOS, ETC.) (4)	ALTERAÇÃO DA DINÂMICA HÍDRICA DE LOCAIS PRÓXIMOS A NASCENTES, COM RISCO DE IMPACTOS PELA ALTERAÇÃO DO SOLO E DE ATERRAMENTO POR OBRAS, E AUMENTO DA PRESSÃO SOBRE MANANCIAIS SUBTERRÂNEOS, POR AUMENTO DA QUANTIDADE DE POÇOS ARTESIAIS E FOSSAS (4)	59
SUPRESSÃO E FRAGMENTAÇÃO DA COBERTURA VEGETAL			INTENSO PROCESSO DE SUPRESSÃO VEGETAL EM ÁREAS DE MINERAÇÃO (4)	AUMENTO DA SUSCEPTIBILIDADE DE PROCESSOS DE DEGRADAÇÃO DO SOLO EM LOCAIS SEM COBERTURA VEGETAL (4)		SUPRESSÃO DE ÁREAS VERDES URBANAS PELA EXPANSÃO DO PROCESSO DE URBANIZAÇÃO. NECESSIDADE DE MANUTENÇÃO DE CORREDORES ECOLÓGICOS E NICHOS DE	SUPRESSÃO DE VEGETAÇÃO CILIAR DE RIOS E NASCENTES (5)		SUPRESSÃO DE VEGETAÇÃO PARA PLANTIO DE CULTIVOS AGRÍCOLAS ASSOCIADA À PRÁTICA DE QUEIMADAS, COM SUSCEPTIBILIDADE A EXPOSIÇÃO E DEGRADAÇÃO	FRAGMENTAÇÃO E DEGRADAÇÃO DA COBERTURA VEGETAL EM APP'S, COM DESMATAMENTO ILLEGAL E FALTA DE AÇÕES PARA RECUPERAÇÃO E PRESERVAÇÃO AMBIENTAL (5)	FRAGMENTAÇÃO E DEGRADAÇÃO DA COBERTURA VEGETAL EM UC'S, COM DESMATAMENTO ILLEGAL E FALTA DE AÇÕES PARA RECUPERAÇÃO E PRESERVAÇÃO AMBIENTAL (5)	A ATIVIDADE AGROPECUÁRIA É HISTÓRICAMENTE RESPONSÁVEL PELA SUPRESSÃO E FRAGMENTAÇÃO DA COBERTURA VEGETAL DO TERRITÓRIO. (5)	A SUPRESSÃO DE ÁREAS VERDES POR PROCESSO DE URBANIZAÇÃO DESORDENADA CONTRIBUEM PARA A IMPERMEABILIZAÇÃO DO SOLO URBANO (4)	SUPRESSÃO TOTAL DE DA COBERTURA VEGETAL EM ÁREAS A SEREM LOTEADAS, CORROBORANDO PARA A FRAGMENTAÇÃO DO VEGETAL NO TERRITÓRIO (4)	45

VARIÁVEL/ VARIÁVEL	DEPOSIÇÃO E ACÚMULO DE RESÍDUOS	DISPOSIÇÃO IRREGULAR DE EFLUENTES CONTAMINADOS	PASSIVOS EM ÁREA DE EXTRATIVISMO MINERAL	DEGRADAÇÃO DO SOLO, POR EXPOSIÇÃO, LIXIVIAÇÃO DESERTIFICAÇÃO E EROSÕES	PRESSÕES E PASSIVOS DE ESTRADAS VICINAIS SOBRE SOLO E CORPOS HÍDRICOS	MANUTENÇÃO DE ÁREAS VERDES URBANAS	PRESSÃO AMBIENTAL EM MANANCIAIS HÍDRICOS	SUPRESSÃO E FRAGMENTAÇÃO DA COBERTURA VEGETAL	PRÁTICAS INADEQUADAS DE MANEJO DO SOLO NA AGRICULTURA	PRESSÕES AMBIENTAIS EM APP'S	PRESSÕES AMBIENTAIS EM UC'S	PRESSÃO AMBIENTAL DE ATIVIDADES AGROSILVOPASTORIS	PROBLEMAS DE ENXURRADAS E IMPERMEABILIZAÇÃO DO SOLO URBANO	EXPANSÃO DE LOTEAMENTOS E CONDÔMIOS	PODER DE INFLUÊNCIA
						VEGETAÇÃO DENTRO DE ÁREAS URBANAS, PRESTANDO SERVIÇOS AMBIENTAIS À CIDADE (5)			AO DO SOLO (4)						
PRÁTICAS INADEQUADAS DE MANEJO DO SOLO NA AGRICULTURA				DEGRADAÇÃO DO SOLO POR PRÁTICAS INADEQUADAS DE MANEJO, COMO QUEIMADAS, EXPOSIÇÃO DO SOLO, PLANTIO EM ÁREAS DE DECLIVIDADE, ETC (5)			PLANTIO DE CULTURAS AGRÍCOLAS E/OU CAPIM, NA MARGEM DE RIOS E NASCENTES (4)	SUPRESSÃO DE VEGETAÇÃO PARA PLANTIO DE CULTIVOS AGRÍCOLAS, ASSOCIADO À PRÁTICA DE QUEIMADAS, COM SUCEPTIBILIDADE E A EXPOSIÇÃO E DEGRADAÇÃO DO SOLO (4)	SUPRESSÃO GENERALIZADA DE VEGETAÇÃO PARA PLANTIO DE CULTIVOS AGRÍCOLAS EXPOE SOLOS E SEM MANEJO ADEQUADO POR BOAS PRÁTICAS AGRÍCOLAS SÃO CAUSAS DE DEGRADAÇÃO DO SOLO (5)			PRÁTICAS DE SUPRESSÃO DE VEGETAÇÃO E QUEIMADAS, CULTIVO EM ÁREAS DE APP'S, UTILIZAÇÃO DE AGROTÓXICOS E HERBICIDAS, AUSÊNCIA DE ÁREA DE VEGETAÇÃO NATIVA E RESERVA LEGAL (4)			22

VARIÁVEL/ VARIÁVEL	DEPOSIÇÃO E ACÚMULO DE RESÍDUOS	DISPOSI ÇÃO IRREGUL AR DE EFLUENT ES CONTAMI NADOS	PASSIVOS EM ÁREA DE EXTRATIVIS MO MINERAL	DEGRADAÇÃ O DO SOLO, POR EXPOSIÇÃO, LIXIVIAÇÃO DESERTIFIC AÇÃO E EROSÕES	PRESSÕES E PASSIVOS DE ESTRADAS VICINAIS SOBRE SOLO E CORPOS HÍDRICOS	MANUTEN ÇÃO DE ÁREAS VERDES URBANAS	PRESSÃO AMBIENTAL EM MANANCIAS HÍDRICOS	SUPRESSÃO E FRAGMENTAÇÃO DA COBERTURA VEGETAL	PRÁTICAS INADEQUA DAS DE MANEJO DO SOLO NA AGRICULTU RA	PRESSÕES AMBIENTAIS EM APP'S	PRESSÕES AMBIENTAIS EM UC'S	PRESSÃO AMBIENTAL DE ATIVIDADES AGROSILVOPASTORIS	PROBLEMAS DE ENXURRADAS E IMPERMEABILIZAÇ ÃO DO SOLO URBANO	EXPANSÃO DE LOTEAMENTOS E CONDOMÍNIOS	PODER DE INFLUÊNCIA
PRESSÕES AMBIENTAIS EM APP'S	SITUAÇÕES DE DEPOSIÇÃO IRREGULAR DE RSSÍDUOS EM APP'S (4)	OCUPAÇÃO DESORDENADA EM ÁREAS DE APP'S COM DEPOSIÇÃO IRREGULAR DE ESGOTOS, COMPROMETENDO DA QUALIDADE DE AMBIENTAL DA APP (5)	SITUAÇÕES ONDE A ATIVIDADE LAVRA DE MINERAÇÃO FAZ DESMONTE EM ÁREAS DE APP DEIXAM PASSIVOS A SEREM MITIGADOS COM PRAD. (5)	SITUAÇÕES DE OCUPAÇÃO DESORDENADA NO CAMPO E TECIDO URBANO TEM PROVOCADO DEGRADAÇÃO DO SOLOS EM ÁREAS DE APP (4)	ASSOREAMENTO DE CORPOS HÍDRICOS POR CARREAMENTO DE SEDIMENTOS DE ESTRADAS VICINAIS EM APP'S (5)	SITUAÇÕES DE SUPRESSÃO DE VEGETAÇÃO O GENERALIZADA, TEM AFETADO APP'S INSERIDAS NO ESPAÇO URBANO E PERIURBANO NO REDUZINDO O ÁREAS VERDES URBANAS (4)	SITUAÇÕES DE SUPRESSÃO DE APP DE MARGEM DE RIOS, TOPOS DE MORRO AFETAM A DINAMICA HIDROAMBIENTAL IMPACTANDO QUANTIDADE E QUALIDADE DOS RECURSOS HÍDRICOS (5)	FALTA DE POLITICA AMBIENTAL DE PROTEÇÃO EFETIVA DE APP'S NO ESPAÇO URBANO E RURAL RESULTA EM UM MOSAICO DE FRAGMENTAÇÃO DA COBERTURA VEGETAL (5)	SUPRESSÃO GENERALIZADA DE VEGETAÇÃO O PARA PLANTIO DE CULTIVOS AGRÍCOLAS EXPOE SOLOS E SEM MANEJO ADEQUADO POR BOAS PRÁTICAS AGRÍCOLAS SÃO CAUSAS DE DEGRADAÇÃO DO SOLO DO SOLO (5)			SUPRESSÃO GENERALIZADA DE VEGETAÇÃO EM CONFLITOS COM ÁREAS DE APP'S PARA PLANTIO DE CULTIVOS AGRÍCOLAS EXPOE SOLOS E SEM MANEJO ADEQUADO POR BOAS PRÁTICAS AGRÍCOLAS SÃO CAUSAS DE DEGRADAÇÃO DO SOLO E ÁGUA. (4)	SITUAÇÕES DE CONFLITOS DE USOS E OCUPAÇÃO DO SOLO EM ÁREAS DE APP'S PELA ESPECULAÇÃO IMOBILIÁRIA COM PLORIFICAÇÃO DE CONDOMÍNIOS E OCUPAÇÕES IRREGULARES (4)	50	

VARIÁVEL/ VARIÁVEL	DEPOSIÇÃO E ACÚMULO DE RESÍDUOS	DISPOSIÇÃO IRREGULAR DE EFLUENTES CONTAMINADOS	PASSIVOS EM ÁREA DE EXTRATIVISMO MINERAL	DEGRADAÇÃO DO SOLO, POR EXPOSIÇÃO, LIXIVIAÇÃO DESERTIFICAÇÃO E EROSÕES	PRESSÕES E PASSIVOS DE ESTRADAS VICINAIS SOBRE SOLO E CORPOS HÍDRICOS	MANUTENÇÃO DE ÁREAS VERDES URBANAS	PRESSÃO AMBIENTAL EM MANANCIAIS HÍDRICOS	SUPRESSÃO E FRAGMENTAÇÃO DA COBERTURA VEGETAL	PRÁTICAS INADEQUADAS DE MANEJO DO SOLO NA AGRICULTURA	PRESSÕES AMBIENTAIS EM APP'S	PRESSÕES AMBIENTAIS EM UC'S	PRESSÃO AMBIENTAL DE ATIVIDADES AGROSILVOPASTORIS	PROBLEMAS DE ENXURRADAS E IMPERMEABILIZAÇÃO DO SOLO URBANO	EXPANSÃO DE LOTEAMENTOS E CONDOMÍNIOS	PODER DE INFLUÊNCIA
PRESSÕES AMBIENTAIS EM UC'S	DEPOSIÇÃO DE RESÍDUOS E ESCOMBROS EM ÁREAS DE UC'S (5)	OCUPAÇÃO DESORDENADA EM ÁREAS DE UC'S E ENTORNO LEVA A GERAÇÃO DE RESÍDUOS E ESGOTOS QUE MUITAS VEZES SÃO LANÇADOS COMPROMETENDO A QUALIDADE DE AMBIENTAL. (5)	OBSERVAR CONFLITOS DE OCUPAÇÃO E USOS DO SOLO EM LICENCIAMENTO DE ATIVIDADE MINERAÇÃO EM UC.S. (4)	OBSERVAR CONFLITOS DE OCUPAÇÃO E USOS DO SOLO EM UC'S QUE DEGRADA A QUALIDADE AMBIENTAL DE ESPAÇO PROTEGIDO. (3)		AUSÊNCIA OU DEFICIT DE ÁREAS VERDES E COBERTURA VEGETAL, IMPACTOS DA EXPANSÃO URBANA DESORDENADA, COM CONFLITOS DE USO E OCUPAÇÃO, QUE GERAM PASSIVOS AMBIENTAIS. NECESSIDADE DE POLÍTICA AMBIENTAL EFETIVA QUE PROTEJA OS ESPAÇOS DE INTERESSE E AMBIENTAL NO ESPAÇO URBANO, E QUE PROMOVA A PRESERVAÇÃO E RECUPERAÇÃO DOS	SITUAÇÕES DE SUPRESSÃO DE VEGETAÇÃO GENERALIZADA, TEM AFETADO APP.S E UC'S E IMPACTAM OS MANANCIAIS HÍDRICOS EM QUANTIDADE E QUALIDADE DA ÁGUA. (5)	FALTA DE POLÍTICA AMBIENTAL DE PROTEÇÃO EFETIVA DE APP'S E UC'S NO ESPAÇO URBANO E RURAL RESULTA EM UM MOSAICO DE FRAGMENTAÇÃO DA COBERTURA VEGETAL COM DANOS AMBIENTAIS ASSOCIADOS. (4)	SUPRESSÃO GENERALIZADA DE VEGETAÇÃO PARA PLANTIO DE CULTIVOS AGRÍCOLAS EXPOE SOLOS E SEM MANEJO ADEQUADO POR BOAS PRÁTICAS AGRÍCOLAS SÃO CAUSAS DE DEGRADAÇÃO DO SOLO. (5)			SUPRESSÃO GENERALIZADA DE VEGETAÇÃO EM CONFLITOS COM ÁREAS ÁREAS PROTEGIDAS E APP'S PARA PLANTIO DE CULTIVOS AGRÍCOLAS EXPOE SOLOS, SEM MANEJO ADEQUADO POR BOAS PRÁTICAS AGRÍCOLAS QUE SÃO CAUSAS DE DEGRADAÇÃO DO SOLO E ÁGUA. (4)		SITUAÇÕES DE CONFLITOS DE USOS E OCUPAÇÃO DO SOLO EM ÁREAS DE APP'S PELA ESPECULAÇÃO IMOBILIÁRIA COM PLORIFICAÇÃO DE CONDOMÍNIOS E OCUPAÇÕES IRREGULARES (4)	44

VARIÁVEL/ VARIÁVEL	DEPOSIÇÃO E ACÚMULO DE RESÍDUOS	DISPOSI ÇÃO IRREGUL AR DE EFLUENT ES CONTAMI NADOS	PASSIVOS EM ÁREA DE EXTRATIVIS MO MINERAL	DEGRADAÇÃO DO SOLO, POR EXPOSIÇÃO, LIXIVIAÇÃO DESERTIFICAÇÃO E EROSÕES	PRESSÕES E PASSIVOS DE ESTRADAS VICINAIS SOBRE SOLO E CORPOS HÍDRICOS	MANUTEN ÇÃO DE ÁREAS VERDES URBANAS	PRESSÃO AMBIENTAL EM MANANCIAS HÍDRICOS	SUPRESSÃO E FRAGMENTAÇÃO DA COBERTURA VEGETAL	PRÁTICAS INADEQUA DAS DE MANEJO DO SOLO NA AGRICULTU RA	PRESSÕES AMBIENTAIS EM APP'S	PRESSÕES AMBIENTAIS EM UC'S	PRESSÃO AMBIENTAL DE ATIVIDADES AGROSILVOPASTORIS	PROBLEMAS DE ENXURRADAS E IMPERMEABILIZAÇÃO DO SOLO URBANO	EXPANSÃO DE LOTEAMENTOS E CONDOMÍNIOS	PODER DE INFLUÊNCIA
						PARQUES AMBIENTAIS LOCAIS. (5)									

VARIÁVEL/ VARIÁVEL	DEPOSIÇÃO E ACÚMULO DE RESÍDUOS	DISPOSIÇÃO IRREGULAR DE EFLUENTES CONTAMINADOS	PASSIVOS EM ÁREA DE EXTRATIVISMO MINERAL	DEGRADAÇÃO DO SOLO, POR EXPOSIÇÃO, LIXIVIAÇÃO DESERTIFICAÇÃO E EROSÕES	PRESSÕES E PASSIVOS DE ESTRADAS VICINAIS SOBRE SOLO E CORPOS HÍDRICOS	MANUTENÇÃO DE ÁREAS VERDES URBANAS	PRESSÃO AMBIENTAL EM MANANCIAS HÍDRICAS	SUPRESSÃO E FRAGMENTAÇÃO DA COBERTURA VEGETAL	PRÁTICAS INADEQUADAS DE MANEJO DO SOLO NA AGRICULTURA	PRESSÕES AMBIENTAIS EM APP'S	PRESSÕES AMBIENTAIS EM UC'S	PRESSÃO AMBIENTAL DE ATIVIDADES AGROSILVOPASTORIS	PROBLEMAS DE ENXURRADAS E IMPERMEABILIZAÇÃO DO SOLO URBANO	EXPANSÃO DE LOTEAMENTOS E CONDOMÍNIOS	PODER DE INFLUÊNCIA
PRESSÃO AMBIENTAL POR ATIVIDADES AGROSILVOPASTORIS	ATIVIDADE AGROSILVOPASTORIL GERA RESÍDUOS DE RECIPIENTES DE PESTICIDAS E INSUMOS QUE SE ACUMULAM NAS PROPRIEDADES E MEIO AMBIENTE. (3)	SITUAÇÕES DE MANEJO E DESTINAÇÃO INADEQUADO DE EFLUENTES DE LAVAGEM DE RECIPIENTES, MÁQUINAS, DE EFLUENTES RESIDUÁRIOS DE POSILGAS, GRANJAS E CRIATÓRIOS ANIMAIS, QUE GERAM CONTAMINAÇÃO AGRÁRIA DIFUSA. (5)		AUMENTO DA SUSCEPTIBILIDADE DE PROCESSOS DE DEGRADAÇÃO DO SOLO POR ATIVIDADES AGROPECUÁRIAS (3)	EXPANSÃO E SOBRECARGA DE USO EM VIAS VICINAIS, POR ATIVIDADES E INDÚSTRIAS RURAIS, AUMENTANDO A SUSCEPTIBILIDADE A PROCESSO DEGRADATIVOS (3)		PRESSÃO POR SUPRESSÃO DA VEGETAÇÃO CILIAR, SOBRECARGA DE MANANCIAS HÍDRICAS POR PLANTIO DE EUCALIPTOS, CONTAMINAÇÃO POR QUÍMICOS E AGROTÓXICOS, COMPACTAÇÃO E DEGRADAÇÃO POR ALTERAÇÃO DO SOLO, ENTRE OUTROS (5)	A ATIVIDADE AGROPECUÁRIA É HISTÓRICAMENTE UM DAS PRINCIPAIS RESPONSÁVEIS PELA SUPRESSÃO E FRAGMENTAÇÃO DA COBERTURA VEGETAL DO TERRITÓRIO. (5)	PRÁTICAS DE SUPRESSÃO DE VEGETAÇÃO E QUEIMADAS, CULTIVO EM ÁREAS DE APP'S, UTILIZAÇÃO DE AGROTÓXICOS E HERBICIDAS, AUSÊNCIA DE ÁREA DE VEGETAÇÃO NATIVA E RESERVA LEGAL (4)	SUPRESSÃO GENERALIZADA DE VEGETAÇÃO EM CONFLITOS COM ÁREAS DE APP'S PARA PLANTIO DE CULTIVOS AGRÍCOLAS EXPOE SOLOS E SEM MANEJO ADEQUADO POR BOAS PRATICAS AGRÍCOLAS SÃO CAUSAS DE DEGRADAÇÃO DO SOLO E ÁGUA. (4)	CULTIVO DESCONTROLADO DE MONOCULTURAS, COMO O EUCALIPTO, EM ÁREAS DE CONSERVAÇÃO AMBIENTAL COMO A SERRA DO PERIPERI (3)		EXPANSÃO DA PRESENÇA DE LOTEAMENTOS IRREGULARES NA ZONA RURAL, EM FAZENDAS QUE FORAM LOTEADAS (3)	38	

VARIÁVEL/ VARIÁVEL	DEPOSIÇÃO E ACÚMULO DE RESÍDUOS	DISPOSIÇÃO IRREGULAR DE EFLUENTES CONTAMINADOS	PASSIVOS EM ÁREA DE EXTRATIVISMO MINERAL	DEGRADAÇÃO DO SOLO, POR EXPOSIÇÃO, LIXIVIAÇÃO DESERTIFICAÇÃO E EROSÕES	PRESSÕES E PASSIVOS DE ESTRADAS VICINAIS SOBRE SOLO E CORPOS HÍDRICOS	MANUTENÇÃO DE ÁREAS VERDES URBANAS	PRESSÃO AMBIENTAL EM MANANCIAS HÍDRICAS	SUPRESSÃO E FRAGMENTAÇÃO DA COBERTURA VEGETAL	PRÁTICAS INADEQUADAS DE MANEJO DO SOLO NA AGRICULTURA	PRESSÕES AMBIENTAIS EM APP'S	PRESSÕES AMBIENTAIS EM UC'S	PRESSÃO AMBIENTAL DE ATIVIDADES AGROSILVOPASTORIS	PROBLEMAS DE ENXURRADAS E IMPERMEABILIZAÇÃO DO SOLO URBANO	EXPANSÃO DE LOTEAMENTOS E CONDOMÍNIOS	PODER DE INFLUÊNCIA
PROBLEMAS DE DRENAGEM, ENXURRADAS E IMPERMEABILIZAÇÃO DO SOLO URBANO	CARREAMENTO DE RESÍDUOS POR ENXURRADAS, COM RISCO DE ENTUPIMENTO DE INFRAESTRUTURAS E DISPERSÃO DE RESÍDUOS PARA CORPOS HÍDRICOS RECEPTORES (4)			CORRELAÇÃO SINÉRGICA DIRETA ENTRE PROBLEMAS DE DRENAGEM E ENXURRADAS, COM A DEGRADAÇÃO DO SOLO. (4)		ÁREAS VERDES CONTRIBUEM COMO ÁREAS DE AMORTIGUAÇÃO DE ÁGUAS PLUVIAIS E PRESTADORAS DE SERVIÇOS AMBIENTAIS (5)	OCUPAÇÃO E USO DESORDENADO DO SOLO COM IMPERMEABILIZAÇÃO, COMPROMETENDO A INFILTRAÇÃO E RECARGA DE AQUÍFEROS SUBTERRÂNEOS, RIOS E NASCENTES, COM IMPACTOS RELATIVOS À OCORRÊNCIA DE ENXURRADAS - TRANSPORTE DE SEDIMENTOS, ASSOREAMENTO, EFLUENTES DE DRENAGEM CONTAMINADOS -, IMPACTANDO A QUANTIDADE E QUALIDADE DA ÁGUA NOS MANANCIAS HÍDRICAS. (4)	A SUPRESSÃO DE ÁREAS VERDES POR PROCESSO DE URBANIZAÇÃO DESORDENADA CONTRIBUEM PARA A IMPERMEABILIZAÇÃO DO SOLO URBANO (4)		O PROCESSO DE EXPANSÃO URBANA NA SERRA DO PERÍPERI E EM OUTRAS APP'S AUMENTA O ÍNDICE DE IMPERMEABILIZAÇÃO DO SOLO E CONSEQUENTEMENTE DA SUCEPTIBILIDADE A PROBLEMAS DE ENXURRADAS DE GRANDE MONTANTE HÍDRICA EM EVENTOS DE CHUVA. (5)				AUMENTO DA IMPERMEABILIZAÇÃO DO SOLO, CORROBORADO PELA AUSÊNCIA DE SISTEMAS DE DRENAGEM LOCAL, INTENSIFICANDO OS PROBLEMAS RELATIVOS A ENXURRADAS (3)	39

VARIÁVEL/ VARIÁVEL	DEPOSIÇÃO E ACÚMULO DE RESÍDUOS	DISPOSIÇÃO IRREGULAR DE EFLUENTES CONTAMINADOS	PASSIVOS EM ÁREA DE EXTRATIVISMO MINERAL	DEGRADAÇÃO DO SOLO, POR EXPOSIÇÃO, LIXIVIAÇÃO DESERTIFICAÇÃO E EROSÕES	PRESSÕES E PASSIVOS DE ESTRADAS VICINAIS SOBRE SOLO E CORPOS HÍDRICOS	MANUTENÇÃO DE ÁREAS VERDES URBANAS	PRESSÃO AMBIENTAL EM MANANCIAIS HÍDRICOS	SUPRESSÃO E FRAGMENTAÇÃO DA COBERTURA VEGETAL	PRÁTICAS INADEQUADAS DE MANEJO DO SOLO NA AGRICULTURA	PRESSÕES AMBIENTAIS EM APP'S	PRESSÕES AMBIENTAIS EM UC'S	PRESSÃO AMBIENTAL DE ATIVIDADES AGROSILVOPASTORIS	PROBLEMAS DE ENXURRADAS E IMPERMEABILIZAÇÃO DO SOLO URBANO	EXPANSÃO DE LOTEAMENTOS E CONDOMÍNIOS	PODER DE INFLUÊNCIA
EXPANSÃO DE LOTEAMENTOS E CONDOMÍNIOS	OCASIONAIS PROBLEMAS RELACIONADOS À DE FALTA DE ACESSO A SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO , COM DESTINAÇÃO E MANEJO INADEQUADO DE RESÍDUOS (4)	PROBLEMAS RELATIVOS À FALTA DE ACESSO A REDES DE COLETA, COM A DISPOSIÇÃO INADEQUADA DOS EFLUENTES RESIDUÁRIOS,, EM CORPOS HÍDRICOS, OU NO SOLO, COM PRÁTICA DE SOLUÇÕES INSUSTENTÁVEIS (5)		AUMENTO DO ÍNDICE DE EXPOSIÇÃO DO SOLO EM ÁREAS ALTERADAS POR OBRAS, COM AUMENTO DE SUCEPTIBILIDADE A PROCESSOS EROSIVOS E DE DEGRADAÇÃO DO SOLO (3)	EXPANSÃO E CRIAÇÃO DE NOVAS VIAS VICINAIS E CONSEQUENTE AUMENTO DAS ÁREAS DE PRESSÃO AMBIENTAL DAS VIAS (3)	SUPRESSÃO DE REMANESCENTES DE ÁREAS VERDES URBANAS PARA A CONSTRUÇÃO DE CONDOMÍNIOS (4)	ALTERAÇÃO DA DINÂMICA HÍDRICA DE LOCAIS PRÓXIMOS A NASCENTES, COM RISCO DE IMPACTOS PELA ALTERAÇÃO DO SOLO E DE ATERRAMENTO POR OBRAS, E AUMENTO DA PRESSÃO SOBRE MANANCIAIS SUBTERRÂNEOS, POR AUMENTO DA QUANTIDADE DE POÇOS ARTESIANOS E FOSSAS (4)	SUPRESSÃO TOTAL DE DA COBERTURA VEGETAL EM ÁREAS A SEREM LOTEADAS, CORROBORANDO PARA A FRAGMENTAÇÃO VEGETAL NO TERRITÓRIO (4)		SITUAÇÕES DE CONFLITOS DE USOS E OCUPAÇÃO DO SOLO EM ÁREAS DE APP'S PELA ESPECULAÇÃO IMOBILIÁRIA COM PLORIFICAÇÃO DE CONDOMÍNIOS E OCUPAÇÕES IRREGULARES (4)	SITUAÇÕES DE CONFLITOS DE USOS E OCUPAÇÃO DO SOLO EM ÁREAS DE APP'S PELA ESPECULAÇÃO IMOBILIÁRIA COM PLORIFICAÇÃO DE CONDOMÍNIOS E OCUPAÇÕES IRREGULARES (4)	EXPANSÃO DA PRESENÇA DE LOTEAMENTOS IRREGULARES NA ZONA RURAL, EM FAZENDAS QUE FORAM LOTEADAS (3)	AUMENTO DA IMPERMEABILIZAÇÃO DO SOLO, CORROBORADO PELA AUSÊNCIA DE SISTEMAS DE DRENAGEM LOCAL, INTENSIFICANDO PROBLEMAS RELATIVOS A ENXURRADAS (3)		41
GRAU DE DEPENDÊNCIA	35	29	31	44	28	31	60	44	27	50	39	38	25	42	

Fonte: Adaptado de Godet, 1995; Macroplan, 1996 apud Buarque, 2003.

Quadro 44 - Interação variável x tema – Urbanismo

ASPECTO DESTACADO	INTERAÇÃO COM OUTROS TEMAS			
	SOCIOECONOMIA	MEIO AMBIENTE	GESTÃO	INFRAESTRUTURA
FRAGILIDADE NA FISCALIZAÇÃO DA APLICAÇÃO DOS INSTRUMENTOS URBANÍSTICOS, FALTA DE CLAREZA NA INFORMAÇÃO E PARÂMETROS EXISTENTES QUESTIONÁVEIS EM RELAÇÃO AOS BENEFÍCIOS PARA O DESENVOLVIMENTO DO MUNICÍPIO.	RISCO PARA INVESTIDORES E CIDADÃO QUE DESEJEM CONSTRUIR.	OCUPAÇÃO EM ÁREAS IMPORTANTES AMBIENTALMENTE. AUMENTO DA PRESSÃO AMBIENTAL.	MODELO DE GESTÃO INEFICIENTE.	DIFICULDADE DE DISTINGUIR QUEM SÃO OS RESPONSÁVEIS PELOS DIVERSOS ELEMENTOS DA INFRAESTRUTURA.
EXISTÊNCIA DE LOTEAMENTOS (DE BAIXO E MÉDIO PADRÃO) EM SITUAÇÃO IRREGULAR.	POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RISCO. PERDA DE RECEITA MUNICIPAL.	OCUPAÇÃO EM ÁREAS IMPORTANTES AMBIENTALMENTE. AUMENTO DA PRESSÃO AMBIENTAL.	PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DAS OCUPAÇÕES INEFICIENTES	A INFRAESTRUTURA URBANA NÃO ALCANÇA A TODAS AS RESIDÊNCIAS.
POLARIZAÇÃO EXERCIDA PELA CIDADE	SOBRECARGA DOS SERVIÇOS PÚBLICOS E PARTICULARES DE SAÚDE, ASSIM COMO OS DE EDUCAÇÃO. OPORTUNIDADE DE DINAMIZAR A ECONOMIA.	-	NECESSITA IDENTIFICAR E REDUZIR OS IMPACTOS NEGATIVOS DA POPULAÇÃO POLARIZADA	SOBRECARGA NA INFRAESTRUTURA VIÁRIA DEVIDO AO GRANDE NÚMERO DE VEÍCULOS QUE ADENTRAM AO CENTRO TRADICIONAL TRANSPORTANDO ESTA POPULAÇÃO POLARIZADA.
GRANDE VARIAÇÃO NO CUSTO DA TERRA ENTRE OS BAIRROS	CUSTO ELEVADO DA TERRA PODE DIFICULTAR O ACESSO À MESMA DE UMA PARTE DA SOCIEDADE. EXPULSÃO DOS MORADORES TRADICIONAIS DE UMA LOCALIDADE DEVIDO AO ENCARDECIMENTO DO CUSTO DE VIDA. PODE SIGNIFICAR UM SINTOMA DA PRESENÇA DA ESPECULAÇÃO IMOBILIÁRIA.	-	-	INFRAESTRUTURA OCIOSA DEVIDO A QUANTIDADE DE TERRENOS SEM USO.

ASPECTO DESTACADO	INTERAÇÃO COM OUTROS TEMAS			
	SOCIOECONOMIA	MEIO AMBIENTE	GESTÃO	INFRAESTRUTURA
PERDA DO PATRIMÔNIO AMBIENTAL DO CENTRO TRADICIONAL	PERDA DE ELEMENTOS IMPORTANTES PARA A ECONOMIA, HISTÓRIA E CULTURA GERAL.	PERDA DE ELEMENTOS IMPORTANTES PARA O MEIO-AMBIENTE	PERDA DE INVESTIMENTOS E RECURSOS VOLTADOS AO PATRIMÔNIO	NECESSÁRIO COMPATIBILIZAR A IMPLANTAÇÃO, MANUTENÇÃO E MODERNIZAÇÃO DAS INFRAESTRUTURAS COM O PATRIMÔNIO AMBIENTAL.
EXPANSÃO URBANA DIFUSA	PROGRAMAS DE HABITAÇÃO POPULAR IMPLANTADOS EM TERRENOS MUITO DISTANTES DO CENTRO.	ACELERAÇÃO DO DESMATAMENTO	FALTA DEFINIÇÃO COM CLAREZA DAS DIRETRIZES E PARÂMETROS DE OCUPAÇÃO DO SOLO. DIFICULDADE DE FISCALIZAR E GERIR OS SERVIÇOS PÚBLICOS DEVIDO AO AUMENTO DAS DISTÂNCIAS.	ENCARECIMENTO DA IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DA INFRAESTRUTURA
MERCADO IMOBILIÁRIO ATIVO E FORTE ATUANTE NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO.	TENDE A PRODUIR IMÓVEIS PRIORITARIAMENTE VOLTADOS PARA AS CLASSES MÉDIAS E ALTAS, GERANDO SATURAÇÃO DO MERCADO EM MÉDIO E LONGO PRAZO. PRIORIZAÇÃO DOS INTERESSES PRIVADOS AOS COLETIVOS.	O MERCADO IMOBILIÁRIO TENDE A IGNORAR AS MEDIDAS DE PROTEÇÃO AMBIENTAL.	GESTÃO DESCOMPROMETIDA COM OS INTERESSES DA COLETIVIDADE	PRODUÇÃO DE INFRAESTRUTURA, PRINCIPALMENTE VIÁRIA, FOCANDO ALIMENTAR AS DEMANDAS DO MERCADO IMOBILIÁRIO.
SISTEMA VIÁRIO DO CENTRO TRADICIONAL SATURADO	DIFICULDADE DE TRANSITO DE PESSOAS E MERCADORIAS.	POLUIÇÃO SONORA E DO AR.	FALTA DE PLANEJAMENTO PARA PREVISÃO DO AUMENTO DE TRÁFEGO E PARA EXPANSÃO DO CENTRO TRADICIONAL.	PLANEJAMENTO DA INFRAESTRUTURA VIÁRIA ADEQUADA AO USO E PORTE DO CENTRO TRADICIONAL.
MOBILIDADE DEFICIENTE NA PERIFERIA	POPULAÇÃO RESIDENTE DESTA ÁREA PERDE OPORTUNIDADES DE ESTUDO, EMPREGO E GERAÇÃO DE RENDA.	-	FRAGILIDADE NO PLANEJAMENTO DA MOBILIDADE E DE INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO.	INFRAESTRUTURA VIÁRIA INADEQUADA PODE INVIABILIZAR A CIRCULAÇÃO DO ÔNIBUS.
SISTEMA VIÁRIO INADEQUADO PARA ABSORVER IMPACTO DO DAP NO BAIRRO CAMPINHOS	O SURGIMENTO DE UM CORREDOR VIÁRIO PODE ESTIMULAR O COMÉRCIO	PODE ESTIMULAR O DESMATAMENTO DA REGIÃO.	DEFINIR ACESSO EM LOCAL SEGURO PARA QUEM	ADEQUAÇÃO DO SISTEMA VIÁRIO EXISTENTE PARA RECEBER O TRÁFEGO

ASPECTO DESTACADO	INTERAÇÃO COM OUTROS TEMAS			
	SOCIOECONOMIA	MEIO AMBIENTE	GESTÃO	INFRAESTRUTURA
	LOCAL, ASSIM COMO TRAZER IMPACTOS NEGATIVOS COM CIRCULAÇÃO DE MUITOS VEÍCULOS EM VIAS QUE ANTES TINHAM FUNÇÃO LOCAL, E ESTIMULAR O RÁPIDO CRESCIMENTO DA REGIÃO.		TRAFEGA E PARA A POPULAÇÃO.	ESPERADO PARA O NOVO AEROPORTO.
SUBCENTROS (COMÉRCIO E SERVIÇO) CONSOLIDADOS	DINAMIZAR A ECONOMIA DOS BAIRROS.	A CONSOLIDAÇÃO DOS SUBCENTROS PODE ESTIMULAR A OCUPAÇÃO EM UMA REGIÃO CAUSANDO ASSIM REMOÇÃO DA VEGETAÇÃO, E CONTAMINAÇÃO DE CORPOS D'ÁGUA.	EQUILIBRAR A DISTRIBUIÇÃO DOS USOS NO TERRITÓRIO URBANO DE MANEIRA A PROPORCIONAR BAIRROS MULTIFUNCIONAIS, MAS SEM ENFRAQUECER O CENTRO TRADICIONAL.	AS INFRAESTRUTURAS PRECISAM ESTAR PREPARADAS PARA O AUMENTO DAS DEMANDAS COM O CRESCIMENTO DOS SUBCENTROS
VAZIOS URBANOS E BAIXA DENSIDADE EM ÁREA URBANA CONSOLIDADA	TERRENOS OCIOSOS NÃO CUMPREM A FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE. PODE SER SINAL DE ESPECULAÇÃO IMOBILIÁRIA.	OS TERRENOS VAZIOS, SE NÃO FOREM CUIDADOS DEVIDAMENTE PELOS PROPRIETÁRIOS PODEM SER FONTE DE DESCARTE IRREGULAR DE RESÍDUOS SÓLIDOS.	DEVE BUSCAR ESTIMULAR O ADENSAMENTO, A OCUPAÇÃO UNIFORME, SEGUINDO AS DIRETRIZES DO PDDU. FISCALIZAR E CONTROLAR A EXCESSIVA OCUPAÇÃO DIFUSA FORA DO ANEL.	A INFRAESTRUTURA ENCONTRA-SE OCIOSA.
DEFICIÊNCIA DE ESPAÇOS PÚBLICOS DE QUALIDADE	FALTA DE ESPAÇO PARA ATIVIDADES CULTURAIS E SOCIABILIDADES. OS ESPAÇOS PÚBLICOS PODEM SER BASE PARA ATIVIDADES INTERESSANTES PARA O ESTÍMULO DA ECONOMIA.	ESPAÇOS PÚBLICOS PODEM SER UTILIZADOS COMO PEQUENAS RESERVAS VERDES NOS CENTROS URBANOS. HOJE EXISTE UM QUADRO COM MUITA ARIDEZ NOS BAIRROS PERIFÉRICOS.	INVESTIMENTO EM ESPAÇO PÚBLICO.	-

Fonte: Fundação Escola Politécnica da Bahia – FEP (2019).

Quadro 45 - Interação variável x variável – Urbanismo

VARIÁVEL/ VARIÁVEL	QUANTIDADE DE POPULAÇÃO POLARIZADA	ADENSAMENTO DAS TERRAS DENTRO DO ANEL RODOVIÁRIO	PRODUÇÃO DO MERCADO IMOBILIÁRI O	CAPACIDADE VIÁRIA DO CENTRO TRADICIONAL	OFERTA DE LINHAS DE ÔNIBUS NA PERIFERIA	FLUXO DE VEÍCULOS EM CAMPINHOS EM FUNÇÃO DO NOVO AEROPORTO	PATRIMÔNIO AMBIENTAL NO CENTRO TRADICIONAL	SUBCENTROS DE COMÉRCIO E SERVIÇOS	OCUPAÇÕES PRECÁRIAS EM ÁREA IRREGULAR	EFETIVIDADE DA GESTÃO NA APLICAÇÃO DA POLÍTICAS URBANAS	NÚMERO DE ESPAÇOS PÚBLICOS DE QUALIDADE	PODER DE INFLUÊNCIA
POPULAÇÃO POLARIZADA		POUCA INTERAÇÃO, A POPULAÇÃO POLARIZADA COSTUMA APENAS PASSAR O DIA NA CIDADE 1	MOVIMENTA O MERCADO DE ALUGUEL DE IMÓVEIS 2	GRANDE QUANTIDADE DE VANS VÃO PARA O CENTRO ANTIGO, SOBRECARR GANDO A CAPACIDADE VIÁRIA 5	POSSIBILIDAD E DESTA POPULAÇÃO SE DESLOCAR PARA BAIRROS DA PERIFERIA 2	POPULAÇÃO QUE ACESSA A CIDADE PELO NOVO AEROPORTO 3	POLARIZAÇÃO COM O OBJETIVO DE LAZER OU TURISMO 2	POUCA INTERAÇÃO, ESTÁ POPULAÇÃO COSTUMA PERMANECE NO CENTRO 1	NÃO SÃO MORADORES DA CIDADE 1	POUCA INTERAÇÃO 1	POLARIZAÇ ÃO COM O OBJETIVO DE LAZER OU TURISMO 2	20
ADENSAMENT O DAS TERRAS DENTRO DO ANEL RODOVIÁRIO	POUCA INTERAÇÃO 1		O ADENSAME NTO DE UMA ÁREA PODE INFLUENCIA R OS INVESTIME NTOS DO MERCADO IMOBILIÁRI O DETECTAN DO OS VETORES DE EXPANSÃO 3	O AUMENTO DO ADENSAMENT O IRÁ SOBECARR GAR O SISTEMA VIÁRIO DO CENTRO, NOS MOLDES ATUAIS 5	AUMENTA A NECESSIDADE DE LOCOMOÇÃO ENTRE O ANEL E A PERIFERIA, PRINCIPALMEN TE PARA TRABALHADOR ES 4	AS DUAS VARIÁVEIS SÃO GERADORAS DE TRÁFEGO 3	AS NOVAS CONSTRUÇÕES PODEM IMPACTAR O PATRIMÔNIO 3	O ADENSAMENTO NATURALMENT E GERARÁ NOVOS SUBCENTROS 5	AGRAVAMENTO DAS OCUPAÇÕES PRECÁRIAS E IRREGULARES 4	ADENSAMENTO DE UMA ÁREA EXIGE ATENÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA 2	AUMENTA A NECESSIDA DE DE INVESTIME NTO NOS ESPAÇOS PÚBLICOS4	34

VARIÁVEL/ VARIÁVEL	QUANTIDADE DE POPULAÇÃO POLARIZADA	ADENSAMENTO DAS TERRAS DENTRO DO ANEL RODOVIÁRIO	PRODUÇÃO DO MERCADO IMOBILIÁRI O	CAPACIDADE VIÁRIA DO CENTRO TRADICIONAL	OFERTA DE LINHAS DE ÔNIBUS NA PERIFERIA	FLUXO DE VEÍCULOS EM FUNÇÃO DO NOVO AEROPORTO	PATRIMÔNIO AMBIENTAL NO CENTRO TRADICIONAL	SUBCENTROS DE COMÉRCIO E SERVIÇOS	OCUPAÇÕES PRECÁRIAS EM ÁREA IRREGULAR	EFETIVIDADE DA GESTÃO NA APLICAÇÃO DA POLÍTICAS URBANAS	NÚMERO DE ESPAÇOS PÚBLICOS DE QUALIDADE	PODER DE INFLUÊNCIA
PRODUÇÃO DO MERCADO IMOBILIÁRIO	POUCA INTERAÇÃO 1	A ATUAÇÃO DO MERCADO IMOBILIÁRIO INFLUENCIA NO NÃO ADENSAMENTO 5		OCUPAÇÃO RÁPIDA IMPULSIONADA PELO MERCADO IMOBILIÁRIO PODE PRESSIONAR O SISTEMA VIÁRIO 3	OS VETORES DE EXPANSÃO INFLUENCIAM NA DEFINIÇÃO DAS LINHAS DE ÔNIBUS 5	COM A DEFINIÇÃO DESTE CORREDOR VIÁRIO, CERTAMENTE SURTIrá UMA ÁREA DE INTERESSE PARA O MERCADO IMOBILIÁRIO 5	PRESSÃO DO MERCADO IMOBILIÁRIO PODE IMPACTAR NEGATIVAMENTE O PATRIMÔNIO AMBIENTAL 4	ÁREAS CENTRAIS COSTUMAM SER VALORIZADAS COMERCIALME NTE 4	A COMPETITIVIDADE DO MERCADO IMOBILIÁRIO CONTRIBUI PARA A EXPULSÃO DE PESSOAS COM BAIXO PODER AQUISITIVO PARA ÁREAS DE RISCO 4	A GESTÃO PÚBLICA MUITAS VEZES SEDE A PRESSÃO DO MERCADO IMOBILIÁRIO 4	UMA ÁREA VALORIZAD A PELO MERCADO IMOBILIÁRI O ATRAI INVESTIME NTO PÚBLICO 3	38
CAPACIDADE VIÁRIA DO CENTRO TRADICIONAL	A CAPACIDADE VIÁRIAS ESTÁ SENDO SOBRECARR GADA PELOS TRANSPORTE S DA POPULAÇÃO POLARIZADA 5	POUCA INTERAÇÃO 1	ÁREAS A SEREM ADENSADA S PRÓXIMO AO CENTRO VÃO SOBRECARR REGAR O SISTEMA VIÁRIO 3		O SISTEMA VIÁRIO DO CENTRO NÃO SUPOORTA MAIS LINHAS DE ÔNIBUS 5	POUCA INTERAÇÃO 1	A AMPLIAÇÃO DO SISTEMA VIÁRIO DO CENTRO IMPACTA O PATRIMÔNIO AMBIENTAL 5	A SOBRECARGA NO CENTRO ESTIMULA O SURGIMENTO DE SUBCENTROS 4	POUCA INTERAÇÃO 1	SITUAÇÃO CRÍTICA E URGENTE DO CENTRO NECESSITA AÇÃO RÁPIDA DA GESTÃO 5	POUCA INTERAÇÃO 1	31
OFERTA DE LINHAS DE ÔNIBUS NA PERIFERIA	POUCA INTERAÇÃO 1	A DIFICULDADE DE DESLOCAMENT O INCENTIVA A OCUPAÇÃO MAIS PRÓXIMA DO CENTRO 4	A DIFICULDADE E DE DESLOCAM ENTO PARA ÁREAS PERIFÉRICAS GERA UMA DEMANDA PARA O MERCADO DE HABITAÇÃO S MAIS CENTRAIS 3	O AUMENTO DA OFERTA DE LINHAS DE ÔNIBUS PIORA A SITUAÇÃO DO CENTRO SOBRECARR GADO 4		NECESSIDADE DE AMPLIAÇÃO DA LINHA PARA ESTE SETOR DA CIDADE 4	O AUMENTO DAS LINHAS DE ÔNIBUS EM UMA MESMA VIA PODE PREJUDICAR A ESTRUTURA DE EDIFÍCIOS ANTIGOS 1	MORADORES DA PERIFERIA TENDEM A DESENVOLVER SUBCENTROS PARA COMPENSAR A DIFICULDADE DE DESLOCAMENT O PARA O CENTRO DA CIDADE 5	SURGIMENTO DE OCUPAÇÕES EM ÁREA DE RISCO DEVIDO A PROXIMIDADE DO CENTRO 4	A POLÍTICA URBANA COLOCA A MOBILIDADE URBANA COM ELEMENTO FUNDAMENTAL 5	POUCA INTERAÇÃO 1	31

VARIÁVEL/ VARIÁVEL	QUANTIDADE DE POPULAÇÃO POLARIZADA	ADENSAMENTO DAS TERRAS DENTRO DO ANEL RODOVIÁRIO	PRODUÇÃO DO MERCADO IMOBILIÁRIO	CAPACIDADE VIÁRIA DO CENTRO TRADICIONAL	OFERTA DE LINHAS DE ÔNIBUS NA PERIFERIA	FLUXO DE VEÍCULOS EM FUNÇÃO DO NOVO AEROPORTO	PATRIMÔNIO AMBIENTAL NO CENTRO TRADICIONAL	SUBCENTROS DE COMÉRCIO E SERVIÇOS	OCUPAÇÕES PRECÁRIAS EM ÁREA IRREGULAR	EFETIVIDADE DA GESTÃO NA APLICAÇÃO DA POLÍTICAS URBANAS	NÚMERO DE ESPAÇOS PÚBLICOS DE QUALIDADE	PODER DE INFLUÊNCIA
FLUXO DE VEÍCULOS EM CAMPINHOS EM FUNÇÃO DO NOVO AEROPORTO	POUCA INTERAÇÃO 1	A ATRAÇÃO CAUSADA POR ESTE CORREDOR VIÁRIO PODE ADENSAR AS ÁREAS PRÓXIMAS 1	O NOVO CORREDOR VIÁRIO IRÁ CRIAR OPORTUNID ADES PARA O MERCADO IMOBILIÁRIO O 5	O NASCIMENTO DEUM NOVO SUBCENTRO AJUDA A REDUZIR O FLUXO PARA O CENTRO 3	O AUMENTO DA POPULAÇÃO NA REGIÃO DO NOVO AEROPORTO GERARÁ DEMANDA DE NOVAS LINHAS DE ÔNIBUS 4		ATENÇÃO PARA A AMPLIAÇÃO DA VIA OU APENAS O AUMENTO DO FLUXO DE VEÍCULOS NÃO IMPACTAR O PATRIMÔNIO AMBIENTAL 1	NOVO CORREDOR IRÁ INCENTIVARÁ O NASCIMENTO DE UM NOVO SUBCENTRO 5	A REGIÃO DE CAMPINHOS, COM O AEROPORTO, SERÁ UM VETOR E SUSCETÍVEL A OCUPAÇÕES IRREGULARES 4	CRESCIMENTO RÁPIDO DE UMA REGIÃO DESPREPARAD A, EXIGIRÁ DE GESTÃO PÚBLICA AÇÕES RÁPIDAS E EFETIVAS 5	PODEM CHEGAR INVESTIME NTOS DESSE TIPO EM CAMPINHOS 3	32
PATRIMÔNIO AMBIENTAL NO CENTRO TRADICIONAL	O PATRIMÔNIO PRESERVADO ATRAI TURISTAS E OUTRAS ATIVIDADES DE LAZER 3	CUIDADO PARA ESTE ADENSAMENTO NÃO IMPACTAR NEGATIVAMENT E O PATRIMÔNIO 1	A PRESERVA ÇÃO DO PATRIMÔNIO O LIMITA A AÇÃO DO MERCADO IMOBILIÁRIO O 3	A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO LIMITA AÇÕES DE AMPLIAÇÃO DA CAPACIDADE VIÁRIA 5	IMPORTANTE LIMITAR A QUANTIDADE DE ÔNIBUS NO TERMINAL DE ÔNIBUS DO CENTRO PARA EVITAR IMPACTO NO PATRIMÔNIO 1	A CRIAÇÃO DO CORREDOR DE ACESSO AO AEROPORTO DEVE SE ATENTAR PARA A PRESENÇA DO PATRIMÔNIO AMBIENTAL NO LOCAL. 1		OS USOS DE UM SUBCENTRO NA REGIÃO DE CAMPINHOS DEVE PLANEJAR PARA NÃO IMPACTAR O PATRIMÔNIO AMBIENTAL DO LOCAL 1	OCUPAÇÕES A IMÓVEIS ANTIGOS E ABANDONADOS PODEM OCORRER, ASSIM COMO A DESTINAÇÃO DESTES IMÓVEIS A HABITAÇÃO POPULAR APÓS RECUPERAÇÃO 1	NECESSIDADE E INTERAÇÃO COM ENTIDADES ESPECIALIZAD AS PARA GESTÃO DO PATRIMÔNIO 5	SÍTIOS HISTÓRICO S PODEM SER RECUPERA DOS CRIANDO IMPORTANT ES ESPAÇOS PÚBLICOS PARA CIDADE 1	22

VARIÁVEL/ VARIÁVEL	QUANTIDADE DE POPULAÇÃO POLARIZADA	ADENSAMENTO DAS TERRAS DENTRO DO ANEL RODOVIÁRIO	PRODUÇÃO DO MERCADO IMOBILIÁRIO	CAPACIDADE VIÁRIA DO CENTRO TRADICIONAL	OFERTA DE LINHAS DE ÔNIBUS NA PERIFERIA	FLUXO DE VEÍCULOS EM FUNÇÃO DO NOVO AEROPORTO	PATRIMÔNIO AMBIENTAL NO CENTRO TRADICIONAL	SUBCENTROS DE COMÉRCIO E SERVIÇOS	OCUPAÇÕES PRECÁRIAS EM ÁREA IRREGULAR	EFETIVIDADE DA GESTÃO NA APLICAÇÃO DA POLÍTICAS URBANAS	NÚMERO DE ESPAÇOS PÚBLICOS DE QUALIDADE	PODER DE INFLUÊNCIA
SUBCENTROS DE COMÉRCIO E SERVIÇOS	OS SUBCENTROS DILUEM A POPULAÇÃO PELO TERRITÓRIO DA CIDADE	SUBCENTROS ESTIMULAM OCUPAÇÕES NO SEU ENTORNO	AQUECIMENTO DO MERCADO IMOBILIÁRIO NO ENTORNO DOS SUBCENTROS	DILUIÇÃO DO FLUXO DE VEÍCULO DO CENTRO PARA OS SUBCENTROS ⁴	REDISTRIBUIÇÃO DAS LINHAS DE ÔNIBUS PARA OS SUBCENTROS E NÃO APENAS PARA O CENTRO TRADICIONAL	CAMPINHOS TENDE A SE TORNAR UM NOVO SUBCENTRO PARA A CIDADE	A DILUIÇÃO DOS USOS DE COMÉRCIO E SERVIÇO POR TODO O TERRITÓRIO DIMINUI A PRESSÃO EM CIMA DO PATRIMÔNIO EXISTENTE NO CENTRO TRADICIONAL ³		SUBCENTROS COMERCIAIS ATRAEM OCUPAÇÃO RÁPIDA DO SEU ENTORNO E PODE ESTIMULAR HABITAÇÕES PRECÁRIAS ¹	GESTÃO INTEGRADA ENTRE URBANISMO E SOCIOECONOMIA PARA MANTER O CENTRO E OS SUBCENTROS DINÂMICOS ¹	IMPORTANTE E URBANIZAÇÃO DE ESPAÇOS PÚBLICOS PARA CONTRIBUIR COM A ESTRUTURA URBANA DOS SUBCENTROS	21

VARIÁVEL/ VARIÁVEL	QUANTIDADE DE POPULAÇÃO POLARIZADA	ADENSAMENTO DAS TERRAS DENTRO DO ANEL RODOVIÁRIO	PRODUÇÃO DO MERCADO IMOBILIÁRI O	CAPACIDADE VIÁRIA DO CENTRO TRADICIONAL	OFERTA DE LINHAS DE ÔNIBUS NA PERIFERIA	FLUXO DE VEÍCULOS EM FUNÇÃO DO NOVO AEROPORTO	PATRIMÔNIO AMBIENTAL NO CENTRO TRADICIONAL	SUBCENTROS DE COMÉRCIO E SERVIÇOS	OCUPAÇÕES PRECÁRIAS EM ÁREA IRREGULAR	EFETIVIDADE DA GESTÃO NA APLICAÇÃO DA POLÍTICAS URBANAS	NÚMERO DE ESPAÇOS PÚBLICOS DE QUALIDADE	PODER DE INFLUÊNCIA
OCUPAÇÕES PRECÁRIAS EM ÁREA IRREGULAR	PESSOAS COM POUCO PODER AQUISITIVO BUSCAM HOSPEDAGE M EM OCUPAÇÕES PRECÁRIAS 1	A DEPENDER DO CUSTO DA TERRA DENTRO DO ANEL, AS HABITAÇÕES PRECÁRIAS SE CONCENTRAM NAS FRANJAS DA CIDADE 5	A LÓGICA DO MERCADO IMOBILIÁRI O EXPULSA AS PESSOAS DE BAIXA RENDA PARA A PERIFERIA 3	POUCA INTERAÇÃO. NO CENTRO NÃO SÃO VISTAS OCUPAÇÕES PRECÁRIAS 1	AS OCUPAÇÕES PRECÁRIAS E IRREGULARES SE CONCENTRAM NA PERIFERIA 5	VALORIZAÇÃO E CONSEQUENTES INTERVENÇÕES URBANAS NA ÁREA DE CAMPINHOS PODE EXPULSAR MORADORES EM SITUAÇÃO VULNERÁVEL 1	ALGUMAS DESTAS OCUPAÇÕES PODEM SER EM EDIFÍCIO COM VALOR HISTÓRICO E CULTURAL 1	RISCO DE SURGIMENTO DE OCUPAÇÕES IRREGULARES NAS PROXIMIDADES DO SUBCENTRO1		O DESAFIO DA HABITAÇÃO DE QUALIDADE É E REGULAR É GRANDE PARA O MUNICÍPIO. NECESSIDADE DE BARRAR A OCUPAÇÃO PRINCIPALMEN TE EM ÁREAS DE PROTEÇÃO AMBIENTAL5	OS ASSENTAM ENTOS PRECÁRIOS SÃO EXTREMAM ENTE POBRES TAMBÉM NO QUESITO ESPAÇO PÚBLICO 3	26
EFETIVIDADE DA GESTÃO NA APLICAÇÃO DA POLÍTICAS URBANAS	GERIR OS IMPACTOS DO FLUXO DIÁRIO DESTA POPULAÇÃO, COMO OFERTA DE SERVIÇOS E MOBILIDADE URBANA 5	APLICAR E FISCALIZAR O CUMPRIMENTO DAS DIRETRIZES E PARÂMETROS URBANÍSTICOS 5	NÃO PERMITIR QUE O MERCADO IMOBILIÁRI O GANHE FORÇA PARA E AUTONOMIA NA CONSTRUÇ ÃO DO ESPAÇO URBANO 5	ESTRATÉGIA DE DESCENTRALIZ AÇÃO DOS USOS, SEM NO ENTANTO ENFRAQUECE R O CENTRO TRADICIONAL 5	GARANTIR O DIREITO A MOBILIDADE URBANA 5	DEFINIÇÃO E PLANEJAMENTO DOS VETORES DE CRESCIMENTO PRINCIPALMENTE NO ENTORNO DO NOVO AEROPORTO 5	DEFINIÇÃO DE AÇÕES PARA IDENTIFICAÇÃO E PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO AMBIENTAL 5	ESTRATÉGIA DE DESCENTRALIZ AÇÃO DOS USOS, SEM NO ENTANTO ENFRAQUECER O CENTRO TRADICIONAL 5	REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA, CONTROLE DE OCUPAÇÕES IRREGULARES, RELOCAÇÃO DAS FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE RISCO 5		INVESTIME NTO EM ESPAÇOS PÚBLICOS PRINCIPAL MENTE NOS BAIRROS MAIS POBRES 5	50

VARIÁVEL/ VARIÁVEL	QUANTIDADE DE POPULAÇÃO POLARIZADA	ADENSAMENTO DAS TERRAS DENTRO DO ANEL RODOVIÁRIO	PRODUÇÃO DO MERCADO IMOBILIÁRI O	CAPACIDADE VIÁRIA DO CENTRO TRADICIONAL	OFERTA DE LINHAS DE ÔNIBUS NA PERIFERIA	FLUXO DE VEÍCULOS EM CAMPINHOS EM FUNÇÃO DO NOVO AEROPORTO	PATRIMÔNIO AMBIENTAL NO CENTRO TRADICIONAL	SUBCENTROS DE COMÉRCIO E SERVIÇOS	OCUPAÇÕES PRECÁRIAS EM ÁREA IRREGULAR	EFETIVIDADE DA GESTÃO NA APLICAÇÃO DA POLÍTICAS URBANAS	NÚMERO DE ESPAÇOS PÚBLICOS DE QUALIDADE	PODER DE INFLUÊNCIA
NÚMERO DE ESPAÇOS PÚBLICOS DE QUALIDADE	1	IMPORTANTE A RESERVA DE ESPAÇO PÚBLICOS PARA ÁREAS PLANEJADAS PARA SEREM ADENSADAS 3	LOCALIDAD ES COM ESPAÇOS PÚBLICOS DE QUALIDADE VALORIZAM O VALOR DA TERRA 3	NECESSIDADE DE REDEFINIÇÃO DOS USOS E FLUXOS. VIAS ANTES UTILIZADAS POR VEÍCULOS PODEM VIRAR ESPAÇOS PÚBLICOS E VIAS EXCLUSIVAS PARA PEDESTRE 3	APROVEITAME NTO DE ESPAÇOS PÚBLICOS PARA A CRIAÇÃO DE TERMINAIS DE ÔNIBUS 1	COM O FORTALECIMENTO DESTE SUBCENTRO TORNA-SE MAIS IMPORTANTE A CRIAÇÃO DE ESPAÇOS PÚBLICOS NA REGIÃO QUE TENDE A ADENSAR 1	SÍTIOS PODEM SER PRESERVADOSAT RÁVES DE INTERVENÇÕES NOS ESPAÇO PÚBLICO 3	NECESSIDADE DE ESTRUTURAR ESTES SUBCENTROS COM ESPAÇOS PÚBLICOS MULTIFUNCIÓN AIS 1	ESPAÇOS URBANOS QUALIFICADOS CONTRIBUEM PARA A MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA DE POPULAÇÕES EM ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS 1	ESPAÇOS PÚBLICOS SÃO ELEMENTOS FUNDAMENTAI S PARA GARANTIR AS VIVÊNCIAS E EXPERIÊNCIAS DE UMA CIDADE 1		1618
GRAU DE DEPENDÊNCI A	20	28	36	38	33	24	28	32	26	34	24	323

Fonte: Adaptado de Godet, 1995; Macroplan, 1996 apud Buarque, 2003.

Quadro 46 - Interação variável x tema –Infraestrutura

SUBTEMA	ASPECTO DESTACADO	INTERAÇÃO COM OUTROS TEMAS			
		SOCIOECONOMIA	MEIO AMBIENTE	GESTÃO	URBANISMO
ABASTECIMENTO DE ÁGUA	6 FORMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA PRESENTES NO MUNICÍPIO	RENDA IMPACTA DIRETAMENTE NA FORMA ADOTADA, QUANDO DA INEXISTÊNCIA DE REDE GERAL	UTILIZAÇÃO SUSTENTÁVEL DA ÁGUA SUBTERRÂNEA	FORTALECIMENTO DE AÇÕES PARA MANUTENÇÃO, OPERAÇÃO E DISSEMINAÇÃO DE BOAS PRÁTICAS DE TRATAMENTO DA ÁGUA UTILIZADA ATRAVÉS DE SOLUÇÕES ALTERNATIVAS	A EXISTÊNCIA DE FORMAS DE ABASTECIMENTO POSSIBILITA A MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES URBANAS E SUA EXPANSÃO. ÁREAS QUE NÃO DISPÕEM DOS SERVIÇOS, OU TEM SEU ACESSO DIFICULTADO, NO PANORAMA ATUAL TENDEM A SOFRER COM ÊXODO POPULACIONAL, O QUE VAI IMPACTAR DIRETAMENTE NO AUMENTO DA POPULAÇÃO DA SEDE MUNICIPAL

SUBTEMA	ASPECTO DESTACADO	INTERAÇÃO COM OUTROS TEMAS			
		SOCIOECONOMIA	MEIO AMBIENTE	GESTÃO	URBANISMO
	O SISTEMA ATUAL NÃO TEM CAPACIDADE DE ATENDER A TODA A DEMANDA EXISTENTE, NEM A FUTURA, SENDO NECESSÁRIO A IMPLANTAÇÃO DE NOVA BARRAGEM OU OUTRA ALTERNATIVA DE INCREMENTO.	NECESSIDADE DE INVESTIMENTOS PARA AUMENTAR A OFERTA HÍDRICA (COM CONSTRUÇÃO DE BARRAGENS) E PARA REQUALIFICAÇÃO DA REDE, VISANDO POSSIBILITAR A EXPANSÃO	NECESSIDADE DE PRESERVAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS E RECUPERAÇÃO DE NASCENTES, BEM COMO MANUTENÇÃO DO AQUÍFERO A FIM DE MANTER E AUMENTAR A OFERTA DE ÁGUA	FORTALECIMENTO DA GESTÃO DOS SERVIÇOS NO SENTIDO DE PRESSIONAR A CONCESSIONÁRIA À ESTABELECEER METAS DE INVESTIMENTO, ALÉM DE ATUAR EM CONJUNTO PARA CAPTAR RECURSOS DA FONTES DISPONPONÍVEIS	A EVOLUÇÃO E MANUTENÇÃO DA POPULAÇÃO E ATIVIDADE EXISTENTES HOJE, JÁ DEPENDEM DA GARANTIA DE AUMENTO DA OFERTA HÍDRICA DISPONÍVEL. ESSE FATOR ASSOCIADO ÀQUELES QUE IMPULSIONARAM O CRESCIMENTO NATURAL DA POPULAÇÃO PRESSIONAM AINDA MAIS É IMEDIATA A NECESSIDA DE FORMULAÇÃO DE UMA ESTRATÉGIA EFICAZ, PARA AUMENTAR A REFERIDA OFERTA.
	O SAA DA EMBASA É FORMA DE ABASTECIMENTO EM 8, DOS 12 DISTRITOS, MAS NÃO DE FORMA SIGNIFICATIVA.	NECESSIDADE DE INVESTIMENTOS PARA AUMENTAR A OFERTA HÍDRICA (COM CONSTRUÇÃO DE BARRAGENS) E PARA REQUALIFICAÇÃO DA REDE, VISANDO POSSIBILITAR A EXPANSÃO	FONTES DE ÁGUA ESCASSAS E SERIAMENTE AFETADAS PELAS ATIVIDADES HUMANAS (DESMATAMENTO, CONTAMINAÇÃO E DESEQUILÍBRIO ENTRE OS DIVERSOS USOS)	FORTALECIMENTO DA GESTÃO DOS SERVIÇOS NO SENTIDO DE PRESSIONAR A CONCESSIONÁRIA À ESTABELECEER METAS DE INVESTIMENTO, ALÉM DE ATUAR EM CONJUNTO PARA CAPTAR RECURSOS DA FONTES DISPONPONÍVEIS	O TAMANHO DO MUNICÍPIO E A DISPONIBILIDADE DE FONTES DE ABASTECIMENTO DIFICULTA O ATENDIMENTO POR PARTE DA CONCESSIONÁRIA EM ÁREAS MAIS DISTANTES DA SEDE. CONTUDO SISTEMAS DE ABASTECIMENTO LOCAIS PODERAM SER IMPLANTADOS

SUBTEMA	ASPECTO DESTACADO	INTERAÇÃO COM OUTROS TEMAS			
		SOCIOECONOMIA	MEIO AMBIENTE	GESTÃO	URBANISMO
	O ABASTECIMENTO NA SEDE MUNICIPAL É UNIVERSAL.	POPULAÇÃO É MAIS AFETADA PELA FREQUENCIA DE DESABASTECIMENTO DEVIDO À OFERTA HÍDRICA ESTAR EM DESEQUILÍBRIO COM A DEMANDA	UTILIZAÇÃO SUSTENTÁVEL DA ÁGUA SUBTERRÂNEA, PRESERVAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS E RECUPERAÇÃO DE NASCENTES, BEM COMO MANUTENÇÃO DO AQUIFERO	DEPENDERÁ DE GESTÃO INSTITUCIONAL FISCALIZAR O AVANÇO DA QUALIDADE DO SISTEMA, REDUÇÃO DE MANOBRAS E INTERMITÊNCIA, JÁ QUE O ACESSO FOI UNIVERSALIZADO NA ÁREA URBANA DA SEDE	AS REDES NECESSITAM DE REQUALIFICAÇÃO CONSTANTE PARA A GARANTIA DA QUALIDADE DO SERVIÇO, DESSA FORMA A EXISTÊNCIA DE UM CADASTRO É IMPORTANTE PARA GUIAR TANTO A OPERAÇÃO, QUANDO A EXPANSÃO DA MESMA
	OS POÇOS PARTICULARES SÃO FONTE DE ÁGUA EM TODOS OS DISTRITOS E NA SEDE	RENDA IMPACTA DIRETAMENTE NA FORMA ADOTADA, QUANDO DA INEXISTÊNCIA DE REDE GERAL	UTILIZAÇÃO SUSTENTÁVEL DA ÁGUA SUBTERRÂNEA, PRESERVAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS E RECUPERAÇÃO DE NASCENTES, BEM COMO MANUTENÇÃO DO AQUIFERO	FORTALECIMENTO DE AÇÕES PARA MANUTENÇÃO, OPERAÇÃO E DISSEMINAÇÃO DE BOAS PRÁTICAS DE TRATAMENTO DA ÁGUA UTILIZADA ATRAVÉS DE SOLUÇÕES ALTERNATIVAS	NECESSIDADE DA CRIAÇÃO DE UM CADASTRO DE POÇOS, OU DE UMA METODOLOGIA QUE OBRIGUE OS USUÁRIOS E FUTUROS USUÁRIOS DE POÇOS FAÇAM O CADASTRO DE SEU POÇO - EM ÂBITO MUNICIPAL ASSOCIADO AO ESTADO (INEMA)

SUBTEMA	ASPECTO DESTACADO	INTERAÇÃO COM OUTROS TEMAS			
		SOCIOECONOMIA	MEIO AMBIENTE	GESTÃO	URBANISMO
	AS CISTERNAS E CAMINHÃO PIPA SÃO FORMAS DE ABASTECIMENTO EM 11, DOS 12 DISTRITOS	RENDA IMPACTA DIRETAMENTE NA FORMA ADOTADA, QUANDO DA INEXISTÊNCIA DE REDE GERAL	O CAMINHÃO-PIPA DEPENDE DE UMA FONTE DE ÁGUA E DE MANUTENÇÃO. IMPORTANTE TER CUIDADO COM A QUALIDADE DESSAS FONTES E DE COMO ESTÃO SENDO REALIZADAS A MANUTENÇÃO DESSAS ESTRUTURAS PARA NÃO IMPACTAR OS RECURSOS	NECESSIDADE DE MAIOR ATENÇÃO DO GOVERNO MUNICIPAL AO ACESSO A SERVIÇOS DE SANEAMENTO DE QUALIDADE ADEQUADOS À REALIDADE LOCAL	AS CISTERNAS PODEM SER UM DISPOSITIVO OBRIGATÓRIO NA SEDE MUNICIPAL (EM CONDOMÍNIOS) A PARTIR DE ÁREAS CONSTRUÍDAS DA ORDEM DE 200 M ² E NUMEROS DE EDIFICAÇÕES. ALÉM DISSO, ELAS PODEM SER INCLUÍDAS NA POLÍTICA PÚBLICA COMO FONTE ADICIONAL DE ÁGUA, VISTO QUE O MUNICÍPIO ESTÁ INSERIDO EM SEMIÁRIDO E PASSA POR PERÍODOS EXTENSOS DE ESTIAGEM.
	ALÉM DOS MANACIAIS QUE ABASTECEM O SAA, OS POÇOS TUBULARES E ARTESIANOS SÃO UMA FORMA REPRESENTATIVA DE ABASTECIMENTO NO MUNICÍPIO.	RENDA IMPACTA DIRETAMENTE NA FORMA ADOTADA, QUANDO DA INEXISTÊNCIA DE REDE GERAL	NECESSIDADE DA UTILIZAÇÃO SUSTENTÁVEL DA ÁGUA SUBTERRÂNEA, PRESERVAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS E RECUPERAÇÃO DE NASCENTES, BEM COMO MANUTENÇÃO DO AQUIFERO	FORTALECIMENTO DE AÇÕES PARA MANUTENÇÃO, OPERAÇÃO E DISSEMINAÇÃO DE BOAS PRÁTICAS DE TRATAMENTO DA ÁGUA UTILIZADA ATRAVÉS DE SOLUÇÕES ALTERNATIVAS	NECESSIDADE DA CRIAÇÃO DE UM CADASTRO DE POÇOS, OU DE UMA METODOLOGIA QUE OBRIGUE OS USUÁRIOS E FUTUROS USUÁRIOS DE POÇOS FAÇAM O CADASTRO DE SEU POÇO - EM ÂBITO MUNICIPAL ASSOCIADO AO ESTADO (INEMA)
	OS SISTEMAS SIMPLIFICADOS IMPLANTADO PELA CERB ESTÃO PRESENTES EM 10 DISTRITOS	EM MUITOS LUGARES A POPULAÇÃO NÃO SE EMPORERA DA MANUTENÇÃO DO SISTEMA OU ENTENDE QUE FAZ PARTE A UTILIZAÇÃO CONSCIENTE DO RECURSO DISPONIVEL	NECESSIDADE DE UTILIZAÇÃO SUSTENTÁVEL DA ÁGUA SUBTERRÂNEA, PRESERVAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS E RECUPERAÇÃO DE NASCENTES, BEM COMO	NECESSIDADE DA CRIAÇÃO DE UM CADASTRO DE POÇOS, E MAIOR GESTÃO SOBRE ESSES SISTEMAS - CRIAÇÃO DE MODELOS DE GESTÃO DESCENTRALIZADA	

SUBTEMA	ASPECTO DESTACADO	INTERAÇÃO COM OUTROS TEMAS			
		SOCIOECONOMIA	MEIO AMBIENTE	GESTÃO	URBANISMO
			MANUTENÇÃO DO AQUÍFERO		
ESGOTAMENTO SANITÁRIO	CINCO TIPOS DE SOLUÇÃO PARA ESGOTAMENTO IDENTIFICADAS NO MUNICÍPIO	RENDIA IMPACTA DIRETAMENTE NA FORMA ADOTADA, QUANDO DA EXISTÊNCIA DE DE GERAL, COM POSSIBILIDADE DE AFETAR A SAÚDE	REUSO DE ÁGUAS CINZAS EM CULTIVOS E HORTAS FAMILIARES	POTENCIAL PARA GERAÇÃO DE RENDIA COM O REÚDO DE ÁGUAS RESIDUÁRIAS	
	ALÉM DA SEDE, SOMENTO O DISTRITO DE JOSÉ GONÇALVES POSSUI REDE COLETORA	A POPULAÇÃO NÃO COMPREENDE O ESGOTAMENTO SANITÁRIO COMO SERVIÇO NECESSÁRIO, UMA VEZ QUE A POSSIBILIDADE DE UTILIZAÇÃO DE FOSSAS ABSORVENTES ATENDE ÀS NECESSIDADES PONTUAIS	POSSÍVEL CONTAMINAÇÃO DE MANANCIAIS E SOLO	A GESTÃO MUNICIPAL NÃO DÁ ATENÇÃO ÀS QUESTÕES DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO DO MUNICÍPIO. É PRECISO INCENTIVAR/ DESENVOLVIMÉR AÇÕES PARA IMPLANTAÇÃO DE SISTEMAS LOCAIS DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO, OU SOLUÇÕES DE ECOSSANEAMENTO NA ZONA RURAL É UM DESAFIO DO SANEAMENTO BÁSICO	

SUBTEMA	ASPECTO DESTACADO	INTERAÇÃO COM OUTROS TEMAS			
		SOCIOECONOMIA	MEIO AMBIENTE	GESTÃO	URBANISMO
	INDICE ELEVADO DA UTILIZAÇÃO DE FOSSAS ABSORVENTES (MAJORITÁRIA EM TODOS OS DISTRITOS) E DE LANÇAMENTO NA REDE PLUVIAL E CORPOS HÍDRICOS	POTENCIAL PARA PROLIFERAÇÃO DE DOENÇAS E VETORES	POSSÍVEL CONTAMINAÇÃO DE MANANCIAIS E SOLO	A EMBASA POSSUI O PROGRAMA "CAÇA ESGOTO" PARA IDENTIFICAR LIGAÇÕES CLANDESTINAS DE ESGOTO NA DRENAGEM, ALÉM DE CAPTAR MAIS LIGAÇÕES DOMICILIARES. CONTUDO, O FATO DE A DESPESA DE LIGAÇÃO À REDE SER DE RESPONSABILIDADE DO MORADOR DESESTIMULA A LIGAÇÃO COMPULSÓRIA. EM OUTROS ESTADOS OS MUNICÍPIOS JÁ REALIZAM AÇÕES COM PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE E CONCESSIONÁRIA PARA REALIZAÇÃO DE LIGAÇÕES SEM CUSTO, BEM COMO AÇÕES DE CONCIÊNCIA DA NECESSIDADE DE PAGAMENTO DA TAXA	
	EM 20 ANOS A COBERTURA DE REDE GERAL COLETORA DE ESGOTO AUMENTOU 61,83%	ÁREAS COM CONDIÇÕES SOCIOECONÔMICAS PRECÁRIAS, CONSEQUENTEMENTE POSSUEM CONDIÇÕES DE ACESSO AO ESGOTAMENTO SANITÁRIO TAMBÉM PRECÁRIOS	REDUÇÃO DA CARGA ORGANICA LANÇADA SOBRETUDO NO RIO VERRUGA. CONTUDO, AS LIGAÇÕES CLANDESTINAS NO RIO, E NAS GALERIAS DA REDE DE DRENAGEM PERSISTE, PROVOCANDO A DEGRADAÇÃO TAMBÉM DAS LAGOAS URBANAS	INCENTIVOS DO PAC PARA A AMPLIAÇÃO DO SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO NA SEDE MUNICIPAL, DEVIDO AO CENÁRIO NACIONAL E BOM HISTÓRICO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DO MUNICÍPIO	OBRAS DE INFRAESTRUTURA ALTERANDO AS VIAS, A MOBILIDADE E A PAISAGEM POR UM TEMPO CURTO, LONGO OU DEFINITIVAMENTE.

SUBTEMA	ASPECTO DESTACADO	INTERAÇÃO COM OUTROS TEMAS			
		SOCIOECONOMIA	MEIO AMBIENTE	GESTÃO	URBANISMO
	O LANÇAMENTO DE ESGOTO A CÉU ABERTO É CONSIDERADO UM PROBLEMA NOS LOCAIS QUE TEM PAVIMENTO E ESSE LANÇAMENTO É FEITO NAS RUAS, PORÉM QUANDO SE DISPÕE NO TERRENO NÃO É VISTO COMO PROBLEMA.	POTENCIAL PARA PROLIFERAÇÃO DE DOENÇAS E VETORES	CONTAMINAÇÃO DE MANANCIAIS E SOLO	POUCA ATUAÇÃO NA ZONA RURAL EM RELAÇÃO À SOLUÇÕES DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO	AREAS POUCO URBANIZADAS E COM POUCA OCORRENCIA DE INUNDAÇÕES TENDEM A SE PREOCUPAR MENOS COM A FALTA DE SOLUÇÕES ADEQUADAS DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO. NECESSIDADE DE REALIZAÇÃO DE OBRAS
	AS FOSSAS SÓ SÃO CONSIDERADAS UM PROBLEMA QUANDO O TERRENO É IMPERMEÁVEL E A MESMA ENCHE.	POTENCIAL PARA PROLIFERAÇÃO DE DOENÇAS E VETORES	CONTAMINAÇÃO DE MANANCIAIS E SOLO	POUCA ATUAÇÃO NA ZONA RURAL EM RELAÇÃO À SOLUÇÕES DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO	AREAS POUCO URBANIZADAS E COM POUCA OCORRENCIA DE INUNDAÇÕES TENDEM A SE PREOCUPAR MENOS COM A FALTA DE SOLUÇÕES ADEQUADAS DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO
RESÍDUOS SÓLIDOS	O MUNICÍPIO CONTA COM 01 CÉLULA DO ATERRO SANITÁRIO EM OPERAÇÃO E OUTRA EM CONSTRUÇÃO E 01 GALPÃO DE RECILAGEM.	EXISTEM CATADORES AUTONOMOS QUE PODERIAM SER INCLUÍDOS EM UM SISTEMA DE COLETA SELETIVA	AO MESMO TEMPO QUE O ATERRO É UMA ÁREA DE PASSIVO AMBIENTAL, ELE EVITA QUE MUITAS ÁREAS DO MUNICÍPIO SEJAM UTILIZADOS COMO VAZadouros INADEQUADOS	MUNICÍPIO IMPLANTOU SEU ATERRO APÓS A ELABORAÇÃO DO PLANO DE SANEAMENTO AMBIENTAL, CONTUDO NÃO DEU CONTINUIDADE AO PROGRAMA DE COLETA SELETIVA, NEM IMPLANTOU CENTRAL DE TRIAGEM E COMPOSTAGEM	AFETA A ÁREA NO ENTRONO, E MUITAS VEZES MORADORES RECLAMA DA DESVALORIZAÇÃO DO TERRENO OU CASA.

SUBTEMA	ASPECTO DESTACADO	INTERAÇÃO COM OUTROS TEMAS			
		SOCIOECONOMIA	MEIO AMBIENTE	GESTÃO	URBANISMO
	OS SERVIÇOS DE LIMPEZA PÚBLICA SÃO ADMINISTRADOS DIRETAMENTE PELA PREFEITURA MUNICIPAL ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS		A ADMINISTRAÇÃO NÃO POSSUI CAPACIDADE SUFICIENTE PARA FISCALIZAR DISPOSIÇÃO INADEQUADA DE RESÍDUOS EM TERRENOS AFASTADOS E ABANDONADOS	A GESTÃO DOS SERVIÇOS DE RESÍDUOS SÓLIDOS É DEFICIENTE, UMA VEZ QUE A SECRETARIA TEM POUCO CONTROLE A RESPEITO DOS DADO DE COLETA E DA COLETA EM SI.	
	A COLETA E TRANSPORTE SÃO REALIZADOS PELA EMPRESA TORRE EMPREENDIMENTO RURAL E CONSTRUÇÃO LTDA, CONTRATADA PELO MUNICÍPIO			A TORRE DETEM A CONCESSÃO A MAIS DE 10 ANOS	

SUBTEMA	ASPECTO DESTACADO	INTERAÇÃO COM OUTROS TEMAS			
		SOCIOECONOMIA	MEIO AMBIENTE	GESTÃO	URBANISMO
	SERVIÇO DE COLETA É CONSIDERADO SATISFATÓRIO PELOS MORADORES, UMA VEZ QUE VEÍCULOS ALTERNATIVOS SÃO UTILIZADOS PAR AMAPLIAR O TENDIMENTO	PARA A POPULAÇÃO A SATISFAÇÃO EM RELAÇÃO AO SERVIÇO SE REFERE A EXISTÊNCIA. CONTUDO, IDENTIFICOU-SE A EXISTÊNCIA DE DIVEROSOS LOCAIS DE ACUMULO DE RESÍDUOS, QUE MOSTRA DEFICIÊNCIA NA COMPREENSÃO DE QUE A EDUCAÇÃO AMBIENTAL FAZ PARTE DO COTIDIANO E FAVORECE AO BEM ESTAR DA COMUNIDADE. ÁREAS COM MENOR FREQUÊNCIA NA COLETA TENDEM A TER MAIS ÁREAS DE CÚMULO INADEQUADO DE RESÍDUOS		NECESSIDADE DE COMPLEMENTAÇÃO DA FROTA, AMPLIAÇÃO DO ATERRO, INCLUSÃO DE ALTERNATIVAS COMO COLETA SELETIVA E GALPÃO DE COMPOSTAGEM (QUE REDUZIRIA O VOLUME DE RESÍDUOS ENVIADA AO ATERRO)	A EXPANSÃO URBANA DIFUSA DIFICULTA O PLANEJAMNETO DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO
	A RESPONSABILIDADE PELA DESTINAÇÃO FINAL DOS RESÍDUOS DE SAÚDE FOI DELEGADA AOS EMPREENDIMENTOS PRODUTORES EM 2010.		NÃO HÁ CLAREZA DO LOCAL NEM MÉTODOS DE DESTINAÇÃO DESSES RESÍDUOS	OS BANCOS DE DADOS DE LICENCIAMENTO DE EMPREENDIMENTOS QUE GERAM RESÍDUOS ESPECIAIS COM OS BANCO DE DADOS DA SESEP	

SUBTEMA	ASPECTO DESTACADO	INTERAÇÃO COM OUTROS TEMAS			
		SOCIOECONOMIA	MEIO AMBIENTE	GESTÃO	URBANISMO
DRENAGEM URBANA	O MODELO EXISTENTE, IMPLANTADO NOS MOLDES TRADICIONAIS, NÃO ATENDE À DEMANDA DO ESCOAMENTO, O QUE ACARRETA INUNDAÇÕES NOS EVENTOS DE INTENSAS CHUVAS	IMPACTO DE ENCHENTES NAS ATIVIDADES DA POPULAÇÃO.	SERRA DO PERIPERI OCUPADA SEM O PLANEJAMENTO DE UMA REDE DE DRENAGEM QUE AMORTEÇA O ESCOAMENTO SUPERFICIAL AUMENTADO PELA IMPERMEABILIZAÇÃO	ÁREAS CENTRAIS NÃO POSSUEM REDE DE DRENAGEM ADENSADAS.	IMPACTO DE ENCHENTES NA MOBILIDADE E EQUIPAMENTOS PÚBLICOS E PRIVADOS. A REDE DE DRENAGEM NÃO ACOMPANHOU O AVANÇO DA OCUPAÇÃO DO MUNICÍPIO. FAZ SE NECESSÁRIO A AMPLIAÇÃO DO SISTEMA, ADOTANDO SOBRETUDO UMA LÓGICA DE MANEJO SUSTENTÁVEL, QUE PRIORIZE AÇÕES DE CONTEÇÃO (PAVIMENTAÇÃO PERMEÁVEL, VALAS DE INFILTRAÇÃO, BACIAS DE CONTENÇÃO E DETENÇÃO), PARA QUE O PROBLEMA EXISTENTE SEJA MINIMIZADO, PENSANDO NO LONGO PRAZO E NÃO APENAS EM SOLUÇÕES EMERGENCIAIS
	AS REDES DO SISTEMA SÃO POUCO CONHECIDAS E NÃO ESTÃO CADASTRADAS		NÃO HÁ CLAREZA TOTAL NA INTEGRAÇÃO ENTRE OS CANAIS DE DRENAGEM E A DRENAGEM NATURAL	MELHORIA NA GESTÃO DO SERVIÇO. PASTA SECRETARIA FIXA, SEM MEMÓRIA SISTEMATIZADA DE PROJETOS E REDE EXISTENTE	CONFLITO DE ALOCAÇÃO DE ESPAÇOS
	CERCA DE 70% DA POPULAÇÃO URBANA ESTÁ ALOCADA NA DRENAGEM DO RIO VERRUGA	OCUPAÇÃO DE ÁREAS DE INUNDAÇÃO. TAMPONAMENTO DO RIO VERRUGA.	GRANDE PARTE DA POPULAÇÃO URBANA VIVENDO NA CALHA DE INUNDAÇÃO DO RIO VERRUGA	NÃO EXISTEM MEDIDAS/REGRAMENTO PARA OCUPAÇÃO DA VÁRZEA DO VERRUGA E OUTROS RIOS	PLANEJAR ZONEAMENTO DE MODO QUE O VERRUGA SEJA INTEGRADO À DINÂMICA DA URBANIZAÇÃO DE MODO MAIS HARMÔNICO E OS PREJUÍZOS A ELE SEJAM REDUZIDOS

SUBTEMA	ASPECTO DESTACADO	INTERAÇÃO COM OUTROS TEMAS			
		SOCIOECONOMIA	MEIO AMBIENTE	GESTÃO	URBANISMO
	EXISTEM LIGAÇÕES DE ESGOTO NA REDE DE DRENAGEM NA SEDE MUNICIPAL E NA SEDE DE SÃO SEBASTIÃO	INCOMODO DA POPULAÇÃO COM A EXISTENCIA DAS GALERIAS DEVIDO AO DEPOSITO DE RESÍDUOS E DESPEJOS DE ESGOTO BRUTO	CONTAMINAÇÃO DE MANANCIAS E SOLO. A ÁGUA DAS ESCOADA NOS CANAIS DE MACRODRENAGEM, PODERIAM SER AMAZENADAS E TRATADAS EM BACIAS DE CONTENÇÃO PARA SEREM UTILIZADAS COMO REÚSO EM FINS MENOS NOBRES (LAVAGEM, IRRIGAÇÃO DE ÁREAS PÚBLICAS, RECARGA DE AQUIFERO, INDUSTRIAL)	A EMBASA POSSUI PROGRAMA DE CAÇA ESGOTO PARA IDENTIFICAR LIGAÇÕES CLANDESTINAS DE ESGOTO NA DRENAGEM, ALÉM DE CAPTAR MAIS LIGAÇÕES DOMICILIARES. CONTUDO, O FATO DE A DESPESA DE LIGAÇÃO À REDE SER DE RESPONSABILIDADE DO MORADOR DESESTIMULA A LIGAÇÃO COMPULSÓRIA. EM OUTROS ESTADOS OS MUNICÍPIOS JA REALIÇÃO AÇÕES COM PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE E CONCESSIONÁRIA PARA REALIZAÇÃO DE LIGAÇÕES SEM CUSTO, BEM COMO AÇÕES DE CONCIETIZAÇÃO DA NECESSIDADE DE PAGAMENTO DA TAXA	A EXPANSÃO URBANA DIFUSA E RÁPIDA DEMANDA DE SOLUÇÕES A LONGO PRAZO E PENSADAS CUIDADOSAMENTE
ENERGIA ELÉTRICA	A TENSÃO DE DISTRIBUIÇÃO NO MUNICÍPIO É 220 VOLTS.	NECESSIDADE DE REDE ESTÁVEL E ROBUSTA PARA POSSIBILITAR A EXECUÇÃO DE ATIVIDADES, EXPANSÃO ECONÔMICA E EVOLUÇÃO URBANA		CONTROLE DO CADASTRO DA REDE E OSCILAÇÕES DA TENSÃO	A EXPANSÃO URBANA INCENTIVA A EXPANSÃO DA REDE

SUBTEMA	ASPECTO DESTACADO	INTERAÇÃO COM OUTROS TEMAS			
		SOCIOECONOMIA	MEIO AMBIENTE	GESTÃO	URBANISMO
	ESTÃO REGISTRADOS NA ANEEL 39 UNIDADE GERADORAS DE ENERGIA SOLAR DISTRIBUÍDAS PELO MUNICÍPIO, ENTRE RESIDÊNCIAS, COMÉRCIOS E INDÚSTRIAS.	NOVO CAMPO DE MERCADO E SERVIÇO TECNOLÓGICO JÁ INSTALADO NO MUNICÍPIO	APELO MUNDIAL PARA A ADOÇÃO DE TECNOLOGIAS LIMPAS E ENERGIA SUSTENTÁVEL	ESTIMULAR A IMPLANTAÇÃO DE SISTEMAS DE GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA COM RADIAÇÃO SOLAR, INCLUSIVE EM PRÉDIOS PÚBLICOS, REDUZINDO CUSTOS.	APARECE COMO ALTERNATIVA PARA ÁREAS MAIS AFASTADAS SEM CONDIÇÕES DE A CONCESSIONÁRIA ATENDER. POSSIBILIDADE DE REDUÇÃO DE CUSTOS COM O SERVIÇO
TELECOMUNICAÇÕES	VITÓRIA DA CONQUISTA É ATENDIDA COM UMA AMPLA REDE DE TELECOMUNICAÇÕES, FORMADA TANTO POR AGENTE PÚBLICOS, QUANTO PRIVADOS	NECESSIDADE DE REDE ESTÁVEL E ROBUSTA PARA POSSIBILITAR A EXECUÇÃO DE ATIVIDADES, EXPANSÃO ECONÔMICA E EVOLUÇÃO URBANA		GESTÃO JUNTO À EMPRESAR PARA REFORÇO DA REDE	A IMPLANTAÇÃO DE ANTENAS PODE INTERFERIR NO USOS E SER CONFLITANTE COM IMÓVEIS JÁ INSTALADOS.
	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TELEFONIA FIXA, MÓVEL, INTERNET, TV A CABO	SERVIÇOS QUE POSSIBILITAM MAIOR INTERAÇÃO E INFORMAÇÃO DA COMUNIDADE COM O MUNDO.		GESTÃO JUNTO ÀS EMPRESAS PARA AMPLIAÇÃO DO SINAL NA ZONA RURAL	HAVERÁ A NECESSIDADE DE REFORÇO DE REDE DEVIDO IMPLANTAÇÃO DO AEROPORTO E O AUMENTO DA CIRCULAÇÃO DE PASSAGEIROS

Fonte: Fundação Escola Politécnica da Bahia – FEP (2019)

Quadro 47 - Interação variável x variável –Infraestrutura

VARIÁVEL/ VARIÁVEL	COBERTURA DO SERVIÇO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA PELA CONCESSIONÁRIA	EXISTÊNCIA DE SOLUÇÕES ALTERNATIVAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA	DISPONIBILIDADE DE ÁGUA	COBERTURA DO SERVIÇO DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO NA SEDE	IMPLANTAÇÃO DE SOLUÇÕES DE ECOSSANEAMENTO NOS DISTRITOS E LOCALIDADE RURAIS	PERCENTUAL DE TRATAMENTO DE ESGOTO	COBERTURA DO SERVIÇO DE COLETA DE RESÍDUOS DOMÉSTICOS	COBERTURA DO SERVIÇO DE LIMPEZA PÚBLICA (VARRIÇÃO E CAPINAGEM)	VOLUME DE RESÍDUOS COLETADO	VOLUME DE RESÍDUOS DESTINADO AO ATERRO SANITÁRIO	VOLUME DE RESÍDUOS RECICLADOS	EXTENSÃO DA REDE DRENAGEM	OCORRÊNCIA DE ALAGAMENTO	PODER DE INFLUÊNCIA
COBERTURA DO SERVIÇO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA PELA CONCESSIONÁRIA		FORTE ITERAÇÃO. A INEXISTÊNCIA DE REDE DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA DA CONCESSIONÁRIA FAZ COM QUE A POPULAÇÃO BUSQUE/UTILIZE SOLUÇÕES ALTERNATIVAS DE ABASTECIMENTO (5)	O ADENSAMENTO DA REDE DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA DEPENDE DIRETAMENTE DA EXISTÊNCIA DE FONTES DE ÁGUA, OU DA ORFERTA DE ÁGUA DISPONÍVEL (5)	A PRESENÇA DE REDE DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA PODE IMPULSIONAR A IMPLANTAÇÃO DE REDE DE COLETA DE ESGOTO (3)	A EXISTENCIA DE FONTES DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA É ESSENCIAL PARA O DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES, BEM COMO PARA A SOBREVIVENCIA DA POPULAÇÃO. NA FALTA DE REDES DE ABASTECIMENTO DA CONCESSIONÁRIO AS SOLUÇÕES ALTERNATIVAS PODEM GARANTIR A PERMANENCIA DA POPULAÇÃO NO TERRITÓRIO (5)									13
EXISTÊNCIA DE SOLUÇÕES ALTERNATIVAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA	FORTE ITERAÇÃO. A INEXISTÊNCIA DE REDE DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA DA CONCESSIONÁRIA FAZ COM QUE A POPULAÇÃO BUSQUE/UTILIZE SOLUÇÕES ALTERNATIVAS DE ABASTECIMENTO (5)		A EXISTÊNCIA DE FONTES DE ABASTECIMENTO É FATOR DEFINIDOR PARA EXISTÊNCIA DE SOLUÇÕES ALTERNATIVAS (5)											13

VARIÁVEL/ VARIÁVEL	COBERTURA DO SERVIÇO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA PELA CONCESSIONÁRIA	EXISTÊNCIA DE SOLUÇÕES ALTERNATIVAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA	DISPONIBILIDADE DE ÁGUA	COBERTURA DO SERVIÇO DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO NA SEDE	IMPLANTAÇÃO DE SOLUÇÕES DE ECOSSANEAMENTO NOS DISTRITOS E LOCALIDADE RURAIS	PERCENTUAL DE TRATAMENTO DE ESGOTO	COBERTURA DO SERVIÇO DE COLETA DE RESÍDUOS DOMÉSTICOS	COBERTURA DO SERVIÇO DE LIMPEZA PÚBLICA (VARRIÇÃO E CAPINAGEM)	VOLUME DE RESÍDUOS COLETADO	VOLUME DE RESÍDUOS DESTINADO AO ATERRO SANITÁRIO	VOLUME DE RESÍDUOS RECICLADOS	EXTENSÃO DA REDE DRENAGEM	OCORRÊNCIA DE ALAGAMENTO	PODER DE INFLUÊNCIA
DISPONIBILIDADE DE ÁGUA	O ADENSAMENTO DA REDE DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA DEPENDE DIRETAMENTE DA EXISTÊNCIA DE FONTES DE ÁGUA, OU DA ORFERTA DE ÁGUA DISPONÍVEL (5)	A EXISTÊNCIA DE FONTES DE ABASTECIMENTO É FATOR DEFINIDOR PARA EXISTÊNCIA DE SOLUÇÕES ALTERNATIVAS (5)			A EXISTENCIA DE FONTES DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA É ESSENCIAL PARA O DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES, BEM COMO PARA A SOBREVIVENCIA DA POPULAÇÃO. NA FALTA DE REDES DE ABASTECIMENTO DA CONCESSIONÁRIO AS SOLUÇÕES ALTERNATIVAS PODEM GARANTIR A PERMANENCIA DA POPULAÇÃO NO TERRITÓRIO (5)									12
COBERTURA DO SERVIÇO DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO NA SEDE	A PRESENÇA DE REDE DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA PODE IMPULSIONAR A IMPLANTAÇÃO DE REDE DE COLETA DE ESGOTO (3)				A INEXISTÊNCIA DE REDE COLETORA FAVORECE COM QUE A POPULAÇÃO UTILIZE SOLUÇÕES ALTERANTIVAS, NEM SEMPRE ADEQUADAS. DESSA FORMA, NA AUSÊNCIA DE REDE COLETORA A POPULAÇÃO PODERÁ ACERTAR MAIS FACILMENTA A IMPLANTAÇÃO DE SOLUÇÕES DE ECOSSANEAMENTO (5)	A ETAPA DE TRATAMENTO FAZ PARTE E É ESSENCIAL NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO (5)			A REDE COLETORA DE ESGOTO SANITÁRIO RECEBE INADEQUADAMENTE UM VOLUME SIGNIFICATIVO DE RESÍDUOS SÓLIDOS, QUE SÃO RETIRADOS NA UNIDADE DE PRÉ-TRATAMENTO. ESSES RESÍDUOS SÃO ENVIADOS PARA O ATERRO SANITÁRIO (2)	A REDE COLETORA DE ESGOTO SANITÁRIO RECEBE INADEQUADAMENTE UM VOLUME SIGNIFICATIVO DE RESÍDUOS SÓLIDOS, QUE SÃO RETIRADOS NA UNIDADE DE PRÉ-TRATAMENTO. ESSES RESÍDUOS SÃO ENVIADOS PARA O ATERRO SANITÁRIO (3)		A EXISTENCIA DE REDE COLETORA DE ESGOTO PRESSUPÕE QUE OS LANÇAMENTOS DE ESGOTO BRUTO NA REDE DE DREANGEM SEM INIBIDOS, CONTUDO VERIFICA- SE EM MUITOS LOCAIS OS LANÇAMENTOS IRREGULARES (4)	O LANÇAMENTO INADEQUADO DE EFLUENTES NA REDE DE DRENAGEM PODE PROVOCAR PREJUÍZOS A ESTRUTURA, QUE PODE NÃO RESPONDER ADEQUADAMENTO AOS EVENTOS DE INTENSAS CHUVAS (3)	14

VARIÁVEL/ VARIÁVEL	COBERTURA DO SERVIÇO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA PELA CONCESSIONÁRIA	EXISTÊNCIA DE SOLUÇÕES ALTERNATIVAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA	DISPONIBILIDADE DE ÁGUA	COBERTURA DO SERVIÇO DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO NA SEDE	IMPLANTAÇÃO DE SOLUÇÕES DE ECOSSANEAMENTO NOS DISTRITOS E LOCALIDADE RURAIS	PERCENTUAL DE TRATAMENTO DE ESGOTO	COBERTURA DO SERVIÇO DE COLETA DE RESÍDUOS DOMÉSTICOS	COBERTURA DO SERVIÇO DE LIMPEZA PÚBLICA (VARRIÇÃO E CAPINAGEM)	VOLUME DE RESÍDUOS COLETADO	VOLUME DE RESÍDUOS DESTINADO AO ATERRO SANITÁRIO	VOLUME DE RESÍDUOS RECICLADOS	EXTENSÃO DA REDE DRENAGEM	OCORRÊNCIA DE ALAGAMENTO	PODER DE INFLUÊNCIA
IMPLANTAÇÃO DE SOLUÇÕES DE ECOSSANEAMENTO NOS DISTRITOS E LOCALIDADE RURAIS	A EXISTENCIA DE FONTES DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA É ESSENCIAL PARA O DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES, BEM COMO PARA A SOBREVIVENCIA DA POPULAÇÃO. NA FALTA DE REDES DE ABASTECIMENTO DA CONCESSIONÁRIO AS SOLUÇÕES ALTERNATIVAS PODEM GARANTIR A PERMANENCIA DA POPULAÇÃO NO TERRITÓRIO (4)	A EXISTENCIA DE FONTES DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA É ESSENCIAL PARA O DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES, BEM COMO PARA A SOBREVIVENCIA DA POPULAÇÃO. NA FALTA DE REDES DE ABASTECIMENTO DA CONCESSIONÁRIO AS SOLUÇÕES ALTERNATIVAS PODEM GARANTIR A PERMANENCIA DA POPULAÇÃO NO TERRITÓRIO (5)	A EXISTENCIA DE FONTES DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA É ESSENCIAL PARA O DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES, BEM COMO PARA A SOBREVIVENCIA DA POPULAÇÃO. NA FALTA DE REDES DE ABASTECIMENTO DA CONCESSIONÁRIO AS SOLUÇÕES ALTERNATIVAS PODEM GARANTIR A PERMANENCIA DA POPULAÇÃO NO TERRITÓRIO (5)	A INEXISTÊNCIA DE REDE COLETORA FAVORECE COM QUE A POPULAÇÃO UTILIZE SOLUÇÕES ALTERNATIVAS, NEM SEMPRE ADEQUADAS. DESSA FORMA, NA AUSÊNCIA DE REDE COLETORA A POPULAÇÃO PODERÁ ACERTAR MAIS FACILMENTA A IMPLANTAÇÃO DE SOLUÇÕES DE ECOSSANEAMENTO (5)		SOLUÇÕES DE ECOSSANEAMENTO PROPÕES QUE EXISTA UM PROCESSO DE TRATAMENTO PARA RESOLVER, DE FORMA SUSTENTÁVEL A DISPOSIÇÃO FINAL DO ESGOTO GERADO NAS LOCALIDADES (5)	A APLICAÇÃO DE SOLUÇÕES DE ECOSSANEAMENTO COMO COMPOSTAGEM PODE SER FAVORECIDAS PELA FALTA DE ATENDIMENTO DA COLETA PÚBLICA (4)	A APLICAÇÃO DE SOLUÇÕES DE ECOSSANEAMENTO COMO COMPOSTAGEM PODE SER FAVORECIDAS PELA FALTA DE ATENDIMENTO DA COLETA PÚBLICA (4)	A APLICAÇÃO DE SOLUÇÕES DE ECOSSANEAMENTO COMO COMPOSTAGEM PODE REDUZIR O VOLUME DE RESÍDUOS COLETADO (4)	A APLICAÇÃO DE SOLUÇÕES DE ECOSSANEAMENTO COMO COMPOSTAGEM PODE REDUZIR O VOLUME DE RESÍDUOS ENVIADO AO ATERRO (3)	A APLICAÇÃO DE SOLUÇÕES DE ECOSSANEAMENTO COMO COMPOSTAGEM, BEM COMO A IMPLANTAÇÃO DE UM PROGRAMA DE COLETA SELETIVA, PODE REDUZIR O VOLUME DE RESÍDUOS ENVIADO AO ATERRO (3)	A IMPLANTAÇÃO DE RESERVATÓRIOS DE RETEÇÃO/CISTERNAS PODE SER UMA ALTERNATIVA À DEFICIENCIA DA REDE DE DRENAGEM, COMO PODERÁ SER UMA IMPORTANTE ESTRATÉGIA NO MANEJO DAS ÁGUAS PLUVIAIS ESCOADAS NA SEDE MUNICIPAL (5)	A IMPLANTAÇÃO DE RESERVATÓRIOS DE RETEÇÃO/CISTERNAS PODE SER UMA ALTERNATIVA À DEFICIENCIA DA REDE DE DRENAGEM, COMO PODERÁ SER UMA IMPORTANTE ESTRATÉGIA NO MANEJO DAS ÁGUAS PLUVIAIS ESCOADAS NA SEDE MUNICIPAL (5)	36
PERCENTUAL DE TRATAMENTO DE ESGOTO				A ETAPA DE TRATAMENTO FAZ PARTE E É ESSENCIAL NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO (5)	SOLUÇÕES DE ECOSSANEAMENTO PROPÕES QUE EXISTA UM PROCESSO DE TRATAMENTO PARA RESOLVER, DE FORMA SUSTENTÁVEL A DISPOSIÇÃO FINAL DO ESGOTO GERADO NAS LOCALIDADES (5)				QUANTO MAIOR O NÍVEL E PERCENTUAL DE TRATAMENTO, MAIOR SERÁ O VOLUME DE RESÍDUOS RECEBIDO NA ETAPA DE PRÉ- TRTAMENTO (3)	QUANTO MAIOR O NÍVEL E PERCENTUAL DE TRATAMENTO, MAIOR SERÁ O VOLUME DE RESÍDUOS RECEBIDO NA ETAPA DE PRÉ- TRTAMENTO (3)				23

VARIÁVEL/ VARIÁVEL	COBERTURA DO SERVIÇO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA PELA CONCESSIONÁRIA	EXISTÊNCIA DE SOLUÇÕES ALTERNATIVAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA	DISPONIBILIDADE DE ÁGUA	COBERTURA DO SERVIÇO DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO NA SEDE	IMPLANTAÇÃO DE SOLUÇÕES DE ECOSSANEAMENTO NOS DISTRITOS E LOCALIDADE RURAIS	PERCENTUAL DE TRATAMENTO DE ESGOTO	COBERTURA DO SERVIÇO DE COLETA DE RESÍDUOS DOMÉSTICOS	COBERTURA DO SERVIÇO DE LIMPEZA PÚBLICA (VARRIÇÃO E CAPINAGEM)	VOLUME DE RESÍDUOS COLETADO	VOLUME DE RESÍDUOS DESTINADO AO ATERRO SANITÁRIO	VOLUME DE RESÍDUOS RECICLADOS	EXTENSÃO DA REDE DRENAGEM	OCORRÊNCIA DE ALAGAMENTO	PODER DE INFLUÊNCIA
COBERTURA DO SERVIÇO DE COLETA DE RESÍDUOS DOMÉSTICOS					A APLICAÇÃO DE SOLUÇÕES DE ECOSSANEAMENTO COMO COMPOSTAGEM PODE SER FAVORECIDAS PELA FALTA DE ATENDIMENTO DA COLETA PÚBLICA (4)			A EXISTÊNCIA DE COLETA PÚBLICA IMPULSIONA A EXISTÊNCIA DE SERVIÇO DE VARRIÇÃO E CAPINAGEM (3)	A RELAÇÃO DO VOLUME DE RESÍDUOS COLETADOS COM A COBERTURA DA COLETA É DIRETA(5)	A RELAÇÃO DO VOLUME DE RESÍDUOS ENVIADO AO ATÉRRIO COM A COBERTURA DO SERVIÇO DE COLETA É DIRETA (5)	A RELAÇÃO DO VOLUME DE RESÍDUOS RECICLÁVEIS COLETADOS COM A COBERTURA DA COLETA É DIRETA(5)		RESÍDUOS ACUMULADOS EM LOCAIS INADEQUADOS, OU MESMO NA REDE DE DRENAGEM PODEM INTERFERIR NO FUNCIONAMENTO DA REFERIDA REDE E COLABORAR COM A OCORRÊNCIA DE ALAGAMENTOS (5)	30
COBERTURA DO SERVIÇO DE LIMPEZA PÚBLICA (VARRIÇÃO E CAPINAGEM)					A APLICAÇÃO DE SOLUÇÕES DE ECOSSANEAMENTO COMO COMPOSTAGEM PODE SER FAVORECIDAS PELA FALTA DE ATENDIMENTO DA COLETA PÚBLICA (4)		A EXISTÊNCIA DE COLETA PÚBLICA IMPULSIONA A EXISTÊNCIA DE SERVIÇO DE VARRIÇÃO E CAPINAGEM (3)		A RELAÇÃO DO VOLUME DE RESÍDUOS COLETADOS COM A COBERTURA DO SERVIÇO DE LIMPEZA É DIRETA (5)	A RELAÇÃO DO VOLUME DE RESÍDUOS ENVIADO AO ATÉRRIO COM A COBERTURA DO SERVIÇO DE LIMPEZA É DIRETA (5)	A RELAÇÃO DO VOLUME DE RESÍDUOS RECICLÁVEIS COLETADOS COM A COBERTURA DA COLETA É DIRETA(4)		RESÍDUOS ACUMULADOS EM LOCAIS INADEQUADOS, OU MESMO NA REDE DE DRENAGEM PODEM INTERFERIR NO FUNCIONAMENTO DA REFERIDA REDE E COLABORAR COM A OCORRÊNCIA DE ALAGAMENTOS (5)	29
VOLUME DE RESÍDUOS COLETADO				A REDE COLETORA DE ESGOTO SANITÁRIO RECEBE INADEQUADAMENTE UM VOLUME SIGNIFICATIVO DE RESÍDUOS SÓLIDOS, QUE SÃO RETRADOS NA UNIDADE DE PRÉ-TRATAMENTO. ESSES RESÍDUOS SÃO ENVIADOS PARA O ATERRO SANITÁRIO (2)	A APLICAÇÃO DE SOLUÇÕES DE ECOSSANEAMENTO COMO COMPOSTAGEM PODE REDUZIR O VOLUME DE RESÍDUOS COLETADO (4)	QUANTO MAIOR O NÍVEL E PERCENTUAL DE TRATAMENTO, MAIOR SERÁ O VOLUME DE RESÍDUOS RECEBIDO NA ETAPA DE PRÉ- TRATAMENTO	A RELAÇÃO DO VOLUME DE RESÍDUOS COLETADOS COM A COBERTURA DA COLETA É DIRETA(5)	A RELAÇÃO DO VOLUME DE RESÍDUOS COLETADOS COM A COBERTURA DO SERVIÇO DE LIMPEZA É DIRETA (5)		A RELAÇÃO DO VOLUME DE RESÍDUOS ENVIADO AO ATÉRRIO COM A O VOLUME DE RESÍDUOS COLETADO É DIRETA (5)	A RELAÇÃO DO VOLUME DE RESÍDUOS RECICLÁVEIS COLETADOS COM A O VOLUME DE RESÍDUOS COLETADO É DIRETA(5)		RESÍDUOS ACUMULADOS EM LOCAIS INADEQUADOS, OU MESMO NA REDE DE DRENAGEM PODEM INTERFERIR NO FUNCIONAMENTO DA REFERIDA REDE E COLABORAR COM A OCORRÊNCIA DE ALAGAMENTOS (5)	37

VARIÁVEL/ VARIÁVEL	COBERTURA DO SERVIÇO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA PELA CONCESSIONÁRIA	EXISTÊNCIA DE SOLUÇÕES ALTERNATIVAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA	DISPONIBILIDADE DE ÁGUA	COBERTURA DO SERVIÇO DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO NA SEDE	IMPLANTAÇÃO DE SOLUÇÕES DE ECOSSANEAMENTO NOS DISTRITOS E LOCALIDADE RURAIS	PERCENTUAL DE TRATAMENTO DE ESGOTO	COBERTURA DO SERVIÇO DE COLETA DE RESÍDUOS DOMÉSTICOS	COBERTURA DO SERVIÇO DE LIMPEZA PÚBLICA (VARRIÇÃO E CAPINAGEM)	VOLUME DE RESÍDUOS COLETADO	VOLUME DE RESÍDUOS DESTINADO AO ATERRO SANITÁRIO	VOLUME DE RESÍDUOS RECICLADOS	EXTENSÃO DA REDE DRENAGEM	OCORRÊNCIA DE ALAGAMENTO	PODER DE INFLUÊNCIA
VOLUME DE RESÍDUOS DESTINADO AO ATERRO SANITÁRIO				A REDE COLETORA DE ESGOTO SANITÁRIO RECEBE INADEQUADAMENTE UM VOLUME SIGNIFICATIVO DE RESÍDUOS SÓLIDOS, QUE SÃO RETIRADOS NA UNIDADE DE PRÉ-TRATAMENTO. ESSES RESÍDUOS SÃO ENVIADOS PARA O ATERRO SANITÁRIO (2)	A APLICAÇÃO DE SOLUÇÕES DE ECOSSANEAMENTO COMO COMPOSTAGEM PODE REDUZIR O VOLUME DE RESÍDUOS ENVIADO AO ATERRO (3)	QUANTO MAIOR O NÍVEL E PERCENTUAL DE TRATAMENTO, MAIOR SERÁ O VOLUME DE RESÍDUOS RECEBIDO NA ETAPA DE PRÉ- TRATAMENTO	A RELAÇÃO DO VOLUME DE RESÍDUOS ENVIADO AO ATERRO COM A COBERTURA DO SERVIÇO DE COLETA É DIRETA (5)	A RELAÇÃO DO VOLUME DE RESÍDUOS ENVIADO AO ATERRO COM A COBERTURA DO SERVIÇO DE LIMPEZA É DIRETA (5)	O VOLUME DE RESÍDUOS DESTINA AO ATERRO SANITÁRIO ESTÁ DIRETAMENTE LIGADO AO VOLUME DE RESÍDUOS COLETADOS (4)				RESÍDUOS ACUMULADOS EM LOCAIS INADEQUADOS, OU MESMO NA REDE DE DRENAGEM PODEM INTERFERIR NO FUNCIONAMENTO DA REFERIDA REDE E COLABORAR COM A OCORRÊNCIA DE ALAGAMENTOS (5)	34
VOLUME DE RESÍDUOS RECICLADOS.					A APLICAÇÃO DE SOLUÇÕES DE ECOSSANEAMENTO COMO COMPOSTAGEM, BEM COMO A IMPLANTAÇÃO DE UM PROGRAMA DE COLETA SELETIVA, PODE REDUZIR O VOLUME DE RESÍDUOS ENVIADO AO ATERRO (3)		A RELAÇÃO DO VOLUME DE RESÍDUOS RECICLÁVEIS COLETADOS COM A COBERTURA DA COLETA É DIRETA (5)	A RELAÇÃO DO VOLUME DE RESÍDUOS RECICLÁVEIS COLETADOS COM A COBERTURA DA COLETA É DIRETA (4)	O VOLUME DE RESÍDUOS RECICLADOS REGISTRADO DEPENDE DO VOLUME DE RESÍDUOS COLETADO (5)	A RELAÇÃO DO VOLUME DE RESÍDUOS RECICLADO COM O VOLUME ENVIADO AO ATERRO É DIRETA (5)			RESÍDUOS ACUMULADOS EM LOCAIS INADEQUADOS, OU MESMO NA REDE DE DRENAGEM PODEM INTERFERIR NO FUNCIONAMENTO DA REFERIDA REDE E COLABORAR COM A OCORRÊNCIA DE ALAGAMENTOS (5)	31

VARIÁVEL/ VARIÁVEL	COBERTURA DO SERVIÇO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA PELA CONCESSIONÁRIA	EXISTÊNCIA DE SOLUÇÕES ALTERNATIVAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA	DISPONIBILIDADE DE ÁGUA	COBERTURA DO SERVIÇO DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO NA SEDE	IMPLANTAÇÃO DE SOLUÇÕES DE ECOSSANEAMENTO NOS DISTRITOS E LOCALIDADE RURAIS	PERCENTUAL DE TRATAMENTO DE ESGOTO	COBERTURA DO SERVIÇO DE COLETA DE RESÍDUOS DOMÉSTICOS	COBERTURA DO SERVIÇO DE LIMPEZA PÚBLICA (VARRIÇÃO E CAPINAGEM)	VOLUME DE RESÍDUOS COLETADO	VOLUME DE RESÍDUOS DESTINADO AO ATERRO SANITÁRIO	VOLUME DE RESÍDUOS RECICLADOS	EXTENSÃO DA REDE DRENAGEM	OCORRÊNCIA DE ALAGAMENTO	PODER DE INFLUÊNCIA
EXTENSÃO DA REDE DRENAGEM					A IMPLANTAÇÃO DE RESERVATÓRIOS DE RETENÇÃO/CISTERNAS PODE SER UMA ALTERNATIVA À DEFICIENCIA DA REDE DE DRENAGEM, COMO PODERÁ SER UMA IMPORTANTE ESTRATÉGIA NO MANEJO DAS ÁGUAS PLUVIAIS ESCOADAS NA SEDE MUNICIPAL (5)								A EXISTÊNCIA DE UMA REDE DE DRENAGEM ADEQUADA À REALIDADE DO MUNICÍPIO AUXILIA NA REDUÇÃO DE OCORRÊNCIA DE ALAGAMENTOS (5)	13
OCORRÊNCIA DE ALAGAMENTO					A IMPLANTAÇÃO DE RESERVATÓRIOS DE RETENÇÃO/CISTERNAS PODE SER UMA ALTERNATIVA À DEFICIENCIA DA REDE DE DRENAGEM, COMO PODERÁ SER UMA IMPORTANTE ESTRATÉGIA NO MANEJO DAS ÁGUAS PLUVIAIS ESCOADAS NA SEDE MUNICIPAL (5)		RESÍDUOS ACUMULADOS EM LOCAIS INADEQUADOS, OU MESMO NA REDE DE DRENAGEM PODEM INTERFERIR NO FUNCIONAMENTO DA REFERIDA REDE E COLABORAR COM A OCORRÊNCIA DE ALAGAMENTOS (5)	RESÍDUOS ACUMULADOS EM LOCAIS INADEQUADOS, OU MESMO NA REDE DE DRENAGEM PODEM INTERFERIR NO FUNCIONAMENTO DA REFERIDA REDE E COLABORAR COM A OCORRÊNCIA DE ALAGAMENTOS (5)	OS RESÍDUOS QUE SÃO DISPOSTOS INADEQUADAMENTE PODEM SER TRANSPORTADOS PARA A REDE DE DRENAGEM E INTERFERIR SEU FUNCIONAMENTO EM EVENTOS DE INTENSA CHUVAS (4)	RESÍDUOS ACUMULADOS EM LOCAIS INADEQUADOS, OU MESMO NA REDE DE DRENAGEM PODEM INTERFERIR NO FUNCIONAMENTO DA REFERIDA REDE E COLABORAR COM A OCORRÊNCIA DE ALAGAMENTOS (5)	RESÍDUOS ACUMULADOS EM LOCAIS INADEQUADOS, OU MESMO NA REDE DE DRENAGEM PODEM INTERFERIR NO FUNCIONAMENTO DA REFERIDA REDE E COLABORAR COM A OCORRÊNCIA DE ALAGAMENTOS (5)	A EXISTÊNCIA DE UMA REDE DE DRENAGEM ADEQUADA À REALIDADE DO MUNICÍPIO AUXILIA NA REDUÇÃO DE OCORRÊNCIA DE ALAGAMENTOS (5)	37	
GRAU DE DEPENDÊNCIA	0	0	0	0	33	11	27	26	30	34	23	5	30	322

Fonte: Adaptado de Godet, 1995; Macroplan, 1996 apud Buarque, 2003.

Quadro 48 - Interação variável x tema – Gestão

ASPECTO DESTACADO	INTERAÇÃO COM OUTROS TEMAS			
	MEIO AMBIENTE	URBANISMO	SOCIOECONOMIA	SANEAMENTO
PROMULGAÇÃO DE LEGISLAÇÃO ACESSÓRIA AO PDDU	A LEGISLAÇÃO PERMITIRÁ O EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA ADMINISTRATIVA EM ÁREAS DE VALOR AMBIENTAL	DIMINUIÇÃO DE VAZIOS URBANOS E SUBUTILIZAÇÃO DE IMÓVEIS	PROMOVERÁ O CUMPRIMENTO DA FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE, SENDO QUE ÁREAS PODERÃO SER DESTINADAS A ESPAÇOS PÚBLICOS, COMÉRCIOS	PERMITIRÁ EXERCER O PODER DE POLÍCIA PARA O CUMPRIMENTO DE CONDICIONANTES DE SANEAMENTO BÁSICO NOS IMÓVEIS/ESPAÇOS
REGULAMENTAÇÃO DA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA	DIMINUI A PRESSÃO DE OCUPAÇÕES IRREGULARES NAS ÁREAS DE VALOR AMBIENTAL	COMUMENTE A QUALIDADE URBANÍSTICA DESTES LOCAIS SÃO RUINS, ESPECIALMENTE QUANTO À ESPAÇOS PÚBLICOS	POSSIBILITARÁ TÍTULO DO IMÓVEL AOS MORADORES	COMUMENTE O SANEAMENTO BÁSICO É INSIPIENTE NAS ÁREAS PASSÍVEIS DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA
MOBILIDADE URBANA COMO DIRETRIZ DE ACESSO AO DIREITO À CIDADE	A MOBILIDADE URBANA EFICIENTE REFLETE EM MENOS EMISSÃO DE POLUENTES	A MOBILIDADE POSSIBILITA O ACESSO DOS MORADORES AOS DIVERSOS ESPAÇOS DA CIDADE	A MOBILIDADE GARANTE O FLUXO ECONÔMICO E VIDA CULTURAL DA CIDADE	A MÁ CONDIÇÃO DE VIAS PODE DIFICULTAR A PASSAGEM DE CARRO-PIPA, CAMINHÃO DE COLETA DE RESÍDUOS SÓLIDOS OU DE COOPERATIVA DE RECICLAGEM
NOVOS LOTEAMENTOS TRAZEM DEMANDAS POR SERVIÇOS DE EDUCAÇÃO, SAÚDE E SEGURANÇA	A AUSÊNCIA DESTES SERVIÇOS AUMENTA O IMPACTO AMBIENTAL NESTES LOCAIS	O PLANEJAMENTO URBANÍSTICO A CIDADE PRECISA CONCILIAR A INFRAESTRUTURA DE SERVIÇOS PÚBLICOS COM OS LOCAIS DE MORADIA	A AUSÊNCIA DE SEGURANÇA IMPOSSIBILITA O FLUXO ECONÔMICO DO LOCAL	MUITOS DESTES LOTEAMENTO TAMBÉM POSSUEM SANEAMENTO BÁSICO INSIPIENTE
INFRAESTRUTURA DE MOBILIDADE URBANA COMPATÍVEL COM A DEMANDA	AS CICLOVIAS PODEM ESTABELECEER LIMITES VISÍVEIS DAS ÁREAS DE VALOR AMBIENTAL, FREANDO AS OCUPAÇÕES IRREGULARES	AS ÁREAS ONDE SE DER CUMPRIMENTO SOCIAL DA PROPRIEDADE PODERÃO SERVIR AO AUMENTO DA INFRAESTRUTURA DE MOBILIDADE URBANA	PERMITE QUE OS MORADORES E A POPULAÇÃO FLUTUANTE SE LOCOMOVAM DE FORMA MAIS FÁCIL E MAIS BARATA NA CIDADE	A MELHORIA DA INFRAESTRUTURA DE MOBILIDADE IMPLICARÁ NO AUMENTO DE BANHEIROS PÚBLICOS, FONTES DE ÁGUA E DRENAGEM
INSTITUIÇÃO DE NOVAS ZEIS	REDUZ A PRESSÃO SOBRE ÁREAS DE VALOR AMBIENTAL	PERMITE APROXIMAR A POPULAÇÃO DE BAIXA	PERMITE DAR CONTINUIDADE AO PROGRAMA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO POPULAR	MUITAS DAS ÁREAS PASSÍVEIS DE ZEIS POSSUEM SANEAMENTO BÁSICO INSIPIENTE

ASPECTO DESTACADO	INTERAÇÃO COM OUTROS TEMAS			
	MEIO AMBIENTE	URBANISMO	SOCIOECONOMIA	SANEAMENTO
		RENTA DE SEUS LOCAIS DE TRABALHO		
ATUAÇÃO EFETIVA DOS CONSELHOS NA GESTÃO DOS FUNDOS MUNICIPAIS	GARANTE O CONTROLE SOCIAL NA GESTÃO DOS RECURSOS MUNICIPAIS PARA O MEIO AMBIENTE	GARANTE O CONTROLE SOCIAL NAS AÇÕES, PROGRAMAS E PROJETOS PARA O DESENVOLVIMENTO URBANO	GARANTE O CONTROLE SOCIAL NA GESTÃO DOS RECURSOS MUNICIPAIS	AS AÇÕES DE SANEAMENTO BÁSICO PODEM SER ACOMPANHADAS PELO CONSELHO DE MEIO AMBIENTE OU CONSTITUIR CONSELHO ESPECÍFICO
CRIAÇÃO DO FUNDO DE DESENVOLVIMENTO URBANO (FUNDURB)	O FUNDO DE MEIO AMBIENTE PODE ATUAR CONJUNTAMENTE O FUNDURB	CATALISA RECURSOS DE DIVERSAS FONTES PARA A EFETIVAÇÃO DE AÇÕES, PROGRAMAS E PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO URBANO	PERMITE O INVESTIMENTO EM AÇÕES, PROGRAMAS E PROJETOS PARA O DESENVOLVIMENTO URBANO	PODERÁ CUSTAR INFRAESTRUTURA DE SANEAMENTO BÁSICO, ESPECIALMENTE DE DRENAGEM

Fonte: Fundação Escola Politécnica da Bahia – FEP (2019)

Quadro 49 - Interação variável x variável – Gestão

VARIÁVEL/VARIÁVEL	CUMPRIMENTO DA FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE	RELAÇÃO ENTRE INFRAESTRUTURA DE MOBILIDADE URBANA E DEMANDA	RELAÇÃO ENTRE INFRAESTRUTURA DOS SERVIÇOS PÚBLICOS E DEMANDA	EFICÁCIA E APLICABILIDADE DO PDDU	ATUAÇÃO EFETIVA DOS CONSELHOS NA GESTÃO DOS RECURSOS	PODER DE INFLUÊNCIA
CUMPRIMENTO DA FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE		AS ÁREAS PODEM SER DESTINADAS A INFRAESTRUTURA DE MOBILIDADE URBANA (5)	AS ÁREAS PODEM SER DESTINADAS A INFRAESTRUTURA DE SERVIÇOS PÚBLICOS (5)	O CUMPRIMENTO DA FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE É INDICADOR DA EFICÁCIA DO PDDU (5)	O CUMPRIMENTO DA FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE PODE GERAR RECURSOS AOS FUNDOS ACOMPANHADOS PELOS CONSELHOS (2)	ALTO 17
RELAÇÃO ENTRE INFRAESTRUTURA DE MOBILIDADE URBANA E DEMANDA	AS ÁREAS PODEM SER DESTINADAS A INFRAESTRUTURA DE MOBILIDADE URBANA (5)		A MOBILIDADE URBANA PERMITE O ACESSO A INFRAESTRUTURA DE SERVIÇOS PÚBLICOS (5)	INFRAESTRUTURA DE MOBILIDADE URBANA COMPATÍVEL COM A DEMANDA É INDICADOR DE EFICÁCIA DO PDDU (5)	CONTROLE SOCIAL NA APLICAÇÃO DOS RECURSOS DE MOBILIDADE URBANA (2)	ALTO 17
RELAÇÃO ENTRE INFRAESTRUTURA DOS SERVIÇOS PÚBLICOS E DEMANDA	AS ÁREAS PODEM SER DESTINADAS A INFRAESTRUTURA DE SERVIÇOS PÚBLICOS (5)	A MOBILIDADE URBANA PERMITE O ACESSO A INFRAESTRUTURA DE SERVIÇOS PÚBLICOS (5)		O ATENDIMENTO DA DEMANDA DE SERVIÇOS PÚBLICOS É INDICADOR DE EFICÁCIA DO PDDU (5)	CONTROLE SOCIAL NA APLICAÇÃO DOS RECURSOS DESTINADOS AOS SERVIÇOS PÚBLICOS (2)	ALTO 17
EFICÁCIA E APLICABILIDADE DO PDDU	O CUMPRIMENTO DA FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE É INDICADOR DA EFICÁCIA DO PDDU (5)	INFRAESTRUTURA DE MOBILIDADE URBANA COMPATÍVEL COM A DEMANDA É INDICADOR DE EFICÁCIA DO PDDU (5)	O ATENDIMENTO DA DEMANDA DE SERVIÇOS PÚBLICOS É INDICADOR DE EFICÁCIA DO PDDU (5)		OS CONSELHOS PODEM CONTRIBUIR COM O MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DA EFICÁCIA DO PDDU (2)	ALTO 17
ATUAÇÃO EFETIVA DOS CONSELHOS NA GESTÃO DOS RECURSOS	O CUMPRIMENTO DA FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE PODE GERAR	CONTROLE SOCIAL NA APLICAÇÃO DOS RECURSOS DE MOBILIDADE URBANA (2)	CONTROLE SOCIAL NA APLICAÇÃO DOS RECURSOS DESTINADOS AOS SERVIÇOS PÚBLICOS	OS CONSELHOS PODEM CONTRIBUIR COM O MONITORAMENTO E		MÉDIO 8

	RECURSOS AOS FUNDOS ACOMPANHADOS PELOS CONSELHOS (2)		(2)	AVALIAÇÃO DA EFICÁCIA DO PDDU (2)		
GRAU DE DEPENDÊNCIA	ALTO 17	ALTO 17	ALTO 17	ALTO 17	MÉDIO 8	

Fonte: Adaptado de Godet, 1995; Macroplan, 1996 apud Buarque, 2003

4.4. AVALIAÇÃO DA DISPOSIÇÃO DOS AGENTES PARA ALTERAR OS FATORES

O Quadro 50 apresenta uma avaliação preliminar da disposição dos agentes em interferir no fator no sentido de alterar, seja para superar uma condição insatisfatória relacionada ao fator, seja para potencializar uma condição satisfatória relacionada ao fator. Essa avaliação será ainda submetida aos membros do GTA para discussão e ajustes, caso necessários.

Quadro 50 - Avaliação preliminar da disposição dos agentes em interferir no fator

Grupo	Fator	Movimentos, Entidades Associativas e ONGs	Entidades profissionais e acadêmicas	Entidades sindicais	Empresários	Poder Público
Socioeconomia	Envelhecimento da população	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
	Resíduos sólidos	Alta	Baixa	Alta	Baixa	Alta
	Agricultura em declínio	Alta	Baixa	Alta	Baixa	A Verificar
	Industria fraca	A Verificar	Baixa	Baixa	Alta	A Verificar
	Serviços Insuficientes	Média	Baixa	Alta	Média	Média
	Saneamento Insuficiente (Esgotamento sanitário)	Média	Médio	Média	Baixa	Baixa
	Potencial de melhoria na Educação fundamental	Alta	Alta	Alta	Baixa	Média
	Potencial de melhoria na Saúde da família	Alta	Alta	Alta	Baixa	Média
	Mobilidade urbana crítica (transporte e acessibilidade)	Alta	Alta	Alta	Baixa	Alta
Saneamento	Ausência de soluções de ecossaneamento nos distritos e localidade rurais	Média	A Verificar	Média	A Verificar	Baixa
	Cobertura do serviço de esgotamento sanitário na sede	A Verificar	Alta	Média	A Verificar	Média
	Cobertura do serviço de limpeza pública (varrição e capinagem)	Média	Média	Alta	A Verificar	Baixa

Grupo	Fator	Movimentos, Entidades Associativas e ONGs	Entidades profissionais e acadêmicas	Entidades sindicais	Empresários	Poder Público
	Volume de resíduos coletado	A Verificar	Baixa	Alta	A Verificar	Baixa
	Volume de resíduos destinado ao aterro sanitário	A Verificar	Baixa	Alta	A Verificar	Baixa
	Ocorrência de alagamento	A Verificar	Alta	Baixa	A Verificar	Baixa
	Extensão da rede de drenagem	Alta	Alta	Baixa	A Verificar	Baixa
Meio Ambiente	Pressões em áreas de valor ambiental	Média	Alta	Baixa	A Verificar	Baixa
	Degradação ambiental em áreas de mananciais hídricos	Alta	Média	Baixa	A Verificar	Baixa
	Supressão de vegetação	Média	Média	Baixa	A Verificar	Baixa
	Comprometimento de nascentes e rio por assoreamento e erosão associado a estradas vicinais	Alta	Alta	Baixa	A Verificar	A Verificar
	Comprometimento da qualidade ambiental por atividades agrossilvopastoris	A Verificar	A Verificar	Baixa	A Verificar	A Verificar
Gestão	Promulgação de legislação acessória ao PDDU	Alta	Alta	Baixa	Média	Alta
	Regulamentação da Regularização Fundiária	Alta	Alta	Alta	Média	Alta

Grupo	Fator	Movimentos, Entidades Associativas e ONGs	Entidades profissionais e acadêmicas	Entidades sindicais	Empresários	Poder Público
	Mobilidade urbana como diretriz de acesso ao direito à cidade	Alta	Alta	Alta	Alta	Alta
	Atendimento das demandas por serviços de educação, saúde e segurança resultantes dos novos loteamentos	Alta	Alta	Alta	Média	Alta
	Infraestrutura de mobilidade urbana compatível com a demanda	Alta	Alta	Alta	Alta	Alta
	Instituição de novas ZEIS	Alta	Alta	Alta	Média	Alta
	Atuação efetiva dos Conselhos na gestão dos fundos municipais	Alta	Alta	Alta	Média	Média
	Criação do Fundo de Desenvolvimento Urbano (FUNDURB)	Alta	Alta	Alta	Média	Média

4.5. AVALIAÇÃO DO INTERESSE DOS AGENTES EM ALTERAR OS FATORES

Neste tópico é avaliado em caráter preliminar, o interesse dos agentes em alterar os fatores, tanto no sentido de transformar processos indesejáveis, quanto de potencializar valores e atributos locais estimados pelos habitantes.

Quadro 51 - Avaliação preliminar do interesse dos agentes em interferir no fator

Grupo	Fator	Movimentos, Entidades Associativas e ONGs	Entidades profissionais e acadêmicas	Entidades sindicais	Empresários	Poder Público
Socioeconomia	Envelhecimento da população	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
	Agricultura em declínio	Alta	Baixa	Alta	Baixa	A Verificar
	Industria fraca	A Verificar	Baixa	Baixa	Alta	A Verificar
	Serviços Insuficientes	Alta	Média	Alta	Alta	Média
	Saneamento Insuficiente (Esgotamento sanitário)	Média	Alta	Média	Baixa	Baixa
	Potencial de melhoria na Educação fundamental	Alta	Alta	Alta	Baixa	Média
	Potencial de melhoria na Saúde da família	Alta	Alta	Alta	Baixa	Média
	Mobilidade urbana crítica (transporte e acessibilidade)	Alta	Alta	Alta	Baixa	Alta
Saneamento	Ausência de soluções de ecossaneamento nos distritos e localidade rurais	Alta	A Verificar	Média	A verificar	Baixa
	Cobertura do serviço de esgotamento sanitário na sede	A Verificar	Alta	Média	A verificar	Média
	Cobertura do serviço de limpeza pública (varrição e capinagem)	Baixa	Alta	Alta	A verificar	Média
	Volume de resíduos coletado	A Verificar	Média	Alta	A verificar	Média
	Volume de resíduos destinado ao aterro sanitário	A Verificar	Média	Alta	A verificar	Média
	Ocorrência de alagamento	A Verificar	Alta	Baixa	A verificar	Baixa
	Extensão da rede de drenagem	Média	Alta	Baixa	A verificar	Baixa

Grupo	Fator	Movimentos, Entidades Associativas e ONGs	Entidades profissionais e acadêmicas	Entidades sindicais	Empresários	Poder Público
Meio Ambiente	Pressões em áreas de valor ambiental	Média	Alta	Baixa	A verificar	Média
	Degradação ambiental em áreas de mananciais hídricos	Alta	Média	Baixa	A verificar	Média
	Supressão de vegetação	Média	Média	Baixa	A verificar	Média
	Comprometimento de nascentes e rio por assoreamento e erosão associado a estradas vicinais	Alta	Alta	Baixa	A verificar	A Verificar
	Comprometimento da qualidade ambiental por atividades agrosilvopastoris	A Verificar	A Verificar	Baixa	A verificar	A verificar
Gestão	Promulgação de legislação acessória ao PDDU	Alta	Alta	Baixa	Média	Alta
	Regulamentação da Regularização Fundiária	Alta	Alta	Alta	Média	Alta
	Mobilidade urbana como diretriz de acesso ao direito à cidade	Alta	Alta	Alta	Alta	Alta
	Atendimento das demandas por serviços de educação, saúde e segurança resultantes dos novos loteamentos	Alta	Alta	Alta	Média	Alta
	Infraestrutura de mobilidade urbana compatível com a demanda	Alta	Alta	Alta	Alta	Alta
	Instituição de novas ZEIS	Alta	Alta	Alta	Média	Alta

Grupo	Fator	Movimentos, Entidades Associativas e ONGs	Entidades profissionais e acadêmicas	Entidades sindicais	Empresários	Poder Público
	Atuação efetiva dos Conselhos na gestão dos fundos municipais	Alta	Alta	Alta	Média	Média
	Criação do Fundo de Desenvolvimento Urbano (FUNDURB)	Alta	Alta	Alta	Média	Média

4.6. AVALIAÇÃO E SELEÇÃO DE FATORES CRÍTICOS

Matriz Fator/Impacto/Incerteza

Avaliação de Impacto e Incerteza na Perspectiva da Socioeconomia

Quadro 52 – Fator Agricultura em declínio

INCERTEZA/ IMPACTO	ALTA	MÉDIA	BAIXA
ALTO			
MÉDIO	X		
BAIXO			

Fonte: Buarque (2003).

Quadro 53 – Fator Indústria fraca

INCERTEZA/ IMPACTO	ALTA	MÉDIA	BAIXA
ALTO			
MÉDIO			
BAIXO	X		

Fonte: Buarque (2003).

Quadro 54 – Fator serviços insuficientes

INCERTEZA/ IMPACTO	ALTA	MÉDIA	BAIXA
ALTO			
MÉDIO	X		
BAIXO			

Fonte: Buarque (2003).

Quadro 55 – Fator saneamento insuficiente (esgotamento sanitário)

INCERTEZA/ IMPACTO	ALTA	MÉDIA	BAIXA
ALTO	X		
MÉDIO			
BAIXO			

Fonte: Buarque (2003).

Quadro 56 – Fator educação fundamental

INCERTEZA/ IMPACTO	ALTA	MÉDIA	BAIXA
ALTO			X
MÉDIO			
BAIXO			

Fonte: Buarque (2003).

Quadro 57 - Fator saúde da família

INCERTEZA/ IMPACTO	ALTA	MÉDIA	BAIXA
ALTO			X
MÉDIO			
BAIXO			

Fonte: Buarque (2003).

Quadro 58 – Fator mobilidade urbana (transporte e acessibilidade)

INCERTEZA/ IMPACTO	ALTA	MÉDIA	BAIXA
ALTO		X	
MÉDIO			
BAIXO			

Fonte: Buarque (2003).

Quadro 59 - Relevância do Fator Crítico na Perspectiva da Socioeconomia

FATOR	ALTA RELEVÂNCIA	MÉDIA RELEVÂNCIA	BAIXA RELEVÂNCIA	IRRELEVÂNCIA
AGRICULTURA EM DECLÍNIO		X		
INDÚSTRIA FRACA		X		
SERVIÇOS INSUFICIENTES		X		
SANEAMENTO INSUFICIENTE (ESGOTAMENTO)	X			
EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL	X			
SAÚDE DA FAMÍLIA		X		
MOBILIDADE URBANA (TRANSPORTE E ACESSIBILIDADE)	X			

Fonte: Fundação Escola Politécnica -FEP (2019).

Avaliação de Impacto e Incerteza na Perspectiva Ambiental

Quadro 60 - Fator Pressões em áreas de valor ambiental

PRESSÕES EM ÁREAS DE VALOR AMBIENTAL			
INCERTEZA/ IMPACTO	ALTA	MÉDIA	BAIXA
ALTO			ALTO IMPACTO, POIS, PRESSÕES ANTRÓPICAS EM ÁREAS DE VALOR AMBIENTAL AFETAM A QUALIDADE AMBIENTAL E OS SERVIÇOS AMBIENTAIS NO ESPAÇO URBANO E RURAL. É DE BAIXA INCERTEZA POIS, EXISTEM SITUAÇÕES DE PRESSÕES EM ÁREAS DE VALOR AMBIENTAL EM TODOS OS DISTRITOS.
MÉDIO			
BAIXO			

Fonte: Buarque (2003).

Quadro 61 - Fator Degradação ambiental em áreas de mananciais hídricos

DEGRADAÇÃO AMBIENTAL EM ÁREAS DE MANANCIAIS HÍDRICOS			
INCERTEZA/ IMPACTO	ALTA	MÉDIA	BAIXA
ALTO			ALTO IMPACTO, POIS, A DEGRADAÇÃO E A SUPRESSÃO DE VEGETAÇÃO EM ÁREAS DE APP'S ASSOCIADOS A A OCUPAÇÃO DESORDENADA E DÉFICIT DOS SERVIÇOS DE SANEAMENTO AFETAM A SEGURANÇA HÍDRICA, A QUALIDADE E QUANTIDADE DA ÁGUA DISPONÍVEL, COM REBATIMENTO SOBRE SAÚDE PÚBLICA. A INCERTEZA É BAIXA, POIS, ESTÁ CONSTATADA A INSEGURANÇA HÍDRICA, A DEGRADAÇÃO AMBIENTAL NAS ÁREAS DE MANANCIAIS E A FALTA DE SANEAMENTO BÁSICO
MÉDIO			
BAIXO			

Fonte: Buarque (2003).

Quadro 62 - Fator Supressão de vegetação

SUPRESSÃO DE VEGETAÇÃO			
INCERTEZA/ IMPACTO	ALTA	MÉDIA	BAIXA
ALTO			O IMPACTO É ALTO PORQUE A SUPRESSÃO GENERALIZADA DE VEGETAÇÃO EM APP'S NO ESPAÇO URBANO E RURAL IMPLICA EM PERDA DE BIODIVERSIDADE E FUNCIONALIDADE. É DE BAIXO RISCO, POIS, EXISTEM IMPACTOS PROVOCADOS PELA SUPRESSÃO GENERALIZADA DE VEGETAÇÃO NO ESPAÇO URBANO E RURAL.
MÉDIO			
BAIXO			

Fonte: Buarque (2003).

Quadro 63 - Fator Comprometimento de nascentes e rio por assoreamento e erosão associado a estradas vicinais

COMPROMETIMENTO DE NASCENTES E RIO POR ASSOREAMENTO E EROSÃO ASSOCIADO A ESTRADAS VICINAIS			
INCERTEZA/ IMPACTO	ALTA	MÉDIA	BAIXA
ALTO		MÉDIO IMPACTO, POIS, É FATO A OCORRENCIA DE PROCESSOS EROSIVOS EM TODA MALHA DE ESTRADAS VICINAIS. MÉDIA INCERTEZA POIS, FOI CONSTATADO ESTADO DE DEGRADAÇÃO POR EROSÃO EM SULCOS E VOÇOROCAS NA MALHA DE VIAS VICINAIS, PORÉM NÃO FOI POSSÍVEL Mapear TODOS OS PONTOS DE DEPOSIÇÃO DOS SEDIMENTOS.	
MÉDIO			
BAIXO			

Fonte: Buarque (2003).

Quadro 64 - Fator Comprometimento da qualidade ambiental por atividades agrosilvopastoris

COMPROMETIMENTO DA QUALIDADE AMBIENTAL POR ATIVIDADES AGROSILVOPASTORIS			
INCERTEZA/ IMPACTO	ALTA	MÉDIA	BAIXA
ALTO			O IMPACTO É ALTO PORQUE FOI DIAGNOSTICADO MOSAICO DE OCUPAÇÃO E USOS DO SOLO POR ATIVIDADES AGROSILVOPASTORIL INCLUSIVE EM ÁREAS DE APP'S, SEM ADOÇÃO DE BOAS PRATICAS DE MANEJO E CONSERVAÇÃO DO SOLO, COM PERDAS DE BIODIVERSIDADE, DEGRADAÇÃO DE SOLOS E DOS RECURSOS HÍDRICOS. INCERTEZA ALTA, POIS, NOS ÚLTIMOS ANOS O VOLUME TEM AUMENTADO E A CÉLULA PRINCIPAL CHEGOU AO SEU LIMITE
MÉDIO			
BAIXO			

Fonte: Buarque (2003).

Quadro 65 - Relevância do Fator Crítico na Perspectiva Ambiental

FATOR	ALTA RELEVÂNCIA	MÉDIA RELEVÂNCIA	BAIXA RELEVÂNCIA
PRESSÕES EM ÁREAS DE VALOR AMBIENTAL	CONFLITOS QUE ATUAM SOBRE ÁREAS DE GRANDE INTERESSE COMO PRESTADORAS DE SERVIÇOS AMBIENTAIS PARA A CIDADE, NO SENTIDO DE RESILIÊNCIA E QUALIDADE DO AMBIENTE.		
DEGRADAÇÃO AMBIENTAL EM ÁREAS DE MANANCIAIS HÍDRICOS	ALTA RELEVÂNCIA DEVIDO A IMPORTÂNCIA DOS MANANCIAIS HÍDRICOS PARA PRÓPRIA SUBSISTÊNCIA HUMANA		
SUPRESSÃO DE VEGETAÇÃO	ALTA RELEVÂNCIA DEVIDO À MAGNITUDE DE OCORRÊNCIA DISPERSA EM TODO O TERRITÓRIO, EXPRESSO NO ESTADO DE FRAGMENTAÇÃO E MOSAICO DE COBERTURA VEGETAL DO TERRITÓRIO		
COMPROMETIMENTO DE NASCENTES E RIO POR ASSOAREAMENTO E EROSÃO ASSOCIADO A ESTRADAS VICINAIS		APRESENTA GRANDE DISPERSÃO E PREVISIBILIDADE, FOCALIZADO NA MALHA DE VIAS DO MUNICÍPIO, COM IMPACTOS AMBIENTAIS SIGNIFICATIVOS	
COMPROMETIMENTO DA QUALIDADE AMBIENTAL POR ATIVIDADES AGROSILVOPASTORIS		APRESENTA GRANDE DISPERSÃO E PREVISIBILIDADE NO TERRITÓRIO, EXPRESSO NO MOSAICO DE USO E OCUPAÇÃO	

Fonte: Fundação Escola Politécnica -FEP (2019).

Avaliação de Impacto e Incerteza na Perspectiva do Urbanismo

Quadro 66 - Fator: Gestão frágil da política urbana

INCERTEZA/ IMPACTO	ALTA	MÉDIA	BAIXA
ALTO	A INCERTEZA É ALTA PORQUE FRAGILIDADES NA GESTÃO DA POLÍTICA URBANA SÃO HISTORICAMENTE OBSERVADAS. O IMPACTO É ALTO POIS PODE COMPROMETER A IMPLEMENTAÇÃO DO PDDU.		
MÉDIO			
BAIXO			

Fonte: Buarque (2003).

Quadro 67 - Fator: Baixa densidade na área envolvida pelo Anel Rodoviário

INCERTEZA/ IMPACTO	ALTA	MÉDIA	BAIXA
ALTO			A INCERTEZA É BAIXA DIANTE DOS PROCESSOS ATUAIS DE EXPANSÃO PERIFÉRICA DA CIDADE. O IMPACTO É ALTO POIS A DENSIDADE BAIXA EM ÁREAS COM MAIOR COBERTURA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS REPRESENTA OCIOSIDADE E ÔNUS AO PODER PÚBLICO. É UM INDICADOR DA URBANIZAÇÃO DIFUSA CARACTERÍSTICA DE VITÓRIA DA CONQUISTA E DA PRESENÇA DE VAZIOS URBANOS DE CARÁTER ESPECULATIVO DENTRO DO ANEL RODOVIÁRIO.
MÉDIO			
BAIXO			

Fonte: Buarque (2003).

Quadro 68 - Fator: Deterioração do patrimônio histórico

INCERTEZA/ IMPACTO	ALTA	MÉDIA	BAIXA
ALTO			
MÉDIO	A INCERTEZA É ALTA PORQUE OBSERVA-SE HOJE UMA PREOCUPAÇÃO MAIOR DOS AGENTES SOCIAIS COM A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL. O IMPACTO É MÉDIO POR NÃO SE TRATAR DE FATOR ESTRUTURANTE DA ORGANIZAÇÃO TERRITORIAL, APESAR DA RELEVÂNCIA COMO FATOR DE FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS AFETIVOS E DE PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA.		
BAIXO			

Fonte: Buarque (2003).

Quadro 69 - Fator: Cobertura e qualidade insuficientes do Sistema de Transporte

INCERTEZA/ IMPACTO	ALTA	MÉDIA	BAIXA
ALTO		A INCERTEZA É MÉDIA EM RAZÃO DA DISPOSIÇÃO DOS AGENTES PÚBLICOS DE INTERVIR NA ESTRUTURA DE MOBILIDADE DA CIDADE. O IMPACTO É ALTO EM RAZÃO DO CARÁTER ESTRUTURANTE E DO QUADRO CRÍTICO DA MOBILIDADE NO MUNICÍPIO.	
MÉDIO			
BAIXO			

Fonte: Buarque (2003).

Quadro 70 - Fator: Expansão e Reestruturação do Centro Tradicional

INCERTEZA/ IMPACTO	ALTA	MÉDIA	BAIXA
ALTO			
MÉDIO			A INCERTEZA É BAIXA PORQUE AS TENDÊNCIAS SÃO EVIDENTES. O IMPACTO É MÉDIO PORQUE, APESAR DOS PROBLEMAS EXISTENTES, SOBRETUDO DE MOBILIDADE, MAS NÃO APENAS, O CENTRO TRADICIONAL DEMONSTRA VITALIDADE E A SUA EXPANSÃO E REESTRUTURAÇÃO ESTÁ SUJEITA A LÓGICAS ATRELADAS À DINÂMICA REGIONAL.
BAIXO			

Fonte: Buarque (2003).

Quadro 71 - Fator: Controle e fiscalização ineficientes e ineficazes das ocupações irregulares, principalmente na Serra do Periperi e zona rural

INCERTEZA/ IMPACTO	ALTA	MÉDIA	BAIXA
ALTO	A INCERTEZA É ALTA POR CAUSA DO HISTÓRICO DE FRAGILIDADE E INEFICÁCIA DA FISCALIZAÇÃO DO USO E OCUPAÇÃO DO SOLO. O IMPACTO É ALTO EM RAZÃO DO CRESCIMENTO DE OCUPAÇÕES IRREGULARES NO PERÍODO RECENTE, PELA PRECARIÉDADE E PELOS IMPACTOS AMBIENTAIS.		
MÉDIO			
BAIXO			

Fonte: Buarque (2003).

Quadro 72 - Fator: Distribuição inadequada e baixa qualidade dos espaços públicos

INCERTEZA/ IMPACTO	ALTA	MÉDIA	BAIXA
ALTO			
MÉDIO		<p>A INCERTEZA É MÉDIA PORQUE OBSERVA-SE O CUIDADO COM AS ÁREAS VERDES DESTINADAS A PRAÇA E ALGUMAS INICIATIVAS DE REQUALIFICAÇÃO DE ESPAÇOS PÚBLICOS. O IMPACTO É MÉDIO PORQUE, APESAR DO DESEQUILÍBRIO NA DISTRIBUIÇÃO E CARÊNCIAS DE PRAÇAS NOS BAIRROS OCUPADOS POR POPULAÇÃO DE BAIXA RENDA, OBSERVA-SE QUE GRANDE PARTE DAS ÁREAS VERDES ESTÃO MANTIDAS, A ESPERA DE AÇÕES QUE ATRIBUAM MAIOR QUALIDADE PAISAGÍSTICA A ESSES ESPAÇOS.</p>	
BAIXO			

Fonte: Buarque (2003).

Relevância do Fator Crítico na Perspectiva do Urbanismo

Quadro 73 - Relevância do Fator Crítico na Perspectiva do Urbanismo

FATOR	ALTA RELEVÂNCIA	MÉDIA RELEVÂNCIA	BAIXA RELEVÂNCIA
GESTÃO FRÁGIL DA POLÍTICA URBANA	A POLÍTICA URBANA AGREGA TODOS OS INSTRUMENTOS PARA O CRESCIMENTO SUSTENTÁVEL DO MUNICÍPIO.		
BAIXA DENSIDADE NA ÁREA ENVOLVIDA PELO ANEL RODOVIÁRIO	A BAIXA DENSIDADE, CONSEQUÊNCIA DA OCUPAÇÃO DIFUSA INICIADA NA CIDADE DE VITÓRIA DA CONQUISTA HÁ ALGUMAS DÉCADAS, É A CAUSADORA DOS PRINCIPAIS PROBLEMAS URBANÍSTICOS DA CIDADE		
DETERIORAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO		O CONJUNTO DO PATRIMÔNIO MATERIAL, SEJA ELE TOMBADO OU NÃO, TEM GRANDE VALOR POR CONTER A MEMÓRIA DA CULTURA LOCAL	
COBERTURA E QUALIDADE INSUFICIENTES DO SISTEMA DE TRANSPORTE	UM TRANSPORTE DE QUALIDADE É FERRAMENTA FUNDAMENTAL PARA QUE OS MORADORES DE UMA CIDADE POSSAM ACESSAR DE MANEIRA PLENA TODOS OS SERVIÇOS E OPORTUNIDADES OFERECIDOS PELA CIDADE		
EXPANSÃO E REESTRUTURAÇÃO DO CENTRO TRADICIONAL		O CENTRO TRADICIONAL ENCONTRA-SE HOJE SATURADO EM RELAÇÃO PRINCIPALMENTE AO SISTEMA VIÁRIO E ACESSO DO TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO, NÃO CONTRIBUINDO ASSIM PARA A PROSPERIDADE DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS QUE ALI ESTÃO LOCALIZADAS	
CONTROLE E FISCALIZAÇÃO INEFICIENTES E INEFICAZES DAS OCUPAÇÕES IRREGULARES, PRINCIPALMENTE NA SERRA DO PERIPERI E ZONA RURAL	É CRESCENTE O NÚMERO DE PESSOAS QUE HABITAM EM SITUAÇÃO PRECÁRIA E IRREGULAR, SITUAÇÃO QUE ACENTUA PROBLEMAS SOCIOECONÔMICOS, DE EXCLUSÃO E DE SAÚDE PÚBLICA, ALÉM DE REPRESENTAR UM FATOR DE DEGRADAÇÃO AMBIENTAL		
DISTRIBUIÇÃO INADEQUADA E BAIXA QUALIDADE DOS ESPAÇOS PÚBLICOS		OS ESPAÇOS PÚBLICOS SÃO IMPORTANTES COMO O LOCAL PARA INTERAÇÕES SOCIAIS, MANIFESTAÇÕES CULTURAIS, COMO RESERVA DE ÁREAS VERDE, O CONFORTO AMBIENTAL URBANO, A SAÚDE E PARA A PAISAGEM URBANA	

Fonte: Fundação Escola Politécnica -FEP (2019).

Avaliação de Impacto e Incerteza na Perspectiva da Infraestrutura

Quadro 74 - Inexistência de soluções de ecossaneamento nos distritos e localidade rurais

INEXISTÊNCIA DE SOLUÇÕES DE ECOSSANEAMENTO NOS DISTRITOS E LOCALIDADE RURAIS			
INCERTEZA IMPACTO	ALTA	MÉDIA	BAIXA
ALTO			
MÉDIO		ALTO IMPACTO, POIS, A IMPLANTAÇÃO DESSAS SOLUÇÕES ALÉM DE PROPICIAR MELHORES CONDIÇÕES SANITÁRIAS A POPULAÇÃO, REDUZ RISCOS DE CONTAMINAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS E PODEM CRIAR INSUMOS PARA BENEFICIAMENTO DE PEQUENOS CULTIVOS. É DE MÉDIA INCERTEZA POIS DEPENDE DE INCENTIVO DO GOVERNO MUNICIPAL E DISPOSIÇÃO DOS MORADORES.	
BAIXO			

Fonte: Buarque (2003).

Quadro 75 - Cobertura do serviço de esgotamento sanitário na sede

COBERTURA DO SERVIÇO DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO NA SEDE			
INCERTEZA IMPACTO	ALTA	MÉDIA	BAIXA
ALTO			ALTO IMPACTO, POIS, A EXPANSÃO DO SERVIÇO DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO INFLUÊNCIA NA QUALIDADE DE VIDA DA POPULAÇÃO DE ÁREAS PERIFÉRICAS, ALÉM DE AUXILIAR NA REDUÇÃO DE DESPEJOS IRREGULARES EM MANANCIAIS. A INCERTEZA É BAIXA POIS A CONCESSIONÁRIA JÁ DESENVOLVE AÇÕES VISANDO O ADENSAMENTO DA REDE. NECESSITA MAIOR ENVOLVIMENTO DO GOVERNO MUNICIPAL NA FISCALIZAÇÃO E COIBIÇÃO DE DESPEJOS IRREGULARES.
MÉDIO			
BAIXO			

Fonte: Buarque (2003).

Quadro 76 - Redução do volume de resíduos coletado

REDUÇÃO DO VOLUME DE RESÍDUOS COLETADO			
INCERTEZA IMPACTO	ALTA	MÉDIA	BAIXA
ALTO	O IMPACTO É ALTO PORQUE AFETA E É INDICATIVO DO APROVEITAMENTO DOS RESÍDUOS RECICLÁVEIS, AUMENTA A VIDA ÚTIL DO ATERRO E CONTRIBUI NA MELHORIA DA QUALIDADE AMBIENTAL. INCERTEZA ALTA, POIS, NOS ÚLTIMOS ANOS O VOLUME TEM AUMENTADO.		
MÉDIO			
BAIXO			

Fonte: Buarque (2003).

Quadro 77 - Cobertura do serviço de limpeza pública (varrição e capinagem)

COBERTURA DO SERVIÇO DE LIMPEZA PÚBLICA (VARRIÇÃO E CAPINAGEM)			
INCERTEZA IMPACTO	ALTA	MÉDIA	BAIXA
ALTO	O IMPACTO É ALTO PORQUE AFETA E É INDICATIVO DO APROVEITAMENTO DOS RESÍDUOS RECICLÁVEIS, INTERFERE NA VIDA ÚTIL DO ATERRO E CONTRIBUI NA MELHORIA DA QUALIDADE AMBIENTAL. INCERTEZA ALTA, POIS, NOS ÚLTIMOS ANOS O VOLUME TEM AUMENTADO.		
MÉDIO			
BAIXO			

Fonte: Buarque (2003).

Quadro 78 - Volume de resíduos destinado ao aterro sanitário

VOLUME DE RESÍDUOS DESTINADO AO ATERRO SANITÁRIO			
INCERTEZA IMPACTO	ALTA	MÉDIA	BAIXA
ALTO	O IMPACTO É ALTO PORQUE AFETA E É INDICATIVO DO APROVEITAMENTO DOS RESÍDUOS RECICLÁVEIS. IMPACTO DIRETO NA VIDA ÚTIL DO ATERRO E CONTRIBUI NA MELHORIA DA QUALIDADE AMBIENTAL. INCERTEZA ALTA, POIS, NOS ÚLTIMOS ANOS O VOLUME TEM AUMENTADO E A CÉLULA PRINCIPAL CHEGOU AO SEU LIMITE		
MÉDIO			
BAIXO			

Fonte: Buarque (2003).

Quadro 79 - Ocorrência de alagamento

OCORRÊNCIA DE ALAGAMENTO			
INCERTEZA IMPACTO	ALTA	MÉDIA	BAIXA
ALTO	IMPACTO ALTO NA DINÂMICA DA CIDADE E IMPACTADO POR ELA TAMBÉM. INCERTEZA ALTA, POIS, GRANDES ENCHENTES PODEM OCORRER SEGUNDO O PREVISTO, OU EM INTERVALOS DIFERENTES DEVIDO AO AVANÇO DA URBANIZAÇÃO.		
MÉDIO			
BAIXO			

Fonte: Buarque (2003).

Quadro 80 - Extensão da rede de drenagem

EXTENSÃO DA REDE DE DRENAGEM			
INCERTEZA IMPACTO	ALTA	MÉDIA	BAIXA
ALTO	IMPACTO ALTO, POIS, SUA EXISTÊNCIA PREVÊ O ARMOTECIMENTO DO ESCOAMENTO E CONSEQUENTEMENTE DAS CHEIAS. INCERTEZA ALTA, POIS, NOS ULTIMOS ANOS NÃO TEM SE INVESTIDO NA SUA EXPANSÃO E ADEQUAÇÃO AO AVANÇO DA URBANIZAÇÃO		
MÉDIO			
BAIXO			

Fonte: Buarque (2003).

Quadro 81 - Relevância do Fator Crítico na Perspectiva da Infraestrutura

RELEVÂNCIA DO FATOR CRÍTICO				
FATOR	ALTA RELEVÂNCIA	MÉDIA RELEVÂNCIA	BAIXA RELEVÂNCIA	IRRELEVÂNCIA
INEXISTÊNCIA DE SOLUÇÕES DE ECOSSANEAMENTO NOS DISTRITOS E LOCALIDADE RURAIS	A IMPLANTAÇÃO DE SOLUÇÕES DE ECOSSANEAMENTO ALÉM DE MELHORAR AS CONDIÇÕES DE VIDA DA POPULAÇÃO, PODERÁ AUXILIAR NA GERAÇÃO DE RENDA ATRAVÉS DE CULTIVOS. A CAPACITAÇÃO DA POPULAÇÃO PARA OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DAS ESTRUTURAS É FUNDAMENTAL			
COBERTURA DO SERVIÇO DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO NA SEDE	O AUMENTO DA COBERTURA DA REDE COLETORA DE ESGOTO NA SEDE, ALÉM DE FAVORECER A MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA DA POPULAÇÃO, PODERÁ EVITAR A CONTAMINAÇÃO DE MANANCIAIS POR DESPEJOS INADEQUADOS DE EFLUENTES			
VOLUME DE RESÍDUOS COLETADO		A IMPLANTAÇÃO DE UM PROGRAMA DE COLETA SELETIVA E COMPOSTAGEM PODERÁ IMPULSIONAR A REDUÇÃO DO VOLUME DE RESÍDUOS COLETADOS,		

RELEVÂNCIA DO FATOR CRÍTICO				
FATOR	ALTA RELEVÂNCIA	MÉDIA RELEVÂNCIA	BAIXA RELEVÂNCIA	IRRELEVÂNCIA
		AUXILIANDO NA AMPLIAÇÃO DA COBERTURA DA COLETA PÚBLICA		
COBERTURA DO SERVIÇO DE LIMPEZA PÚBLICA (VARRIÇÃO E CAPINAGEM)		A AMPLIAÇÃO DA COLETA E DOS SERVIÇOS DE LIMPEZA PÚBLICA PODEEÃO AUXILIAR NA REDUÇÃO DA DISPOSIÇÃO DE RESÍDUOS EM LOCAIS INADEQUADOS		
VOLUME DE RESÍDUOS DESTINADO AO ATERRO SANITÁRIO		A IMPLANTAÇÃO DE UM PROGRAMA DE COLETA SELETIVA E COMPOSTAGEM PODERÁ IMPULSIONAR A REDUÇÃO DO VOLUME DE RESÍDUOS COLETADOS, AUXILIANDO NA AMPLIAÇÃO DA COBERTURA DA COLETA PÚBLICA		
OCORRÊNCIA DE ALAGAMENTO	A OCORRÊNCIA DE ALAGAMENTOS É INFLUENCIADA PELA EXPANSÃO DA OCUPAÇÃO NÃO PLANEJADA, ASSOCIADA A FALTA DE PLANEJAMENTO DA EXPANSÃO DA REDE DE DRENAGEM. ESSE FATOR AFETA DIRETAMENTE A DINÂMICA DA CIDADE QUANDO DA OCORRÊNCIA DE CHUVAS			
EXTENSÃO DA REDE DE DRENAGEM	A AMPLIAÇÃO DA REDE DE DRENAGEM ADOTANDO UMA LÓGICA SUSTENTÁVEL E QUE ESTEJA ASSOCIADA À REGRAS DE OCUPAÇÃO É FUNDAMENTAL PARA MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE VIDA POPULAÇÃO			

Fonte: Fundação Escola Politecnica -FEP (2019).

Avaliação de Impacto e Incerteza na Perspectiva da Gestão Urbana

Quadro 82 - Fator Promulgação de legislação acessória ao PDDU

INCERTEZA/ IMPACTO	ALTA	MÉDIA	BAIXA
ALTO		IMPACTO SOBRE O CUMPRIMENTO DA FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE; REDUÇÃO DE VAZIOS URBANOS	
MÉDIO			
BAIXO			

Fonte: Buarque (2003).

Quadro 83 – Fator Regulamentação da Regularização Fundiária

INCERTEZA/ IMPACTO	ALTA	MÉDIA	BAIXA
ALTO		REDUÇÃO DA PRESSÃO SOBRE ÁREAS DE VALOR AMBIENTAL; URBANIZAÇÃO DOS ESPAÇOS PASSÍVEIS DE REGULARIZAÇÃO	
MÉDIO			
BAIXO			

Fonte: Buarque (2003).

Quadro 84 – Fator Mobilidade urbana como diretriz de acesso ao direito à cidade

INCERTEZA/ IMPACTO	ALTA	MÉDIA	BAIXA
ALTO			
MÉDIO			
BAIXO			PROMOVE O ENTENDIMENTO DE QUE A AUSÊNCIA DE MOBILIDADE RESTRINGE O DIREITO DE IR E VIR

Fonte: Buarque (2003).

Quadro 85 - Fator Atendimento das demandas por serviços de educação, saúde e segurança resultantes dos novos loteamentos

INCERTEZA/ IMPACTO	ALTA	MÉDIA	BAIXA
ALTO	O ACESSO AOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE EDUCAÇÃO, SAÚDE E SEGURANÇA ESTÃO DIRETAMENTE RELACIONADOS A QUALIDADE DE VIDA		
MÉDIO			
BAIXO			

Fonte: Buarque (2003).

Quadro 86 – Fator Infraestrutura de mobilidade urbana compatível com a demanda

INCERTEZA/ IMPACTO	ALTA	MÉDIA	BAIXA
ALTO	A MOBILIDADE URBANA RESIDENTES E POPULAÇÃO FLUTUANTE ACESSEM OS DIVERSOS LOCAIS DA CIDADE, IMPACTANDO DIRETAMENTE NA ECONOMIA		
MÉDIO			
BAIXO			

Fonte: Buarque (2003).

Quadro 87 – Fator Instituição de novas ZEIS

INCERTEZA/ IMPACTO	ALTA	MÉDIA	BAIXA
ALTO		POSSIBILITA QUE A POPULAÇÃO DE BAIXA RENDA RESIDA EM ÁREAS MAIS CENTRAIS; CONTINUAÇÃO DO PROGRAMA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO POPULAR	
MÉDIO			
BAIXO			

Fonte: Buarque (2003).

Quadro 88 – Fator Atuação efetiva dos Conselhos na gestão dos fundos municipais

INCERTEZA/ IMPACTO	ALTA	MÉDIA	BAIXA
ALTO			
MÉDIO		CONTROLE SOCIAL DOS RECURSOS MUNICIPAIS DESTINADOS AO DESENVOLVIMENTO URBANO	
BAIXO			

Fonte: Buarque (2003).

Quadro 89 - Criação do Fundo de Desenvolvimento Urbano (FUNDURB)

INCERTEZA/ IMPACTO	ALTA	MÉDIA	BAIXA
ALTO			
MÉDIO		CATALISAÇÃO DOS RECURSOS DE DIVERSAS FONTES DESTINADOS AO DESENVOLVIMENTO URBANO MUNICIPAL	
BAIXO			

Fonte: Buarque (2003).

Relevância do Fator Crítico na Perspectiva da Gestão Urbana

Quadro 90 - Relevância do Fator Crítico na Perspectiva da Gestão Urbana

FATOR	ALTA RELEVÂNCIA	MÉDIA RELEVÂNCIA	BAIXA RELEVÂNCIA	IRRELEVÂNCIA
PROMULGAÇÃO DE LEGISLAÇÃO ACESSÓRIA AO PDDU	X			
REGULAMENTAÇÃO DA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA	X			
MOBILIDADE URBANA COMO DIRETRIZ DE ACESSO AO DIREITO À CIDADE		X		
ATENDIMENTO DAS DEMANDAS POR SERVIÇOS DE EDUCAÇÃO, SAÚDE E SEGURANÇA RESULTANTES DOS NOVOS LOTEAMENTOS	X			
INFRAESTRUTURA DE MOBILIDADE URBANA COMPATÍVEL COM A DEMANDA	X			
INSTITUIÇÃO DE NOVAS ZEIS	X			
ATUAÇÃO EFETIVA DOS CONSELHOS NA GESTÃO DOS FUNDOS MUNICIPAIS		X		
CRIAÇÃO DO FUNDO DE DESENVOLVIMENTO URBANO (FUNDURB)		X		

4.7. CONSTRUÇÃO DE CENÁRIOS

Os cenários são desenvolvidos considerando-se o comportamento futuro de fatores que afetam o desenvolvimento do município, diante de incertezas críticas. Serão trabalhadas, oito tipos de incertezas críticas, cada uma interagindo com diversos fatores, com três hipóteses por fator, que configuram 150 hipóteses alternativas.

Cenário ideal (hipótese 1):

O cenário ideal é aquele que minimiza todas as incertezas críticas e resulta no desempenho plenamente favorável dos fatores. Seria não apenas o desejável para Vitória da Conquista, mas em muitos casos decorrente de uma exigência normativa sujeita a fiscalização e cobrança dos órgãos de controle (município, Estado e União).

Cenário intermediário (hipótese 2)

Admitindo-se as dificuldades inerentes às decisões não apenas da administração municipal, mas emanadas da administração estadual e federal, além de condicionantes independentes não relacionadas às esferas de poder, por exemplo, variáveis econômicas, climáticas, ambientais, nacionais e internacionais, etc., imaginou-se um cenário intermediário permeado de combinação resultantes de hipóteses do cenário ideal e de outros cenários, tema que será abordado em profundidade posteriormente, e possibilitará a eleição das hipóteses combinadas de cenários distintos.

Cenário conservador (hipótese 3)

É o cenário resultante da incapacidade da administração municipal, que enfrentou uma série de dificuldades para implementar as mudanças substantivas preconizadas no Plano, e que deveriam transformar o quadro atual para produzir as mudanças desejadas, e que, portanto, não foram suficientes para melhorar as condições de vida de toda a população.

Incerteza Crítica	Fator	Hipótese 1	Hipótese 2	Hipótese 3
1 – Crescimento da população	Potencial de melhoria na educação fundamental	Melhoria na educação fundamental, relativo ao crescimento populacional	Melhoria parcial na educação fundamental, relativo ao crescimento populacional	Estagnação da educação fundamental, relativo ao crescimento populacional
	Potencial de melhoria na saúde da família	Expansão da rede de USF cobrindo todo o território com corpo técnico, relativo ao crescimento populacional	Expansão da rede de USF cobrindo parcialmente o território com deficiência no corpo técnico, relativo ao crescimento populacional	Tímida expansão da rede de USF com deficiência no corpo técnico, relativo ao crescimento populacional
	Mobilidade Urbana crítica (transporte e acessibilidade)	Inclusão do transporte de massa nas principais vias e transporte complementar com sistema acessível adequada a demanda futura, regulamentação do transporte alternativo. Relocação e implantação de novos terminais de transporte.	Ampliação da atual frota de ônibus adequada a demanda futura, regulamentação do transporte alternativo e relocação do terminal de ônibus.	Relocação do terminal de ônibus e nova licitação para contratação de empresa de transporte.
	Gestão frágil da política urbana	Elaboração, atualização e implementação de todos os instrumentos da política urbana.	Elaboração, atualização de planos setoriais cruciais com implementação parcial de alguns deles.	Elaboração de poucos planos setoriais com atualizações esporádicas e sem novas implementação parcial.
	Volume de resíduos destinados ao aterro sanitário	Diminuição do volume de resíduos devido ao aumento significativo da reciclagem e compostagem.	Pequeno aumento do volume destinado ao aterro, mas inferior ao crescimento populacional.	Aumento do volume de resíduos proporcional ao crescimento populacional.
	Pressões em áreas de valor ambiental	Fiscalização da aplicação dos instrumentos de proteção em áreas de valor ambiental já	Fiscalização da aplicação dos instrumentos de proteção em áreas de valor	Ausência de fiscalização da aplicação dos instrumentos de

Incerteza Crítica	Fator	Hipótese 1	Hipótese 2	Hipótese 3
		estabelecidas, em todo o território municipal. Criação de novas áreas de preservação e conservação.	ambiental já estabelecidas, apenas da sede do município. Criação de poucas áreas de preservação e conservação.	proteção em áreas de valor ambiental já estabelecidas.
	Baixa densidade na área envolvida pelo anel rodoviário	Atualização da legislação urbanística, com aplicação das diretrizes e parâmetros urbanísticos das mesmas, orientando prioritariamente o adensamento destas áreas.	Atualização parcial da legislação urbanística e cumprimento parcial das novas diretrizes estabelecidas. Mercado imobiliário com pequena influência na produção do espaço.	Legislação urbanística desatualizada, com mercado imobiliário influente da produção do espaço.
2 – Gestão democrática da política urbana com o cumprimento da função social	Aplicação dos instrumentos de política urbana	Atualização dos instrumentos de política urbana, capacitação da equipe técnica municipal e aplicação rigorosa dos instrumentos	Atualização dos instrumentos de política urbana, porém os instrumentos são aplicados parcialmente por despreparo da equipe técnica municipal.	A prefeitura não atualiza os instrumentos de política urbana, e não tem interesse em aplicá-los corretamente cedendo a forças externas ao poder público, como ao setor empresarial.
	Fiscalização do uso e ocupação do solo	A gestão municipal possui instrumentos legais, elaborado com participação social, e corpo técnico suficientes para fazer cumprir as leis urbanísticas, que priorizam a função social dos lotes.	A gestão municipal possui instrumentos legais, elaborado com participação social, porém a prefeitura não tem corpo técnico suficiente para implementar e fiscalizar o previsto em lei.	Os instrumentos legais existentes são frágeis e não foram elaborados de forma participativa, não atendendo às necessidades da cidade. A prefeitura tem reduzido corpo técnico, deixando a fiscalização ineficiente.
	Potencial de melhoria na educação fundamental	Aprovação do orçamento participativo municipal com ampla participação e garantindo o orçamento necessário para	O orçamento participativo foi aprovado sem uma previsão de recurso adequada para atender a todas demandas	O orçamento aprovado não contou com a participação da população. Prevê melhorias nas escolas, mas as ações

Incerteza Crítica	Fator	Hipótese 1	Hipótese 2	Hipótese 3
		educação. Ampliação do número de vagas e unidades escolares de maneira que todos possam se matricular, contratação de professores qualificados, reforma das escolas e melhoria nas condições do transporte escolar.	da educação de maneira satisfatória. Foi ampliado o número de vagas, porém os estudantes foram distribuídos nas mesmas escolas, além disto não foram contratados novos professores.	propostas estão aquém do necessário e das expectativas da população.
	Mobilidade urbana crítica (transporte e acessibilidade)	Elaboração e implementação do Plano municipal de mobilidade com significativo controle social. Formação do Conselho municipal da pessoa com deficiência.	Elaboração do Plano municipal de mobilidade com pouco controle social e implementação parcial. Formação do Conselho municipal da pessoa com deficiência.	Elaboração do Plano municipal com pouco controle social, mas sem implementação.
	Pressões em áreas de valor ambiental	Elaboração de estudo para identificação das pressões existentes em todo o território do município. Garantia de aplicação de todos os instrumentos de proteção de áreas de valor ambiental vigentes. Ampla participação do conselho municipal do meio ambiente, assim como da sociedade civil como um todo.	Elaboração de estudo para identificação das pressões existentes em todo o território do município, porém nem todas as propostas foram executadas devido ao baixo orçamento e pressão sofrida pelos proprietários de terra do município. O controle social não foi tão efetivo no processo.	Estudo restrito às áreas de valor ambiental da sede, e apesar de terem sido elaboradas algumas propostas para eliminação destas pressões quase nada se fez. A sociedade civil não se engajou no processo, que acabou perdendo força.
	Degradação ambiental em áreas de corpos hídricos	Identificação das áreas degradadas, e elaboração e aplicação de plano de recuperação destas áreas com amplo controle social, inclusive com o envolvimento do conselho	Identificação e elaboração de ações de recuperação das áreas degradadas apenas na sede municipal. Intervenções para proteção	Apenas identificação das áreas degradadas, apesar da pressão de instituições e ONG's ambientais não são elaboradas nenhum tipo de

Incerteza Crítica	Fator	Hipótese 1	Hipótese 2	Hipótese 3
		municipal de meio-ambiente, abrangendo todo o município.	e recuperação apenas nas áreas prioritárias. Reduzido controle social.	proposta para recuperação e destinação destas áreas.
	Gestão frágil da política urbana	Reformulação modelo de gestão incluindo a criação de novos espaços de interação entre sociedade civil e poder público. Amplo envolvimento da população nas decisões como para aprovação do orçamento participativo e planos setoriais.	Manutenção do modelo de gestão, com corpo técnico consolidado, e com a garantia dos espaços de interação entre sociedade civil e poder público garantidos. Existe pressão de grupos de empresários locais.	Enfraquecimento ainda mais da gestão com dissolução de conselhos e trocas constantes do quadro de funcionários da prefeitura e sofrendo forte pressão grupos de empresários locais.
	Controle e fiscalização ineficiente e ineficaz das ocupações irregulares, principalmente na Serra do Periperi e zona rural	Criação de órgão municipal específico responsável pela gestão da habitação. Elaboração e implementação com sucesso de programas de regularização fundiária e de habitação de interesse social com oferta de habitação de qualidade para população em situação de risco. Amplo controle social em todas as etapas e o envolvimento do conselho de habitação de interesse social. Redução da área de ocupação irregular em 50%.	Manutenção da pasta da habitação dentro da secretaria de desenvolvimento social. Manutenção do programa de regularização fundiária em poucos bairros da sede. Dificuldade em controlar o surgimento de novas ocupações irregulares. Envolvimento do conselho de habitação de interesse social, porém pouca mobilização de outros segmentos da sociedade civil. Redução da área de ocupação irregular em 10%.	Descontrole total do poder público no combate ao surgimento de mais ocupações irregulares. Ausência de controle social. Aumento da área de ocupação irregular.

Incerteza Crítica	Fator	Hipótese 1	Hipótese 2	Hipótese 3
3 – Crescimento da Economia	Indústria fraca	Fortalecimento das indústrias existentes e atração de novas, aumentando a oferta de emprego e o peso desse setor no PIB municipal.	Manutenção e fortalecimento das indústrias existentes com tímido crescimento do peso desse setor no PIB.	Estagnação das indústrias existentes, com possibilidade de extinção de algumas delas. Comércio e serviços se destacam no PIB
	Potencial de melhoria na educação fundamental	Construção de novas creches e escolas de ensino fundamental de tempo integral na sede municipal e nos distritos com quadro funcional completo, atendendo a 100% da demanda, possibilitando o trabalho de mãe e/ou pais das crianças. De 10 a 20 anos tais crianças serão jovens adultos bem instruídos, com pensamento crítico e capacitados para gerar renda.	Construção de novas creches e escolas de ensino fundamental na sede municipal com quadro funcional completo, atendendo a grande parte da demanda e possibilitando o trabalho de mais pessoas, mães e/ou pais. De 10 a 20 anos as crianças contempladas serão jovens adultos bem instruídos e capacitados para gerar renda.	Precarização do sistema de ensino público fundamental, sem ampliação da rede e com quadro funcional insuficiente, impossibilitando/dificultando o trabalho de mães e/ou pais das crianças, além da falta de expectativas da futura geração.
	Mobilidade Urbana crítica (transporte e acessibilidade)	Melhoria da mobilidade urbana com criação de transportes de massa e transporte complementar acessível, possibilitando acesso a todo o território municipal e otimizando o tempo dos usuários, que podem realizar outras atividades com a redução do tempo e de viagem	Ampliação da frota de ônibus reduzindo o tempo de espera, mas a falta de ampliação ainda exige utilização de mais de um transporte para chegar ao destino. Pouca otimização do tempo dos usuários.	Regularização da frota de ônibus e transportes alternativos sem melhorias na qualidade do transporte, ou redução do tempo de espera e viagem dos usuários. Perda de tempo em energias na mobilidade
	Gestão frágil da política urbana	Criação e aplicação dos instrumentos que visam fortalecer a economia local e regional, tendo o município autonomia e	Criação de instrumentos que visam fortalecer a economia social local e regional, porém com pouca autonomia e controle do	Ausências de instrumentos que possam estimular o crescimento da economia de forma socialmente equilibrada, havendo apenas o

Incerteza Crítica	Fator	Hipótese 1	Hipótese 2	Hipótese 3
		controle sobre a gestão da produção de bens no território.	município sobre a gestão da produção de bens no território.	fortalecimento da classe empresarial e industrial sem qualquer gestão do município.
4 – Mobilidade sustentável	Mobilidade urbana crítica (transporte e acessibilidade)	Transferência do terminal de ônibus do Centro para local mais adequado, construção de novos terminais de transporte em pontos estratégicos. Maior integração entre as linhas existentes e outros modais de transporte, aumento da frequência da frota para atendimento das regiões mais afastadas, contribuindo para uma mobilidade sustentável	Transferência do terminal de ônibus do Centro para local mais adequado, e manutenção da mesma quantidade de linhas sem integração com outro modal, porém com substituição gradativa para veículos melhores.	Transferência do terminal de ônibus do centro para local mais adequado, permanecendo a mesma quantidade de linhas, com resistência da empresa em substituir a frota.
	Cobertura e qualidade insuficientes do sistema de transporte	Ampliação das ciclovias e da utilização de bicicletas como meio de transporte. Utilização de veículos com baixo teor de poluição ou elétricos (a exemplo de VLT, Aeromóvel, etc.) na implantação dos transportes de massa e redução dos carros como veículo individual através da melhoria dos transportes públicos.	Ampliação das ciclovias e da utilização de bicicletas como meio de transporte. Melhoria na oferta e qualidade dos transportes públicos coletivos, tornando-os competitivos com a utilização de carros, principalmente no centro, onde o estacionamento é escasso e o trânsito caótico.	Ampliação das ciclovias e da utilização de bicicletas como meio de transporte e melhoria insuficiente nos transportes coletivos, mantendo um grande número de carros nas ruas.
5 – Oferta de água	Ausência de soluções de ecossaneamento nos distritos e localidades rurais	Implantação de sistemas de tratamento e reúso de efluente nos distritos para irrigação e fins menos nobres. Construção de mais cisternas de captação de água de chuva. Criação de	Construção de mais cisternas de captação de água de chuva e criação de programa para estimular a irrigação por gotejamento.	Falta de estímulos e programas para implantação de soluções de ecossaneamento.

Incerteza Crítica	Fator	Hipótese 1	Hipótese 2	Hipótese 3
		programa para estimular a irrigação por gotejamento		
	Pressões em áreas de valor ambiental	Programas de contenção do desmatamento, reflorestamento das matas ciliares, controle de poluição e fiscalização das nascentes, e corpos d'água. Implementação efetiva das políticas ambientais com redução das pressões existentes.	Ações de reflorestamento das nascentes e das matas ciliares nos corpos d'água, sem redução das pressões e desmatamento em outras áreas de valor ambiental.	Aumento das pressões nas áreas de valor ambiental, falta de fiscalização quanto ao desmatamento e poluição e sem implantação das políticas ambientais.
	Degradação ambiental em áreas de manancial hídrico	Estudo para captação em mananciais alternativos e ações de remediação dos existentes (reflorestamento das matas ciliares, educação ambiental da população vizinha, controle do lançamento de resíduos e efluentes). Estímulo à produção de água por PSA (Pagamento por Serviços Ambientais).	Realização de ações dispersas para fiscalização e manutenção dos mananciais existentes, reduzindo o lançamento de resíduos sólidos e líquidos e evitando maior degradação da mata ciliar.	Pouca atenção aos mananciais, evitando o lançamento de resíduos sólidos e líquidos, deixando que os processos naturais se encarreguem da melhoria da mata ciliar.
	Comprometimento de nascentes e rios por assoreamento por erosão associado a estradas vicinais	Implantação de projeto de drenagem nas estradas vicinais direcionando as águas para a recarga de aquífero e contendo a erosão. Dragagem dos corpos hídricos assoreados, contenção de erosão por barraginhas e dissipadores de energia.	Melhoria das estradas vicinais com implantação de cascalho ou calçamento permeável reduzindo a erosão.	Implantação de sistema de contenção de sólidos nos rios e nascentes.

Incerteza Crítica	Fator	Hipótese 1	Hipótese 2	Hipótese 3
	Controle e fiscalização ineficiente e ineficaz das ocupações irregulares, principalmente na Serra do Periperi e zona rural	Contenção das ocupações desordenadas; realização de estudo seguido de ações de remediação das áreas ocupadas, buscando mitigar os impactos por elas causados.	Contenção das ocupações irregulares sem implantação de ações mitigadoras de impacto ou realização de estudos.	Crescimento da área ocupada desordenadamente.
6 – Universalização do saneamento	Saneamento insuficiente (esgotamento sanitário)	Ampliação da rede de esgotamento sanitário e da adesão dos usuários à rede existente na sede, bem como implantação de soluções individuais, fossas ecológicas ou ETE's compactas nos distritos.	Ampliação da rede de esgotamento sanitário e da adesão dos usuários à rede existente na sede municipal e implantação de soluções individuais, fossas ecológicas ou ETE's compactas na sede dos distritos	Ampliação da rede de esgotamento sanitário na sede, sem completa adesão dos usuários ao sistema.
	Ausências de soluções de ecossaneamento nos distritos e localidades rurais	Implantação de sistemas que possibilitem o tratamento de esgoto e reúso da água, bem como captação de água da chuva e programas de estímulo à compostagem e reciclagem.	Ampliação do número de cisternas de captação de água de chuva e das iniciativas de compostagem e reciclagem com auxílio técnico.	Implantação de sistemas de compostagem com auxílio técnico.
	Cobertura do serviço de limpeza pública (varrição e capinagem)	Ampliação do serviço de limpeza pública contemplando todo território com frequência satisfatória.	Ampliação do sistema de coleta, mas sem melhorias nos serviços de varrição e capinagem no território.	Aumento da área atendida na sede municipal, sem melhorias ao serviço prestado nos distritos.
	Volume de resíduos destinados ao aterro sanitário	Grande aumento do volume de resíduos coletados devido a universalização e aumento da frequência dos serviços e limpeza pública. Porém redução do volume total destinado ao	Aumento razoável do volume devido à ampliação dos serviços de limpeza pública.	Estagnação ou redução do volume de resíduos devido a deficiências nos serviços e limpeza pública, que tem parte terceirizado.

Incerteza Crítica	Fator	Hipótese 1	Hipótese 2	Hipótese 3
		aterro sanitário devido a processos de triagem, reciclagem e compostagem.		
	Extensão da rede de drenagem	Manutenção, requalificação e ampliação da rede existente. Implantação de dispositivo de drenagem nos distritos.	Manutenção e requalificação da rede existente e implantação de dispositivos de drenagem nos distritos.	Manutenção e requalificação da rede existente.
7 – Redução das pressões ambientais	Potencial de melhoria na educação fundamental	Elaboração de programa municipal de educação ambiental, atingindo todos os estudantes e familiares. Redução das práticas individuais que contribuem para a manutenção das pressões ambientais.	Ações de educação ambiental nas escolas fundamentais, uma vez que crianças são multiplicadoras de informação em suas casas e são a geração futura.	Ausência de ações de educação ambiental nas escolas de ensino fundamental, perpetuando a falta de conhecimento em relação às más práticas que contribuem para a manutenção das pressões ambientais.
	Cobertura do serviço de esgotamento sanitário na sede	Ampliação da rede e da adesão dos usuários evitando disposição inadequada nos canais de drenagem, nos corpos hídricos e nas ruas.	Ampliação da rede de esgotamento sanitário sem completa adesão dos usuário, com parte do esgoto domésticos sendo destinado ao sistema de drenagem e às ruas.	Nenhum investimento em esgotamento sanitário, agravando o lançamento de dejetos nos corpos hídricos e diretamente no solo, com a piora do índice de contaminação ambiental.
	Cobertura do serviço de limpeza pública (varrição e capinagem)	Ampliação da cobertura dos serviços evitando disposição de resíduos em terrenos baldios, em áreas de valor ambiental e em corpos hídricos.	Redução do serviço na sede e nas vilas, causando o acúmulo de resíduos nas ruas, nos dispositivos de drenagem e terrenos baldios, além de atrair vetores de doenças.	Manutenção da cobertura atual, porém com a redução da periodicidade, tornando o serviço insuficiente.

Incerteza Crítica	Fator	Hipótese 1	Hipótese 2	Hipótese 3
	Volume de resíduos destinados ao aterro sanitário	Aumento do volume destinado ao aterro devido maior ampliação do serviço de limpeza pública e da coleta de resíduos em áreas inadequadas.	Redução ou estagnação do volume destinado ao aterro devido a mudanças nas práticas de consumo, aumento da reciclagem e da compostagem.	Redução ou estagnação do volume destinado ao aterro devido a um serviço de coleta insuficiente.
	Degradação ambiental em áreas de recursos hídricos	Elaboração de políticas públicas de proteção dos recursos hídricos municipais, com ações de proteção, recuperação e educação ambiental. Ações de saneamento básico, evitando contaminação dos recursos hídricos.	Melhoria da gestão e fiscalização por parte do poder público, para coibir desmatamento em áreas de APP, reduzindo significativamente a degradação dos corpos hídricos.	Não acontece gestão e fiscalização nas áreas de APP, permitindo ação criminosas de desmatamento por proprietários de terra.
	Supressão de vegetação	Aplicação dos instrumentos de proteção ambiental, principalmente a Política Nacional de Recursos Hídricos, fiscalizando as nascentes, APPs, APAs, parque urbanos, e grande propriedades rurais atuando-as se necessário.	Contenção dos desmatamentos clandestinos no território Municipal e efetivação de reflorestamento das áreas afetadas.	Falta de recursos e instrumentos de fiscalização quanto ao desmatamento e supressão de vegetação.
	Comprometimento de nascentes e rios por assoreamento por erosão associado a estradas vicinais	Implantação de projeto de drenagem nas estradas vicinais direcionando as águas para a recarga de aquífero e contendo a erosão.	Melhoria das estradas vicinais com implantação de cascalho ou calçamento permeável reduzindo a erosão.	Nenhuma melhora nas estradas vicinais capaz de conter a erosão.

Incerteza Crítica	Fator	Hipótese 1	Hipótese 2	Hipótese 3
	Comprometimento da qualidade ambiental por atividades agrossilvopastoris	Elaboração de programa de incentivo à redução e mitigação de impactos ambientais causados por tais atividades, com ampla aderência dos produtores.	Elaboração de programa de incentivo à redução e mitigação de impactos ambientais causados por tais atividades, sem aderência dos produtores.	Nenhuma iniciativa por parte da gestão com a finalidade de mitigar os impactos dessas atividades.
	Controle e fiscalização ineficiente e ineficaz das ocupações irregulares, principalmente na Serra do Periperi e zona rural	Incluir questão no Plano Municipal de habitação e nas legislações urbanísticas, a fim de conter a ocupação dessas áreas e realocar pessoas em vulnerabilidade social. Atrelado a isso, ampliar fiscalização fazendo cumprir as leis e implantar ações para mitigar os impactos causados.	Realização de ações para mitigar o impacto causado pela ocupação irregular, sem ser atrelada a nenhum plano e fiscalização ainda deficiente em conter novas ocupações	Aumento das ocupações irregulares sem ações de contenção ou fiscalização das mesmas
8 – Preservação da Biodiversidade	Potencial de melhoria na educação fundamental	Incremento da consciência e ambiental e cultural de gerações futuras (e atuais) reduz drasticamente o impacto das ações humanas no ambiente, preservando e recuperando a biodiversidade original no município.	Aumento da consciência ambiental e cultural de gerações futuras mitiga impactos, porém em grau brando, preservando espécies importantes e emblemáticas, porém com perda de significativa de biodiversidade.	Desenvolvimento da educação formal (fundamental e geral) com educação ambiental forte, porém sem mudança efetiva da consciência e cultura das gerações atuais e futuras implicando em fraca preservação e perda significativa de biodiversidade.

Incerteza Crítica	Fator	Hipótese 1	Hipótese 2	Hipótese 3
	Ausências de soluções de ecossaneamento nos distritos e localidades rurais	Implantação das melhores soluções de ecossaneamento em todas as áreas oportunas, reduzindo fortemente ou basicamente zerando os impactos negativos da falta de saneamento rural/distrital.	Implantação de soluções adequadas e economicamente viáveis para as áreas oportunas, mitigando impactos negativos da falta de saneamento rural/distrital.	Implantação soluções de ecossaneamento em programas piloto, porém sem grande abrangência e com pouca relevância para o cenário macro do saneamento rural/distrital.

Incerteza Crítica	Fator	Hipótese 1	Hipótese 2	Hipótese 3
	Cobertura do serviço de limpeza pública (varrição e capinagem)	Ampliação, frequência e boa prestação do serviço de limpeza pública mantém sob controle espécies invasoras e contribuem para a preservação da biodiversidade local.	Leve melhora na prestação do serviço de limpeza pública ajuda a mitigar os efeitos de poluição em grau reduzido.	Estagnação na qualidade do serviço prestado de limpeza pública não auxilia na mitigação da poluição, relativamente ao crescimento do município.
	Cobertura do serviço de esgotamento sanitário na sede	Universalização do sistema de esgotamento sanitário na sede municipal com o devido tratamento do esgoto zera os impactos negativos advindos da poluição sanitária.	Quase universalização do sistema de esgotamento sanitário na sede municipal com o tratamento básico do esgoto mitigam bastante os impactos negativos advindos da poluição sanitária.	Ampliação mínima da cobertura dos serviços de esgotamento sanitário na sede municipal para acompanhar apenas o crescimento urbano, sem incremento na qualidade do tratamento do esgoto não alteram o cenário atual de impactos ambientais negativos.
	Volume de resíduos destinados ao aterro sanitário	Substantiva diminuição do volume de resíduos destinados ao aterro sanitário.	Manutenção do volume atual de resíduos destinados ao aterro sanitário.	Incremento substancial do volume de resíduos destinados ao aterro sanitário.
	Pressões em áreas de valor ambiental	Contenção das pressões mais severas em áreas de valor ambiental.	Contenção apenas das pressões mais leves em áreas de valor ambiental.	Incapacidade de estancar as pressões em áreas de valor ambiental.
	Degradação ambiental em áreas de manancial hídrico	Reversão da degradação com preservação ambiental nas áreas de manancial hídrico.	Contenção da degradação ambiental nas áreas de manancial hídrico mais importantes.	Contenção da degradação ambiental apenas nas áreas de manancial hídrico cruciais.

Incerteza Crítica	Fator	Hipótese 1	Hipótese 2	Hipótese 3
	Supressão de vegetação	Contenção do processo de desmatamento através ações de gestão e fiscalização do território, acompanhado de ações de recuperação e preservação da vegetação nativa na sede e nos distritos	Contenção do processo de desmatamento através ações de gestão e fiscalização do território, acompanhado de ações de recuperação e preservação da vegetação nativa no território do distrito sede	Contenção do processo de desmatamento apenas em APP's e unidades de conservação na sede
	Comprometimento de nascentes e rios por assoreamento por erosão associado a estradas vicinais	Recuperação de nascentes de rios assoreados e erodidos, assim como adequação das estradas vicinais.	Contenção do assoreamento e erosão das nascentes, obras em alguns rios e estradas vicinais.	Obras insuficientes para recuperar estradas vicinais sem ações para mitigar os impactos nas nascentes e rios, agravando a situação destes.
	Comprometimento da qualidade ambiental por atividades agrossilvopastoris	Utilização de técnicas menos nocivas ao meio ambiente, mitigando os efeitos negativos das atividades agrossilvopastoris.	Programas piloto para demonstrar a viabilidade de técnicas menos nocivas ao meio ambiente são implantados porém não tem aceitação irrestrita.	Nenhuma ação positiva é tomada em escopo macro, mantendo e agravando os efeitos negativos das atividades agrossilvopastoris com sua expansão.

16 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA. ANEEL. Informações técnicas – Vitória da Conquista. Disponível em < <http://www.aneel.gov.br/>> Acesso em 30 de outubro de 2018.

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES. ANATEL. Mobile Anatel. Dados dos municípios. Disponível em < <http://gatewaysiec.anatel.gov.br/mobileanatel/>> Acesso em 04 jul 2019.

ALMEIDA, M. C. Produção Sócio - Espacial e Habitação Popular nas Áreas de Assentamentos e Ocupações na Cidade de Vitória da Conquista - Ba. Salvador, Bahia: Universidade Federal da Bahia - Instituto de Geociências. 2005.

AMARAL, U. T., & SANTANA, M. Rede de Telefonia e Seus Agentes Formadores em Vitória. Vitória da Conquista, Bahia. 201?..

BAHIA. INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS. Sistema estadual de Informações Ambientais e Recursos Hídricos. Disponível em <www.seia.ba.gov.br/mapas/download>. Acesso em: 22 Nov. 2018.

BAHIA. SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO DA BAHIA. Plano Estadual de Manejo de Águas Pluviais e Esgotamento Sanitário. Elaborado pela SEDUR e disponibilizado para consulta pública. Disponível em: <http://www.sedur.ba.gov.br/pemapes2/>. Acesso: 15 de nov. 2017.

BAHIA. Secretaria de Desenvolvimento Urbano. Plano Diretor de Lajedinho – BA. Relatório 05 – Cenário Prospectivo Participativo, 2016.

BAHIA. SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS (SEI). Perfil socioeconômico do município de Vitória da Conquista. Disponível em <http://www.sei.ba.gov.br/site/resumos/notas/2933307_NOTA.pdf> Acesso em dezembro 2018.

BRASIL. MINISTÉRIO DAS CIDADES. Resolução n° 25/2005. Emite orientações e recomendações ao processo participativo do Plano Diretor: Diário Oficial da União, Seção 1, Edição No 60 Pág.102 de 30/03/2005

BRASIL. MINISTÉRIO DAS CIDADES. Resolução n° 34/2005. Emite orientações e recomendações ao conteúdo mínimo do Plano Diretor: Diário Oficial da União, de 14/07/2005, Seção 1, pag.89

BRASIL. Lei n° 10.257 de 10 de julho de 2001. Estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 2001.

BRASIL. Lei n° 13.465/2017. Dispõe sobre a regularização fundiária rural e urbana, sobre a liquidação de créditos concedidos aos assentados da reforma agrária e sobre a regularização fundiária no âmbito da Amazônia Legal; institui mecanismos para aprimorar a eficiência dos procedimentos de alienação de imóveis da União; altera as Leis (...) e dá outras providências.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde - Consulta Estabelecimento – Identificação. Disponível em <<http://cnes.datasus.gov.br/pages/estabelecimentos/consulta.jsp>> Acesso em: 10 de dez. 2018.

BRASIL. Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental. Plano Nacional de Saneamento Básico (PLANSAB). Brasília, dezembro de 2013. 173 p.

BRASIL.MINISTÉRIO DAS CIDADES. Resolução nº 25/2005. Emite orientações e recomendações ao processo participativo do Plano Diretor: Diário Oficial da União, Seção 1, Edição No 60 Pág.102 de 30/03/2005

BUARQUE, S.. Metodologia e Técnicas de Construção de Cenários Globais e Regionais. Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (Ipea)/ Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, 2003.

EMPRESA BAIANA DE ÁGUA E SANEAMENTO S.A – EMBASA. Informações Operacionais do Sistema de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário de Vitória da Conquista. 2018.

EMPRESA BAIANA DE ÁGUA E SANEAMENTO S.A – EMBASA. Informações Operacionais do Sistema de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário de Vitória da Conquista. 2019.

EVERS, Hans-Dieter. Expansão Urbana e Propriedade em Sociedades Subdesenvolvidas. Revista Planejamento, v.1. Fundação de Pesquisas CPE, 1978.

FERRARI, C. Dicionário de Urbanismo. S.Paulo: Disal Editora. 2004.

FERRAZ. Ana Emília de Quadros. O urbano em construção Vitória da Conquista: um retrato de duas décadas. Vitória da Conquista: UESB. 2001.

FIGUEIREDO FILHO, U. C. BRITO, O. S. MARTINS, L. G. QUEIROZ, E. J. SOUZA, C. F. Avaliação de Drenagem na Bacia do Rio Verruga em Vitória da Conquista. Anais...IN: VI Congresso Brasileiro de Gestão Ambiental. Porto Alegre – RS. 2015. Acesso em 30 de nov 2018. Disponível em < <https://www.ibeas.org.br/congresso/Trabalhos2015/IX-018.pdf>>;

Forest GIS. Base de Dados Shapefile do Brasil Todo. Disponível em <www.forest-gis.com/2009/04/base-de-dados-shapefile-do-brasil-todo.html>. Acesso em: 22 Nov. 2018.

Forest GIS. Classificação Climática De Köppen-Geiger em Shapefile. Disponível em: <<www.forest-gis.com/2015/10/classificacao-climatica-de-koppen-geiger-em-shapefile.html>>. Acesso em: 22 Nov. 2018.

HUECK, K. Mapa de vegetação da América do Sul de Hueck & Seibert. Disponível em: <www.ufrgs.br/labgeo/index.php/dados-espaciais/300-vegetacao-hueck>. Acesso em: 22 Nov. 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Censo Demográfico 2010. Rio de Janeiro, 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. CENSO demográfico 2010: questionário básico. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. 4 p. Disponível em: <http://www.censo2010.ibge.gov.br/download/questionarios/ censo2010_ basico.pdf>. Acesso em: outubro 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Censo Demográfico 2000. Rio de Janeiro, 2002.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Censo Demográfico 2010. Rio de Janeiro, 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA – IBGE. Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA. Dados do município de Vitória da Conquista. Disponível em <https://sidra.ibge.gov.br/>. Acesso em 30 de out. 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA (IBGE). Bases e referenciais, 2018. Disponível em: www.mapas.ibge.gov.br/bases-e-referenciais/bases-cartograficas/malhas-digitais. Acesso em: 22 Nov. 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA (IBGE). Classificação da vegetação brasileira, adaptada a um sistema universal, 1991. Disponível em: www.biblioteca.ibge.gov.br. Acesso em: 22 Nov. 2018.

LYNCH, K. Planificación del sitio. Barcelona: Ed. Gilli. 1980.

MUNFORD, L. A cidade na história. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia. 2v. 1965.

PAULO, C. M.; CINTRA, L. M.; CUNHA, L. M. V.; OTTA, D. V.; ENGELMANN, E. Expansão da fronteira agropecuária e desmatamento na região de Alta Floresta/MT: alternativas para o desenvolvimento sustentável. Revista Gestão e Políticas Públicas, v. 5, n. 1, p. 1-23, 2015.

PORTAL DA TRANSPARÊNCIA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA. Disponível em: <http://transparencia.pmvc.ba.gov.br>. Acesso em 10 de julho de 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA. PMVC. Portal da Prefeitura de Vitória da Conquista. Disponível em: <http://www.pmvc.ba.gov.br>. Acesso em 10 de julho de 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA - PMVC. Gabinete Civil. Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil. Resposta ao ofício OF FEP/SP 052/2019. 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA - PMVC. Secretaria Municipal de Agricultura - Semagri. Sistemas simplificados. 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA (PMVC). Relatório Saneamento Básico – Gestão Municipal 1997-2016. 2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA. Secretária Municipal de Meio Ambiente. Levantamento de nascente de Vitória da Conquista, 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA/SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA URBANA. Relatório de Apoio à Delegação dos Serviços de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário de Vitória da Conquista - Tomo I. FAPES, 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA/SECRETARIA DE SERVIÇOS PUBLICOS. Dados do Sistema de Resíduos Sólidos. Vitória da Conquista, 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA/SECRETARIA DE MOBILIDADE URBANA. Dados do Sistema de Drenagem Urbana. Vitória da Conquista, 2018.

ROCHA, A. A. Análise socioambiental da bacia do Rio Verruga e os processos de urbanização de Vitória da Conquista - BA. 179f. Dissertação (Mestrado em Geografia).

Universidade Federal da Paraíba. Centro de Ciências Exatas e da Natureza-CEN. João Pessoa:2008.

SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÕES SOBRE O SANEAMENTO – SNIS. Série Histórica. Disponível em <http://app.cidades.gov.br/serieHistorica>. Acesso em 30 out 2018.

SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÕES SOBRE O SANEAMENTO – SNIS. Série Histórica. Disponível em <http://app.cidades.gov.br/serieHistorica>. Acesso em 30 jan 2019.

TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DA BAHIA. Site do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia. Disponível em: < <http://www.tcm.ba.gov.br/>>. Acesso em 10 de julho de 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE LONDRINA. Base de Dados Shapefile do Brasil. Disponível em: <www.uel.br/laboratorios/lapege/pages/base-de-dados-shp-do-brasil.php>. Acesso em: 22 Nov. 2018.

VALADARES, R. G.; STEPHAN, I. Plano Diretor Urbano – Instrumento da Desigualdade Social: Uma Análise De Vitória da Conquista – Ba. Cadernos De Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Mackenzie, 2016.

VEIGA et all (2010). Tipologia e usos das áreas verdes em Vitória da Conquista – Bahia, Brasil. In: Revista Eletrônica Geoaraguaia. Barra do Garças-MT. V 7, n.2, p. 17 - 31. Julho/Dezembro. 2017

VITÓRIA DA CONQUISTA. Decreto nº19.008 de 14 de novembro de 2018.

VITÓRIA DA CONQUISTA. Lei nº 1.186/2003. Lei da Política de Habitação Popular. Diário Oficial dos Municípios: Salvador, 2003.

VITÓRIA DA CONQUISTA. Lei nº 1.481/2007. Lei de Ordenamento e Uso do Solo. Diário Oficial dos Municípios: Salvador, 2007.

VITÓRIA DA CONQUISTA. Lei nº 1.085/2001. Cria o Conselho Municipal do Meio Ambiente - COMMAM

VITÓRIA DA CONQUISTA. Lei nº 1178/2003, que alterou a redação da lei n 987/99.

VITÓRIA DA CONQUISTA. Lei nº 134/77. Constitui a Empresa Municipal de Urbanização de Vitória da Conquista - EMURC.

VITÓRIA DA CONQUISTA. Lei nº 798/85, alterada pelas Leis nº 850/96 e 952/98, que foram mantidas no PDDU (2006).

VITÓRIA DA CONQUISTA. Plano Local de Habitação de Interesse Social (PLHIS).

VITÓRIA DA CONQUISTA. Lei 2.211/2017. Dispõe sobre o Plano Plurianual – PPA para o quadriênio 2018 a 2021, e dá outras providências

VITÓRIA DA CONQUISTA. Lei n.º 528/90. Lei Orgânica do Município de Vitória da Conquista. Diário Oficial dos Municípios: Salvador, 2007.

VITÓRIA DA CONQUISTA. Lei nº 1.410/2007. Código Municipal do Meio Ambiente. Vitória da Conquista, 2007.

VITÓRIA DA CONQUISTA. Lei nº 1.385/2006 de 30 de janeiro de 2007. Institui o Plano Diretor do Município de Vitória da Conquista e dá outras Providências. Diário Oficial dos Municípios: Salvador, 2007.

VITÓRIA DA CONQUISTA. Lei nº 1178/2003. Altera a redação da lei nº 987, de 30 de junho de 1999 e dá outras providências.

VITÓRIA DA CONQUISTA. Lei nº 1587/2008. Altera dispositivos da Lei Complementar nº 1.259/2004 - Código Tributário do município de Vitória da Conquista-BA.

VITÓRIA DA CONQUISTA. Lei nº 2.244, de 25 de setembro de 2018. Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2019 e dá outras providências.

VITÓRIA DA CONQUISTA. Lei nº 2.275 de 09 de janeiro de 2019. Estima a receita e fixa a despesa do orçamento anual do município de Vitória Da Conquista para o exercício financeiro de 2019, bem como determina outras providências.